



Relatório e Contas

2012

Relatório e Contas 2012

- Parte 1 Relatório de Gestão
- Parte 2 Relatório do Governo Societário
- Parte 3 Demonstrações Financeiras Consolidadas
- Parte 4 Certificação do Revisor e Relatório do
Conselho Fiscal relativo às Contas
Consolidadas
- Parte 5 Demonstrações Financeiras Individuais
- Parte 6 Certificação do Revisor e Relatório do
Conselho Fiscal relativo às Contas
Individuais

PARTE 1

RELATÓRIO DE GESTÃO

Índice

1. Enquadramento Macro-Económico	6
2. Síntese da atividade do Grupo Semapa	8
3. Área de Negócios de Papel e Pasta de Papel – PORTUCEL	16
3.1. Principais Indicadores Económico-Financeiros	16
3.2. Síntese Global da Atividade do Grupo Portucel.....	17
3.3. Evolução dos Negócios	18
3.4. Atividade Industrial	20
3.5. Desenvolvimento	22
3.6. Recursos e Funções de Suporte.....	23
4. Área de Negócios de Cimentos e Derivados – SECIL	32
4.1. Principais Indicadores Económico-Financeiros	32
4.2. Principais Indicadores Operacionais.....	33
4.3. Síntese global da actividade do grupo secil.....	33
4.4. Evolução dos Negócios	35
4.5. Recursos e Funções de Suporte.....	48
4.6. Organização	49
5. Grupo Supremo	50
6. Área de Negócios de Ambiente - ETSA	51
6.1. Principais Indicadores Económico-Financeiros	51
6.2. Principais Indicadores Operacionais.....	52
6.3. Síntese Global da Atividade do Grupo ETSA	52
7. Recursos Humanos do Grupo Semapa	53

8. Responsabilidade Social no Grupo Semapa.....	54
9. Área Financeira do Grupo Semapa	55
9.1. Endividamento.....	55
9.2. Gestão de Risco	56
9.3. Pensões e Outros Benefícios Pós-Emprego.....	56
9.4. Evolução da Performance Bolsista	56
9.5. Dividendos	57
9.6. Resultado Líquido de 2012	57
10. Acontecimentos mais relevantes em 2012.....	58
11. Perspetivas Futuras.....	59
12. Referências Finais	62
13. Proposta de Aplicação de Resultados	63

1. Enquadramento Macro-Económico

A atividade económica mundial voltou a registar um abrandamento em 2012, refletindo, contudo, ritmos de crescimento bastante diferenciados nas várias regiões do globo: o crescimento do Produto Interno Bruto das economias avançadas manteve-se fraco e em regressão, enquanto que o bloco das economias de mercados emergentes e em desenvolvimento alcançou níveis de crescimento bastante mais fortes, apesar do menor dinamismo face ao ano anterior.

Verificou-se, em 2012, uma desaceleração significativa dos fluxos de comércio internacionais, o que reflete o elevado grau de exposição da economia global à evolução das regiões mais desenvolvidas.

O clima dos negócios, a nível internacional, foi marcado pela manutenção de um elevado grau de incerteza, que se expressou na persistente volatilidade dos mercados financeiros, na erosão da confiança dos agentes económicos e, em consequência, no adiamento do processo de recuperação económica à escala global. A deterioração da confiança, associada, não só à incerteza sobre resolução da crise da dívida pública na zona euro, mas também a dúvidas persistentes sobre a resolução de importantes questões fiscais nos EUA, é um fator que, de modo decisivo, tem vindo a minar as perspetivas de crescimento, a nível mundial.

A zona euro esteve no centro do cenário de crise económica e financeira. Num contexto contracionista, caracterizado por um processo geral de redução de níveis de endividamento que se haviam demonstrado excessivos – quer no âmbito público, quer ao nível privado – verificou-se um aprofundamento do esforço de consolidação orçamental, extensível e partilhado pela generalidade dos países, embora mais intenso nos países intervencionados. Este processo de ajustamento pró-cíclico contribuiu, naturalmente, para o agravamento da tendência recessiva: os países periféricos registaram quebras significativas do PIB e aumento relevante da taxa de desemprego (agravando a diminuição do consumo e reforçando a falta de confiança).

O prolongamento da situação da crise das dívidas soberanas tem sido alimentado pela dificuldade de estruturação de uma resposta europeia coordenada e atempada, bem como pela persistência de dúvidas quanto à disponibilidade das autoridades nacionais para implementar as políticas necessárias para a sua resolução e quanto à capacidade efetiva de cumprimento das metas orçamentais em alguns países, num quadro de recessão. Por outro lado, em resposta ao contexto recessivo, foi adotada uma política monetária expansionista pelo BCE, mas a perceção de risco elevado relativamente aos países periféricos fez com que estas economias continuassem a operar num ambiente financeiro muito restritivo: o custo de financiamento no setor privado permaneceu em níveis muito elevados, praticamente imune às alterações de taxa anunciadas pelo BCE ou à tendência de descida da Euribor, para mínimos históricos.

De assinalar, contudo, importantes iniciativas das autoridades europeias, na segunda metade de 2012, que procuraram restaurar a confiança dos investidores e contribuíram para uma melhoria sensível da perceção de risco nos mercados financeiros. Neste âmbito, são de destacar as decisões do Conselho Europeu no sentido de criar uma união bancária e a declaração de disponibilidade do BCE para, no âmbito do seu mandato, realizar as intervenções necessárias à preservação do Euro. A redução dos spreads das emissões de dívida soberana dos países periféricos, que se acentuou na fase derradeira do ano, constitui um sintoma favorável de evolução dos mercados em direção à normalização.

Em Portugal, prosseguiu o processo de ajustamento da economia portuguesa, enquadrado pelo programa de assistência económica e financeira. A evolução foi enquadrada por um contexto fortemente restritivo das condições monetárias e financeiras e pela manutenção da orientação contracionista da política orçamental.

Este contexto, a par dos elevados níveis de incerteza económica e social, revelaram-se fortemente inibidores do crescimento económico, tendo-se registado uma forte quebra do produto (-3,0%) e a subida da taxa de desemprego para níveis inéditos (superior a 16%).

Em interligação com os elevados custos decorrentes do agravamento da situação económica, alinhado com o desenvolvimento do ciclo recessivo, observaram-se progressos no processo de ajustamento, designadamente ao nível do saldo da balança corrente e de capitais, com um crescimento das exportações e uma forte redução das importações. Por outro lado, a perceção de risco dos investidores internacionais, relativamente à economia portuguesa mostrou sinais de melhoria.

A economia norte-americana evidenciou, em 2012, sinais de retoma (ligeiramente acima de 2%), a qual tem sido travada pelo processo de desalavancagem em curso. Embora distante do pleno emprego, a evolução da taxa de desemprego (7,8% no final de 2012) diverge muito favoravelmente face ao verificado na Europa. As dúvidas sobre a credibilidade da política orçamental – após um período marcado por medidas expansionistas, de duração limitada – e a correspondente sustentabilidade do nível da dívida federal, continuam a condicionar as perspetivas de crescimento da economia norte-americana.

A Ásia registou uma moderação importante do ritmo de crescimento económico, com o enfraquecimento da procura externa – efeito de contágio das economias desenvolvidas – e o abrandamento (*soft landing*) do nível de crescimento da economia chinesa (acima de 7%). Num patamar estruturalmente diferente, verificou-se uma reanimação da economia japonesa (crescimento superior a 2%), beneficiando do esforço de reconstrução durante a primeira metade do ano.

A América Latina, por seu lado, registou uma desaceleração importante do seu ritmo de crescimento económico, para o que contribuiu decisivamente a evolução menos favorável da procura externa, em particular sob o efeito da desaceleração da economia europeia.

Em média, o USD teve uma valorização cambial face ao Euro de 8% em relação a 2011 tendo, no entanto, terminado o ano com uma cotação em relação ao Euro inferior em 9% ao máximo de 2012, atingido durante o verão.

2. Síntese da atividade do Grupo Semapa

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS – comparação com os do exercício de 2011:

Volume de Negócios: 1.952,6 milhões de euros ↑ 9,7%

EBITDA Total: 494,8 milhões de euros ↑ 15,8%

Margem EBITDA: 25,3% ↑ 1,3 p.p.

Resultados antes de impostos: 241,5 milhões de euros ↑ 6,9%

Resultado Líquido: 126,5 milhões de euros ↑ 1,9%

Dívida Líquida: 1.453,0 milhões de euros ↑ 539,9 milhões de euros (vs. Dezembro de 2011)

A comparação dos resultados do Grupo Semapa está afetada por duas alterações estruturais ocorridas no decurso do exercício de 2012:

- Aquisição de 49% do Grupo Secil à CRH na sequência de decisão do Tribunal Arbitral;
- Entrada no mercado cimenteiro no Brasil, através da aquisição de 50% da Supremo Cimentos.

Indicadores Económico Financeiros

IFRS - valores acumulados (milhões de euros)	2012	2011	Var. (%)
Volume de Vendas	1.952,6	1.779,7	9,7%
Outros Proveitos	96,5	53,3	81,1%
Gastos e Perdas	(1.554,3)	(1.405,7)	-10,6%
EBITDA Total	494,8	427,3	15,8%
EBITDA Recorrente	447,1	424,4	5,4%
Amortizações e perdas por imparidade	(199,8)	(165,5)	-20,8%
Provisões (reforços e reversões)	9,5	1,3	621,5%
EBIT	304,5	263,1	15,7%
Resultados Financeiros	(63,0)	(37,4)	-68,7%
Resultados Antes de Impostos	241,5	225,8	6,9%
Impostos sobre Lucros	(70,9)	(56,6)	-25,2%
Lucros Retidos do Exercício	170,6	169,1	0,8%
Atribuível a Accionistas da Semapa	126,5	124,2	1,9%
Atribuível a Interesses Não Controlados	44,0	45,0	-2,1%
Cash-Flow	360,9	333,3	8,3%
Margem EBITDA (% Vol. Vendas)	25,3%	24,0%	1,3 p.p.
Margem EBIT (% Vol. Vendas)	15,6%	14,8%	0,8 p.p.
	31-12-2012	31-12-2011	Dez12 vs. Dez11
Capitais Próprios (antes de IM)	796,0	1.048,8	-24,1%
Dívida Líquida	1.453,0	913,1	59,1%
Dívida Líquida / EBITDA	2,9 x	2,1 x	0,4 x

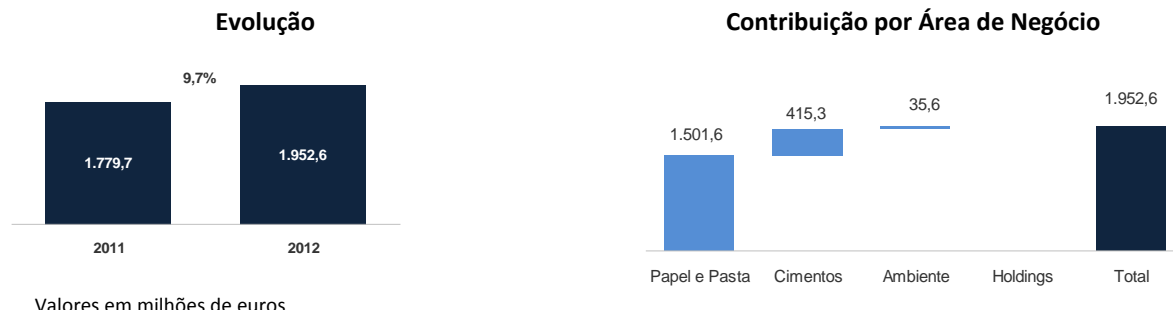
Notas:

- EBITDA total = resultado operacional + amortizações e perdas por imparidade + provisões – reversão de provisões
- Cash-Flow = lucros retidos do período + amortizações e perdas por imparidade + provisões – reversão das provisões
- Dívida líquida = dívida remunerada não corrente (líquida de encargos com emissão de empréstimos) + dívida remunerada corrente (incluindo dívida a acionistas) – caixa e seus equivalentes – valor de mercado das ações próprias e outros títulos cotados detidos pelo Grupo

A comparabilidade encontra-se afetada: i) pela inclusão de 50% da recém adquirida operação no Brasil (Supremo Cimentos SA), consolidada pelo método proporcional, bem como ii) pela consolidação integral da Secil a partir de final de março de 2012 (integração de 100% da Secil nas rubricas de balanço vs 51% no comparativo de 31 de Dezembro de 2011; as rubricas de resultados incluem 51% da Secil no 1º trimestre e 100% nos restantes trimestres de 2012 vs 51% integrados no período homólogo)

Volume de Negócios Consolidado: 1.952,6 milhões de euros ↑ 9,7%

Exportações e vendas efetuadas em mercados externos, representaram 78,0% do Volume de Negócios Consolidado



O volume de negócios consolidado aumentou 9,7% relativamente ao ano anterior, dos quais 78,0% direcionados para o mercado externo, sendo a contribuição por área de negócio a seguinte:

Papel e Pasta: 1.501,6 milhões de euros ↑ 0,9%

Com um volume de negócios superior a 1,5 mil milhões de euros, o grupo Portucel atingiu em 2012 novos máximos de volume de produção e de vendas de papel, consolidando a sua posição de líder europeu de papel fino não revestido de impressão e escrita (UWF). O crescimento no volume de negócios do Grupo foi sustentado no bom desempenho do negócio do papel, assim como na evolução positiva da área de energia.

Apesar do difícil enquadramento económico internacional e do elevado nível de desemprego registado ao longo do ano, com consequências negativas em termos de consumo de papel, o Grupo conseguiu atingir um novo aumento no volume de vendas, ultrapassando 1,5 milhões de toneladas vendidas. Este crescimento, aliado a um incremento no preço médio de venda, contribuiu favoravelmente para o comportamento muito positivo do negócio do **papel**. Importa salientar que o preço médio de venda do Grupo evoluiu em contraciclo com o do índice de referência PIX Copy B, que registou uma descida de cerca de 1%, devido essencialmente à reafetação do mix geográfico das vendas, associada a uma melhoria cambial.

No negócio da **pasta** branqueada de eucalipto (BEKP), o volume de vendas evidenciou uma descida de cerca de 11%, que resulta, por um lado, da paragem de manutenção ocorrida no complexo industrial de Setúbal durante o mês de Setembro e, por outro, da menor disponibilidade de pasta para mercado, em resultado do aumento da produção de papel e consequente maior integração de pasta. Em termos de preços, assistiu-se a uma variação positiva ao longo do ano, com o índice PIX BHKP (em euros) a ganhar 0,6%, uma evolução em linha com a do preço médio do Grupo, e que atenuou o impacto da queda do volume vendido de pasta. Assim, o valor das vendas de pasta em 2012 apresenta uma redução de cerca de 10% quando comparado com o ano de 2011.

A área do negócio de energia teve um desempenho positivo ao longo de 2012, tendo o valor das vendas registado um crescimento de cerca de 8%, em resultado do aumento de produção e da evolução do preço de venda.

Cimentos*: 496,4 milhões de euros ↓ -2,1%

Apropriado pela Semapa: 415,3 milhões de euros ↑ 60,7%

No exercício de 2012, o volume de negócios da área de Cimentos foi de 496,4 milhões de euros, -2,1% face ao valor registado no período homólogo, tendo o Grupo Semapa apropriado de 415,3 milhões de euros¹, refletindo o menor desempenho da generalidade das vendas dirigidas ao mercado português.

* Inclui 100% do Grupo Secil +100% do Grupo Supremo

¹ Apropriação pelo Grupo Semapa de 51% no 1º trimestre e 100% nos restantes trimestres de 2012 do Grupo Secil + 50% do Grupo Supremo durante 12 meses de 2012

² Apropriação pelo Grupo Semapa de 51% no 1º trimestre e 100% nos restantes trimestres de 2012

Apesar do aumento das vendas no mercado externo da unidade de negócio de cimento em Portugal em 25,8% e das atividades desenvolvidas no Líbano e na Tunísia, estes não foram suficientes para compensar a quebra das vendas no mercado interno na unidade de negócio de cimento em Portugal e das vendas na unidade de negócio de cimento em Angola.

Em **Portugal**, durante o ano de 2012, a atividade da construção continuou em baixa tendo-se agravado a tendência já muito negativa a que se assistiu no ano transato. No período de janeiro - dezembro a produção do setor da construção diminuiu 16,6 % (Índice de produção na construção e obras públicas – INE Janeiro 2013). Por seu lado, o consumo de cimento registou em 2012 uma quebra de cerca de 26,9% em relação a 2011 (“FEPICOP – Federação Portuguesa da Indústria da Construção e Obras Públicas”), fixando-se em 3.329 milhares de toneladas, valor que se encontra ao nível do registado em 1973.

Neste contexto particularmente adverso, a unidade de negócio de cimento em Portugal, apresentou um volume de negócios de 177,1 milhões de euros² durante o exercício de 2012, o que representou um decréscimo de 12,3% relativamente a idêntico período do ano anterior.

Destaque-se o incremento da atividade de exportação, cujas vendas cresceram 25,8% comparativamente com o exercício económico de 2011, permitindo compensar parcialmente a diminuição de 25,9% verificada nas vendas dirigidas ao mercado interno. Refira-se que a quebra de atividade, em resultado da redução da procura interna, foi mais acentuada durante o segundo semestre.

O volume de negócios dos segmentos não cimenteiros (betões, inertes, argamassas, pré – fabricados, outros) com atividade desenvolvida a partir de Portugal, atingiu cerca de 83,7 milhões de euros², o que representou um decréscimo de 34,0% face a idêntico período do ano anterior.

No que respeita às operações na **Tunísia**, a atividade da construção e o consumo de cimento continuaram a crescer a um bom ritmo. Durante o ano de 2012, a procura de cimento aumentou cerca de 12,3% em termos nacionais e 11,7% na região Sul que corresponde ao mercado natural das operações da Secil.

Neste enquadramento, o volume de negócios da unidade de negócio de cimento na Tunísia ascendeu a cerca de 59,1 milhões de euros², registando um acréscimo de 12,5% face ao valor acumulado nos 12 meses do ano anterior, essencialmente devido ao acréscimo das quantidades vendidas (+11,1%).

No período em análise, o volume de negócios das operações cimenteiras no **Líbano** atingiu cerca de 79,9 milhões de euros², o que representou um aumento de 9,2% face a idêntico período do ano anterior, devido, fundamentalmente ao aumento do preço médio de venda em euros, uma vez que os volumes decresceram ligeiramente.

A unidade de negócio de cimento em **Angola** teve um desempenho inferior ao registado no período homólogo de 2011 em 6,2%, tendo o volume de negócios ascendido a cerca de 28,5 milhões de euros², devido, essencialmente, à diminuição das vendas de cimento em volume (-22,6%), já que se assistiu a um aumento do preço médio de venda (+21,2%). A entrada em funcionamento de uma nova moagem de cimento na região de Benguela, com uma capacidade anual de 600 mil toneladas, contribuiu para esta retração do volume de atividade.

Durante o exercício económico de 2012, as operações no **Brasil (Grupo Supremo)** geraram um volume de negócios de 46,1 milhões de euros, tendo o Grupo Semapa apropriado de 23,1 milhões de euros.

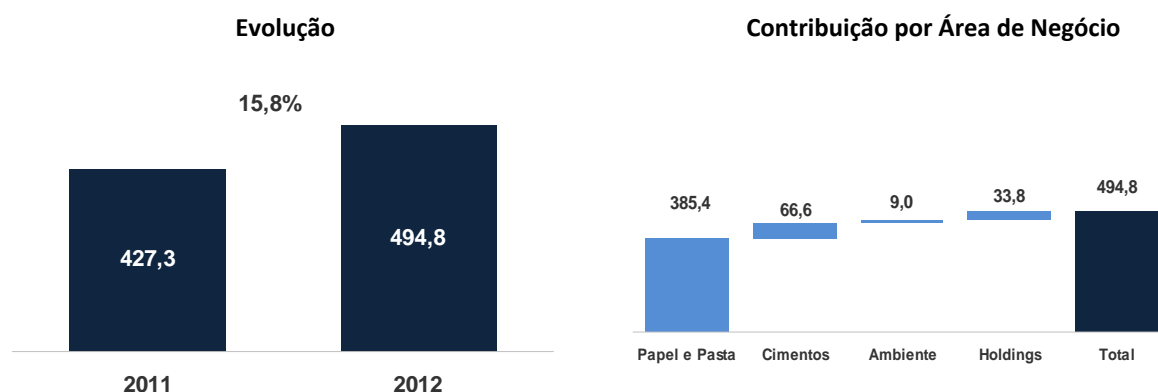
Ambiente: 35,6 milhões de euros ↑ 7,2%

Apesar da diminuição do nível de abates de animais, fruto do atual enquadramento económico que se vive em Portugal e em Espanha, o volume de negócios em 2012 totalizou 35,6 milhões de euros, representando um aumento de 7,2% comparativamente com igual período de 2011, explicado fundamentalmente pela angariação de novos matadouros com a aquisição de ativos de um operador em Abril de 2011, pela densificação da operação comercial em Espanha com a (re)angariação de diversos fornecedores e pela evolução favorável dos preços médios de venda nos

subprodutos de risco 3 (gorduras e farinhas).

EBITDA Consolidado: 494,8 milhões de euros ↑ 15,8%

Margem EBITDA Consolidada: 25,3% ↑ 1,3 p.p.



Valores em milhões de euros

Papel e Pasta: 385,4 milhões de euros ↑ 0,1%

O EBITDA da área de negócios de Papel e Pasta foi de 385,4 milhões de euros, um valor em linha com o de 2011 e que se traduziu numa margem EBITDA / Vendas de 25,7%, inferior em 0,2 pontos percentuais à registada no ano anterior.

Ao longo de 2012, assistiu-se a uma evolução positiva de alguns custos de produção, nomeadamente ao nível de algumas das matérias-primas e dos produtos químicos. No entanto, esta evolução não foi suficiente para compensar o acréscimo significativo do custo da eletricidade e do gás natural, de cerca de 36 milhões de euros, tendo por isso o Grupo registado um agravamento global nos custos totais de produção.

Registou-se, igualmente, um aumento dos custos de logística, associado a uma maior dispersão dos pontos de venda, ao aumento dos combustíveis, à menor disponibilidade de meios de transporte (devido à alteração verificada entre os fluxos de importação e de exportação) e à evolução cambial desfavorável nesta rubrica. O aumento dos custos das operações logísticas foi muito agravado pelas greves ocorridas na atividade portuária, que afetaram os portos de Lisboa, Setúbal, Figueira da Foz e Aveiro, nos últimos cinco meses do ano.

Cimentos*: 74,7 milhões de euros ↓ 26,9%

Apropriado pela Semapa: 66,6 milhões de euros ↑ 27,7%

O EBITDA da área dos cimentos foi de 74,7 milhões de euros, registando-se uma descida de 26,9% face ao período homólogo de 2011, no qual o Grupo Semapa se apropriou de 66,6 milhões de euros¹

Apesar da melhoria do desempenho operacional no 4º trimestre de 2012, o acumulado do ano saldou-se por uma evolução desfavorável em resultado da menor performance dos segmentos de negócios localizados em Portugal (consequência direta da crise profunda que se verifica no setor de construção), e em menor grau da unidade de negócio de cimento no Líbano.

A margem EBITDA situou-se nos 15,1% no período em análise, 5,1 p.p. abaixo da margem observada no período homólogo do ano anterior.

O EBITDA das atividades cimenteiras desenvolvidas a partir de **Portugal** atingiu cerca de 40,7 milhões de euros² o que representou uma diminuição de 42,4% face ao período homólogo de 2011.

Esta evolução desfavorável deveu-se essencialmente aos seguintes fatores: i) decréscimo sensível da margem média de venda, fruto da diminuição das vendas no mercado doméstico que tem preços e margens mais elevados que a exportação; ii) aumento dos custos com a eletricidade; iii) ocorrência de custos não recorrentes relacionados com rescisão de contratos de trabalho, decorrentes do plano de reestruturação em curso, parcialmente compensados com a redução de responsabilidades com outros benefícios.

Salientam-se ainda, como fatores que afetaram positivamente a performance, a prevalência de controlo dos custos de produção e manutenção, dos custos de distribuição e de estrutura. A Secil tem em curso vários projetos nos diversos segmentos, com particular incidência nos segmentos do cimento, betão-pronto e inertes, tendo em vista a redução significativa dos custos através da racionalização das operações e, também, do redimensionamento das áreas de suporte por forma a adequar convenientemente a empresa à nova realidade imposta pela retração da procura interna.

Os restantes segmentos de negócio que operam em Portugal tiveram um desempenho bastante inferior ao ocorrido em 2011, fruto da diminuição acentuada verificada no mercado de construção.

Na **Tunísia**, o EBITDA das atividades cimenteiras foi de 8,5 milhões de euros², o que representou um aumento de 20,5% face ao exercício económico de 2011, o qual tinha sido negativamente afetado em consequência dos acontecimentos políticos.

Em termos globais, o desempenho foi positivo, tendo em consideração os seguintes fatores que ocorreram ao longo de 2012: (i) bloqueio temporário da fábrica em virtude de greves e ocupações, (ii) atraso na entrada em funcionamento do novo moinho de cimento, (iii) a insuficiente produção de clínquer implicou o recurso à importação de quantidades substanciais de clínquer com preços mais elevados por forma a satisfazer adequadamente a procura interna com a consequente perda de margem sobre as vendas locais.

O desempenho dos segmentos Betão Pronto e Pré-fabricados reduziu ligeiramente face ao verificado em 2011 (-16,9%), tendo o EBITDA cifrado em 0,8 milhões de euros², em resultado do decréscimo das vendas em quantidade e valor.

No **Líbano**, o EBITDA da unidade de negócio de cimento totalizou 23,2 milhões de euros², representando um decréscimo de -9,3% em relação a 2011, embora tenha melhorado significativamente a partir do 3º trimestre de 2012.

Com efeito, a baixa de performance obtida na primeira parte do ano foi causada pelas paragens prolongadas das linhas de produção devidas aos cortes frequentes de abastecimento de eletricidade e pela ocorrência de problemas técnicos. Para responder às solicitações do mercado, recorreu-se a quantidades apreciáveis de clínquer e de cimento comprado a terceiros com a consequente perda de margem. Por outro lado, as paragens sucessivas acarretaram maiores custos de manutenção e sobrecustos com os combustíveis térmicos para o arranque dos fornos.

O segmento Betão, por seu lado, teve uma performance positiva e acima da verificada durante o ano de 2011. O EBITDA atingiu 0,51 milhões de euros² e cresceu 18,0%.

Em **Angola**, o EBITDA ascendeu a cerca de 2,9 milhões de euros², o que representou um aumento de 34,4% face aos 12 meses de 2011. Essa melhoria foi conseguida, essencialmente, pelo aumento do preço médio de venda e com a racionalização de custos.

As operações no **Brasil** geraram um EBITDA no valor de 3,1 milhões de euros, do qual o Grupo Semapa se apropriou 1,5 milhões de euros.

Ambiente: 9,0 milhões de euros ↑ 10,5%

O EBITDA da área do ambiente totalizou 9,0 milhões de euros, representando um crescimento de 10,5% comparativamente com igual período do ano de 2011, fruto essencialmente (i) da evolução favorável do volume de negócios devido à aquisição de ativos de um operador conforme referido anteriormente e da variação da produção e (ii) da pressão induzida em todos os sistemas de controlo de custo, apesar da evolução desfavorável dos principais custos unitários de energia.

A margem EBITDA atingiu 25,2%, o que se traduziu numa variação positiva de 0,7 p.p face à margem de igual período de 2011.

Holdings (Semapa SGPS e suas sub-holdings instrumentais)

O EBITDA das holdings contribuiu com 33,8 milhões de euros positivos, comparando favoravelmente com os 18,1 milhões de euros negativos registados em 2011, na sequência da contabilização de itens de carácter não recorrente no valor de 45,4 milhões de euros: 9,6 milhões de euros relativos ao reembolso de despesas pela CRH no âmbito da aquisição de 49% da Secil, 16,8 milhões de euros resultantes do registo pelo justo valor da participação inicial detida pela Semapa na Secil (51%) e 19,0 milhões de euros decorrentes do desconto associado ao resgate das reformas dos administradores da Semapa.

Resultados Financeiros: -63,0 milhões de euros ↓ 68,7%

Em 2012, os resultados financeiros registaram um agravamento de 25,7 milhões de euros face a idêntico período de 2011, situando-se nos -63,0 milhões de euros.

Esta evolução resulta da subida dos juros suportados ao nível dos Grupos Secil, Grupo ETSA e Holdings devido ao aumento dos respetivos níveis de endividamento decorrentes das aquisições efetuadas e do aumento das taxas de juro médias no período em análise, os quais não foram parcialmente compensados pela contabilização de ganhos cambiais resultantes da aquisição da Supremo no valor de 10,8 milhões de euros.

Resultados Líquidos Consolidados: 126,5 milhões de euros ↑ 1,9%

Os resultados líquidos consolidados acumulados em 2012 totalizaram 126,5 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 1,9% relativamente ao período homólogo. Esta evolução resulta essencialmente dos seguintes fatores:

- Aumento do EBITDA em cerca de 67,5 milhões de euros;
- Acréscimo das amortizações e perdas por imparidade em 34,4 milhões de euros
- Melhoria das provisões em 8,2 milhões de euros;
- Agravamento em 25,7 milhões de euros dos resultados financeiros face ao período homólogo;
- Aumento de impostos de 14,3 milhões de euros, fundamentalmente explicado pelo impacto da harmonização da taxa de imposto aplicável aos impostos diferidos por forma a acomodar uma taxa de derrama estadual de 5% e pelo aumento dos resultados antes de impostos no Grupo Portucel

Dívida Líquida Consolidada: 1.453,0 milhões de euros ↑ 539,9 milhões de euros

Em 31 de dezembro de 2012, a dívida líquida consolidada totalizava 1.453,0 milhões de euros, o que representa um aumento de 539,9 milhões de euros face ao valor apurado no final do exercício de 2011.

Contribuição por Segmentos de Negócio (IFRS)

IFRS - valores acumulados (milhões de euros)	Papel e Pasta	Cimentos	Ambiente	Holdings	Consolidado
Volume de vendas	1.501,6	415,3	35,6	-	1.952,6
EBITDA Total	385,4	66,6	9,0	33,8	494,8
EBITDA Recorrente	384,1	65,6	9,0	(11,6)	447,1
Amortizações e perdas por imparidade	(129,4)	(67,2)	(2,8)	(0,3)	(199,8)
Provisões (reforços e reversões)	15,0	0,5	(1,0)	(5,0)	9,5
EBIT	270,9	(0,2)	5,2	28,5	304,5
Resultados Financeiros	(15,7)	(12,4)	(1,6)	(33,3)	(63,0)
Resultados Antes de Impostos	255,2	(12,6)	3,6	(4,8)	241,5
Impostos sobre Lucros	(63,4)	(7,2)	(0,5)	0,2	(70,9)
Lucros Retidos do Exercício	191,9	(19,8)	3,1	(4,6)	170,6
Atribuível a Accionistas da Semapa	152,8	(24,6)	2,9	(4,6)	126,5
Atribuível a Interesses Não Controlados	39,1	4,8	0,2	-	44,0
Cash-Flow	306,4	47,0	6,9	0,7	360,9
Margem EBITDA (% Vol. Vendas)	25,7%	16,0%	25,2%	-	25,3%
Margem EBIT (% Vol. Vendas)	18,0%	0,0%	14,6%	-	15,6%
Dívida Líquida	255,6	304,3	20,4	872,8	1.453,0

Notas:

- Os valores dos indicadores por segmentos de negócio poderão diferir dos apresentados individualmente por cada Grupo, na sequência de ajustamentos de harmonização efetuados na consolidação
- O segmento dos Cimentos inclui 51% do Grupo Secil no 1º trimestre e 100% nos restantes trimestres de 2012 + 50% do Grupo Supremo em 2012

3. Área de Negócios de Papel e Pasta de Papel – PORTUCEL

3.1. PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

IFRS - valores acumulados (milhões de euros)	2012	2011	Var %
Volume de vendas	1.501,6	1.487,9	0,9%
Outros Proveitos	30,6	21,5	42,5%
Gastos e Perdas	(1.146,8)	(1.124,3)	-2,0%
EBITDA	385,4	385,1	0,1%
EBITDA Recorrente	384,1	385,0	-0,2%
Amortizações e perdas por imparidade	(129,4)	(139,8)	7,4%
Provisões (reforços e reversões)	15,0	5,6	166,5%
EBIT	270,9	250,9	8,0%
Resultados Financeiros Líquidos	(15,7)	(15,8)	0,4%
Resultados Antes de Impostos	255,2	235,1	8,5%
Impostos sobre Lucros	(63,4)	(49,6)	-27,7%
Lucros retidos do exercício	191,9	185,5	3,4%
Atribuível aos Accionistas da Portucel*	191,8	185,5	3,4%
Atribuível a Interesses Não Controlados (INC)	0,0	0,0	10,5%
Cash-Flow	306,4	319,7	-4,2%
Margem EBITDA (%)	25,7%	25,9%	-0,8%
Margem EBIT (%)	18,0%	16,9%	7,0%
	31-12-2012	31-12-2011	Dez12 vs. Dez11
Capitais Próprios (antes de IM)	1.336,3	1.353,0	-1,2%
Dívida Líquida	255,6	422,8	-39,5%

* Dos quais 80,84% são atribuíveis à Semapa

Nota: Alguns indicadores supra diferem dos individualmente apresentados pelo Grupo Portucel, em virtude dos ajustamentos de consolidação efetuados ao nível da holding Semapa

3.2. SÍNTESE GLOBAL DA ATIVIDADE DO GRUPO PORTUCEL

Com um volume de negócios superior a 1,5 mil milhões de euros, o Grupo Portucel atingiu em 2012 novos máximos de volume de produção e de vendas de papel, consolidando a sua posição de líder europeu de papel fino não revestido de impressão e escrita (UWF). O crescimento no volume de negócios do Grupo está sustentado no bom desempenho do negócio do papel, assim como na evolução positiva da área de energia.

Apesar do difícil enquadramento económico internacional e do elevado nível de desemprego registado ao longo do ano, com consequências negativas em termos de consumo de papel, o Grupo conseguiu atingir um novo aumento no volume de vendas, ultrapassando 1,5 milhões de toneladas vendidas. Este crescimento, aliado a um incremento no preço médio de venda, contribuiu favoravelmente para o comportamento muito positivo do negócio do papel. Importa salientar que o preço médio de venda do Grupo evoluiu em contraciclo com o do índice de referência PIX Copy B, que registou uma descida de cerca de 1%, devido essencialmente à reafetação do mix geográfico das vendas, associada a uma melhoria cambial.

No negócio da pasta branqueada de eucalipto (BEKP), o volume de vendas evidencia uma descida de cerca de 11% decorrente, em grande parte, da menor disponibilidade de BEKP para mercado, em resultado do aumento da produção de papel e consequente maior integração de pasta. Em termos de preços, assistiu-se a uma variação positiva ao longo do ano, com o índice PIX BHKP (em euros) a ganhar 0,6%, uma evolução em linha com a do preço médio do Grupo, e que atenuou o impacto da queda do volume vendido de pasta. Assim, o valor das vendas de pasta em 2012 apresentou uma redução de cerca de 10% quando comparado com o ano de 2011.

A área do negócio de energia teve um desempenho positivo ao longo de 2012, tendo o valor das vendas registado um crescimento de cerca de 8%, em resultado do aumento de produção e da evolução do preço de venda, tendo, no entanto, sido negativamente afetado pelo grande agravamento de custos registado nesta rubrica e pela redução da tarifa aplicada à energia produzida em cogeração por uma das unidades industriais do Grupo, de acordo com legislação recentemente publicada. É de salientar que as tarifas resultantes desta legislação penalizam fortemente as atividades produtoras de bens transacionáveis, não sendo sequer suficientes para suportar o custo do gás necessário à sua laboração.

Ao longo de 2012, assistiu-se a uma evolução positiva de alguns custos de produção, nomeadamente ao nível de determinadas matérias-primas e produtos químicos. No entanto, esta evolução não foi suficiente para compensar o acréscimo significativo do custo da eletricidade e do gás natural, de cerca de 36 milhões de euros, tendo por isso o Grupo registado um agravamento global nos custos totais de produção.

Registou-se, igualmente, um aumento dos custos de logística, associado a uma maior dispersão dos pontos de venda, ao aumento dos combustíveis, à menor disponibilidade de meios de transporte (devido à alteração verificada entre os fluxos de importação e de exportação) e à evolução cambial desfavorável nesta rubrica. O aumento dos custos das operações logísticas foi muito agravado pelas greves ocorridas na atividade portuária, que afetaram os portos de Lisboa, Setúbal, Figueira da Foz e Aveiro, nos últimos cinco meses do ano.

Neste contexto, o EBITDA consolidado foi de 385,4 milhões de euros, um valor em linha com o de 2011 e que se traduz numa margem EBITDA / Vendas de 25,7%, inferior em 0,2 pontos percentuais à registada no ano anterior.

Os resultados operacionais situaram-se em 270,9 milhões de euros, evidenciando um crescimento de 8,0% face a 2011, tendo sido positivamente influenciados pela reversão de provisões de cerca de 15 milhões de euros, assim como pelo menor valor de amortizações registado este ano, decorrente do ciclo normal de vida dos ativos industriais.

Os resultados financeiros foram negativos em 15,7 milhões de euros, um valor em linha com o registado em 2011. Esta evolução resulta essencialmente da significativa diminuição das taxas de juro das operações ativas ocorrida

durante o ano, que contrariou em certa medida o efeito da redução da dívida líquida do Grupo, assim como do resultado negativo das operações de cobertura cambial.

Assim, o Grupo fechou o ano de 2012 com um resultado líquido consolidado de 191,8 milhões de euros, o que representa um crescimento de 3,4% em relação ao ano anterior.

3.3. EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS

3.3.1. Papel

3.3.1.1. Enquadramento de Mercado

Os mercados europeu e norte-americano são responsáveis por cerca de 45% do volume total do mercado mundial de papéis finos não revestidos (UWF). Daqui decorre que o ritmo moderado de crescimento económico nos EUA e a recessão na Europa tenham conduzido a níveis inferiores de procura global de UWF, estimando-se que o consumo de deste tipo de papéis tenha regredido cerca de 3,5% em relação a 2011.

Apesar do referido enquadramento macroeconómico europeu, traduzido em níveis crescentes de desemprego, elemento fundamental para o consumo de papel de escritório, a procura destes papéis continuou a registar resiliência, já assinalada em exercícios anteriores, estimando-se uma redução de 1,5% face ao período homólogo, a menor no universo dos papéis gráficos.

O impacto na Europa, em 2012, da redução de 7% na capacidade de produção instalada, efetuada no ano anterior por alguns concorrentes do setor, continuou a marcar positivamente o balanço do mercado, com a taxa de ocupação a situar-se nos 93%, ou seja, uma melhoria de 3 pontos percentuais face a 2011. Nos EUA, a taxa de ocupação da indústria melhorou um ponto percentual, para 91%.

A situação cambial, por um lado, e a dinâmica da procura nas diferentes geografias, por outro, implicou uma redução no nível das importações de UWF para o mercado Europeu e uma estabilização do volume exportado, apesar da referida quebra de 7% na capacidade instalada. Os mercados africanos e do Médio Oriente fortaleceram a posição de liderança como destino de exportações europeias.

3.3.1.2. Desempenho Operacional

O Grupo Portucel atingiu novos máximos históricos de volume de produção e vendas durante 2012, bem como de volume colocado nos mercados europeus, onde registou um crescimento de 4% face a 2011. O preço líquido médio de venda de papel denotou um incremento de cerca de 1%, num quadro de redução do principal índice de referência do sector, Copy B do FOEX, em perto de 1%. Este desenvolvimento do Grupo em contra-ciclo é sobretudo fruto da melhoria do mix geográfico das vendas e do efeito cambial positivo.

Em face do exposto, a penetração no mercado Europeu continuou a reforçar-se, permitindo uma conquista adicional superior a 85 mil toneladas, pelo que a quota de mercado do Grupo se situou em 17% no total do UWF e acima de 20% nos produtos transformados em folhas (papel de escritório e formatos para a indústria gráfica).

É conhecido o enfoque comercial do Grupo nos segmentos *premium*, dada a qualidade percebida dos seus produtos e o posicionamento das suas marcas. A situação económica e financeira, em particular nos países do Sul da Europa,

onde o Grupo tem uma forte posição no mercado de UWF, implicou algum *downgrading* das qualidades procuradas e redução no volume global consumido.

Um outro pilar da estratégia comercial do Grupo, as marcas de fábrica, registou um desenvolvimento positivo face a 2011, mantendo assim um elevado peso no mix de negócios, ímpar em produtores desta dimensão. Em particular, a marca *premium* de referência, Navigator, atingiu novos patamares de vendas em todo o mundo, com um crescimento de 4% face a 2011.

A evolução do mix geográfico e a forte pressão inflacionista presente no setor logístico resultaram num agravamento de custos de transporte.

Por fim, no quadro muito adverso de restrições de acesso ao crédito ao longo dos canais de distribuição de papel, é de sublinhar o desempenho do Grupo Portucel na gestão do risco de crédito.

3.3.1.3. Branding

No decurso do ano de 2012, o Grupo Portucel continuou a investir no crescimento das suas marcas próprias como pedra basilar da sua estratégia comercial, tendo as mesmas representado mais de 62% do total das vendas de produtos transformados em folhas.

Para a obtenção deste resultado foi crucial o lançamento de novos produtos, integrados nas gamas de diversas marcas do Grupo, que permitiu alcançar novos segmentos de consumidores, potenciando dessa forma o aumento de vendas de cada uma delas.

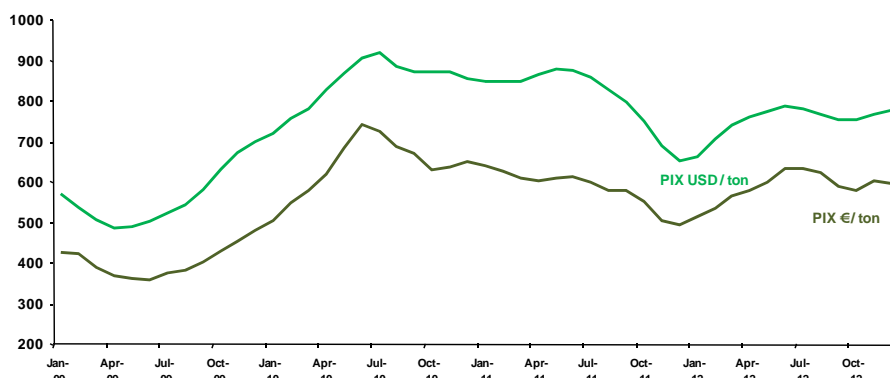
As marcas gráficas do Grupo, Soporset e Inaset, foram também foco de destaque na principal feira mundial do setor, que decorreu em Dusseldorf, e que se celebra a cada quatro anos. Ambas as marcas aproveitaram os mais recentes desenvolvimentos das tecnologias de impressão digital para se posicionarem nesse segmento e assim serem reconhecidas pela sua elevada qualidade, mesmo nos trabalhos mais exigentes.

3.3.2. Pasta

3.3.2.1. Enquadramento de Mercado

Depois da contração ocorrida no mercado da pasta durante o 3º trimestre de 2012, provocada principalmente pelo tradicional abrandamento de verão nos mercados europeus e pelo elevado stock que existia nessa altura no mercado chinês, assistiu-se a uma nova recuperação no 4º trimestre do ano, com aumentos do preço PIX em USD, reflexo da vaga de anúncios de novos preços, quer na fibra longa, quer na curta, que ocorreram em outubro. Devido à evolução cambial, este aumento de preços em USD não se refletiu inteiramente nos preços em Euros, como se constata no gráfico seguinte.

Evolução mensal do preço PIX - BHKP



O mercado chinês continuou a ser o mais importante fator do lado da procura no mercado mundial de pasta e, apesar do abrandamento ocorrido durante o verão, mostrou uma grande dinâmica ao longo de 2012, com um elevado nível de importação de pasta, superior ao que já tinha acontecido em 2011: 15,4% de aumento total até Novembro, com 17% na fibra curta e 13,9% na fibra longa.

No entanto, a situação macroeconómica difícil de alguns países da zona euro, aliada à recuperação ainda incipiente dos EUA e ao fraco desempenho da economia japonesa, tem provocado um abrandamento global da atividade económica, com reflexos na indústria papelreira, para além de uma certa instabilidade nos mercados cambiais, com países emergentes essencialmente exportadores a desvalorizarem as suas moedas para manterem a competitividade dos seus produtos. Estão nesta situação países que são importantes produtores de pasta, como o Brasil, a Indonésia e a Rússia, cujos produtores locais não estão assim numa situação tão favorável ao aumento dos preços em USD, como aconteceu num passado recente.

3.3.2.2. Desempenho Operacional

As vendas de pasta BEKP do Grupo em 2012 apresentaram uma redução de 10% quando comparado com o ano de 2011, conforme anteriormente explicado.

Em termos de vendas de pasta BEKP por segmentos papeleiros, verifica-se que o Grupo reforçou a sua posição no segmento de papéis especiais, que é o de maior valor acrescentado, passando de 57% do seu volume de vendas em 2011 para 63% em 2012.

A nível de vendas por destino geográfico, a quase totalidade do volume foi vendida nos mercados europeus, onde se posicionam as empresas papelreiras de maior qualidade e exigência técnica, que mais adequadamente valorizam as qualidades intrínsecas da pasta de *Eucalyptus Globulus* produzida no Grupo.

3.4. ATIVIDADE INDUSTRIAL

3.4.1. Atividade Produtiva

As unidades industriais do Grupo Portucel mantiveram em 2012 um desempenho de grande relevo, aumentando a sua eficiência produtiva e, consequentemente, ultrapassando alguns dos níveis de produção anteriormente atingidos.

De referir que todas as fábricas operaram de acordo com o seu nível máximo de atividade, o que, associado às

elevadas eficiências dos equipamentos, permitiu manter e até superar os anteriores indicadores de produção.

O desempenho na atividade de pasta situou-se ao nível dos melhores anos tendo na atividade de papel, concentrada nos Complexos Industriais da Figueira da Foz e de Setúbal, sido atingido um novo máximo correspondente a 1.530 mil toneladas de papéis de impressão e escrita, indicador que reforça a predominância desta atividade no Grupo. O aumento verificado na produção de papéis, face ao ano transato, decorre da natural progressão na atividade da nova Fábrica de Papel de Setúbal.

O bom desempenho das unidades industriais do Grupo Portucel resulta da excelência dos seus equipamentos produtivos, a qual, associada a uma cuidada manutenção e operação, conduz a elevados padrões de eficiência produtiva.

A idade média dos ativos industriais do Grupo permite obter indicadores de eficiência elevados com um nível de investimento reduzido. Desta forma, os investimentos são normalmente direcionados para o reforço da capacidade produtiva ou para a melhoria da eficiência.

A produção de pastas nos Complexos Industriais de Setúbal e da Figueira da Foz situou-se a um nível de plena capacidade, sendo de realçar o desempenho da Fábrica de Pasta de Cacia, onde foi atingido um novo máximo de produção, que supera em 2% o melhor valor obtido em anos anteriores.

Salienta-se que parte da produção da Fábrica de Cacia foi integrada em papel naquelas unidades industriais, reduzindo assim progressivamente a exposição do Grupo Portucel à venda de pasta para mercado.

A qualidade dos papéis produzidos situa-se ao melhor nível de referência internacional, permitindo um crescente incremento e valorização dos produtos *premium* do Grupo com marcas próprias nos mais exigentes mercados mundiais.

O fabrico de novos produtos papeleros, que correspondem às diferentes exigências dos mercados mundiais, foi conseguido com elevado desempenho e qualidade, destacando-se as produções da nova Fábrica de Papel de Setúbal.

O alcance de eficiência na atividade produtiva tem por base a permanente procura de novas reduções nos consumos específicos de produtos e matérias-primas, sendo de destacar as elevadas eficiências do Grupo no consumo de produtos químicos e na menor utilização de energia. Neste campo, têm vindo a ser adotadas tecnologias cada vez mais limpas, baseadas em combustíveis renováveis e gás natural, reduzindo a dependência dos combustíveis fósseis, sendo hoje em dia o consumo de fuel-oil praticamente residual no Grupo Portucel.

De referir, na produção de pasta, uma redução do custo associado à aquisição de matéria-prima e produtos químicos, tendo os consumos energéticos sido ajustados às capacidades produtivas.

Especial referência deve ser feita aos consumos de produtos químicos nos branqueamentos das fábricas de pasta onde, fruto de uma maior eficiência operacional nas lavagens, associada a um melhor desempenho destes equipamentos, foi possível obter significativas reduções de consumos.

Na produção de papel, o bom desempenho energético do Grupo baseia-se essencialmente na redução do consumo de energia, decorrente da elevada eficiência produtiva e dos modernos equipamentos que possibilitam uma otimização na utilização deste recurso.

Salienta-se, também, o desempenho da unidade produtiva de energia em regime de cogeração a gás natural de Setúbal, que atingiu um novo máximo de produção, bem como o desempenho estável e eficiente das centrais termoelétricas a biomassa, que atingiram bons níveis de desempenho com regularidade e eficiência.

Os custos fixos das unidades industriais do Grupo Portucel apresentaram, no ano de 2012, um desempenho bastante positivo, consubstanciando as políticas e programas implementados que têm proporcionado constantes e continuadas reduções.

A atividade de manutenção do Grupo, realizada pela sua Empresa de Manutenção EMA 21, tem vindo a apresentar uma elevada eficiência, permitindo superar os níveis de disponibilidade dos equipamentos produtivos mantendo um bom desempenho ao nível dos custos.

O Projeto LEAN, essencialmente dirigido para a melhoria das operações de produção e manutenção, foi concluído com sucesso, permitindo ganhos de 8,5 milhões de euros ao longo do período de implementação.

Encontra-se em fase de conclusão o projeto dirigido para a eficiência energética, desenvolvido em todas as fábricas do Grupo, o qual aguarda a implementação física de alguns investimentos. No essencial este projeto vem reforçar a já elevada eficiência do desempenho energético do Grupo, permitindo ainda atingir novos ganhos nesta área.

Durante o ano, foi lançado nas várias unidades fabris do Grupo o projeto MEO, Melhoria da Eficiência da Operação, que visa uma maior integração destas unidades, contribuindo para a transferência das melhores práticas de operação e manutenção. Desta forma, foi possível consolidar os resultados e melhorias obtidos com o anterior projeto LEAN, favorecendo a disseminação dos bons desempenhos e incrementando ainda algumas atividades com potencial para alcançar novos ganhos de eficiência e produtividade.

3.4.2. Projetos de Investimento

A consolidação dos importantes investimentos industriais realizados recomenda que esta importante área do Grupo Portucel seja dirigida para objetivos específicos de melhoria da eficiência e da produtividade, permitindo ultrapassar constrangimentos à atividade industrial.

Neste sentido, foi dado especial relevo aos projetos de substituição de equipamentos em fim de vida e aos projetos ambientais e de melhoria da eficiência energética.

Em 2012, foi concluído com sucesso o projeto de aumento de capacidade da evaporação no Complexo Industrial da Figueira da Foz, cujo início de funcionamento se verificou em Setembro com bons resultados na eficiência energética deste complexo.

Foi igualmente concluído o projeto de substituição da fornalha e sobreaquecedores da caldeira de biomassa do Complexo Industrial de Setúbal, perspetivando um aumento na vida útil deste equipamento e assinaláveis melhorias no seu desempenho ambiental.

De referir na área da energia, o projeto de substituição do fuel-oil por gás natural, como combustível nos fornos de cal do Complexo Industrial de Setúbal, o qual ficou concluído em Setembro, permitindo uma redução de custos e novos ganhos ao nível das emissões atmosféricas desta unidade.

Na Fábrica de Cacia foram implementados diversos projetos de melhoria da fiabilidade dos equipamentos produtivos e de melhoria da eficiência energética.

Na atividade de produção de papel foram desenvolvidos vários projetos direcionados para a melhoria da eficiência produtiva.

3.5. DESENVOLVIMENTO

O Grupo continuou os trabalhos inerentes à fase inicial do seu projeto de investimento em Moçambique, que consiste, tal como tem sido informado, no desenvolvimento de uma base florestal e na construção de uma fábrica de pasta para papel e produção de energia. Os resultados desta fase inicial, sobretudo no que respeita aos ensaios de campo para determinação dos materiais vegetais com maior potencial e teste dos modelos de silvicultura, têm sido

muito encorajadores, o que deverá permitir alargar a escala da operação florestal mais cedo que o inicialmente previsto.

No campo dos processos logísticos, quer dos fluxos de matéria-prima e outros fatores de produção, quer da saída de BEKP, continuam a decorrer os estudos que permitirão concluir sobre a viabilidade das diferentes alternativas em causa. Esta fase deverá prolongar-se até ao próximo ano.

Em termos de desenvolvimento nacional, e na sequência do investimento na modernização e duplicação da capacidade dos viveiros localizados na Herdade da Espirra, propriedade do Grupo, realizou-se uma primeira campanha de produção de plantas clonais de eucalipto após a conclusão do projecto que irá permitir que o Grupo atinja, pela primeira vez na sua história, uma produção da ordem das seis milhões de plantas clonais. Será assim possível reforçar a utilização nas plantações do Grupo e a disponibilização de material genético certificado e de qualidade superior às organizações de produtores florestais do país, com benefícios significativos na produtividade da floresta nacional e no rendimento dos produtores florestais.

Com a conclusão deste investimento, o Grupo fica dotado do maior viveiro de plantas florestais certificadas da Europa, com uma capacidade de produção anual de 12 milhões de plantas.

Outro vetor importante na estratégia do Grupo centra-se no incentivo à certificação da gestão florestal, de que o Grupo foi pioneiro em Portugal, tendo obtido a renovação da certificação da gestão florestal pelos exigentes sistemas FSC e PEFC, comprovando o esforço e investimento do Grupo na implementação das melhores práticas florestais, na execução de programas de gestão de biodiversidade e na implementação de planos de prevenção e combate de incêndios florestais. Tendo em vista continuar a contribuir, também, para a certificação de outros produtores e proprietários florestais, o Grupo prosseguiu em 2012 a sua participação nas iniciativas nacionais destes esquemas de certificação e renovou os protocolos de apoio às principais organizações do setor.

O Grupo prosseguiu em 2012 o seu plano de florestação e as diversas atividades de manutenção e proteção do seu património florestal. No que respeita à defesa da floresta contra incêndios, a campanha do ano foi encerrada com um balanço positivo. De facto, o dispositivo de prevenção e apoio ao combate funcionou adequadamente e, apesar das condições meteorológicas adversas observadas, as perdas florestais contabilizadas foram pouco expressivas e alinhadas com as registadas nos últimos anos. Salientamos que a esmagadora maioria das intervenções do dispositivo ao serviço do Grupo, mais de 85%, é feita em propriedades de terceiros, ajudando desta forma o esforço do sistema nacional de defesa da floresta contra incêndios. Uma vez mais se comprovou que uma gestão florestal profissional e certificada é a melhor proteção contra o flagelo dos incêndios.

De salientar ainda, no domínio da prevenção da floresta contra incêndios, que o Grupo se encontra a participar no programa MIT (Massachusetts Institute of Technology) Portugal, tendo continuado em 2012 os trabalhos do projeto Fire-Engine (Flexible Design of Forest Fire Management Systems). Os modelos de suporte à decisão de políticas públicas e gestão de sistemas de proteção de incêndios produzidos, no âmbito desta colaboração entre o Grupo Portucel e o MIT, ficarão disponíveis para poderem ser adotados pelas instituições portuguesas.

3.6. RECURSOS E FUNÇÕES DE SUPORTE

3.6.1. Sustentabilidade

Na caminhada do desenvolvimento sustentável que os povos e os líderes políticos iniciaram na Cimeira da Terra, no Rio de Janeiro, em 1992, o ano de 2012 será recordado, no domínio da sustentabilidade, como o ano em que se gerou,

na Conferência Rio + 20, um consenso alargado em torno da necessidade e da bondade da chamada “Economia Verde”.

As indústrias florestais, com particular relevo para a indústria de produção de pasta de celulose e de papel, são o exemplo mais antigo e mais bem conseguido da chamada “economia verde”.

Os cidadãos, constantemente confrontados, no decorrer do final do século XX, com injustificados argumentos em desfavor da indústria papelreira, começam agora a ver, com interesse e curiosidade, o crescente reconhecimento, por parte das organizações ambientalistas mais conhecedoras e menos extremadas, da necessidade e utilidade da floresta plantada como fonte de matéria-prima industrial, de reflorestação de espaços degradados, de retenção de carbono fóssil e de energia renovável.

A atestar as preocupações de longa data sobre a sustentabilidade do setor da pasta e do papel, as suas maiores e mais ativas empresas industriais figuram em força no fórum mundial de sustentabilidade que é o WBCSD – World Business Council for Sustainable Development, fundado logo após a citada Cimeira do Rio.

O Grupo Portucel, convidado a juntar-se a esta organização mundial logo no seu início, tem mantido a participação ativa que aí vem protagonizando há quase duas décadas e assumiu um papel destacado na iniciativa SFPI – Sustainable Forest Products Industries, agora designada por WBCSD – Forest Solutions.

Esse protagonismo traduziu-se, entre outros aspetos, na presidência de um dos quatro Action Teams, o Forest Resources, do WBCSD – Forest Solutions, e na introdução, na sua agenda, de dois pontos de enorme atualidade: a água, nos produtos, nos processos e na floresta, e a transparência da certificação florestal, nomeadamente o significado e a perceção pública dos diferentes logótipos dos dois principais sistemas de certificação, FSC e PEFC.

O reconhecimento crescente do papel do WBCSD, que consiste em afirmar que a atividade empresarial, mais do que os reguladores, é a chave para o desenvolvimento sustentável, ocorre numa envolvente que poderia fazer crer que o mundo empresarial se desinteressaria pelos princípios e desafios da sustentabilidade. E isto porque se torna cada vez mais evidente que apenas um modelo de negócio como o do Grupo Portucel, que parte de recursos naturais renováveis, que serve necessidades reais da sociedade, que minimiza os impactos da sua atividade e que gera produtos recicláveis e biodegradáveis, é capaz de resistir aos efeitos indesejados da globalização.

Foi nesse quadro que o Grupo participou na preparação do documento “Visão 2050” do WBCSD e se empenhou ativamente no exercício homólogo posteriormente levado a cabo pela CEPI – Confederação Europeia da Indústria Papeleira, com vista a integrar as estratégias de médio e longo prazo das Nações Unidas e da União Europeia.

O Grupo, embora altamente globalizado, como atesta a presença dos seus produtos em mais de 113 países, não deixou de concentrar os seus esforços no desenvolvimento da floresta portuguesa, motivando e incrementando o seu apoio financeiro, técnico e humano à certificação da pequena propriedade privada, tão característica do Norte e Centro de Portugal, estimulando o associativismo, apostando na transparência das suas boas práticas e, sempre, procurando a diversificação desenvolvendo políticas e iniciativas de conservação da biodiversidade e não causando qualquer tipo de impacto irreversível sobre os ecossistemas onde intervém.

O lançamento, com a Universidade de Coimbra, de um prémio para novas ideias de negócio que estimulem e viabilizem a adoção de uma gestão florestal sustentável, o estreitamento das ligações com a Academia, o apoio à melhoria do estado sanitário da floresta portuguesa (combatendo o *Gonipterus* e apoiando a investigação sobre o nemátodo do pinheiro bravo) e o cofinanciamento, com a FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, de investigação em torno das plantações de eucalipto, não foram mais do que passos para a concretização, em 2012, da estratégia de reforço e aprofundamento da Política de Sustentabilidade do Grupo, definida formalmente em 2005.

3.6.2. Floresta e Abastecimento de Madeiras

Gestão Sustentável

O ano de 2012 representou mais uma etapa na reorganização empresarial da área florestal do Grupo Portucel, aprofundando a especialização dos seus ativos fundiários e florestais com o objetivo de garantir a unificação de processos e a consequente uniformização do modelo de gestão. A Portucel Soporcel Florestal surge atualmente como a empresa dedicada à vertente florestal do Grupo, concentrando a gestão de todos os espaços agro-florestais, tanto em terrenos próprios como naqueles cuja gestão lhe está confiada pelos seus proprietários.

No final de 2012, o Grupo Portucel era responsável pela gestão de aproximadamente 120 mil hectares de áreas agro-florestais, incluindo cerca de 70% de povoamentos de eucalipto, distribuídos por 160 concelhos do País.

Como contributo decisivo para reforçar a presença do Grupo numa base local, a atividade de arrendamento e aquisição de terras, que inclui a angariação de novas áreas ou renegociação de contratos existentes, traduziu-se numa importante forma de relacionamento com os proprietários florestais. O Grupo tem vindo a associar-se a um número crescente de proprietários florestais que pretendem valorizar as suas terras, quer pela rearborização dessas áreas com utilização de plantas clonais selecionadas, que permitem ganhos de produtividade significativos face à floresta de base tradicional, quer pelo facto de as áreas passarem a ser geridas com as melhores práticas silvícolas e serem certificadas pelos mais exigentes sistemas mundiais.

Em 2012, foram submetidos a licenciamento mais de 200 projetos de florestação (rearborização, arborização e reconversão). De referir que neste período se assistiu a um aumento significativo dos projetos de florestação elaborados pelo Grupo, reflexo do aumento dos objetivos relativos à área a plantar. No entanto, o licenciamento dos projetos continua muito condicionado pela complexidade e burocracia do atual quadro legal que regulamenta este tipo de operações.

Abastecimento de Madeira

Garantir o abastecimento de madeira certificada e em condições competitivas representa um fator crítico para o desenvolvimento do Grupo Portucel.

A oferta de rolaria de eucalipto no mercado nacional, a exemplo do que se passa desde 2006, tem sido deficitária em relação ao consumo, implicando a necessidade de compras significativas ao exterior, de mercados como a Espanha, a África e a América do Sul, o que se traduz em custos totais mais elevados, devido à logística envolvida.

Na madeira proveniente de matas próprias do Grupo, foi garantida a qualidade e sustentabilidade no corte das madeiras, tratando-se na sua quase totalidade, de madeira certificada. Prosseguindo a política de responsabilidade corporativa e de envolvimento com as comunidades em que se insere, o Grupo manteve a sua forte aposta na certificação da gestão florestal e da cadeia de custódia, garantes do desenvolvimento sustentado do negócio.

Logística e Transporte Florestal

A área de logística e transporte florestal do Grupo foi responsável por mais de 2 milhões de toneladas de fluxos logísticos de madeira rececionada nas suas unidades industriais.

Ao longo do ano, o Grupo procedeu à realocação de alguns dos parques exteriores rodoviários de receção de madeira para parques portuários ou ferroviários, designadamente em zonas de maior distância às unidades fabris (como é o caso da Galiza). A rede logística encontra-se assente em 15 locais de receção e estacionamento de madeira,

para captação de matéria-prima em zonas limítrofes, e 8 portos para gestão otimizada dos fluxos logísticos florestais com destino às fábricas.

Esta iniciativa do Grupo visa promover transportes menos poluentes e com custos mais baixos, reduzindo substancialmente os percursos rodoviários no transporte da madeira.

Em 2012, foram instaladas, nas viaturas ao serviço do Grupo para transporte de madeira, sistemas de georreferenciação que permitem um aumento relevante da segurança e controlo operacional no transporte rodoviário.

Compras

O agravamento da crise económica na Europa, conjugado com os elevados preços de energia que vigoram no espaço económico europeu e com o efeito cambial do dólar, continua a promover a deslocalização de várias unidades industriais para mercados em crescimento, embora mais longínquos.

Existe assim uma menor disponibilidade de produtos químicos a preços mais atrativos, continuando, por seu turno, a ser evidente o desinvestimento na Europa e a deslocalização dos fornecedores para os mercados BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) e da Ásia em geral, acompanhada de novos investimentos industriais nessas regiões.

Em 2012, é de destacar ainda uma grande volatilidade no preço das matérias-primas, em especial na maioria dos produtos químicos utilizados no fabrico de papel.

Registou-se também o fecho de capacidade de produção instalada por alienação de negócios, encontrando-se alguns fornecedores numa situação financeira precária, e evidenciou-se a preocupação dos fornecedores em relação à rentabilidade das suas fábricas na Europa, estando em causa a concretização de investimentos futuros e até a sua própria continuidade.

A base de fornecimento mostrou-se pouco estável, embora no caso de alguns produtos químicos exista excesso de oferta. Na Europa continua a verificar-se um aumento de fornecedores asiáticos, verticalmente integrados, que procuram igualmente penetrar no mercado americano.

Os produtos novos, ou com incorporação de inovação, estão a ser gerados na Ásia, sempre dentro do conceito de fornecedores verticalmente integrados. Por razões de competitividade global e de regulação, os fornecedores europeus exibem dificuldades nesta integração.

Não se registaram problemas significativos de abastecimento em matéria de necessidades internas, embora tenha evidenciado mais dificuldades em obter benefícios por via de negociação de preço. Foram prosseguidos os esforços em adquirir vantagens através do Sistema TCO-Total Cost of Ownership / Custos Totais de Aquisição.

No que se refere aos valores dos produtos adquiridos, os preços foram revistos em alta, especialmente influenciados pelos custos de matéria-prima e pelo aumento dos custos da energia, sendo que os preços de Brent em média altos, acima dos USD 108.00, contribuíram para uma tensão nos valores de várias matérias-primas.

No que diz respeito à base de fornecimento, tanto nacional como europeia, verificou-se alguma contração. À semelhança da estratégia de diversificação adotada no ano anterior, o Grupo privilegiou a contratação de fornecedores de várias regiões do globo, especialmente da região asiática, tendo avaliado e aprovado alguns fornecedores desta região para os seus abastecimentos.

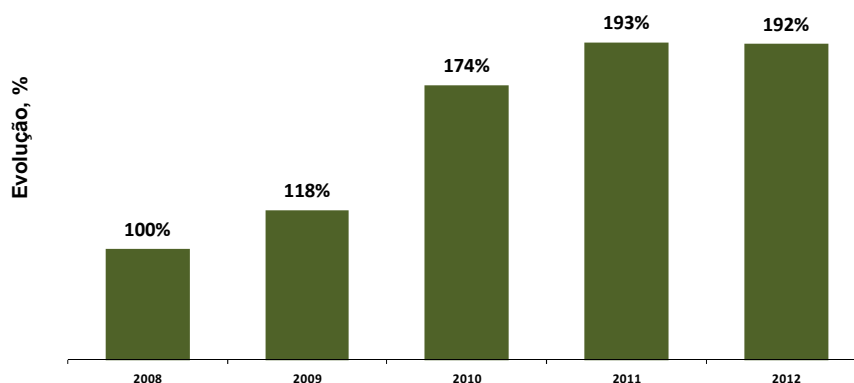
O objetivo perseguido com esta política consiste em equilibrar a oferta atual, diminuir a dependência de um número reduzido de fontes nacionais e europeias e melhorar o acesso a outras fontes de inovação, moderando os custos de aquisição.

O trabalho realizado em 2012 irá ter continuidade durante 2013 e 2014, fazendo parte dos planos do Grupo a permanente procura do potencial de outros mercados fornecedores, como Turquia, Golfo Pérsico, África do Sul, Ásia e América do Norte. Este projeto está a ser suportado por estudos específicos de mercado já iniciados em 2012, e que terão em 2013 um maior relevo.

3.6.3. Energia

Em 2012, o Grupo Portucel atingiu uma produção bruta de energia elétrica de 1.879 GWh, registando-se uma ligeira redução de 0,4% face ao ano anterior. Esta produção total de energia elétrica correspondeu a 4,4% da produção total nacional.

**Evolução da produção bruta de energia eléctrica do Grupo
(Ano de referência 2008)**

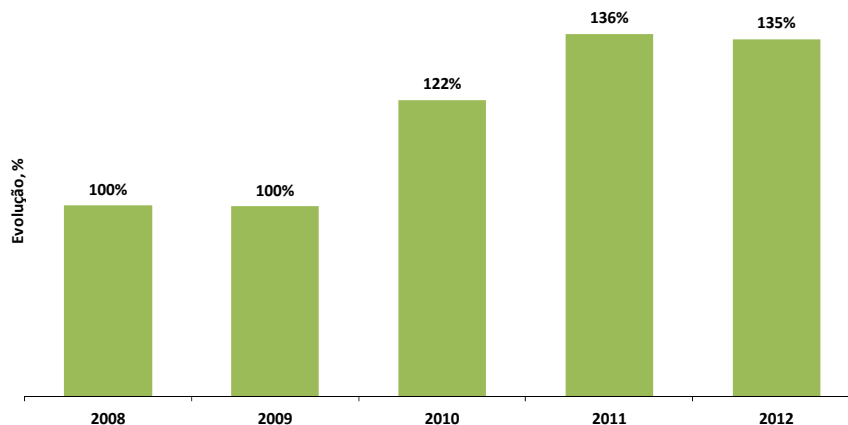


Não inclui a produção da cogeração da SOPORGEN (parceria com a EDP)

Verificou-se neste ano a consolidação dos vários investimentos na área de produção de energia.

A produção de eletricidade a partir de centrais a biomassa (3 em regime de cogeração e 2 centrais dedicadas) atingiu 1.214 GWh, uma ligeira redução de 0,6% face ao ano anterior. Esta redução deve-se essencialmente a paragens para intervenção nas caldeiras e sistemas de armazenamento, transporte e alimentação de biomassa.

**Evolução da produção bruta de energia eléctrica do Grupo a partir de biomassa
(Ano de referência 2008)**



O Grupo Portucel mantém a liderança e assume o seu estatuto de maior produtor nacional de eletricidade a partir de biomassa, estimando-se ter representado 49% do total de energia elétrica produzida a partir deste recurso renovável em 2012.

Apesar do incremento da produção de energia a partir de gás natural, associada às necessidades energéticas da nova fábrica de papel de Setúbal, a produção de energia do Grupo foi assegurada em 65% por centrais de cogeração de alta eficiência e por centrais termoelétricas a biomassa, ou seja, com recurso a combustíveis renováveis. Importa salientar que a cogeração combina a produção de energia elétrica com quantidades muito superiores de energia térmica, tornando-se consideravelmente mais eficiente do que a convencional produção exclusiva de eletricidade.

A cogeração de energia do Grupo Portucel enquadra-se dentro dos objetivos da Diretiva 2012/27/EU, que recomenda aos Estados Membros que seja explorado o potencial da cogeração com base na procura de calor útil, sendo estas instalações fundamentais para se atingir o objetivo de 20% de aumento de eficiência energética estabelecido pela União Europeia para 2020.

No entanto, a Portaria 140/2012 veio estabelecer um regime que reduz fortemente as tarifas aplicáveis às cogerações mais antigas, inviabilizando economicamente a continuação em funcionamento de instalações de cogeração de alta eficiência.

Bioenergia e Combustíveis Fósseis

As duas centrais termoelétricas a biomassa, das unidades fabris de Cacia e de Setúbal, e as três centrais de cogeração a biomassa do Grupo permitiram consolidar a sua posição no domínio da produção nacional de energias renováveis. O grande benefício em termos de redução de emissões de CO₂ terá impacto no balanço destas emissões a nível nacional e na diminuição da dependência de combustíveis fósseis importados, sendo desta forma um contributo do Grupo para um desígnio nacional. Estima-se que estas centrais do Grupo Portucel poderão evitar emissões de CO₂ superiores a 450 mil toneladas em termos do balanço nacional.

3.6.4. Ambiente

Em 2012, foi renovado o contrato relativo às condições de utilização do Rótulo Ecológico da União Europeia (REUE) do Grupo Portucel para o papel que produz e comercializa no segmento de escritório e de utilização gráfica, passando a licença n.º PT/11/002 a ser válida até junho de 2015.

No âmbito do diploma PCIP – Prevenção e Controlo Integrados da Poluição, o Grupo Portucel deu continuidade aos processos, ainda em curso, para renovação das licenças ambientais dos Complexos Industriais da Figueira da Foz e de Setúbal.

Terminado em 2012 o segundo período de aplicação do CELE – Comércio Europeu de Licenças de Emissão, que decorreu entre 2008 e 2012, com a publicação da diretiva 2009/29/CE, nova diretiva CELE incluída no Pacote Clima Energia, as regras de determinação de licenças disponíveis a nível comunitário e de atribuição de licenças gratuitas mudaram consideravelmente. A atribuição preliminar de licenças gratuitas foi feita com recurso a benchmarks definidos a nível comunitário, iniciando-se a 1 de janeiro de 2013 o terceiro período de aplicação CELE, que terminará em 2020.

Em 2011 e 2012, foi submetido, às instalações do Grupo Portucel abrangidas pelo regime CELE, um conjunto de formulários sujeitos a verificação, que permitiram à entidade competente (APA – Agência Portuguesa de Ambiente) determinar, para cada instalação, a alocação preliminar de licenças de emissão gratuitas atribuídas para o período 2013-2020.

No âmbito da monitorização e comunicação das emissões de gases com efeito de estufa, as várias instalações do Grupo submeteram igualmente à APA, em 2012, os procedimentos para atualização dos Títulos de Emissão de Gases com Efeito de Estufa (TEGEE), para o período do regime CELE 2013–2020.

No que se refere ao diploma Seveso (diploma de prevenção de acidentes graves), o Grupo estabeleceu uma Política de Prevenção de Acidentes Graves (PPAG) com o objetivo de comunicar os princípios de ação e compromissos assumidos neste domínio. O texto da PPAG foi submetido a consulta aos Colaboradores, processo a concluir no início de 2013 culminando com a publicação do documento aprovado.

Ainda no mesmo âmbito, o Grupo participou num exercício de simulação do Plano de Emergência Externo da Península da Mitrena, denominado 'MITREX 2012', envolvendo todos os estabelecimentos Seveso desta zona industrial.

Apesar do aumento de produção, sustentadamente alcançado em todas as fábricas do Grupo, em particular na atividade papel, que correspondeu a cerca 45% nos últimos cinco anos, a estratégia para melhorar continuamente os processos, produtos e a eficiência operacional, tem permitido, em todos os domínios, uma melhoria contínua dos seus indicadores de desempenho ambiental.

Como resultado desse esforço, a avaliação do desempenho ambiental dos processos produtivos, através da sistematização de indicadores de eco-eficiência e de impactes ambientais, evidencia um desempenho positivo e sustentado de todas as instalações fabris do Grupo, e em todos os domínios: ar, água, resíduos e recursos naturais.

A utilização das Melhores Técnicas Disponíveis, associada ao esforço contínuo de implementação de melhorias, no sentido de aumentar a eco-eficiência dos processos, permitiu reduções significativas no volume de água utilizada e melhorias ao nível do uso sustentado de fontes de energia de origem renovável.

Em 2012, o Grupo Portucel garantiu a manutenção da certificação dos sistemas de gestão implementados. Neste sentido, foi realizada ao longo do ano uma série de auditorias externas por entidades acreditadas nas várias unidades fabris do Grupo, tendo sido assegurada a renovação do sistema de Gestão de Segurança na Fábrica de Cacia, do sistema de Gestão da Qualidade no Complexo Industrial da Figueira da Foz e do sistema de Gestão Ambiental no Complexo Industrial de Setúbal. Foram ainda mantidas as certificações dos restantes referenciais já implementados e certificados.

3.6.5. Inovação

O ano de 2012 ficou marcado pelo lançamento de um produto inovador dirigido ao público estudantil, o Navigator Students, para responder às necessidades dos consumidores mais jovens que pretendem obter produtos de qualidade a preços competitivos.

De destacar também, em 2012, o lançamento do Navigator Eco-Logical 18lb no mercado americano, um produto diferenciador, pois apesar de ter uma gramagem inferior ao standard do mercado, garante níveis de performance superiores a papéis concorrentes de 20lb.

A aposta do Grupo na melhoria de oferta para mercado assenta na procura sistemática da adequação ao mercado real, mantendo uma análise exaustiva e constante das necessidades dos clientes, bem como dos desenvolvimentos tecnológicos de impressão e suas rentabilidades, suportado nas excelentes características tecnológicas do processo de fabrico e superior qualidade das matérias-primas utilizadas. Neste sentido, foram melhorados os processos internos permitindo consolidar a consistência da qualidade dos produtos e otimizar os custos de produção associados, com impacto global positivo na produtividade e eficiência das operações.

Foram igualmente alvo de especial atenção as oportunidades que resultam de tecnologias de impressão emergentes

com elevado potencial de crescimento, como é o caso da tecnologia Web Inkjet que permite a impressão a jato de tinta de alta velocidade.

A relevância dos projetos de Investigação e Desenvolvimento (I&D) em que o Grupo está envolvido tem sido reconhecida pelos organismos oficiais competentes, designadamente a Agência de Inovação, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e a Fundação para a Ciência e Tecnologia. No âmbito do SIFIDE – Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação & Desenvolvimento Empresarial, estes organismos têm vindo a certificar como elegíveis investimentos nesta área. Em 2008, 2009 e 2010, os investimentos realizados ascenderam a 4,1 milhões, 3,7 milhões e 3,8 milhões de euros, respetivamente. Em 2011 foi candidatado um investimento de 9 milhões de euros e em 2012 foi realizado um investimento superior a 4 milhões de euros.

3.6.6. Investigação e Desenvolvimento

Em 2012, o Grupo manteve o investimento em investigação nas áreas florestal, pasta e papel, através das atividades do RAIZ – Instituto de Investigação da Floresta e Papel. Estas atividades foram desenvolvidas em estreita cooperação com as respetivas áreas de atividade do Grupo e diversas entidades do sistema científico e tecnológico.

Na área de investigação industrial de pasta e papel, entre os inúmeros projetos, refira-se que se procedeu à investigação sobre aplicação de enzimas com o apoio do Biocant, laboratório de referência na área das biotecnologias, tendo sido desenvolvido um estudo aprofundado sobre as características, mecanismos de atuação e otimização de condições para aplicação de enzimas na melhoria de características de pastas brancas de eucalipto, confirmando um potencial elevado em termos de racionalização de recursos, nomeadamente fibra e energia, no fabrico de papéis de escritório.

O projeto de investigação Valorcel, realizado em co-promoção pelo Grupo Portucel, RAIZ e o PIEP, permitiu a produção de um compósito com incorporação de até 30% de fibra, com boas características mecânicas, que foi testado em produção de peças para o setor automóvel.

Em 2012, o Grupo Portucel investiu nas áreas de bioenergia e biorefinaria, tendo desenvolvido o projeto de investigação BIIPP, Biorefinaria Integrada na Indústria de Pasta e Papel, em parceria com as universidades de Aveiro, Coimbra e Porto, cabendo ao RAIZ garantir o alinhamento entre a investigação e aplicação industrial. O projeto envolve o estudo de pré-extracção de hemiceluloses das aparas de *Eucalyptus globulus* e o processamento de lamelas primárias da estação de tratamento de águas residuais para produção de soluções de açúcares e posterior conversão em etanol. A extracção de produtos orgânicos de elevado valor acrescentado da casca de eucalipto, nomeadamente compostos triterpénicos e fenólicos, é também uma vertente deste projeto. Estes compostos têm um valor reconhecido pelas indústrias farmacêutica, de cosméticos e nutricional.

Ainda na área de biorefinaria, o RAIZ procurou complementar os conhecimentos chave que possui sobre novas tecnologias de desconstrução de biomassa e processo kraft, em parceria com entidades especialistas em biotecnologia e processos químicos, tentando desenvolver matéria-prima para a indústria de bioquímicos, biopolímeros e biocompósitos. A produção de materiais celulósicos, nomeadamente micro e nano celulose, e o desenvolvimento de novas aplicações, são igualmente uma área de intervenção de investigação.

Na área da investigação florestal destaca-se o trabalho de caracterização ambiental dos povoamentos, que continuou a ser um aspeto importante da atividade do RAIZ, com a estratificação de 23 mil hectares de áreas florestais em zonas homogéneas. O resultado deste trabalho foi integrado no Sistema de Informação Geográfica, de modo a facilitar a sua operacionalidade e suporte à gestão silvícola, permitir a fundamentação de investimentos, a definição do projeto florestal e respetivas intervenções silvícolas, bem como a redução dos riscos associados à decisão. Este conhecimento

foi endogeneizado pelos quadros do Grupo, produtores florestais e respetivas associações, através da realização de ações de formação em zonagem e boas práticas silvícolas.

O ano de 2012 caracterizou-se por uma atividade intensa no apoio técnico a projetos que decorreram com o objetivo de viabilizar alternativas destinadas a otimizar a produtividade florestal nas áreas sob gestão do Grupo, de forma a reduzir a dependência de abastecimento pela via da importação de madeira, e de terceiros, visando melhorar o abastecimento futuro de madeira às fábricas de pasta do Grupo Portucel.

4. Área de Negócios de Cimentos e Derivados – SECIL

Conforme anteriormente mencionado, o Grupo Secil passou a ser integrado nas contas da Semapa pelo método de consolidação integral a partir do final de Março de 2012.

Os dados apresentados no presente capítulo correspondem a 100% da atividade do Grupo Secil após ajustamentos de consolidação para a Semapa, não incluindo as operações do Grupo Supremo, de modo a possibilitar uma melhor compreensão da evolução real da atividade desenvolvida pelo Grupo Secil. Os principais indicadores do Grupo Supremo serão apresentados separadamente.

4.1. PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

IFRS - valores acumulados (milhões de euros)	2012	2011	Var. (%)
Volume de vendas	450,2	506,9	-11,2%
Outros Proveitos	40,8	61,1	-33,2%
Gastos e Perdas	(419,4)	(465,8)	10,0%
EBITDA	71,6	102,2	-29,9%
EBITDA Recorrente	71,6	96,7	-25,9%
Amortizações e perdas por imparidade	(71,7)	(45,0)	-59,5%
Provisões (reforços e reversões)	0,4	(4,0)	110,7%
EBIT	0,3	53,2	-99,4%
Resultados Financeiros líquidos	(12,7)	(4,9)	-158,0%
Resultados Antes de Impostos	(12,4)	48,2	-125,8%
Impostos sobre Lucros	(7,8)	(14,6)	46,9%
Lucros retidos do exercício	(20,2)	33,6	-160,1%
Atribuível aos Accionistas da Secil	(24,9)	27,0	-192,3%
Atribuível a Interesses Não Controlados (INC)	4,7	6,6	-28,1%
Cash-Flow	51,1	82,6	-38,1%
Margem EBITDA (%)	15,9%	20,2%	-21,1%
Margem EBIT (%)	0,1%	10,5%	-99,3%
	31-12-2012	31-12-2011	Dez12 vs. Dez11
Capitais Próprios (antes de IM)	506,1	499,3	1,4%
Dívida Líquida	285,5	142,4	100,4%

4.2. PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS

Os principais indicadores operacionais do Grupo Secil durante o exercício económico de 2012 são apresentados no seguinte quadro:

	Unid.	2012	2011	12/11 (%)
Capacidade produtiva anual de cimento	1 000 t	6.850	6.850	0,0%
Vendas Cimento cinzento	1 000 t	4.538	4.735	(4,2%)
Vendas Cimento branco	1 000 t	92	94	(2,5%)
Vendas Cal artificial	1 000 t	66	41	60,5%
Vendas Clinquer	1 000 t	315	397	(20,5%)
Betão-pronto	1 000 m3	1.266	1.724	(26,6%)
Inertes	1 000 t	2.059	3.123	(34,1%)
Prefabricação em betão	1 000 t	87	128	(31,6%)
Argamassas	1 000 t	141	226	(37,7%)
Cal hidráulica	1 000 t	15	16	(5,2%)
Cimento-cola	1 000 t	10	9	11,0%
Número de pessoal	nº	2.247	2.589	-13,2%

4.3. SÍNTESE GLOBAL DA ACTIVIDADE DO GRUPO SECIL

A atividade de construção e o consumo de cimento continuaram a sua trajetória descendente em Portugal, principal mercado do Grupo Secil. Com efeito, em Portugal, no período de Janeiro - Dezembro, a produção do setor da construção diminuiu 16,6 % (Índice de produção na construção e obras públicas – INE Janeiro 2013). O consumo de cimento registou em 2012 uma quebra de cerca de 26,9% em relação a 2011 (“FEPICOP – Federação Portuguesa da Indústria da Construção e Obras Públicas”), fixando-se em 3.329 milhares de toneladas, valor que se encontra ao nível do registado em 1973.

Neste contexto adverso, o volume de negócios consolidado do Grupo Secil no exercício de 2012 ascendeu a 450,2 milhões de euros. Este desempenho representou um decréscimo de 11,2% face ao verificado no período homólogo, refletindo o menor desempenho da generalidade das vendas dirigidas ao mercado português e da unidade de negócio de cimento em Angola.

Refira-se o incremento do volume de negócios no mercado externo da unidade de negócio de cimento em Portugal em 25,9% e das atividades desenvolvidas no Líbano e na Tunísia, que permitiram minimizar o decréscimo global de atividade.

O EBITDA atingiu 71,6 milhões de euros, registando-se uma quebra deste indicador em cerca de 29,9% face ao exercício de 2011.

Apesar da melhoria do desempenho operacional no 4º trimestre de 2012, o acumulado do ano saldou-se por uma evolução desfavorável, em resultado da menor performance dos segmentos de negócios localizados em Portugal (consequência direta da crise profunda que se verifica no setor de construção) e, em menor grau, da unidade de negócio de cimento no Líbano.

A margem EBITDA durante o exercício de 2012 situou-se nos 15,9%, 4,3 p.p. abaixo da margem observada no período homólogo.

O Grupo Secil atingiu um resultado operacional de 0,3 milhões de euros, que compara com 53,2 milhões de euros no ano anterior. No exercício de 2012, este indicador foi negativamente influenciado pelo registo de um conjunto de

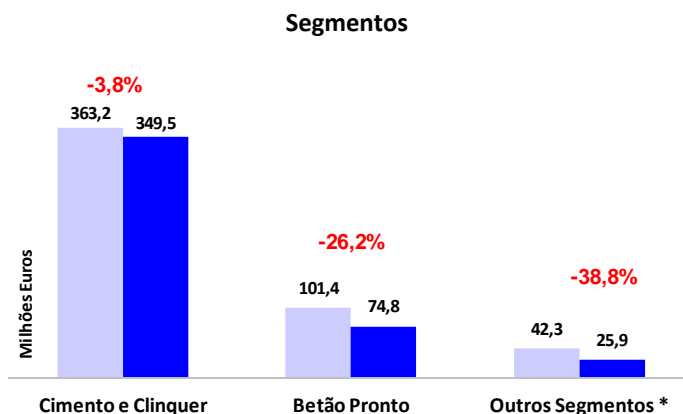
perdas com registo de imparidades no valor global de 23,9 milhões de euros.

No exercício económico de 2012, o Grupo Secil registou prejuízos de 24,9 milhões de euros, fundamentalmente explicados pelos seguintes fatores: (i) diminuição da margem operacional, (ii) registo de um conjunto de perdas com imparidades anteriormente referido e, (iii) aumento dos encargos financeiros (em resultado do efeito combinado do aumento da dívida líquida média no período e da taxa média de juro do Grupo).

O investimento global ascendeu a 56,6 milhões de euros, dos quais 31,4 milhões dizem respeito a investimentos operacionais e 24,4 milhões de euros relacionados com a aquisição de 14,1% da Supremo Cimentos, localizada no Brasil.

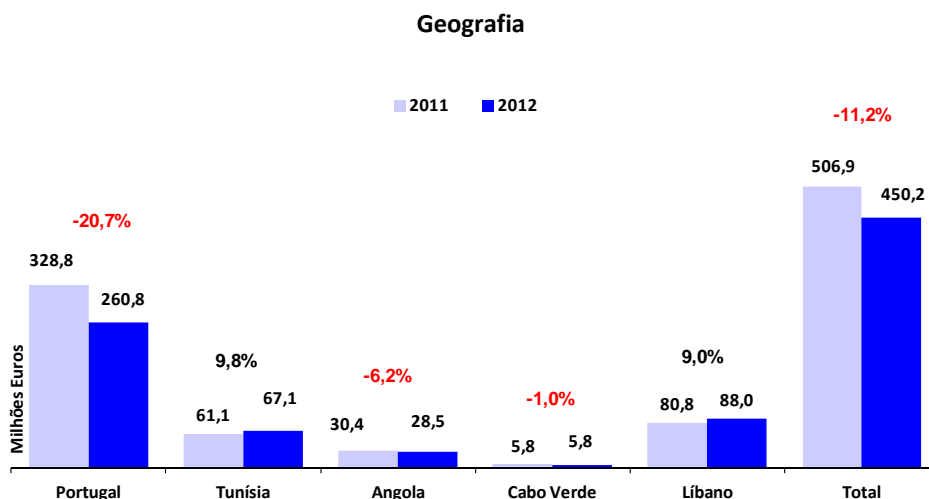
A 31 de dezembro de 2012, a dívida líquida cifrava-se em 285,5 milhões de euros (+143,1 milhões de euros do que em 2011), sendo que o aumento registado face ao final do exercício de 2011 deveu-se essencialmente a investimentos efetuados no âmbito do Grupo Semapa.

Distribuição do Volume de Negócios por Segmentos e Geografia



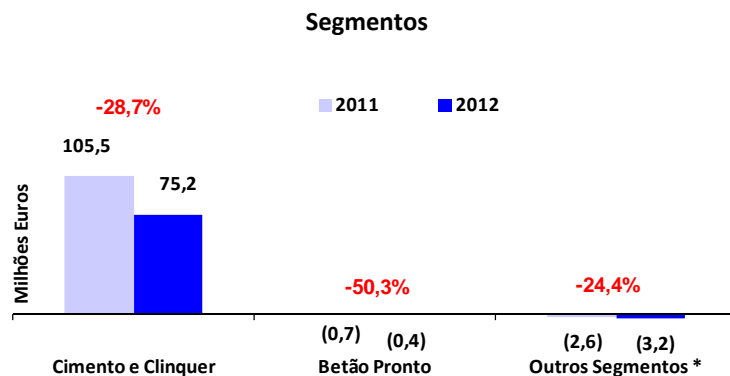
* Inclui Inertes, Argamassas e Pré-fabricados

O volume de negócios do segmento Cimento e Clínquer regrediu 3,8% face ao ano de 2011, em resultado da diminuição das vendas de cimento dirigidas ao mercado interno em Portugal e das operações cimenteiras situadas em Angola. Os restantes segmentos registaram igualmente uma contracção face aos valores apresentados em 2011.



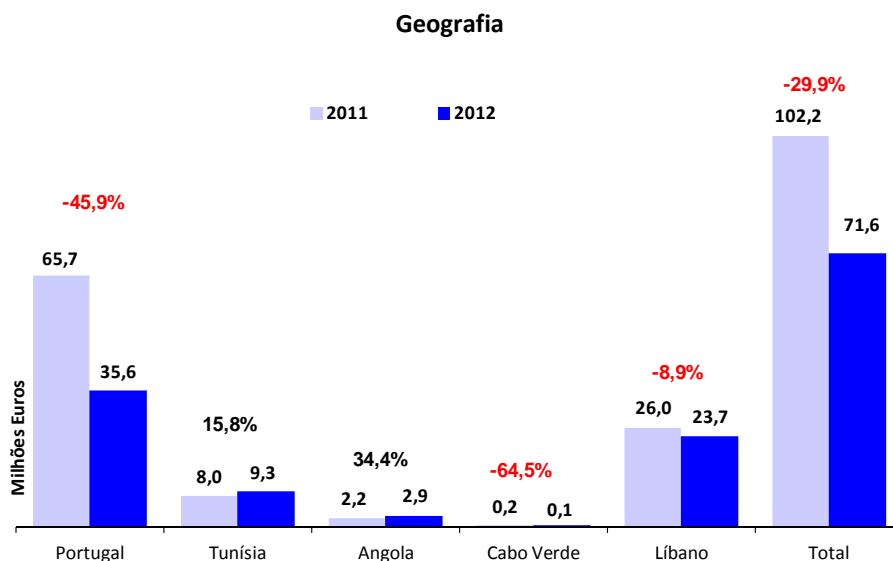
O volume de negócios resultante do conjunto das operações desenvolvidas fora de Portugal e das exportações a partir de Portugal aumentou o seu peso relativo: 42,1% vs 35,1% registados em 2011.

Distribuição do EBITDA por Segmentos e Geografia



* Inclui Inertes, Argamassas e Pré-fabricados

O segmento cimento e clínquer diminuiu o seu peso absoluto no conjunto das operações desenvolvidas pelo Grupo Secil. No entanto, aumentou o seu peso relativo face a 2011.



Nota: O segmento Portugal inclui o EBITDA da Silonor (França) e Secilpar (Espanha)

Em termos de repartição geográfica, o EBITDA apresentou uma maior dispersão face ao período homólogo, sendo que as operações fora de Portugal representaram cerca de 50,3% do total do EBITDA do Grupo Secil vs 35,7% registados no exercício de 2011.

4.4. EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS

4.4.1. Portugal

4.4.1.1. Enquadramento de Mercado

De acordo com as previsões recentemente divulgadas pelo Banco de Portugal no Boletim Económico de inverno, a economia Portuguesa terá contraído 3% em 2012. Essa evolução refletiu, essencialmente, a queda significativa da procura interna, já que se assistiu no período em análise a um crescimento das exportações.

De acordo com a mesma fonte, é previsível que o quadro recessivo se prolongue em 2013 (contração de 1,9% da atividade económica, segundo o Boletim Económico de Janeiro do Banco de Portugal), em resultado das medidas de restrição orçamental previstas no orçamento de estado que potenciam uma diminuição adicional da procura interna, com os respetivos efeitos negativos sobre a atividade económica, em geral, e o setor da construção, em particular.

Este enquadramento macroeconómico negativo, que se refletiu na generalidade dos setores, continua a afetar significativamente o setor da construção, que permanece sem crescer nos últimos 11 anos. A atividade que no passado foi responsável por 7,3% do PIB nacional, tem atualmente uma contribuição de apenas 5% (de acordo com a Federação Portuguesa da Indústria de Construção e Obras Públicas). De acordo com o INE, a atividade de construção e obras públicas terá caído cerca de 16,6% no período de Janeiro a Novembro (Índice de produção na construção e obras públicas – INE Janeiro 2013).

Neste enquadramento desfavorável, o Grupo Secil apresentou os seguintes indicadores globais da atividade desenvolvida em Portugal durante o exercício de 2012:

Portugal (milhões de euros)	Volume de Negócios			EBITDA			Unid.	Quantidades Vendidas		
	Dez 12	Dez 11	12/11 (%)	Dez 12	Dez 11	12/11 (%)		Dez 12	Dez 11	12/11 (%)
Cimento e Clinquer	177,1	202,0	-12,3%	40,7	70,6	-42,4%	1.000 t	2.427,0	2.702,7	-10,2%
Betão Pronto	58,8	85,4	-31,2%	-1,7	-2,1	21,0%	1.000 m3	958,1	1.398,2	-31,5%
Inertes	8,7	14,7	-40,6%	-1,6	-1,2	-34,5%	1.000 t	1.982,6	3.052,7	-35,1%
Argamassas	9,1	12,5	-26,9%	0,3	1,4	-78,1%	1.000 t	166,1	251,4	-33,9%
Pré-fabricados	5,7	8,1	-30,2%	-0,4	-1,6	75,3%	1.000 t	82,1	120,2	-31,7%
Valorização de resíduos	1,5	6,1	-76,1%							
Total	260,8	328,8	-20,7%	37,3	67,1	-44,4%				

4.4.1.2. Cimento e Clinquer

Em 2012, o consumo de cimento em Portugal decresceu cerca de 26,9%, situando-se nos 3,3 milhões de toneladas e acentuando a tendência de queda contínua iniciada em 2002.

As importações de cimento e clínquer terão atingido cerca de 200.000 toneladas, valor abaixo do ano anterior e que representam uma quota de mercado de aproximadamente 6%.

Variação Anual de Consumo de Cimento e Clinquer em Portugal

		2010	2011	2012
Portugal	Mt	5,8	4,9	3,4
Portugal	Var%	-5,8	-15,1	-29
União Europeia	Var%	-10,9	-3,0	

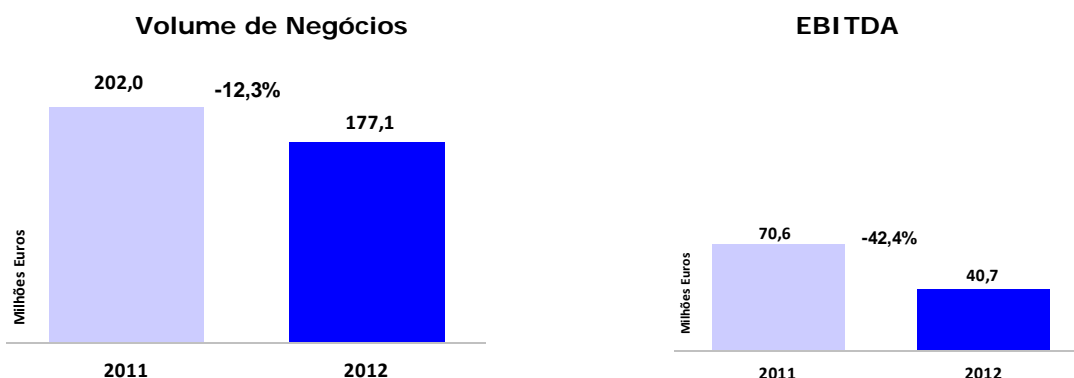
Fonte: Grupo Secil

O ano de 2012 foi marcado por um forte ambiente competitivo, fruto da atuação dos operadores nacionais e das importações provenientes do mercado espanhol que também se encontra em contração e, ainda, pelo excesso de capacidade de produção instalada no território nacional face ao nível da procura.

Neste contexto económico e de queda da procura interna, o Grupo Secil manteve a sua posição relativa no mercado, adaptando a sua produção à dimensão do mercado e procurando canais de distribuição alternativos no mercado de exportação, por forma a minimizar a redução da taxa de utilização das suas unidades produtivas.

O Grupo Secil prosseguiu a sua atuação marcada pelo dinamismo comercial e por uma postura de proximidade ao cliente, o que permitiu aumentar o seu preço médio líquido de venda no mercado interno em cerca de 0,4%. De referir ainda a estratégia adotada pelo Grupo Secil no fortalecimento da sua posição junto das cadeias de retalho especializado, tendo contribuído para um aumento do peso do segmento da revenda na sua estrutura comercial.

Indicadores



O volume de negócios atingiu 177,1 milhões de euros, tendo diminuído 12,3% relativamente a 2011 devido à redução significativa das vendas no mercado interno (-25,9%). De realçar o incremento da atividade de exportação (+25,8%), o que permitiu atenuar a redução das vendas no mercado interno.

A unidade de negócio de cimento em Portugal obteve uma performance inferior à verificada no ano anterior, tendo o EBITDA atingido um valor de 40,7 milhões de euros, 42,4% inferior ao valor registado em 2011.

Esta evolução desfavorável deveu-se essencialmente aos seguintes fatores: i) decréscimo sensível da margem média de venda, fruto da diminuição das vendas no mercado doméstico que tem preços e margens mais elevados que a exportação; ii) aumento dos custos com a eletricidade; iii) ocorrência de custos não recorrentes relacionados com rescisão de contratos de trabalho, decorrentes do plano de reestruturação em curso, parcialmente compensados com a redução de responsabilidades com outros benefícios.

De referir que a prevalência de um controlo apertado dos custos de produção, de distribuição e de estrutura no mercado interno permitiram minimizar os efeitos acima indicados, assim como a intensificação da utilização de combustíveis alternativos.

O sistema de distribuição respondeu cabalmente às solicitações do mercado. Num ano em que foram introduzidas novas portagens e se verificaram aumentos significativos nos preços dos combustíveis e greves no setor portuário e ferroviário, a gestão dos custos de transporte foi uma prioridade gerida com sucesso, tendo-se registado custos de distribuição idênticos aos registados no ano anterior.

De referir que o Conselho de Administração da Secil considera que é necessário prosseguir uma política no setor da energia elétrica que permita a redução dos enviesamentos competitivos a que a indústria portuguesa, e particularmente a indústria cimenteira, está sujeita.

Por fim, destacamos a incorporação de cimento Secil em várias obras relevantes e de prestígio, já concluídas ou em curso de realização, designadamente a Fundação Nadir Afonso - Chaves (Arquiteto Álvaro Siza Vieira) e o Edifício Poente no Tagus Park – Oeiras (Arquiteto Frederico Valsassina). Relativamente a obras com cimento cinzento, destacam-se o Reforço de Potência de duas importantes barragens, a da Venda Nova e a de Salamonde - Vieira do Minho, o Data Center da Portugal Telecom - Covilhã, o novo Hospital de Vila Franca de Xira, a nova Sede da Policia Judiciária - Lisboa e o Edifício do Terminal de Cruzeiros de Leixões.

Actividade Industrial

Durante o ano de 2012, a produção de cimento nas fábricas do Grupo Secil em Portugal atingiu 2,3 milhões de toneladas, o que representou uma redução de 13% face a 2011 em resultado da diminuição da procura.

Produção de Cimento

		2011	2012	Variação
Cimento Cinzento	1000 t	2.509	2.175	-13%
Cimento Branco	1000 t	94	94	2%
Total	1000 t	2.603	2.271	-13%

O cimento produzido nas três fábricas do Grupo Secil em Portugal continua a apresentar características finais bastante homogéneas e elevados padrões de qualidade, aspeto que se considera essencial para garantir um reconhecimento geral no mercado sobre o alto nível de exigência requerido pela Secil.

No período em análise, os preços de aquisição de coque de petróleo apresentaram em termos médios anuais reduções da ordem dos 20%.

De registar o esforço empreendido pelas fábricas na redução dos custos de produção. As ações de racionalização foram fundamentais para atenuar os efeitos negativos da baixa utilização da capacidade produtiva, merecendo especial destaque o programa de sinergias na área de manutenção industrial, o qual visa a redução de custos de materiais, serviços e stocks, bem como um projeto de aumento de eficiência energética, que tem como objetivo a redução dos custos com energia térmica e elétrica, componentes estas com um peso muito significativo na estrutura de custos, assim como nas condições de sustentabilidade da empresa.

Prosseguiu-se o aumento da utilização de resíduos industriais como combustível térmico, com um aumento da taxa de utilização de combustíveis térmicos alternativos de 38% em 2011 para 41% em 2012.

A reestruturação que ocorreu em Portugal teve um impacto muito significativo na área do cimento, tendo o plano de redução da estrutura das operações envolvido as 3 fábricas de cimento, bem como a estrutura organizacional. Esta racionalização dos recursos humanos, por forma à adaptação do negócio à nova realidade de mercado, traduziu-se na redução do número de colaboradores em cerca de 24% face a 2011.

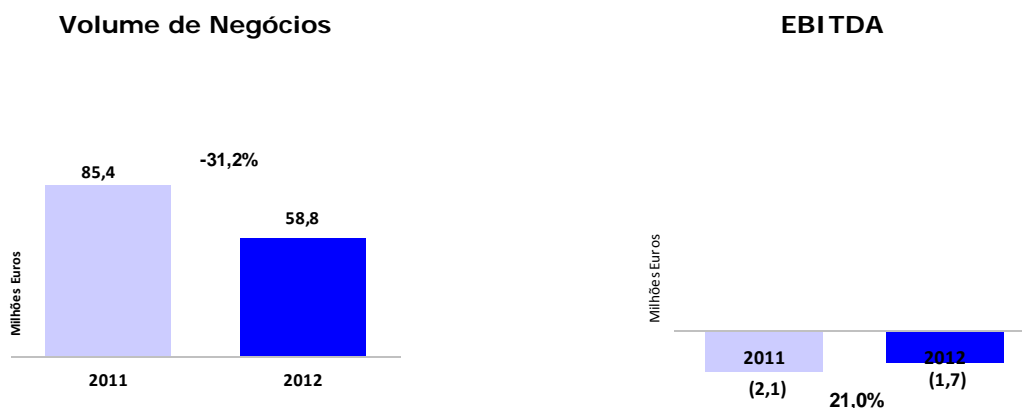
Investimento

Os investimentos realizados em 2012 totalizaram 12 milhões de euros, o que representou uma redução de 63% face a 2011, ano no qual o valor dos investimentos ascendeu a 32 milhões de euros. Este decréscimo encontra-se alinhado com a política de racionalização prosseguida pelo Grupo Secil.

Destacam-se o aumento da capacidade de armazenagem de Combustíveis Alternativos, o início da instalação de By-

pass de gases nos fornos da Fábrica do Outão e da Maceira, a instalação de uma unidade de ensacagem e paletização de cimento na Fábrica do Outão e a conclusão do projeto de utilização de CO₂ para criação de microalgas e respectivo aproveitamento comercial.

4.4.1.3. Betão-Pronto



Estima-se que o mercado de betão-pronto tenha atingido 3,5 milhões de metros cúbicos, o que resultou numa redução em cerca de 43% face a 2011, devido à contração significativa do setor da construção residencial e à suspensão de algumas obras públicas.

Para além da redução do mercado do betão pronto assistiu-se à deterioração, ao longo do ano, do risco de crédito e da situação financeira de muitos clientes, que conduziu à insolvência de numerosas empresas e a um crescente recurso por parte dos clientes aos processos especiais de reestruturação, comprometendo o recebimento atempado e integral das dívidas.

Face a este contexto negativo, o volume de negócios do Grupo Secil neste segmento de negócio cifrou-se em cerca de 58,8 milhões de euros, o que representou uma redução de 31,5% em quantidade e 31,2% em valor face a 2011.

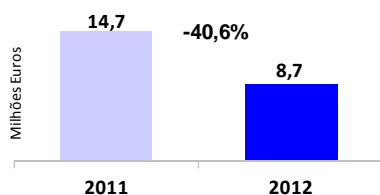
Em termos de performance, o EBITDA atingiu -1,7 milhões de euros vs -2,1 milhões de euros registados no ano anterior. A performance desta unidade de negócio foi negativamente afetada pela redução do nível de atividade, bem como pelo registo de cerca de 2,5 milhões de euros negativos com custos não recorrentes relacionados com rescisão de contratos de trabalho e cerca de 825 mil euros com o registo de imparidades em dívidas de clientes.

Refira-se que a quebra muito significativa da atividade no setor originou um processo de reestruturação, já iniciado em 2011, com vista à redução substancial de custos e racionalização das operações, por forma a adequar esta unidade de negócio à realidade atual. Este processo envolveu a dispensa de cerca de 75 colaboradores e foram efetuados acordos ainda no final de 2012, com 17 colaboradores, que deixarão o Grupo Secil no início de 2013.

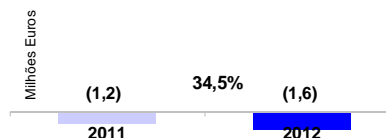
No decurso de 2012, procedeu-se ao encerramento ou à suspensão de laboração de um número elevado de centrais de betão, mantendo-se actualmente em atividade cerca de 31 centrais.

4.4.1.4. Inertes

Volume de Negócios



EBITDA



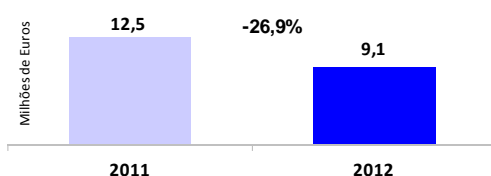
As vendas de inertes registaram uma redução significativa de 40,6% em valor e 35,1% em quantidade, fruto da situação de crise no setor da construção civil.

O EBITDA atingiu -1,6 milhões de euros, o que representou uma redução de 34,5% relativamente ao ano anterior. Este decréscimo teve como origem a diminuição sensível do nível de atividade e o registo de custos relacionados com indemnizações de despedimento de 37 trabalhadores, no valor de 653 mil euros, resultantes de um processo de reestruturação iniciado no final do ano de 2011.

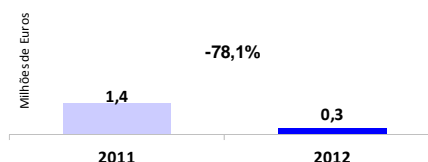
Assistiu-se a uma pressão significativa sobre os preços de venda, tendo o 2º semestre de 2012 ficado marcado por uma maior agressividade da concorrência. Os custos de produção registaram um aumento de cerca de 6%, justificado maioritariamente por uma subida no custo da energia elétrica, apesar da criteriosa escolha do tarifário e adaptação do horário de produção, visando o trabalho nas horas de menor custo.

4.4.1.5. Argamassas

Volume de Negócios



EBITDA



A crise no setor da construção civil e em particular no segmento da construção residencial, voltou a penalizar o mercado das argamassas.

O mercado da cal hidráulica manteve um nível de atividade idêntico ao registado em 2011, apesar da tendência de contração verificada nos últimos anos.

Neste contexto, o volume de negócios desta unidade de negócios foi de 9,1 milhões de euros, o que representou uma diminuição de -26,9% face ao ano de 2011.

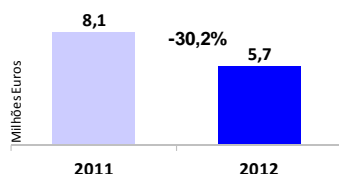
O EBITDA atingiu 0,3 milhões de euros e baixou cerca de 78,1% devido essencialmente à diminuição das quantidades vendidas no mercado interno. Refira-se o continuado esforço de racionalização de custos, nomeadamente custos com pessoal, não tendo no entanto sido suficientes para compensar a quebra do nível de atividade.

Como facto relevante salienta-se o arranque, já em Janeiro de 2012, da nova fábrica de argamassas no Montijo, com capacidade anual de produção de 240.000 toneladas que permitirá melhorar significativamente o abastecimento do mercado, nomeadamente na região de Lisboa.

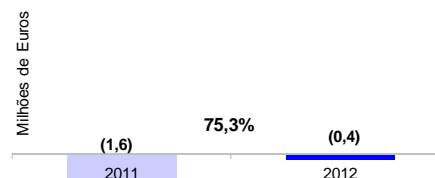
Destaque-se também o lançamento da gama de produtos técnicos para impermeabilização, prevenção e tratamento de humidades hidrostóp e reforço da gama de reabilitação com novas argamassas à base de cal hidráulica natural.

4.4.1.6. Pré-Fabricação em Betão

Volume de Negócios



EBITDA



Durante o ano de 2012 o mercado da pré-fabricação em betão manteve a sua trajetória descendente. Estima-se que o mercado onde as empresas do Grupo operam tenha reduzido cerca de 30%, em linha com os níveis de atividade da Secil Prebetão e da Argibetão.

A procura é muito inferior à oferta instalada, pelo que o setor continua a ser caracterizado por uma concorrência muito agressiva, onde são praticados preços de venda muito baixos, por vezes aproximados ao preço de custo.

Neste contexto, o volume de negócios da unidade pré-fabricação em betão foi de 5,7 milhões de euros, -30,2% que o valor alcançado no ano anterior. Em termos de desempenho operacional, esta unidade de negócios apresentou um EBITDA de -0,4 milhões de euros que compara favoravelmente com - 1,6 milhões de euros atingidos em 2011, uma vez que o EBITDA desse ano tinha sido influenciado por custos de carácter não recorrente relacionados com o pagamento de indemnizações a trabalhadores dispensados.

De referir que a Secil Prebetão está a implementar um plano de reestruturação que permitirá aumentar a sua competitividade e melhorar o seu desempenho futuro.

4.4.2. Tunísia

4.4.2.1. Enquadramento de Mercado

A economia e a sociedade tunisina continuaram em 2012 muito marcadas pela revolução de Janeiro de 2011 e pelos acontecimentos que se seguiram.

Apesar da contínua melhoria da situação geral de segurança, persistem alguns focos de instabilidade, causando muitas incertezas no que respeita à evolução no País em termos políticos, sociais e económicos.

A situação da economia europeia repercutiu-se na economia da Tunísia, mais precisamente num abrandamento da atividade nos setores exportadores, prejudicando a economia já de si abalada pela revolução e pela instabilidade política e social. Esta situação foi ainda agravada pelo prolongamento do período de transição que deveria ter terminado em 2012 com a realização de novas eleições e que ainda não ocorreram.

Segundo o FMI, a economia tunisina deverá ter crescido em 2012 cerca de 2,7%, invertendo o crescimento negativo de -1,8% verificado em 2011 (World Economic Outlook, FMI Outubro 2012). Foi registada alguma recuperação nos setores da indústria, do turismo e dos transportes, todavia sem atingir os níveis registados em 2010.

O dinar tunisino manteve a tendência verificada em 2011 de desvalorização face ao euro, tendo desvalorizado cerca de 2,6% em termos médios.

Os indicadores globais da atividade desenvolvida na Tunísia pelo Grupo Secil, nos exercícios de 2011 e 2012, apresentaram a seguinte evolução:

Tunísia (milhões de euros)	Volume de Negócios			EBITDA			Quantidades Vendidas			
	Dez 12	Dez 11	12/11 (%)	Dez 12	Dez 11	12/11 (%)	Unid.	Dez 12	Dez 11	12/11 (%)
Cimento e Clínquer	59,1	52,6	12,5%	8,5	7,0	20,5%	1.000 t	1.217,5	1.096,1	11,1%
Betão Pronto	7,9	8,4	-6,1%	0,8	1,0	-16,5%	1.000 m3	175,9	189,8	-7,4%
Pré-fabricados	0,1	0,2	-32,5%	0,0	0,0	-40,3%	1.000 t	4,0	6,2	-34,6%
Total	67,1	61,1	9,8%	9,3	8,0	15,8%				

4.4.2.2. Cimento e Clínquer

O setor do cimento continuou em 2012 a sofrer os efeitos do período transitório da revolução, entre os quais os fechos esporádicos das instalações embora em menor escala que o verificado em 2011.

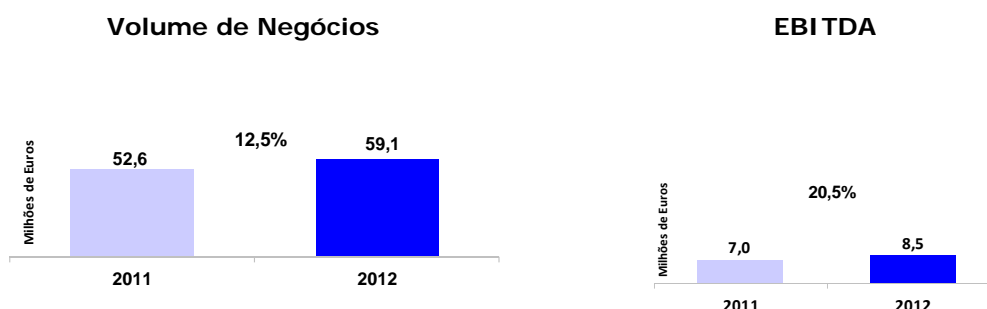
O consumo de cimento e cal artificial no mercado tunisino atingiu cerca de 7,5 milhões de toneladas, o que representou um aumento de 12,3% relativamente ao ano anterior. Na Região Sul, local onde se encontra localizada a unidade fabril do grupo Secil, o aumento foi um pouco inferior, na ordem dos 11,7%.

As vendas em volume no mercado local atingiram as 1,2 milhões de toneladas, +8,2% do que o valor registado no ano anterior. As vendas destinadas ao mercado externo também registaram um aumento relativamente ao ano anterior, tendo atingido um total de 36 mil toneladas vs 4 mil toneladas em 2011.

Este aumento é justificado em grande parte pela redução abrupta que se verificou em 2011, na sequência da revolução e dos acontecimentos que se seguiram.

De referir que, apesar do aumento das vendas para o mercado externo, mantiveram-se em 2012 as restrições administrativas às exportações, bem como a situação ainda instável da Líbia, pelo que os volumes da exportação ficaram aquém do seu potencial.

Indicadores



O volume de negócios da unidade de negócio de cimento e clínquer ascendeu a cerca de 59,1 milhões de euros, registando um acréscimo de 12,5% face ao valor acumulado nos 12 meses do ano anterior, essencialmente explicado pelo acréscimo das quantidades vendidas (+11,1%), uma vez que se assistiu à estagnação dos preços de venda no mercado local.

O EBITDA desta área de negócio foi cerca 8,5 milhões de euros, apresentando um aumento de 20,5% face ao período homólogo, o qual tinha sido muito afetado em consequência dos acontecimentos políticos ocorridos em 2010.

Em termos globais, o desempenho foi positivo, tendo em consideração os seguintes fatores que ocorreram ao longo

de 2012: (i) bloqueio temporário da fábrica em virtude de greves e ocupações, (ii) atraso na entrada em funcionamento do novo moinho de cimento, (iii) a insuficiente produção de clínquer implicou o recurso à importação de quantidades substanciais de clínquer com preços mais elevados por forma a satisfazer adequadamente a procura interna, com a consequente perda de margem sobre as vendas locais.

Refere-se mais uma vez, e contrariamente às expectativas e aos compromissos solenemente assumidos pelo Governo Tunisino, que os preços do cimento ainda não foram liberalizados. Recorde-se que no processo de privatização da indústria cimenteira, a sua liberalização constava do respetivo caderno de encargos.

Assim sendo, e ao abrigo do respectivo sistema de homologação de preços, não se assistiu a qualquer aumento do preço de venda do cimento durante o ano de 2012.

Salientamos que os preços praticados no mercado Tunisino são substancialmente inferiores aos praticados nos países vizinhos. Por este motivo, o Governo impôs fortes restrições às exportações, onde recorrentemente se obtém uma margem superior à do mercado interno.

Actividade Industrial

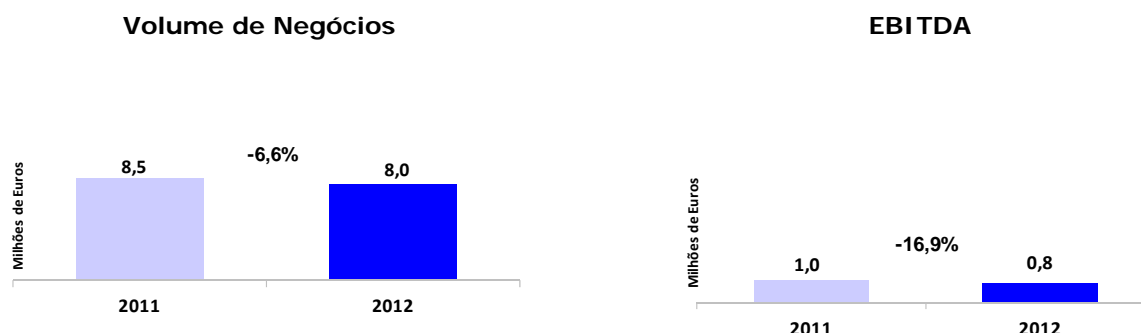
A produção de cimento e cal artificial atingiu 1,3 milhões de toneladas, tendo aumentado 8,3% face ao ano anterior. O ano de 2011 ficou marcado por diversas paragens, o que afetou gravemente a produção. Em 2012 também ocorreram bloqueios à fábrica, devido a greves e ocupações, no entanto o seu impacto não foi tão significativo.

O custo dos combustíveis diminuiu no período em análise, sendo de destacar a redução do preço de coque de petróleo que, em termos médios, se situou em cerca de 17,3%.

Investimento

Na sequência da situação de crise, o arranque da nova moagem de cimento, que deveria ter iniciado em 2011, foi adiado para 2012. No entanto, e conforme já referido, verificou-se um atraso considerável na sua entrada em funcionamento.

4.4.2.3. Betão Pronto e Pré-fabricação em Betão



O mercado de betão pronto decresceu em 2012 e o da pré-fabricação à semelhança do que tem vindo a suceder nos últimos anos, voltou a cair.

As vendas de betão decresceram 7,4% face ao ano anterior e as vendas de prefabricação registaram um decréscimo significativo de cerca de 34,6%.

A situação do País tem vindo a afectar ambas as áreas, estando o setor de obras públicas está em recessão por falta de

vendas e o setor da construção privada tem apresentado um crescimento mas de forma desordenada.

A diminuição de grandes obras públicas e privadas teve impacto no setor do betão, onde os volumes de vendas registaram uma quebra generalizada.

Globalmente o volume de negócios desta unidade de negócio decresceu cerca de 6,6%, atingindo 8,0 milhões de euros. Apesar da quebra nas quantidades de venda, o volume de negócios não registou uma diminuição tão significativa, em virtude do aumento de preços verificado em ambos os segmentos. As margens de venda de betão e de pré-fabricados apresentaram um aumento em 2012, não só em consequência do referido aumento dos preços, mas também pelo ligeiro decréscimo dos custos de produção.

O EBITDA de 0,8 milhões de euros diminuiu cerca de 16,9% face a 2011. Esta redução deveu-se, fundamentalmente, à diminuição do nível de actividade e ao registo de imparidades em contas a receber na ordem dos 300 mil euros.

4.4.3. Líbano

4.4.3.1. Enquadramento de Mercado

Segundo dados publicados pelo FMI, a economia libanesa terá apresentado um crescimento de 2% no ano de 2012, acima do crescimento de 1,5% registado no ano anterior (World Economic Outlook, FMI Outubro 2012).

A situação política no país foi relativamente estável durante o ano de 2012, apesar de alguns problemas que ocorreram no Norte do País. A região do Médio Oriente tem sido palco de mudanças significativas, marcado pela transição política em alguns países, deixando adivinhar algumas promessas de crescimento, contudo, estas mudanças também têm criado algumas incertezas, que afetaram o investimento, o turismo e a atividade económica na sua generalidade. Também o Líbano sofreu o impacto da desaceleração global e da estabilidade nacional.

Os indicadores globais da atividade desenvolvida no Líbano pelo Grupo Secil, nos exercícios de 2011 e 2012, apresentaram a seguinte evolução:

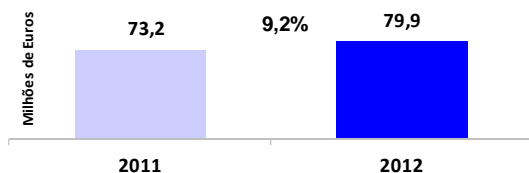
Líbano (milhões de euros)	Volume de Negócios			EBITDA			Unid.	Quantidades Vendidas		
	Dez 12	Dez 11	12/11 (%)	Dez 12	Dez 11	12/11 (%)		Dez 12	Dez 11	12/11 (%)
Cimento e Clínquer	79,9	73,2	9,2%	23,2	25,6	-9,3%	1.000 t	1.138,3	1.185,8	-4,0%
Betão Pronto	8,2	7,6	7,5%	0,5	0,4	18,0%	1.000 m3	131,6	135,9	-3,2%
Total	88,0	80,8	9,0%	23,7	26,0	-8,9%				

4.4.3.2. Cimento e Clínquer

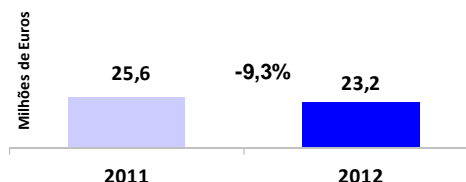
Apesar do ténue crescimento previsto para a atividade económica, em geral o consumo de cimento diminuiu ligeiramente face ao nível do ano anterior, tendo sido verificada a primeira quebra de mercado desde 2002. Estima-se que o mercado de cimento tenha atingido o valor de 5,4 milhões de toneladas de cimento, cerca de 4,6% abaixo do verificado no ano anterior.

Indicadores

Volume de Negócios



EBITDA



Neste contexto, a Sibline apresentou uma redução ligeira das vendas em volume face ao ano de 2011, tendo estas sido realizadas integralmente no mercado interno.

O volume de negócios da unidade de negócios de cimento no Líbano atingiu cerca de 79,9 milhões de euros, o que representou um aumento de 9,2% face a idêntico período do ano anterior, devido, fundamentalmente, ao acréscimo do preço de médio de venda em euros, uma vez que os volumes decresceram ligeiramente.

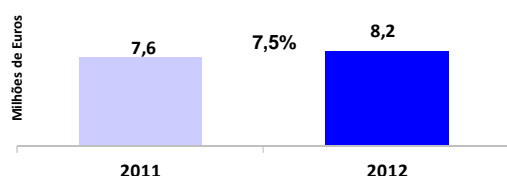
O EBITDA atingiu cerca de 23,2 milhões de euros, - 9,3% face ao ano anterior. A diminuição do EBITDA foi fortemente influenciada pela já referida baixa da performance do 1º semestre, em resultado dos cortes de abastecimento de eletricidade e de alguns problemas técnicos. Para responder às solicitações do mercado, recorreu-se a quantidades apreciáveis de clínquer e de cimento comprado a terceiros, com a consequente perda de margem. Por outro lado, as paragens sucessivas acarretaram maiores custos de manutenção e sobrecustos com os combustíveis térmicos para o arranque dos fornos.

Atividade Industrial

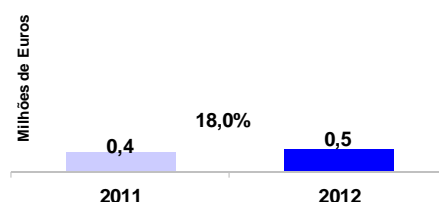
A produção de cimento cifrou-se em cerca de 1,1 milhões de toneladas, 2,3% abaixo da produção alcançada em 2011. Esta diminuição da performance foi fortemente influenciada pelo desempenho do 1º semestre, em resultado de paragens prolongadas das linhas de produção, devido aos frequentes cortes no abastecimento de eletricidade e também pela ocorrência de problemas técnicos.

4.4.3.3. Betão Pronto

Volume de Negócios



EBITDA



A área de negócios de betão-pronto decresceu ligeiramente comparativamente ao ano anterior, tendo registado vendas de 131.570 metros cúbicos, 3,2% abaixo de 2011, e um volume de negócios de 8,2 milhões de euros.

Apesar de se ter verificado um aumento dos preços médios de venda, o acréscimo do volume de negócios deveu-se essencialmente à variação cambial do euro face ao dólar. Caso esse efeito não tivesse ocorrido, o volume de negócios teria sido semelhante ao verificado em 2011.

Em 2012, o EBITDA atingiu 0,5 milhões de euros, o que representou uma melhoria deste indicador em 18,0%, em resultado da entrada em funcionamento da nova central de betão localizada em Dorsa (no norte de Beirute).

4.4.4. Angola

4.4.4.1. Enquadramento de Mercado

Em 2012, a economia angolana terá atingido um crescimento robusto de 6,8% (World Economic Outlook, FMI Outubro 2012), mantendo-se em fase de aceleração, tendo obtido também uma posição fiscal mais forte, uma nova acumulação de reservas internacionais e uma taxa de câmbio estável. Neste enquadramento, as autoridades avançaram com algumas reformas, fortalecendo áreas chave como a fiscal, monetária e financeira.

O crescimento da economia foi sustentado por uma recuperação do setor petrolífero e pela continuação do crescimento do setor não petrolífero.

Os indicadores globais da atividade desenvolvida em Angola pelo Grupo Secil, nos exercícios de 2011 e 2012, apresentaram a seguinte evolução:

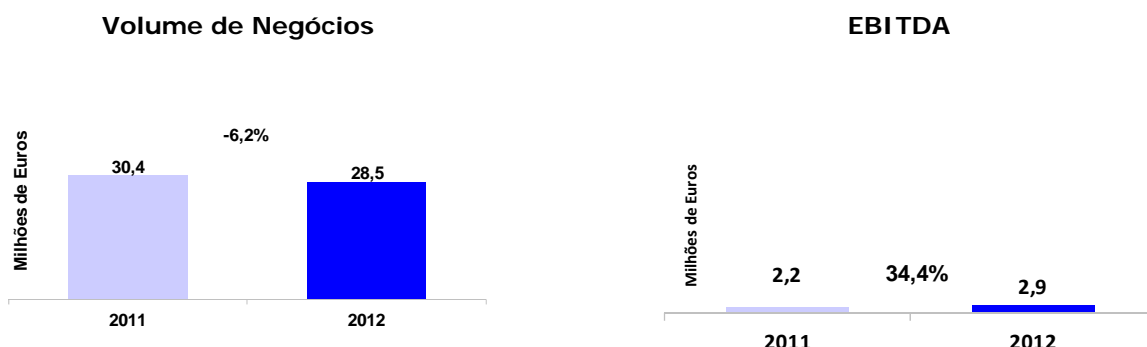
Angola	Volume de Negócios			EBITDA			Quantidades Vendidas			
(milhões de euros)	Dez 12	Dez 11	12/11 (%)	Dez 12	Dez 11	12/11 (%)	Unid.	Dez 12	Dez 11	12/11 (%)
Cimento e Clínquer	28,5	30,4	-6,2%	2,9	2,2	34,4%	1.000 t	177,2	229,1	-22,6%

4.4.4.2. Cimento e Clínquer

O crescimento da economia angolana traduziu-se também na continuação do crescimento da atividade da construção, pelo que o consumo de cimento terá atingido os 5 milhões de toneladas, o que representa um aumento de cerca de 39% face ao ano anterior. Do total do mercado de cimento, cerca de 2 milhões de toneladas representam cimento importado.

Na estrutura produtiva nacional de cimento há que destacar a entrada em funcionamento de uma moagem de cimento na região de Benguela, com uma capacidade anual de 600.000 toneladas. Dada a localização desta unidade, o seu arranque teve impacto nas operações do Grupo Secil.

Indicadores



A Secil Lobito atingiu vendas de 177,2 mil toneladas, que correspondem a um volume de negócios de 28,5 milhões de euros, representando uma diminuição de 22,6% e 6,2% respetivamente, em comparação com o ano anterior.

Esta evolução desfavorável do volume de negócios resultou da diminuição das vendas de cimento em volume, já que se assistiu a um aumento do preço médio de venda no período em análise. A entrada em funcionamento da nova moagem de cimento, na região de Benguela, também contribuiu para a retração do volume de atividade.

A performance da unidade de negócio de cimento em Angola melhorou significativamente, tendo o EBITDA atingido 2,9 milhões de euros, 34,4% acima do valor registado em 2011, essencialmente conseguido com o aumento do preço médio de venda e da racionalização de custos.

4.5. RECURSOS E FUNÇÕES DE SUPORTE

4.5.1. Sustentabilidade

Como aspeto fundamental das práticas relacionadas com a Sustentabilidade, privilegiam-se os conceitos de racionalização e respeito pelas expectativas das diferentes partes interessadas, nomeadamente a exploração mais racional dos recursos naturais utilizados (substituindo matérias-primas naturais e combustíveis fósseis por materiais alternativos), a maior eficiência energética e o forte apoio e participação das entidades locais nas atividades, numa política de ação social junto dos nossos colaboradores, suas famílias e comunidades envolventes.

As ações desenvolvidas neste âmbito foram particularmente significativas ao nível da unidade de negócio Portugal-Cimento merecendo destaque as seguintes:

- A taxa de substituição de combustíveis alternativos aumentou para os 41%, permitindo incrementar a substituição de combustíveis fósseis;
- A taxa de incorporação de clínquer total manteve-se constante face a 2011, tendo sido de 74,4%;
- Redução significativa do valor das emissões específicas de CO₂ de 654 kg para 615 kg de CO₂ por tonelada de produtos cimentícios, fruto da diminuição das emissões específicas de CO₂ por tonelada de clínquer;
- As emissões de CO₂ do conjunto das 3 fábricas não ultrapassaram as licenças atribuídas pelo Governo Português no âmbito do PNALE II – Plano Nacional de Emissão de CO₂.

4.5.2. Ambiente

Em 2012, ao nível da SECIL em particular, destaca-se o arranque do Projeto de “Optimização da Eficiência Energética nas Fábricas de Cimento em Portugal”, cujo intuito é melhorar a eficiência energética (elétrica e térmica) das suas instalações. No âmbito deste projeto foram identificadas um conjunto de medidas para diminuir os consumos de energia, nomeadamente, otimização/substituição de equipamentos e redes de *utilities* e medidas que permitam o aumento da taxa de substituição de combustíveis alternativos.

Destaca-se ainda a publicação do Roteiro Nacional de Baixo Carbono (RNBC), cujo objetivo é estudar a viabilidade técnica e económica de trajetórias de redução de emissões de gases com efeito de estufa em Portugal até 2050, conducentes a uma economia competitiva de baixo Carbono. A análise efetuada neste Roteiro permite concluir que é possível definir para Portugal trajetórias de redução das emissões nacionais de GEE até 2050 da ordem de 50% a 60%, face aos níveis de 1990. A visão subjacente ao RNBC está alinhada com o objetivo da União Europeia de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 80-95% em 2050, face aos níveis de 1990. A redução do setor indústria (onde se inclui o setor cimenteiro) pode atingir reduções da ordem 33%-53% em 2050 face a 1990, que no caso do cimento, parte da redução é conseguida com recurso a tecnologias de captura e sequestro de carbono, tecnologia que carece ainda de uma análise de viabilidade técnica e económica.

Ao nível europeu, destaca-se a aprovação das conclusões relativas às Melhores Técnicas Disponíveis para a indústria cimenteira, que poderá ter implicações ao nível dos valores limite de emissão aplicáveis às instalações SECIL, nomeadamente no que se refere ao poluente Óxido de Azoto, implicando a adoção de medidas de abatimento secundárias (SNCR – Selective Non Catalitic Reduction).

4.6. ORGANIZAÇÃO

O Grupo Secil empreendeu em 2012 uma significativa reestruturação em Portugal, com particular incidência nos segmentos do cimento, do betão-pronto e dos inertes, tendo em vista a redução significativa dos custos através da racionalização das operações e, também, do redimensionamento das áreas de suporte por forma a adequar convenientemente a empresa à nova realidade imposta pela alteração substancial, e em baixa, da procura interna.

O objetivo comum é a viabilidade a longo prazo da Secil, preservando o papel importante que tem para a economia do País, num período de incomparável dificuldade e incerteza.

Em resultado das medidas de reestruturação ocorridas em Portugal, o número de colaboradores do Grupo Secil diminuiu para 2247, 13% abaixo do período homólogo de 2011.

O plano de redução da estrutura das operações envolveu as 3 fábricas de cimento em Portugal, as centrais de betão do Grupo e as pedreiras. A redução na área operacional abrangeu também o fecho de centrais de betão.

A estrutura central das áreas de suporte foi também alvo de um plano de reestruturação, que compreendeu a migração do back-office da área do betão pronto e dos inertes, para a organização central do Grupo. Foi criada uma nova estrutura de serviços centrais que servirá todas as unidades do Grupo em Portugal.

A migração sucedeu no início de Novembro de 2012 e levou à dispensa de colaboradores desta área, estando esta nova organização em fase de estabilização. Já em 2013, será iniciado o processo de otimização destas funções de suporte, que envolverá a realização de um grande número de projetos na área de tecnologias de informação, com o objetivo de melhorar os processos organizativos.

Encontram-se em curso uma série de iniciativas que visam a racionalização dos custos e a maximização da eficiência, tanto nas operações, como na estrutura central.

5. Grupo Supremo

No decurso do 1º trimestre de 2012 foi concretizada a aquisição de 50% da sociedade de direito brasileiro Supremo Cimentos S.A., empresa cimenteira sediada no sul do Brasil, no estado de Santa Catarina, que tem em operação uma fábrica integrada de clínquer e cimento em Pomerode, bem como operações de agregados e betão. A Supremo está a construir uma nova fábrica, que irá aumentar a sua capacidade instalada de produção de cimento para cerca de um milhão e setecentas mil toneladas.

Esta participação passou assim a integrar o perímetro de consolidação da Semapa pelo método proporcional.

No exercício de 2012, o Grupo Supremo apresentou um volume de negócios de 46,1 milhões de euros e um EBITDA de 3,1 milhões de euros, tendo a Semapa apropriado de 50%.

6. Área de Negócios de Ambiente - ETSA

6.1. PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

IFRS - valores acumulados (milhões de euros)	2012	2011	Var. (%)
Volume de vendas	35,6	33,2	7,2%
Outros Proveitos	1,5	0,2	656,0%
Gastos e Perdas	(28,2)	(25,3)	-11,3%
EBITDA	9,0	8,1	10,5%
EBITDA Recorrente	9,0	8,1	10,5%
Amortizações e perdas por imparidade	(2,8)	(2,4)	-18,8%
Provisões (reforços e reversões)	(1,0)	(1,1)	15,0%
EBIT	5,2	4,6	12,4%
Resultados Financeiros líquidos	(1,6)	(1,0)	-57,0%
Resultados Antes de Impostos	3,6	3,6	-0,2%
Impostos sobre Lucros	(0,5)	(0,7)	28,3%
Lucros retidos do exercício	3,1	2,9	6,3%
Atribuível aos Accionistas da ETSA*	3,0	2,9	3,7%
Atribuível a Interesses Não Controlados (INC)	0,1	(0,0)	756,4%
Cash-Flow	6,9	6,4	7,2%
Margem EBITDA (%)	25,2%	24,5%	3,1%
Margem EBIT (%)	14,6%	13,9%	4,9%
	31-12-2012	31-12-2011	Dez12 vs. Dez11
Capitais Próprios (antes de IM)	55,7	52,6	5,8%
Dívida Líquida	20,4	22,7	-10,2%

* dos quais 96% são atribuíveis à Semapa

Nota: Alguns indicadores supra diferem dos individualmente apresentados pelo Grupo ETSA, em virtude dos ajustamentos de consolidação efetuados ao nível da holding Semapa

6.2. PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS

Os principais indicadores operacionais do Grupo ETSA durante o exercício económico de 2012 são apresentados no seguinte quadro:

	Unid.	2012	2011	12/11
Recolha Matéria Prima - Resíduos de Animais(categoria 1,2)	1000 t	47,5	51,6	-7,9%
Recolha Matéria Prima - Resíduos de Animais(categoria 3)	1000 t	71,7	67,8	5,8%
Recolha de óleos alimentares usados	1000 t	2,2	2,9	-24,1%
Vendas Gorduras Animais	1000 t	18,1	15,0	20,7%
Vendas Farinhas	1000 t	18,7	16,0	16,9%
Vendas óleos alimentares usados	1000 t	2,1	2,9	-27,6%
Vendas Produtos Congelados para Petfood	1000 t	0,0	2,2	-100,0%

6.3. SÍNTESE GLOBAL DA ATIVIDADE DO GRUPO ETSA

O enquadramento económico recessivo que se vive em Portugal e em Espanha condicionou o volume de negócios combinado do Grupo ETSA, que no decorrer do ano de 2012 totalizou 35,6 milhões de euros, representando um crescimento de cerca de 7,2% relativamente ao registado no ano de 2011. Este crescimento foi fundamentalmente explicado pela angariação de novos matadouros com a aquisição de um operador em Abril de 2011, pela densificação da operação comercial em Espanha após a (re)angariação de diversos fornecedores e pela evolução favorável dos preços médios de venda da gordura e farinhas.

A variação da produção no mesmo período atingiu cerca de 1,5 milhões de euros, contra um valor de 0,2 milhões de euros registados no período homólogo do ano anterior, em resultado de uma programação dinâmica de vendas e de stocks.

Desta forma, a 31 de dezembro de 2012, o EBITDA consolidado atingiu cerca de 9,0 milhões de euros, o que representou um acréscimo de cerca de 10,5% relativamente a idêntico período de 2011, fruto essencialmente (i) da evolução registada no volume de negócios e na variação da produção e (ii) da pressão induzida em todos os sistemas de controlo de custo, apesar da evolução desfavorável dos principais custos unitários de energia.

O aumento das amortizações resulta fundamentalmente do volume do investimento realizado em abril de 2011, decorrente da aquisição de ativos de um operador de mercado.

Por outro lado, em resultado da incerteza em torno do processo de insolvência de um matadouro com o qual a SEBOL estabeleceu um contrato comercial em finais de 2010, foram registadas provisões adicionais nas contas consolidadas no montante de 900 mil euros, para reforço do montante já provisionado em 2011.

Os encargos financeiros sofreram um agravamento significativo neste período, resultante do aumento da dívida bruta, na sequência dos investimentos realizados em 2011 e do repricing das suas principais condições.

O conjunto de efeitos atrás descritos resultou num aumento dos Resultados Líquidos, que atingiram neste período cerca de 3,0 milhões de euros, 3,7% superiores aos registados em 2011.

A 31 de dezembro de 2012, a dívida líquida do Grupo ETSA cifrou-se em 20,4 milhões de euros, o que representou uma redução de cerca de 10,2%, ou de 2,3 milhões de euros face ao endividamento líquido registado a 31 de dezembro de 2011.

7. Recursos Humanos do Grupo Semapa

A política de recursos humanos do Grupo SEMAPA está orientada para a melhoria contínua da produtividade através do reforço de qualificação dos Colaboradores e do desenvolvimento das suas competências, a par de um esforço de racionalização e redimensionamento.

A aposta em recursos humanos qualificados, com carreiras profissionais especializadas, bem como o esforço na qualificação profissional através da realização de ações de formação adequadas continuam a ser vetores estratégicos da política de recursos humanos do Grupo.

O total de colaboradores do Grupo Semapa passou de 5.133 no final de dezembro de 2011 para 5.208 no final de dezembro de 2012, conforme pode ser observado no quadro seguinte:

	31-12-2012	31-12-2011	Var
Papel e Pasta	2.275	2.290	-15
Cimentos	2.659	2.589	70
Ambiente	254	235	19
Holdings	20	19	1
Total	5.208	5.133	75

O aumento líquido do número de colaboradores na Área dos Cimentos de 70 trabalhadores resulta, fundamentalmente, da aquisição do Grupo Supremo no Brasil em 2012 com 412 trabalhadores e da rescisão de 342 colaboradores no Grupo Secil.

8. Responsabilidade Social no Grupo Semapa

A promoção do desenvolvimento das comunidades com que se relaciona é um dos princípios estratégicos que norteia a atuação do Grupo Semapa. Neste sentido todo o Grupo se encontra envolvido em inúmeras iniciativas que visam, em última análise, melhorar a qualidade de vida das comunidades onde se insere o conjunto das suas atividades e a preservação do meio ambiente.

O Grupo Semapa apoiou um conjunto de instituições no qual se inclui a Associação Salvador – Associação que promove a defesa dos interesses e direitos das pessoas com mobilidade reduzida, em especial das pessoas portadoras de deficiência motora e a Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso - IPSS que tem por missão promover a saúde, assegurando a prestação de cuidados de saúde centrados na família, em especial nas mulheres e crianças.

No ano de 2012, o Grupo Portucel estreitou os seus elos de ligação com a comunidade através da realização de iniciativas que visam promover a valorização da floresta e a conservação da biodiversidade, criar uma cultura de transparência e conhecimento das suas unidades industriais e dinamizar programas de apoio social a populações carenciadas.

No âmbito da sua política de responsabilidade social, o Grupo estabeleceu parcerias com várias instituições que desenvolvem atividades nas regiões onde se situam as suas unidades fabris e áreas florestais.

No ano de 2012 foram atribuídos vários donativos em papel a escolas e instituições de solidariedade social, localizadas nas áreas de influência das unidades fabris, tendo sido efetuadas 146 doações para projetos de cariz social, educacional, cultural, correspondendo a cerca de 43 toneladas de papel.

O Grupo Secil sempre teve presente que o seu crescimento sustentável depende do bem-estar dos seus colaboradores, bem como do apoio e da estreita colaboração que desenvolve junto das comunidades onde se inserem as suas atividades produtivas e comerciais.

Os colaboradores da Secil beneficiam de planos complementares ao regime geral ao nível das pensões de reforma e outros benefícios, que incentivam a assiduidade e a permanência na Empresa.

Por outro lado a Secil estabelece protocolos de apoio e incentivo a instituições que promovem atividades de inclusão social, desportivas e culturais, junto das comunidades onde o Grupo desenvolve a sua atividade.

O grupo ETSA estabeleceu parcerias transversais com organizações e com instituições de solidariedade social, com o objetivo de auxiliar a promoção do bem-estar e a inclusão dos menos favorecidos. Neste sentido, apoiou, entre outras, as atividades da AMI – Assistência Médica Internacional e da Fundação Ronald McDonald, através da atribuição de donativos pecuniários.

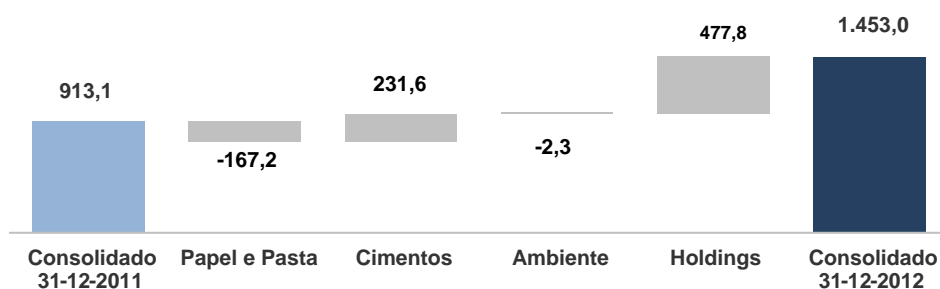
9. Área Financeira do Grupo Semapa

9.1. ENDIVIDAMENTO

Em 31 de Dezembro de 2012, a dívida líquida consolidada totalizava 1.453,0 milhões de euros, o que representa um aumento de 539,9 milhões de euros face ao valor apurado no final do exercício de 2011. Em seguida, apresenta-se a evolução da dívida líquida consolidada, bem como a sua decomposição:

	Milhões de euros		
	31-12-2012	31-12-2011	Var
Papel e Pasta	255,6	422,8	-167,2
Cimentos	304,3	72,6	231,6
Ambiente	20,4	22,7	-2,3
Holdings	872,8	395,0	477,8
Total	1.453,0	913,1	539,9

Evolução da Dívida Líquida Consolidada



O incremento registado no nível de endividamento deve-se essencialmente ao efeito combinado:

- Da geração de cash flow muito significativa no segmento de papel e pasta: embora a Portucel tenha pago em Abril um dividendo de 164,7 milhões de euros e adquirido ações próprias pelo valor de 46,0 milhões de euros, o endividamento reduziu-se em 167,2 milhões de euros. Refira-se ainda que a geração de caixa no ano foi afetada pela intensificação da política de apoio a fornecedores de matéria-prima, pelo desembolso dos pagamentos finais de investimentos efetuados em períodos anteriores e pela adoção de uma política de pagamento a fornecedores que tem em conta as atuais dificuldades de recurso a crédito bancário;
- Do aumento de 231,6 milhões de euros no segmento de Cimentos, resultante da incorporação de 49% da dívida líquida do Grupo Secil e da consolidação de 50% da dívida da Supremo nas Contas do Grupo Semapa;
- Da redução de 2,3 milhões de euros no segmento Ambiente (Grupo ETSA);
- Do aumento nas holdings de 477,8 milhões de euros, em resultado do efeito combinado designadamente da aquisição da Supremo, da aquisição dos 49% da Secil, do recebimento de dividendos da Portucel e do pagamento de dividendos aos acionistas da Semapa.

9.2. GESTÃO DE RISCO

O presente capítulo encontra-se detalhado em nota própria do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo Semapa.

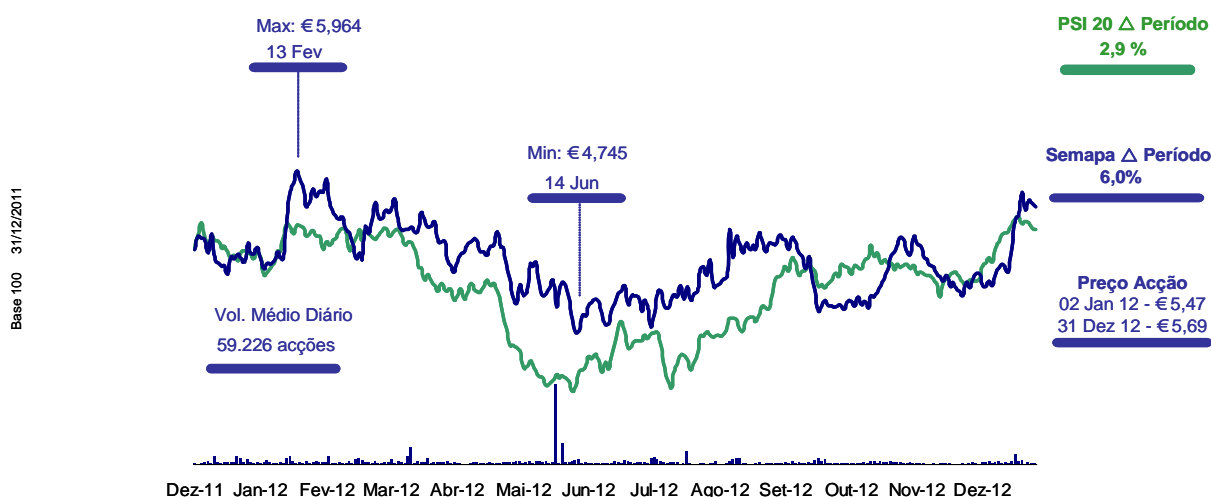
9.3. PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

O total das responsabilidades com pensões, em termos consolidados, apurado a 31 de Dezembro de 2012 ascendia a 150 milhões de euros, dos quais 145,7 milhões de euros encontravam-se cobertos através de fundos de pensões autónomos. Desta forma, as responsabilidades com pensões não cobertas nessa data, no montante de 4,3 milhões de euros, respeitam a i) 2,1 milhões de euros do Grupo Portucel, ii) 0,8 milhões de euros do Grupo Secil e iii) 1,4 milhões de euros da Semapa.

Adicionalmente, o Grupo Semapa apurou também responsabilidades com outros benefícios pós-emprego no total de 5,2 milhões de euros (3,2 milhões de euros do Grupo Portucel e 2 milhões de euros do Grupo Secil).

9.4. EVOLUÇÃO DA PERFORMANCE BOLSISTA

Depois de um ano de 2011 particularmente difícil para a generalidade dos mercados, 2012 revelou-se um ano de recuperação, evidenciando um regresso dos investidores aos mercados de capitais. Os principais índices europeus registaram valorizações significativas, em particular no final do ano, destacando-se os ganhos do índice da bolsa de Frankfurt (+29,1%), mas também de Londres (+18,7%) e de Paris (+15,2%). O desempenho do índice português ficou aquém do registado pelas restantes praças europeias, superando, no entanto, o desempenho do índice da bolsa de Madrid, que acabou o ano a perder 4,7%. De facto, após registar uma queda de quase 15% na primeira metade do ano, o PSI20 recuperou significativamente no segundo semestre, acabando com uma valorização anual de 2,9%.



Nota: Cotações de fecho

Neste contexto, o título Semapa encerrou o ano de 2012 a valorizar cerca de 6,0%, cerca do dobro da subida registada pelo PSI20 ao longo do período em análise (+2,9%).

9.5. DIVIDENDOS

No que se refere à distribuição de dividendos, a Sociedade tem seguido a política de distribuir um montante tal que não seja necessário recorrer a endividamento adicional significativo e que não ponha em causa a sua solidez financeira. Procura-se manter, por um lado, uma estrutura financeira compatível com o crescimento sustentado do Grupo e diversas áreas de negócio, e por outro, indicadores sólidos de solvabilidade. Deste modo:

- Na Assembleia Geral da Semapa foi deliberada a distribuição de um dividendo no montante total de 28.785.539,85 euros, tendo sido pagos 25,5 cêntimos por ação no dia 11 de junho.
- Na Assembleia Geral da Portucel foi deliberada a distribuição de um dividendo no montante total de 164.730.887 euros, tendo sido pagos 22,1 cêntimos por ação no dia 20 de abril.

9.6. RESULTADO LÍQUIDO DE 2012

Ainda no âmbito do processo de aquisição de 49% da Secil à CRH, e em virtude das diferenças existentes entre o normativo IFRS e SNC bem como da reapreciação do valor recuperável da referida subsidiária, nas demonstrações financeiras individuais às quais é aplicável o normativo SNC a diferença apurada entre o valor de aquisição e o seu valor recuperável foi parcialmente registada nos resultados individuais do período (221 milhões de euros) conforme foi oportunamente comunicado ao mercado. Em consequência do referido, o resultado líquido nas demonstrações financeiras individuais em conformidade com o SNC ascende a um montante negativo de 110 milhões de euros no período findo em 31 de dezembro de 2012.

O Resultado Líquido Consolidado da Semapa de 2012, antes de interesses minoritários foi de 170,6 milhões de euros , dos quais são atribuíveis aos acionistas da Semapa 126,5 milhões de euros positivos.

10. Acontecimentos mais relevantes em 2012

- No decurso do 1º trimestre de 2012, foi concretizada a aquisição de 50% da sociedade de direito brasileiro Supremo Cimentos S.A., empresa cimenteira sediada no Sul do Brasil, no estado de Santa Catarina, que tem em operação uma fábrica integrada de clínquer e cimento em Pomerode, bem como operações de agregados e betão. A Supremo está a implementar um plano de expansão após o qual a sua capacidade instalada de cimento será de cerca de um milhão e setecentas mil toneladas. Esta participação passou assim a integrar o perímetro de consolidação da Semapa pelo método proporcional, sendo 13,8% detidos pela Secil e 36,2% de forma indireta pela Semapa SGPS.
- Em Março, a Semapa SGPS lançou uma Oferta Pública de Subscrição de obrigações, cuja liquidação financeira ocorreu no dia 30 de Março, tendo a empresa obtido um encaixe bruto de 300 milhões de euros. As obrigações “SEMAPA 2012-2015” têm maturidade de 3 anos e taxa fixa de 6,85%.
- Neste mês a participação da Secil passou a ser incorporada nas contas consolidadas da Semapa pelo método integral em virtude de ter deixado de vigorar o acordo parassocial entre a Semapa e a CRH, passando o Grupo Semapa a assumir o controlo do Grupo Secil.
- Em Abril, o Grupo Semapa emitiu um empréstimo obrigacionista no Brasil, contratado por uma subsidiária detida a 100% (NSOSPE), no valor global de 128,1 milhões de reais por um prazo de 5 anos a taxa variável.
- Ainda neste mês, a Portucel pagou dividendos no valor total de 164,7 milhões de euros.
- Em Maio, o Grupo Semapa adquiriu 49% da participação financeira da Secil detida pela CRH, pelo montante de 574 milhões de euros.
- Em Junho, a Semapa pagou dividendos no montante de 28,8 milhões de euros.
- Durante o mês de Junho, a Portucel procedeu à compra de um lote 24,85 milhões de ações próprias, representativas de 3,2% do seu capital. Após esta transação, a Portucel passou a deter 47,36 milhões de ações, representativas de 6,17% do seu capital social.
- A 27 de Dezembro de 2012, foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária da Semapa, a revogação do sistema de reforma dos administradores em vigor desde Março de 2005, para a qual foi concedida, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais, autorização para a celebração de contratos de resgate dos direitos associados ao referido sistema entre a Sociedade e seus administradores (vide Relatório do Governo Societário).

11. Perspetivas Futuras

A generalidade dos indicadores aponta para um crescimento económico global modesto em 2013, embora com significativas diferenças entre regiões e países, persistindo algumas questões estruturais que restringem o crescimento, nomeadamente a incerteza relacionada com a crise da dívida da Zona Euro, a gestão do *fiscal cliff* nos EUA e a necessidade de desalavancagem dos setores público e privado em diversas economias.

Na Zona Euro, mantêm-se os sinais de abrandamento da atividade económica, que se devem manter ao longo do ano. Não obstante a melhoria recente da confiança nos mercados financeiros, o crescimento económico deverá continuar limitado pelas fortes medidas de consolidação orçamental em curso na generalidade dos países europeus, pelo elevado nível de endividamento dos países, empresas e famílias, e por um ainda frágil sistema financeiro.

Nos EUA, embora se verifiquem alguns sinais positivos, nomeadamente a recuperação do setor imobiliário e uma maior competitividade nos custos de energia, mantêm-se as incertezas relativas à intensidade e ritmo das políticas de consolidação orçamental a implementar ao longo dos próximos anos e que podem afetar o crescimento económico.

Verifica-se igualmente um arrefecimento em alguns mercados emergentes, nomeadamente na China, cujo ritmo de crescimento deverá diminuir nos próximos anos, como consequência da menor procura por parte das economias desenvolvidas e da transição de um modelo de crescimento quase exclusivamente sustentado nas exportações e no investimento público para um modelo de crescimento mais alicerçado na procura interna. De qualquer forma, o mercado chinês dever-se-á manter com um dos grandes impulsionadores da procura global, nomeadamente em alguns dos principais mercados onde o Grupo atua.

A evolução da economia portuguesa continua totalmente condicionada pelo processo de ajustamento económico e financeiro empreendido no âmbito do programa de assistência acordado entre o Estado Português, a União Europeia e o Fundo Monetário Internacional.

As previsões recentemente divulgadas pelo Banco de Portugal confirmam a diminuição anual do PIB na ordem dos 1,9%, anunciada no Boletim Económico do inverno divulgado em Janeiro do corrente ano.

Papel e Pasta

A previsível persistência do abrandamento económico, com o inevitável impacto nos níveis de emprego, continuará a afetar negativamente o consumo de **papéis finos não revestidos** nas economias mais desenvolvidas, nomeadamente na Europa e nos EUA, principais mercados do Grupo. De facto, o consumo aparente na Europa, principal mercado do Grupo, caiu quase 4% em 2012, sendo previsível que a tendência se mantenha.

Assim, não obstante a resiliência demonstrada pelo segmento de papel cut-size, cujo consumo caiu apenas 1,5%, do impacto positivo dos fechos de capacidade ocorridos em 2011 e da evolução positiva do dólar face ao euro, fatores que no seu conjunto contribuíram para dar algum suporte ao mercado durante o ano passado, a evolução no futuro próximo mantém elevados níveis de incerteza.

Adicionalmente, e sendo a recuperação do preço da pasta de celulose em 2012 um dos fatores de sustentação dos preços de papel, ao manter os produtores não integrados sob forte pressão, a evolução deste mercado será também um elemento importante no desempenho futuro do Grupo.

No enquadramento atrás descrito, o mercado da **pasta BEKP** dever-se-á manter sustentado por uma forte procura dos mercados asiáticos, nomeadamente da China, potenciada pelos investimentos efetuados na produção de papel tissue, e pela política de encerramento de instalações fabris obsoletas promovida pelo Governo Chinês. Esta evolução deverá ser reforçada pelo aumento previsível da procura interna, com impacto acentuado no consumo de papel tissue, não obstante se estime, no curto prazo, uma diminuição temporária no ritmo de produção de papel, como resultado dos

elevados níveis de *stock* atualmente existentes.

Este comportamento positivo do mercado chinês tem compensado um ambiente mais recessivo na Europa e nos EUA. Também o recente fecho de uma unidade no Brasil com uma capacidade de produção de mais de 400 mil toneladas anuais, a inflação de custos que se tem verificado nos principais países produtores de pasta BEKP, associada ao elevado endividamento de alguns produtores e à forte pressão em rentabilizar os significativos investimentos que têm em curso, são condições que poderão sustentar os preços no curto prazo.

No entanto, no 4º trimestre de 2012 verificou-se o início de produção do projeto Eldorado, em Mato Grosso do Sul, Brasil, com uma capacidade instalada de 1,5 milhões de toneladas/ano, cujo impacto no mercado se fará sentir já em 2013, devendo também neste ano, entrar em produção uma nova unidade no Uruguai e outra no Brasil, com uma capacidade total de 2,8 milhões de toneladas/ano. A entrada em funcionamento destas novas unidades produtoras de pasta constitui um teste à capacidade do mercado para absorver um aumento expressivo da oferta de pasta BEKP e poderá impactar negativamente o mercado na segunda metade de 2013.

Neste difícil enquadramento, o Grupo Portucel tem efetuado um esforço permanente no sentido de alargar os seus mercados e reposicionar o seu mix de produtos nos mercados tradicionais, tirando partido da forte penetração e notoriedade das suas marcas próprias e da elevada perceção de qualidade da sua proposta de valor. Nesse sentido, o Grupo tem ganho quota nos seus mercados tradicionais e aumentado significativamente a sua presença em novos mercados, nomeadamente no Leste da Europa, no Norte de África e no Médio Oriente.

Como resultado desse esforço, o Grupo tem mantido uma carteira de encomendas muito confortável, que lhe tem permitido trabalhar de forma contínua, a 100% da sua capacidade produtiva, colocando a quase totalidade da sua produção no mercado externo.

Cimentos

O atual contexto económico mantém-se desfavorável ao desenvolvimento das atividades principais da Secil, tendo em conta a localização geográfica das principais operações.

Em **Portugal**, o principal mercado do Grupo, as perspetivas mantêm-se particularmente negativas tendo em consideração as medidas previstas no Orçamento de Estado para 2013 que potenciam uma diminuição adicional da procura interna, com os respetivos efeitos negativos sobre a atividade económica, em geral, e o setor da construção, em particular. Daí que as expectativas não sejam positivas para os diversos segmentos de atuação do Grupo Secil.

Neste contexto, e conforme já foi referido, a Secil está a implementar um conjunto alargado de medidas de redução de custos por forma a adequar as operações em Portugal e a respetiva estrutura de apoio à nova realidade imposta pela redução drástica da procura. Uma parte dos efeitos dessas medidas ocorreu ainda em 2012.

Em relação à **Tunísia**, é expectável que a economia cresça 3,3%, acima dos 2,7% estimados para 2012, de acordo com as estimativas mais recentes do FMI, apesar das incertezas que ainda subsistem quanto à instabilidade política e social.

As expectativas de maior estabilidade e ligeira evolução estão condicionadas pelo momento de incerteza e alguma indecisão que o País atravessa, com o atraso da elaboração da constituição e a consequente marcação de eleições que já deveriam ter ocorrido em 2012. O arrastamento desta situação poderá vir a afetar o normal funcionamento das mais diferentes atividades.

Em consonância com o que é esperado para a economia, também o setor da construção e do cimento deverá crescer comparativamente a 2012.

No que respeita às exportações é expectável uma melhoria com a esperada estabilização do mercado líbio, embora sempre condicionada por fatores imprevisíveis que possam vir a ocorrer.

No **Líbano** estima-se um ano de 2013 semelhante ao registado em 2012, com um crescimento na ordem dos 2,5%, acima dos 2% estimados para 2012, de acordo com as previsões mais recentes do FMI. As alterações que têm ocorrido na região do Médio Oriente não facilitam a manutenção da estabilidade macroeconómica e o crescimento esperado para o Líbano de 2,5% encontra-se abaixo do seu potencial. O mercado do cimento deverá estabilizar em 2013, após o boom verificado entre o ano de 2003 e 2011.

As perspetivas para 2013 em **Angola** são favoráveis, apesar da incerteza que se vive a nível mundial. Segundo o FMI, a economia Angolana deverá crescer 5,5% em 2013, abaixo dos 6,8% estimados para 2012. O setor petrolífero deverá crescer 4% e o não petrolífero deverá ultrapassar os 7%, apoiado por um aumento dos programas de investimento do setor público, com vista à resolução de *deficit* de infraestruturas do país.

Este enquadramento perspetiva para o mercado angolano de cimento um forte crescimento em 2013. No entanto, o início de laboração de uma fábrica de cimento na região de Sumbe, com uma capacidade de 2 milhões de toneladas por ano, terá um forte impacto no mercado do Grupo Secil, dada a sua localização geográfica.

O investimento realizado com a aquisição da **Supremo Cimentos** e a construção de uma nova fábrica no **Brasil**, implicará um aumento do endividamento, que penalizará os resultados financeiros e consequentemente os resultados líquidos do Grupo até à entrada em funcionamento da nova fábrica.

Ambiente

Perante o atual contexto macroeconómico, marcado por uma clara tendência de retração da economia europeia e sobretudo nacional, com consequências esperadas ao nível de uma degradação do consumo interno, não se antecipam melhorias significativas a curto prazo no setor onde o grupo ETSA se insere, uma vez que o decréscimo no consumo induz uma redução de abates e, consequentemente, uma redução nos subprodutos gerados e uma concorrência acrescida entre operadores.

Entre os principais objetivos do Grupo a curto prazo destacam-se (i) a aposta no alargamento horizontal dos seus mercados estimando-se que em 2013 o volume de exportações represente mais de um terço do volume de negócios global; (ii) e na identificação de outras formas de crescimento vertical, canalizando a sua atenção prioritariamente para investimentos que permitam a melhoria da eficiência operacional, a densificação dos canais trabalhados e o lock-in dos principais centros de recolha convencional e alternativos.

O Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território lançou um novo Concurso Público, a vigorar pelo período de três anos, que configurará o novo regime procedimental relativo à prestação de serviços integrados de recolha e reencaminhamento para destruição de cadáveres animais (SIRCA).

A ITS (subsidiária do Grupo ETSA), como representante de um consórcio concorrente, foi notificada a 18 de Janeiro de 2013, da decisão de adjudicação pela Direção Geral de Alimentação e Veterinária, pelo que se prevê o início do serviço nos moldes do novo concurso ainda no decorrer do primeiro trimestre de 2013.

12. Referências Finais

2012 foi um ano em que o Grupo continuou a prosseguir a sua vocação exportadora, corolário dos avultados investimentos efetuados nos anos anteriores. Este Grupo de raiz industrial português viu assim confirmada a sua aposta estratégica, assumindo um papel crescente na economia nacional.

Para o resultado obtido muito contribuíram e, por isso, aqui deixamos expressos os nossos agradecimentos:

- Aos nossos Colaboradores, cujo esforço e dedicação tornou possível o desenvolvimento e dinâmica da sociedade;
- O apoio e compreensão dos nossos Clientes e Fornecedores, assumindo-se como parceiros do nosso projeto;
- A cooperação das Instituições Financeiras, das Autoridades de Regulação e de Fiscalização;
- A colaboração do Conselho Fiscal e da Mesa da Assembleia Geral; e
- Aos nossos Acionistas que continuamente nos têm acompanhado e cuja confiança acreditamos que continuaremos a merecer.

13. Proposta de Aplicação de Resultados

1. Proposta de Aplicação de Resultados

Considerando que o resultado líquido do exercício individual da Sociedade, apurado segundo o normativo SNC, perfaz o montante negativo de 109.655.322,20 euros (cento e nove milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e vinte e dois euros e vinte centimos), propõe-se que o mesmo seja aplicado integralmente em resultados transitados.

2. Proposta de Distribuição de Reservas Livres

Considerando que,

- a) A Sociedade tem seguido, consistentemente, uma política de distribuição de dividendos aos seus acionistas;
- b) Não obstante o resultado negativo do exercício individual, a Sociedade obteve, de acordo com o normativo IFRS, um resultado líquido consolidado positivo de 126, 5 milhões de euros;
- c) A Sociedade dispõe de um valor total de reservas livres de 931.505.690 euros (novecentos e trinta e um milhões, quinhentos e cinco mil, seiscentos e noventa euros);
- d) É admissível a distribuição de parte dessas reservas, sem que o capital próprio da Sociedade, tal como resulta do balanço anual, fique inferior à soma do capital social e das reservas cuja distribuição aos acionistas não é legal nem estatutariamente permitida;
- e) A distribuição parcial de reservas livres pela Sociedade proposta é compatível com a sua estrutura financeira.

Propõe-se que sejam distribuídas reservas livres no montante de 28.785.539,85 euros (vinte e oito milhões e setecentos e oitenta e cinco mil e quinhentos e trinta e nove euros e oitenta e cinco centimos), correspondente a 25,5 centimos por ação.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2013

O Conselho de Administração

Pedro Mendonça de Queiroz Pereira

Presidente

Maria Maude Mendonça de Queiroz Pereira Lagos

Vogal

José Alfredo de Almeida Honório

Vogal

Francisco José Melo e Castro Guedes

Vogal

José Miguel Pereira Gens Paredes

Vogal

Paulo Miguel Garcês Ventura

Vogal

Rita Maria Lagos do Amaral Cabral

Vogal

António da Nóbrega de Sousa da Câmara

Vogal

Joaquim Martins Ferreira do Amaral

Vogal

António Pedro de Carvalho Viana-Baptista

Vogal

Vitor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves

Vogal

PARTE 2

RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

Parte 2 – Índice

INTRODUÇÃO	2
CAPÍTULO 0. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO	3
0.1. CÓDIGOS ADOTADOS	3
0.2., 0.3. E 0.4. RECOMENDAÇÕES ADOTADAS, NÃO ADOTADAS E RAZÕES DE DIVERGÊNCIA	3
CAPÍTULO I. ASSEMBLEIA GERAL	22
CAPÍTULO II. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	26
SECÇÃO I – TEMAS GERAIS	26
SECÇÃO II – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	33
SECÇÃO III – CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO, COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS E CONSELHO FISCAL	45
SECÇÃO IV – REMUNERAÇÃO	47
SECÇÃO V – COMISSÕES ESPECIALIZADAS	52
CAPÍTULO III. INFORMAÇÃO E AUDITORIA	53
ANEXOS:	
ANEXO I: DECLARAÇÃO SOBRE POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES	60
ANEXO II: INFORMAÇÕES A QUE SE REFEREM OS ARTIGOS 447.º E 448.º DO CSC E OS N.º 6 E 7 DO ARTIGO 14.º DO REGULAMENTO 5/2008 DA CMVM	68
ANEXO III: AVALIAÇÃO DO MODELO DE GOVERNO ADOTADO E ATIVIDADE DOS MEMBROS NÃO EXECUTIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	71
ANEXO IV: DECLARAÇÃO A QUE SE REFERE A ALÍNEA C) DO Nº 1 DO ARTIGO 245º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS	74

Relatório Sobre a Estrutura e as Práticas do Governo Societário Elaborado nos termos do Regulamento da CMVM n.º 1/2010

Introdução

O Código de Governo das Sociedades aprovado pela CMVM em Janeiro de 2010, bem como o Regulamento da CMVM n.º 1/2010, mantêm-se em vigor e aplicáveis ao exercício de 2012. O conteúdo e âmbito das recomendações constantes deste código não são por isso novidade, tendo vindo já a ser objeto de avaliação e apreciação crítica nos últimos dois exercícios.

Em 2012 foi dada a conhecer à Semapa, relativamente ao exercício de 2011, quer a avaliação da CMVM quanto ao grau de cumprimento das recomendações, cujo *timing* de divulgação constituiu uma novidade, quer a avaliação levada a cabo pela AEM, esta última baseada num índice por si criado em conjunto com a Universidade Católica e em resultado do qual a Semapa obteve um *rating* de AA. Estes elementos foram tidos em conta e considerados nas ponderações da sociedade.

Entendemos que se justifica enfatizar aqui a natureza das recomendações e o significado que pode ter a opção do acolhimento ou não por parte da Semapa. Cada sociedade é no seu setor, no seu país, e no seu contexto, uma realidade diferente à qual a aplicação de determinada recomendação pode ser benéfica ou resultar num efeito negativo. A consciência deste risco obriga a uma avaliação e ponderação cuidada das várias opções e ao reconhecimento a uma “não adoção” devidamente justificada de um valor não inferior a um acolhimento. O percurso efetuado no sentido do maior acolhimento foi pois limitado, como não poderia deixar de ser, aos casos em que resultou claro a existência de um benefício associado ao cumprimento ou esse cumprimento não acarretou qualquer prejuízo.

A estrutura deste relatório foi alterada em relação às práticas dos anos anteriores, tendo sido feita a opção por manter toda a informação relativa ao governo societário integrada no relatório a que se refere o Regulamento da CMVM n.º 1/2010. A informação com estruturação independente daquele modelo foi remetida para anexos ao Relatório – é o caso da declaração sobre política de remunerações, das informações a que se referem os artigos 447.º e 448.º do CSC e os n.º 6 e 7 do artigo 14.º do Regulamento 5/2008 da CMVM, da avaliação do modelo de governo adotado e atividade dos membros não executivos do Conselho de Administração, e da declaração a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários.

Capítulo 0. Declaração de cumprimento

0.1. CÓDIGOS ADOTADOS

A Semapa, não tendo voluntariamente optado por se sujeitar a outros códigos de governo das sociedades, encontra-se sujeita ao “Código de Governo das Sociedades” aprovado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em Janeiro de 2010.

Estes textos encontram-se disponíveis no sítio da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários na Internet em www.cmvvm.pt.

0.2., 0.3. E 0.4. RECOMENDAÇÕES ADOTADAS, NÃO ADOTADAS E RAZÕES DE DIVERGÊNCIA

A opção da sociedade e dos seus acionistas quanto ao cumprimento das recomendações que constam do texto aprovado pela CMVM foi a seguinte:

I. Assembleia Geral

I.1 Mesa da Assembleia Geral

Recomendação I.1.1

O presidente da mesa da assembleia geral deve dispor de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da sociedade

Adotada

A recomendação é acolhida pela sociedade, sendo a adequação dos recursos confirmada, como tem sucedido até à data, pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral designado na última Assembleia Geral Anual da sociedade.

Recomendação I.1.2

A remuneração do presidente da mesa da assembleia geral deve ser divulgada no relatório anual sobre o governo da sociedade.

Adotada

A recomendação é adotada, não tendo o Presidente da Mesa da Assembleia Geral auferido qualquer remuneração em 2012 como melhor se explica no capítulo I.3. deste Relatório.

I.2 Participação na Assembleia

Recomendação I.2.1

A antecedência imposta para a receção, pela mesa, das declarações de

depósito ou bloqueio das ações para a participação em assembleia geral não deve ser superior a cinco dias úteis.

Não aplicável

A sociedade considera que face à introdução, pelo Decreto-Lei n.º 49/2010, de 19 de Maio, do artigo 23.º-C no Código dos Valores Mobiliários – que estabelece regras que as sociedades cotadas estão obrigadas a cumprir e veio isentar de bloqueio as ações – a recomendação deixa de ter aplicabilidade. Note-se que esta recomendação, quando aplicável, era adotada pela sociedade. Esta matéria é adiante referida no capítulo I.4 deste Relatório.

Recomendação I.2.2

Em caso de suspensão da reunião da assembleia geral, a sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período que medeia até que a sessão seja retomada, devendo bastar-se com a antecedência exigida na primeira sessão.

Não aplicável

O raciocínio feito para a recomendação anterior replica-se no que respeita a esta recomendação, considerando a sociedade que a alteração legislativa aí referida torna esta recomendação não aplicável. Refira-se que esta recomendação, quando aplicável, também era adotada pela sociedade. Esta matéria é adiante referida no capítulo I.5 deste Relatório.

I.3 Voto e exercício do direito de voto

Recomendação I.3.1

As sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária ao voto por correspondência e, quando adotado e admissível, ao voto por correspondência eletrónico.

Adotada

A sociedade adota esta recomendação uma vez que os seus estatutos não preveem, por um lado, qualquer restrição ao exercício do direito de voto por correspondência e, por outro, permitem que o Conselho de Administração venha a regular formas de exercício do direito de voto alternativas ao suporte em papel. Esta matéria é adiante desenvolvida nos capítulos I.9 a I.12 deste Relatório.

Recomendação I.3.2

O prazo estatutário de antecedência para a receção da declaração de voto emitida por correspondência não deve ser superior a três dias úteis.

Adotada

Esta recomendação é adotada uma vez que a sociedade aceita todas as declarações de voto recebidas até à véspera do dia da Assembleia Geral. Esta matéria vem também adiante referida no capítulo I.11 deste Relatório.

Recomendação I.3.3

As sociedades devem assegurar a proporcionalidade entre os direitos de voto e a participação acionista, preferencialmente através de previsão estatutária que faça corresponder um voto a cada ação. Não cumprem a proporcionalidade as sociedades que, designadamente: i) tenham ações que

não confirmam o direito de voto; ii) estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados.

Adotada

A sociedade adota esta recomendação cujo escopo é o de assegurar a proporcionalidade entre os direitos de voto e a participação acionista. Como temos vindo a referir, e como resulta das preocupações do legislador no Código das Sociedades Comerciais, que consigna na alínea a) do n.º 2 do artigo 384.º a possibilidade de fazer corresponder um voto a cada 1.000 euros de capital, o direito de acesso e discussão em Assembleia Geral por parte de quem tem frações inexpressivas do capital, acaba muitas vezes por ser prejudicial aos interesses da sociedade e dos acionistas em geral. Esta circunstância não prejudica a proporcionalidade que é assegurada pelo direito de agrupamento e pela inexistência de limite máximo ao número de votos que podem ser emitidos por cada acionista, individual ou conjuntamente. No que concerne ao direito de agrupamento, se todos os acionistas estiverem presentes ou representados, com os agrupamentos necessários, o número de votos que podem ser emitidos é igual ao número total de ações da sociedade dividido por 385, número de ações a que corresponde um voto. Não há pois ações sem voto. Esta matéria é também referida nos capítulos I.6 e I.7 deste Relatório.

I.4 Quórum deliberativo

Recomendação I.4

As sociedades não devem fixar um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.

Adotada

A sociedade acolhe esta recomendação dado que os estatutos da sociedade não fixam um quórum deliberativo superior ao previsto na lei. Esta matéria vem adiante referida no capítulo I.8 deste relatório.

I.5 Atas e informação sobre deliberações adotadas

Recomendação I.5

Extratos de ata das reuniões da assembleia geral, ou documentos de conteúdo equivalente, devem ser disponibilizados aos acionistas no sítio na internet da sociedade, no prazo de cinco dias após a realização da assembleia geral, ainda que não constituam informação privilegiada. a informação divulgada deve abranger as deliberações tomadas, o capital representado e os resultados das votações. Estas informações devem ser conservadas no sítio na internet da sociedade durante pelo menos três anos.

Adotada

Esta recomendação é adotada, tendo a sociedade divulgado em 2012 no seu sítio na Internet os extratos das atas das duas reuniões da assembleia geral ocorridas durante o exercício, contendo as mesmas as deliberações tomadas, o capital representado e os resultados das votações. A sociedade mantém ainda disponível a mesma informação relativa aos três exercícios anteriores.

I.6 Medidas relativas ao controlo das sociedades

Recomendação I.6.1

As medidas que sejam adotadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus acionistas. Os estatutos das sociedades que, respeitando esse princípio, prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.

Adotada

Não existe nenhuma medida adotada com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição, designadamente uma previsão estatutária que limite o número de votos que podem ser exercidos por cada acionista. Esta recomendação é assim adotada. Esta matéria é também tratada nos capítulos I.19 e I.21 deste Relatório.

Recomendação I.6.2

Não devem ser adotadas medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.

Adotada

Na sociedade não são adotadas quaisquer medidas defensivas que tenham por efeito provocar uma erosão no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração, sendo por isso a recomendação adotada. Esta matéria é também referida no capítulo I.20 deste Relatório.

II. Órgãos de administração e fiscalização

II.1. Temas gerais

II.1.1. Estrutura e competência

Recomendação II.1.1.1

O órgão de administração deve avaliar no seu relatório anual sobre o governo da sociedade o modelo adotado, identificando eventuais constrangimentos ao seu funcionamento e propondo medidas de atuação que, no seu juízo, sejam idóneas para os superar.

Adotada

Esta recomendação é acolhida pela sociedade, sendo a avaliação em causa efetuada pelo Conselho de Administração no documento que constitui Anexo III a este Relatório.

Recomendação II.1.1.2

As sociedades devem criar sistemas internos de controlo e gestão de riscos, em salvaguarda do seu valor e em benefício da transparência do seu governo societário, que permitam identificar e gerir o risco. Esses sistemas devem integrar, pelo menos, as seguintes componentes: i) fixação dos objetivos estratégicos da sociedade em matéria de assunção de riscos; ii) identificação dos principais riscos ligados à concreta atividade exercida e dos eventos suscetíveis de originar riscos; iii) análise e mensuração do impacto e da probabilidade de ocorrência de cada um dos riscos potenciais; iv) gestão do risco com vista ao alinhamento dos riscos efetivamente incorridos com a opção estratégica da sociedade quanto à assunção de riscos; v) mecanismos de controlo da execução das medidas de gestão de risco adotadas e da sua eficácia; vi) adoção de mecanismos internos de informação e comunicação sobre as diversas componentes do sistema e de alertas de riscos; vii) avaliação periódica do sistema implementado e adoção das modificações que se mostrem necessárias.

Adotada

Para além de organismos e mecanismos próprios que existem ao nível das sociedades participadas, funciona na própria sociedade uma Comissão de Controlo Interno com competências específicas na área do controlo e gestão de riscos e que abarcam o conteúdo desta recomendação, nos termos descritos no capítulo II.5 deste Relatório. Esta recomendação é assim adotada pela sociedade.

Recomendação II.1.1.3

O órgão de administração deve assegurar a criação e funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos, cabendo ao órgão de fiscalização a responsabilidade pela avaliação do funcionamento destes sistemas e propor o respetivo ajustamento às necessidades da sociedade.

Adotada

O Conselho de Administração, para além das competências diretas nesta matéria, deliberou em 2006 a criação da Comissão de Controlo Interno, comissão esta que, de acordo com as atribuições por ele definidas e que têm vindo a ser revistas e adaptadas às novas necessidades societárias, está incumbida de assegurar o controlo interno e a gestão de riscos. Por outro lado, ao Conselho Fiscal compete fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos e do sistema de controlo interno, propondo ajustamentos ao sistema existente sempre que se justifique, estando a Comissão de Controlo Interno incumbida de implementar tais ajustamentos. Esta recomendação é assim cumprida pela sociedade.

Recomendação II.1.1.4

As sociedades devem, no relatório anual sobre o governo da sociedade: i) identificar os principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a sociedade se expõe no exercício da atividade; ii) descrever a atuação e eficácia do sistema de gestão de riscos.

Adotada

Os principais riscos a que a sociedade se encontra exposta sempre estiveram descritos no seu Relatório e Contas e estão agora também desenvolvidos no capítulo II.9 deste Relatório. A descrição de todo o sistema de gestão de riscos consta do capítulo II.5 deste Relatório. A recomendação é pois adotada pela sociedade.

Recomendação II.1.1.5

Os órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento os quais devem ser divulgados no sítio na internet da sociedade.

Adotada

A sociedade adota esta recomendação, encontrando-se os regulamentos em causa divulgados no sítio da sociedade na Internet. Esta matéria é adiante tratada no capítulo II.7 deste Relatório.

II.1.2 Incompatibilidades e independência

Recomendação II.1.2.1

O conselho de administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efetiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da atividade dos membros executivos.

Adotada

Sendo o Conselho de Administração da sociedade composto por onze membros, dois quais apenas cinco integram a Comissão Executiva, possui um número de administradores não executivos que garante a efetiva capacidade de supervisão, avaliação e fiscalização da atividade dos restantes membros do órgão. Esta recomendação é assim adotada.

Recomendação II.1.2.2

De entre os administradores não executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura acionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores.

Adotada

A recomendação é acolhida pela sociedade por preenchimento do critério quantitativo, porquanto quatro dos onze membros do Conselho de Administração da sociedade são qualificáveis, nos termos dos critérios legais e regulamentares aplicáveis, como independentes. Relativamente a cada um dos membros, esta qualificação está melhor descrita no capítulo II.14 deste Relatório.

Sem prejuízo do cumprimento da recomendação e do reconhecimento de que a diversidade e afastamento de alguns dos administradores em relação à vida da sociedade pode trazer contributos no exercício das suas funções e no desempenho global do órgão de administração, a sociedade mantém o seu entendimento de que o filtro da qualificação como independente e o critério quantitativo adotado podem não ser eficazes para avaliar as características que melhor servem os interesses da sociedade. É em função de uma equipa em concreto, das suas características pessoais e profissionais, designadamente a sua independência de caráter e juízo, e da sua relação global com a sociedade que tal avaliação deve ser efetuada.

Recomendação II.1.2.3

A avaliação da independência dos seus membros não executivos feita pelo órgão de administração deve ter em conta as regras legais e regulamentares em vigor sobre os requisitos de independência e o regime de incompatibilidades aplicáveis aos membros dos outros órgãos sociais, assegurando a coerência sistemática e temporal na aplicação dos critérios de independência a toda a sociedade. Não deve ser considerado independente

administrador que, noutro órgão social, não pudesse assumir essa qualidade por força das normas aplicáveis.

Adotada

A avaliação da independência dos membros não executivos do Conselho de Administração é feita nos termos recomendados, como adiante se desenvolve no capítulo II.15.

II.1.3 Elegibilidade e nomeação

Recomendação II.1.3.1

Consoante o modelo aplicável, o presidente do conselho fiscal, da comissão de auditoria ou da comissão para as matérias financeiras deve ser independente e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.

Adotada

Esta recomendação é adotada uma vez que o Presidente do Conselho Fiscal cumpre os critérios legais de independência e possui as competências adequadas. Esta matéria vem adiante referida no capítulo II.21 deste Relatório.

Recomendação II.1.3.2

O processo de seleção de candidatos a administradores não executivos deve ser concebido de forma a impedir a interferência dos administradores executivos.

Não Aplicável

Esta recomendação não é aplicável à sociedade por inexistir qualquer processo organizado ou formal de escolha de administradores não executivos. Inexistindo o processo, não é possível alterar a sua conceção por forma a impedir a interferência dos administradores executivos.

A avaliação efetuada pela CMVM classifica a recomendação como não cumprida, considerando entre outros aspetos a circunstância de existir uma coincidência parcial entre a administração executiva desta sociedade e alguns dos administradores das sociedades a quem são imputados a maioria dos votos da Semapa, como resulta da listagem das participações qualificadas e das listagens dos cargos sociais dos administradores da Semapa que fazem parte deste relatório. Importa por isso fazer uma apreciação mais aprofundada desta perspetiva prática específica da Semapa.

A nomeação de administradores, sejam executivos ou não, é uma competência que reside primordialmente na esfera acionista. Havendo na prática uma coincidência parcial entre administradores executivos da Semapa e os decisores da maioria acionista, o afastamento do processo decisório das pessoas que são administradores executivos seria obrigatoriamente um afastamento do processo decisório da maioria acionista. Seria uma solução impossível e inconsistente com a preservação das competências e do controlo por parte dos acionistas.

Importa no entanto distinguir as posições e as qualidades em que as mesmas pessoas podem agir. Os administradores executivos, nessa sua qualidade, não têm interferência no processo de seleção dos administradores não executivos. Não só não existe processo próprio para o efeito, como se disse, como a intervenção que pudesse existir nesse processo seria sempre por natureza muito limitada: a competência na escolha da administração é uma competência acionista e mesmo no caso excecional de uma cooptação é aos acionistas que compete aceitá-la através da ratificação da cooptação.

Note-se que mesma considerando as características específicas da Semapa nesta matéria, o princípio último que esta recomendação pretende proteger está salvaguardado: não é possível aos administradores executivos criarem uma situação de influência própria na escolha de não executivos que afaste a fiscalização da gestão executiva dos interesses acionistas, pelo contrário, atendendo à própria composição, na comissão executiva os interesses e controlo acionista estão especialmente presentes e fiscalizados.

II.1.4 Política de comunicação de irregularidades

Recomendação II.1.4.1

A sociedade deve adotar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio, com os seguintes elementos: i) indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações; ii) indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante.

Adotada

Esta recomendação é cumprida pela sociedade, que adotou um regime interno de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio no qual são consagrados os meios de comunicação, as pessoas com legitimidade para as receberem e o regime de tratamento, nos termos adiante desenvolvidos no capítulo II.35 deste Relatório.

Recomendação II.1.4.2

As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório sobre o governo da sociedade.

Adotada

Esta recomendação é adotada pela sociedade, encontrando-se as linhas gerais desta política adiante desenvolvidas no capítulo II.35 deste Relatório.

II.1.5 Remuneração

Recomendação II.1.5.1

A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses de longo prazo da sociedade, basear-se em avaliação de desempenho e desincentivar a assunção excessiva de riscos. Para este efeito, as remunerações devem ser estruturadas, nomeadamente, da seguinte forma: (i) A remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente variável cuja determinação dependa de uma avaliação de desempenho, realizada pelos órgãos competentes da sociedade, de acordo com critérios mensuráveis predeterminados, que considere o real crescimento da empresa e a riqueza efetivamente criada para os acionistas, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à atividade da empresa. (ii) A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes. (iii) Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período

não inferior a três anos, e o seu pagamento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período. (iv) Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade. (v) Até ao termo do seu mandato, devem os administradores executivos manter as ações da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações. (vi) Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos. (vii) Devem ser estabelecidos os instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de administrador não seja paga se a destituição ou cessação por acordo é devida a desadequado desempenho do administrador. (viii) A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração não deverá incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da sociedade..

Adotada

A sociedade reitera o seu entendimento de que a forma de estruturar as remunerações constante das alíneas (i) a (viii) não pode deixar de ser exemplificativa: por um lado, o “nomeadamente” sugere isso mesmo e, por outro, limitar diferentes opções societárias que visem prosseguir o mesmo fim e melhor se adequem à estrutura da sociedade em causa seria certamente contrário ao espírito da recomendação.

É inequívoco que a sociedade tem uma política de remunerações que permite o alinhamento dos interesses dos administradores com os interesses de longo prazo da sociedade e se baseia na avaliação de desempenho, como resulta suficientemente da política de remunerações aprovada pelos acionistas e do que adiante se descreve no ponto II.33 sobre o sistema remuneratório.

Em relação à recomendação de que a política de remunerações desincentive o risco excessivo, importa notar que tal resulta antes de mais do facto de a remuneração não variar de forma diretamente proporcional ao resultado, mas ser antes apurada na conjugação de um conjunto de fatores a que o nível de risco não pode ser alheio, apesar da dificuldade inerente a tal avaliação.

De qualquer forma, no caso da Semapa, em que existe um controlo acionista estável, e tem por isso igualmente existido uma estabilidade grande a nível de gestão, este princípio é eficientemente assegurado pela permanência das pessoas e pela dependência das suas remunerações futuras das políticas de longo prazo e do nível de riscos assumidos.

Quanto aos aspetos exemplificativos da forma como devem ser estruturadas as remunerações:

(i) A remuneração dos administradores executivos é composta por uma parte variável que preenche os critérios previstos nesta alínea. Note-se no entanto que a referência a critérios mensuráveis predeterminados não é entendida como uma metodologia suscetível de aplicação aritmética direta a toda a componente variável, pois alguns aspetos, como a própria ponderação de riscos assumidos, não são por natureza compatíveis com essa forma de funcionamento. Há por isso percentuais predeterminados da remuneração que são preenchidos através de apreciações valorativas.

(ii) Não obstante a dificuldade de concretizar a razoabilidade ou não dos montantes da componente variável face à fixa, entendemos que é razoável a proporção existente nesta sociedade. Quanto à existência de limites máximos,

estes existem para a remuneração variável, fixados nos estatutos nos termos adiante descritos, mas não existem para a remuneração fixa, sendo o seu limite o que resulta em concreto de cada deliberação da Comissão de Remunerações.

(iii) Não existe diferimento do pagamento de componentes da remuneração, como é explicado em mais pormenor no capítulo III da política de remunerações aprovada pelos acionistas.

(iv) A sociedade não celebra com os membros do órgão de administração quaisquer contratos que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração fixada pela sociedade. Quanto à celebração de contratos desta natureza pelos administradores com terceiros, a sociedade não os incentiva e não há nenhum administrador que os tenha celebrado.

(v) Esta medida concreta não é aplicável à Semapa por não existirem na sociedade esquemas de remuneração variável em ações.

(vi) De igual forma não existem na sociedade planos de pagamento em opções, não sendo por isso aplicável esta medida.

(vii) Também esta medida não é aplicável por não existirem na sociedade relações contratuais que estabeleçam regimes especiais para casos de cessação de funções, sendo apenas aplicável o regime legal supletivo.

(viii) Esta medida não é adotada remetendo-se a justificação nesta matéria para o último parágrafo da alínea a) do capítulo V da Declaração sobre política de remunerações e para o ponto 2º do capítulo VII do mesmo documento.

Recomendação II.1.5.2

A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, deve, além do conteúdo ali referido, conter suficiente informação: i) sobre quais os grupos de sociedades cuja política e práticas remuneratórias foram tomadas como elemento comparativo para a fixação da remuneração; ii) sobre os pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores

Adotada

A Declaração sobre a política de remunerações aprovada, que constitui Anexo I a este Relatório, contém o conteúdo obrigatório referido na Lei n.º 28/2009 de 19 de Junho e descreve os elementos comparativos tidos em conta para a fixação da remuneração pela Comissão de Remunerações. Quanto a pagamentos pela Semapa relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores, a referida Declaração refere que não existem nem nunca foram fixados pela Comissão de Remunerações acordos nesse sentido. A recomendação é assim cumprida pela sociedade.

Recomendação II.1.5.3

A declaração sobre a política de remunerações a que se refere o art. 2.º da Lei n.º 28/2009 deve abranger igualmente as remunerações dos dirigentes na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários e cuja remuneração contenha uma componente variável importante. A declaração deve ser detalhada e a política apresentada deve ter em conta, nomeadamente, o desempenho de longo prazo da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa e a contenção na tomada de riscos.

Não Adotada

Entende a administração que a política de remuneração dos empregados, designadamente dirigentes, é um ato de gestão da sua exclusiva responsabilidade, como resulta claramente da interpretação conjunta dos artigos 373.º n.º 3 e 405.º do Código das Sociedades Comerciais. Ao contrário do que acontece numa sociedade por quotas, nas sociedades anónimas o envolvimento de acionistas na gestão é um ato de natureza muito excecional, que só deve acontecer por iniciativa do órgão de administração. Crê-se que neste caso não se justifica a exceção e que poderia ser até desresponsabilizador da administração perante os acionistas a existência de uma condicionante à forma como é fixada e gerida a remuneração dos principais quadros da empresa. A Declaração sobre a política de remunerações limita-se a reconhecer a posição do Conselho de Administração, que é bem do seu conhecimento. A sociedade continua assim a não cumprir esta recomendação.

Recomendação II.1.5.4

Deve ser submetida à assembleia geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições a que o mesmo deverá obedecer. Da mesma forma devem ser aprovadas em assembleia geral as principais características do sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários.

Adotada

A sociedade não tem planos de atribuição de ações. Quanto ao regime de reformas que existiu para os administradores da sociedade, tanto a sua aprovação como a sua revogação e respetivos regimes foram aprovados pelos acionistas, como adiante melhor desenvolvido alínea o) do capítulo II.33 deste Relatório. A recomendação é pois adotada.

Recomendação II.1.5.6

Pelo menos um representante da comissão de remunerações deve estar presente nas assembleias gerais anuais de acionistas.

Adotada

Esta recomendação é adotada. Note-se no entanto que a opção pela adoção em causa não é imposta pela sociedade, tendo resultado antes até esta data de uma livre decisão da própria Comissão de Remunerações.

Recomendação II.1.5.7

Deve ser divulgado, no relatório anual sobre o governo da sociedade, o montante da remuneração recebida, de forma agregada e individual, em outras empresas do grupo e os direitos de pensão adquiridos no exercício em causa.

Não aplicável

Refere a nota 1 a esta recomendação do Código do Governo das Sociedades de 2010 que “A presente recomendação manter-se-á até à entrada em vigor dos deveres de prestação de informação previstos nas alíneas c) e d) do artigo 3º do Regulamento da CMVM nº 1/2010.” Tendo as referidas alíneas, e os deveres de prestação de informação nelas

previstos, entrado em vigor em 1 de Janeiro de 2011, nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento da CMVM nº 1/2010, a Semapa considera a recomendação caducada e, como tal, não aplicável.

II.2. Conselho de Administração

Recomendação II.2.1

Dentro dos limites estabelecidos por lei para cada estrutura de administração e fiscalização, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o governo da sociedade.

Adotada

Na sociedade a administração quotidiana é delegada numa Comissão Executiva e as respetivas competências são identificadas neste Relatório. O assunto é desenvolvido nos capítulos II.2 e II.3.

Recomendação II.2.2

O conselho de administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.

Não Adotada

Formalmente a recomendação não é integralmente adotada porque a delegação de poderes na Comissão Executiva incluiu parte das competências aqui referidas. Na prática, no entanto, esta recomendação tem sido cumprida, pois as competências em causa têm até esta data sido exercidas pelo Conselho de Administração, e é intenção quer do Conselho de Administração quer da Comissão Executiva que, de futuro, este procedimento se mantenha. A justificação do Conselho de Administração para manter formalmente esta delegação mais ampla reside na mitigação do risco de na sociedade deixarem de ser praticados em tempo útil atos relevantes para a prossecução da sua atividade por falta de poderes da Comissão Executiva em situações em que a menor agilidade de convocação do Conselho de Administração inviabilize a sua reunião atempada.

Recomendação II.2.3

Caso o Presidente do Conselho de Administração exerça funções executivas, o conselho de administração deve encontrar mecanismos eficientes de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos, que designadamente assegurem que estes possam decidir de forma independente e informada, e deve proceder-se à devida explicitação desses mecanismos aos acionistas no âmbito do relatório sobre o governo da sociedade.

Adotada

Na sociedade o Presidente do Conselho de Administração é também o Presidente da Comissão Executiva, mas existem os mecanismos necessários para assegurar uma eficiente coordenação dos trabalhos dos membros não executivos, pelo que a recomendação é adotada pela sociedade. Esta matéria está adiante desenvolvida no capítulo II.8 deste Relatório.

Recomendação II.2.4

O relatório anual de gestão deve incluir uma descrição sobre a atividade desenvolvida pelos administradores não executivos referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.

Adotada

Esta recomendação é adotada, encontrando-se a descrição sobre a atividade desenvolvida pelos administradores não executivos incluída no Anexo III a este Relatório.

Recomendação II.2.5

A sociedade deve explicitar a sua política de rotação dos pelouros no conselho de administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro, e informar sobre ela no relatório anual sobre o governo da sociedade.

Adotada

A recomendação é adotada no sentido de existir uma política em que as vantagens da rotação e a ponderação da mesma são periodicamente consideradas mas não no sentido da existência de rotações obrigatórias ou limites máximos temporais sem que existam rotações. Relativamente ao pelouro financeiro, é importante referir que na sociedade a responsabilidade é partilhada por dois administradores, Senhores Dr. José Alfredo de Almeida Honório e Dr. José Miguel Pereira Gens Paredes. Esta matéria é adiante desenvolvida nos capítulos II.3 e II.11.

II.3. Administrador Delegado, Comissão Executiva e Conselho de Administração Executivo

Recomendação II.3.1

Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.

Adotada

A recomendação é adotada pela sociedade uma vez que os administradores executivos prestam em tempo útil e adequadamente as informações requeridas por outros membros dos órgãos sociais, como melhor se desenvolve no capítulo II.3 deste relatório.

Recomendação II.3.2

O Presidente da Comissão Executiva deve remeter, respetivamente, ao presidente do Conselho de Administração e, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho Fiscal ou da Comissão de Auditoria, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.

Adotada

Esta recomendação é adotada, sendo as convocatórias e as atas da Comissão Executiva remetidas ao Presidente do Conselho Fiscal.

Recomendação II.3.3

O Presidente do Conselho de Administração Executivo deve remeter ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao Presidente da Comissão

Para as Matérias Financeiras, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.

Não aplicável

Esta recomendação não é aplicável à sociedade por estar estruturada segundo uma modalidade diferente.

II.4. Conselho Geral e de Supervisão, Comissão Para as Matérias Financeiras, Comissão de Auditoria e Conselho Fiscal

Recomendação II.4.1

O Conselho Geral e de Supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte do Conselho de Administração Executivo. Entre as matérias sobre as quais o Conselho Geral e de Supervisão deve pronunciar-se incluem-se: i) a definição da estratégia e das políticas gerais da sociedade; ii) a estrutura empresarial do grupo; e iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.

Não aplicável

Esta recomendação não é aplicável à sociedade por estar estruturada segundo uma modalidade diferente.

Recomendação II.4.2

Os relatórios anuais sobre a atividade desenvolvida pelo Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão Para as Matérias Financeiras, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal devem ser objeto de divulgação no sítio da internet da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas.

Adotada

Esta recomendação é adotada, na medida em que o relatório do Conselho Fiscal, que compreende a atividade desenvolvida no exercício a que se refere, tem sido sempre objeto de divulgação no sítio da Internet da sociedade em conjunto com os demais documentos de prestação de contas.

Recomendação II.4.3

Os relatórios anuais sobre a atividade desenvolvida pelo Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão Para as Matérias Financeiras, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal devem incluir a descrição sobre a atividade de fiscalização desenvolvida referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.

Adotada

O relatório em causa inclui a descrição sobre a atividade de fiscalização desenvolvida pelo Conselho Fiscal, referindo, sendo caso disso, eventuais constrangimentos deparados. Esta recomendação é assim adotada.

Recomendação II.4.4

O Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal, consoante o modelo aplicável, devem representar a sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços, a respetiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços, bem assim como ser o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios.

Adotada

O Conselho Fiscal representa a sociedade junto do Auditor Externo, não no sentido de lhe serem conferidos poderes formais de representação mas enquanto seu interlocutor privilegiado, tendo acesso e conhecimento direto da atividade desenvolvida pelo Auditor Externo. A sociedade crê que é possível esta ação fiscalizadora direta do Conselho Fiscal, sem interferência do Conselho de Administração, relativamente ao trabalho desenvolvido pelo Auditor Externo desde que não saia prejudicado o conhecimento atempado e adequado do órgão de administração, responsável último pelo que se passa na sociedade e pelas demonstrações financeiras, quanto a este mesmo trabalho. Respeitando este princípio, os relatórios do Auditor Externo são dirigidos ao Conselho Fiscal e discutidos em reuniões conjuntas deste órgão com um membro do Conselho de Administração, zelando o Conselho Fiscal para que sejam assegurados dentro da sociedade as condições necessárias para a prestação dos serviços de auditoria. Quanto à contratação, o Conselho Fiscal propõe o Auditor Externo, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, e a respetiva remuneração. Esta recomendação é assim adotada pela sociedade.

Recomendação II.4.5

O Conselho Geral de Supervisão, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal, consoante o modelo aplicável, devem anualmente avaliar o auditor externo e propor à assembleia geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.

Adotada

O Auditor Externo é avaliado pelo Conselho Fiscal de forma permanente, e especialmente nos fechos do semestre e do exercício. Nunca se deu o caso de propor a sua destituição, mas é uma competência que lhe é reconhecida. Trata-se de uma recomendação adotada pela sociedade.

Recomendação II.4.6

Os serviços de auditoria interna e os que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de compliance) devem reportar funcionalmente à Comissão de Auditoria, ao Conselho Geral e de Supervisão ou, no caso das sociedades que adotem o modelo latino, a um administrador independente ou ao Conselho Fiscal, independentemente da relação hierárquica que esses serviços mantenham com a administração executiva da sociedade.

Não aplicável

A sociedade não possui serviços com funções exclusivas de auditoria interna nem de *compliance*, sendo que estas funções cabem essencialmente ao Conselho Fiscal e à Direção Jurídica da Semapa. Não seria pertinente, seria mesmo prejudicial à sua organização da sociedade, que a Direção Jurídica reportasse ao Conselho Fiscal. A inexistência de serviços exclusivos nesta área é uma opção que se fica a dever à estrutura administrativa simplificada da Semapa enquanto sociedade holding, sem prejuízo dos serviços independentes dessa natureza existentes nas participadas. Não existindo de forma autónoma os serviços a que se refere esta recomendação, não é a mesma aplicável à

sociedade. Nota-se que a CMVM considera esta recomendação como não adotada pela sociedade.

II.5. Comissões Especializadas

Recomendação II.5.1

Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração e o conselho geral e de supervisão, consoante o modelo adotado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; ii) refletir sobre o sistema de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria; iii) identificar atempadamente potenciais candidatos com o elevado perfil necessário ao desempenho de funções de administrador.

Não Adotada

Na Semapa, a criação pelo Conselho de Administração de comissões com competências específicas em determinadas matérias nem sempre é necessária e adequada à dimensão da sociedade, devido ao facto de ser uma sociedade holding sem atividade económica direta e com uma estrutura administrativa simplificada. Assim, entende a sociedade não ser necessária uma comissão específica para a avaliação do desempenho dos administradores executivos, sendo estas funções plena e cabalmente asseguradas pelo Presidente do Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal, pela Comissão de Remunerações e pelos acionistas. Já no que respeita à reflexão sobre o governo societário, a sociedade criou uma Comissão para o efeito como adiante vem referido no capítulo II.3 deste Relatório. Por último e no tocante à identificação de potenciais candidatos a administrador, essas funções não existem pelos motivos apontados antes sobre a recomendação II.1.3.2, pelo que neste particular a recomendação não é aplicável. Consideramos assim esta recomendação não adotada.

Recomendação II.5.2

Os membros da comissão de remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.

Adotada

A sociedade, como a seguir melhor se explica, considera que todos os membros da Comissão de Remunerações são qualificáveis como independentes.

Relativamente ao Senhor Eng. Frederico da Cunha, a sua conexão com a Semapa resulta do facto de ter sido até 2005 administrador não executivo da sociedade e de manter atualmente uma pensão de reforma por força das funções que desempenhou. Entende no entanto a Semapa que, pelo facto de terem sido funções não executivas, por força do tempo decorrido e do direito a pensão ser um direito adquirido e independente da vontade da Semapa, a sua isenção de análise e decisão não se encontra condicionada e exerce por isso as suas funções com independência.

No que respeita ao Senhor Dr. José Maury, existem casos no exercício anterior de serviços prestados pela Egon Zehnder, empresa que representa, a sociedades participadas pela Semapa. Não são no entanto serviços com expressividade suscetível de pôr em causa a independência deste membro da Comissão: incluindo processos com origem no ano anterior e processos que foram apenas iniciados em 2012, existiram ao todo 4 processos de contratação e um quinto processo de natureza diferente e menor relevância. O Senhor Dr. José Maury tem vastos

conhecimentos e experiência em matéria de políticas de remuneração.

Por último, a Dr.ª Sofia Frère é também independente, não se verificando qualquer circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou decisão. Esclarece-se no entanto que, embora exerça funções em algumas sociedades do grupo Santander, as relações comerciais da Semapa com aquela instituição não são no âmbito das áreas da sua responsabilidade.

Verifica-se assim que a composição desta Comissão é extremamente favorável a uma análise e decisão correta e independente. Efetivamente, junta-se uma pessoa que conhece o funcionamento interno da sociedade do tempo em que foi administrador, outra pessoa especialista em matéria de remunerações e uma terceira que tem exercido a sua atividade profissional ligada a grandes grupos económicos mas sem qualquer ligação à sociedade, conjugando-se assim três perfis que trazem vantagens específicas e complementaridade entre si.

Entende pois a sociedade que esta recomendação é adotada. Não obstante, notamos que a CMVM tem uma posição diferente por entender que o facto do Senhor Eng. Frederico da Cunha ter sido administrador da sociedade é impeditivo da sua qualificação como independente.

Esta matéria vem também tratada nos capítulos II.36 e II.38 deste Relatório.

Recomendação II.5.3

Não deve ser contratada para apoiar a comissão de remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do conselho de administração, ao próprio conselho de administração da sociedade ou que tenha relação atual com consultora da empresa. esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.

Adotada

A Comissão de Remunerações não contratou até hoje qualquer pessoa ou entidade para a auxiliar no desempenho das suas funções. A recomendação é pois adotada.

Recomendação II.5.4

Todas as comissões devem elaborar atas das reuniões que realizem.

Adotada

Esta recomendação é adotada pela sociedade uma vez que todas as comissões que se encontram identificadas no capítulo II.3 do presente Relatório elaboram atas das respetivas reuniões.

III. Informação e Auditoria

III.1 Deveres gerais de informação

Recomendação III.1.1

As sociedades devem assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos acionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade manter um gabinete de apoio ao investidor.

Adotada

Esta recomendação é adotada, como melhor se explica no capítulo III.16 deste Relatório.

Recomendação III.1.2

A seguinte informação disponível no sítio da Internet da sociedade deve ser divulgada em inglês: a) A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais; b) Estatutos; c) Identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado; d) Gabinete de Apoio ao Investidor, respetivas funções e meios de acesso; e) Documentos de prestação de contas; f) Calendário semestral de eventos societários g) Propostas apresentadas para discussão e votação em assembleia geral; h) Convocatórias para a realização de assembleia geral.

Adotada

Toda a informação acima referida é divulgada em inglês no sítio da Internet da sociedade, sendo pois a recomendação adotada pela sociedade.

Recomendação III.1.3

As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.

Adotada

Na assembleia geral anual de 2010, o Conselho Fiscal apresentou aos acionistas uma proposta de continuidade do Auditor Externo, emitindo parecer onde foca que a qualidade do trabalho desenvolvido pela PricewaterhouseCoopers e a sua experiência acumulada nos setores onde a Semapa investe se sobrepõem aos inconvenientes da sua manutenção. Conclui pela independência do Auditor Externo, que sai reforçada com a proposta de rotação do sócio, em linha com as melhores práticas internacionais. A proposta foi aprovada pelos acionistas nos seus exatos termos, tendo o Auditor Externo, agora representado por um novo sócio, sido eleito para mais um mandato de quatro anos, a terminar em 31 de Dezembro de 2013. Esta recomendação é pois cumprida.

Recomendação III.1.4

O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.

Adotada

O Auditor Externo da sociedade, PricewaterhouseCoopers, verifica a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, bem como a eficácia e o funcionamento dos mecanismos através dos elementos que lhe são facultados pela sociedade, em especial pela Comissão de Remunerações e pela Comissão de Controlo Interno. As conclusões das verificações efetuadas são reportadas pelo Auditor Externo ao Conselho Fiscal que, sendo caso disso, reporta as deficiências encontradas. Esta recomendação é assim adotada.

Recomendação III.1.5

A sociedade não deve contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com eles se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu relatório anual sobre o governo da sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.

Adotada

No decurso do exercício de 2012, os serviços diversos dos serviços de auditoria contratados pela sociedade ao Auditor Externo, incluindo as entidades que com ele se encontram em relação de participação ou que integram a mesma rede, representaram 21,5% do total dos serviços prestados à sociedade, percentagem essa que se situou abaixo dos 30% recomendados. Os referidos serviços consistem essencialmente em serviços de apoio na salvaguarda do cumprimento de obrigações de índole fiscal, em Portugal e no estrangeiro, os quais são aprovados pelo Conselho Fiscal. O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal entendem que a contratação de tais serviços é justificada pela experiência acumulada do Auditor Externo nos setores onde a sociedade atua e pela qualidade do seu trabalho, para além de existirem suficientes procedimentos de salvaguarda da independência dos auditores através da definição criteriosa dos trabalhos em sede de contratação. A recomendação é pois adotada pela sociedade.

IV. Conflitos de interesses

IV.1 Relações com acionistas

Recomendação IV.1.1

Os negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.

Adotada

A recomendação é adotada dado que, em 2012, os negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, foram realizados em condições normais de mercado.

Recomendação IV.1.2

Os negócios de relevância significativa com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser submetidos a parecer prévio do órgão de fiscalização. Este órgão deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância destes negócios e os demais termos da sua intervenção.

Adotada

O Conselho Fiscal, sob proposta do Conselho de Administração, definiu os procedimentos e critérios para identificar os negócios de relevância significativa que, como tal, devessem ser submetidos a sua avaliação e parecer prévio. Esses critérios são os referidos no capítulo III.13 deste Relatório. Por aplicação dos referidos critérios, verifica-se que no

exercício de 2012 nenhum dos negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, pode ser considerado de relevância significativa, pelo que nenhum deles foi submetido a parecer prévio do Conselho Fiscal. A recomendação é pois adotada.

Capítulo I. Assembleia Geral

I.1. Identificação dos membros da mesa da assembleia-geral

A mesa da assembleia geral é composta pelas seguintes pessoas:

Presidente:	Dr. Francisco Xavier Zea Mantero
Secretária:	Dr.ª Rita Maria Pinheiro Ferreira Soares de Oliveira

I.2. Mandatos dos membros da Mesa

A Secretária da Mesa, Senhora Dr.ª Rita Maria Pinheiro Ferreira Soares de Oliveira, foi eleita pela primeira vez em 21 de Março de 2007 tendo sido reconduzida na assembleia geral anual eletiva, que teve lugar em 22 de Abril de 2010, para exercer funções até ao final do mandato que termina em 31 de Dezembro de 2013. O Senhor Dr. Francisco Xavier Zea Mantero foi designado para o cargo de Presidente da Mesa na última assembleia geral anual, ocorrida em 18 de Maio de 2012, preenchendo assim o lugar deixado vago em Junho de 2011 pelo Senhor Dr. José Pedro Correia de Aguiar-Branco.

I.3. Remuneração do Presidente da Mesa

Durante o exercício de 2012 Presidente da Mesa da Assembleia Geral não auferiu qualquer remuneração. Muito embora tenham tido lugar duas assembleias gerais durante o exercício, esta circunstância fica a dever-se ao facto de na primeira assembleia o lugar se encontrar vago e as funções terem sido exercidas pelo Presidente do Conselho Fiscal, e de na segunda assembleia a respetiva contrapartida só ter sido paga já no exercício de 2013.

I.4. Antecedência de bloqueio de ações para participação em AG

Na sequência da alteração legislativa introduzida pelo Decreto-Lei n.º 49/2010, de 19 de Maio, que no artigo 23.º-C do Código dos Valores Mobiliários veio isentar de bloqueio as ações, passando a ser bastante a mera titularidade das mesmas no 5.º dia de negociação anterior ao da realização da assembleia, e estabeleceu regras e prazos diferentes para a participação na assembleia geral, os acionistas aprovaram na assembleia geral de 2011 uma alteração estatutária - introdução do número Dez do artigo Nono – que visa o acolhimento deste regime enquanto o mesmo for aplicável à sociedade por força da sua natureza.

Manteve-se, não obstante, o anterior regime que não se aplicará enquanto existirem disposições legais imperativas que se lhe sobreponham. Esse regime exige que os acionistas apresentem à sociedade a documentação comprovativa

da titularidade das ações e do bloqueio das ações até cinco dias antes da data da assembleia geral. Estes cinco dias são contados de forma contínua e, sempre que terminem num fim de semana ou dia feriado, transfere-se o fim do prazo para o primeiro dia útil seguinte. A sociedade considera como data da receção a data da primeira entrada do documento por fax ou correio eletrónico, desde que o respetivo original seja apresentado até à data de início da assembleia.

I.5. Bloqueio de Ações em caso de suspensão de AG

Pese embora as ações tenham deixado de estar sujeitas a bloqueio a não ser que os acionistas expressamente o requeiram, o presidente da mesa mantém o entendimento seguido pelo seu antecessor no sentido de que o mesmo não é necessário durante todo o período de suspensão até que a sessão seja retomada, sendo suficiente para a segunda sessão a antecedência ordinária exigida na primeira sessão.

I.6. Número de ações a que corresponde um voto

Nos termos fixados nos estatutos, corresponde um voto a cada 385 ações da sociedade.

I.7. Ações sem voto e limite do número de votos por acionista

Não existem regras estatutárias que prevejam a existência de ações que não confirmem o direito de voto ou que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados.

I.8. Regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto

Não existem na sociedade quóruns constitutivos e deliberativos diferentes dos legalmente supletivos nem existem sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial. No âmbito das regras societárias sobre os direitos de voto nada há a assinalar, exceto quanto à existência de prazos para apresentação da documentação necessária à participação na assembleia e para o voto por correspondência. Com exceção do prazo estatutário para o exercício do direito de voto por correspondência – véspera da assembleia geral –, os prazos estatutários para a participação na assembleia não são, como acima referido e como previsto nos próprios estatutos, aplicáveis enquanto existirem disposições legais imperativas que se lhe sobreponham como é o caso do artigo 23.º-C do Código dos Valores Mobiliários.

I.9. Regras sobre o voto por correspondência

Nos termos fixados nos estatutos, é permitido o exercício do direito de voto por correspondência, observando-se o seguinte regime:

- a) Deve ser dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, e recebido na sede social até à véspera da assembleia geral, um sobrescrito contendo as declarações de voto;
- b) O sobrescrito deve conter (1) carta dirigida ao Presidente da Mesa, com assinatura reconhecida, manifestando a vontade de votar, e (2) as declarações de voto, uma para cada ponto da ordem de trabalhos, em sobrescrito fechado e independente com a indicação exterior do ponto da ordem de trabalhos a que se

destina;

- c) Os votos emitidos valem como votos negativos em relação às propostas apresentadas ulteriormente à sua emissão, e
- d) O Conselho de Administração pode regular formas de exercício do direito de voto alternativas ao suporte em papel, desde que assegurem igualmente a autenticidade e confidencialidade dos votos até ao momento da votação.

I.10. Modelo para o voto por correspondência

A sociedade disponibiliza um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência. Este modelo está disponível no sítio da sociedade na Internet e pode ser pedido através dos serviços de apoio ao investidor.

I.11. Prazo para o voto por correspondência

Como já referido o sobrescrito contendo as declarações de voto deve ser recebido na sede social até à véspera da assembleia geral.

I.12. Exercício do direito de voto por meios eletrónicos

Não é ainda possível o exercício do direito de voto por meios eletrónicos, embora os estatutos permitam que o Conselho de Administração regule formas de exercício do direito de voto alternativas ao suporte em papel, desde que estas assegurem igualmente a autenticidade e confidencialidade dos votos até ao momento da votação.

Salienta-se porém que até esta data a sociedade não teve qualquer solicitação ou manifestação de interesse por parte de acionistas ou investidores na disponibilização desta funcionalidade.

I.13. Acesso a extratos de ata da AG

A sociedade divulga os extratos das atas das reuniões da assembleia geral no seu sítio na Internet no prazo máximo de cinco dias após a realização da assembleia.

I.14 Acervo histórico dos extratos de atas

Os extratos das atas da assembleia geral com as deliberações, o capital representado e os resultados das votações, relativos aos últimos 3 anos estão disponíveis para consulta no sítio da Internet da sociedade.

I.15. Representantes da Comissão de Remunerações na AG

O membro da Comissão de Remunerações que esteve presente última reunião da assembleia geral anual foi o Senhor Eng. Frederico José da Cunha Mendonça e Meneses, sendo este o membro da Comissão que usualmente está presente nas assembleias gerais da sociedade.

I.16. Intervenção da AG na política de remuneração e avaliação da administração

Em 2012 a Comissão de Remunerações submeteu à aprovação dos acionistas na assembleia geral anual a declaração sobre política de remunerações do órgão de administração e fiscalização da sua responsabilidade, documento reproduzido no Anexo I deste Relatório, tendo a mesma sido discutida e aprovada.

Face ao imperativo legal, a Comissão de Remunerações irá submeter anualmente à assembleia geral uma declaração sobre a política de remunerações, não obstante aquando da primeira declaração, anterior a esta imposição, ter entendido como mais adequado que a política vigorasse por todo o mandato.

Esta declaração não abrange a política de remuneração de outros dirigentes, face ao entendimento da sociedade de que a política de remuneração dos trabalhadores é um ato de gestão da exclusiva responsabilidade do Conselho de Administração, entendimento este melhor desenvolvido na análise da recomendação II.1.5.3.

A assembleia geral não tem qualquer intervenção na avaliação do desempenho dos membros do órgão de administração para efeitos remuneratórios, sem prejuízo da aprovação anual da declaração sobre política de remunerações dos órgãos sociais.

I.17. Intervenção da AG nos planos e opções de ações

No caso da Semapa, inexistindo planos de atribuição de ações e/ou de opções de aquisição de ações, ou com base nas variações de preços das ações, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do art. 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, nunca houve nesta matéria intervenção da assembleia geral.

I.18. Intervenção da AG no sistema de benefícios de reforma

Os acionistas aprovaram por unanimidade, na assembleia geral de 30 de Março de 2005, um sistema de reforma e o respetivo regime, aplicável exclusivamente aos membros do órgão de administração. O contexto económico, social e empresarial que se vive atualmente levou o Conselho de Administração a ponderar o impacto desse regime e a propor a sua extinção com salvaguarda dos direitos e expectativas dos seus beneficiários, proposta que mereceu a aprovação unânime da assembleia geral extraordinária de 27 de Dezembro último.

I.19. Sujeição a deliberação de norma estatutária que preveja limites de voto

Não existindo na Semapa qualquer limitação estatutária ao número de votos que podem ser emitidos por acionistas de forma individual ou concertada, não existe igualmente norma estatutária que preveja o dever de sujeitar, pelo menos de cinco em cinco anos, a deliberação da assembleia-geral, a manutenção ou eliminação da norma estatutária que preveja a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

I.20. Medidas defensivas de mudança de controlo

Não existem na sociedade quaisquer medidas adotadas com o objetivo de provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração.

I.21. Acordos com efeitos associados à mudança de controlo

Não existem na sociedade acordos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade.

I.22. Acordos de indemnização em caso de cessação de funções na sequência de mudança de controlo

Não existem também acordos entre a sociedade e os titulares dos órgãos sociais ou trabalhadores que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho, na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

Capítulo II. Órgãos de Administração e Fiscalização

SECÇÃO I – TEMAS GERAIS

II.1. Identificação e composição dos órgãos da sociedade

Os titulares dos órgãos sociais em exercício de funções até ao final do mandato em curso (quadriénio 2010-2013) são os seguintes:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente:	Dr. Francisco Xavier Zea Mantero
Secretário:	Dr.ª Rita Maria Pinheiro Ferreira Soares de Oliveira

Conselho Fiscal

Presidente:	Dr. Miguel Camargo de Sousa Eiró
Vogais efetivos:	Dr. Duarte Nuno d' Orey da Cunha Dr. Gonçalo Nuno Palha Gaio Picão Caldeira
Vogal Suplente:	Dr.ª Marta Isabel Guardalino da Silva Penetra

Revisor Oficial de Contas

Efetivo:	PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda, representada pelo Dr. António Alberto Henriques Assis (ROC) ou pelo Dr. César Abel Rodrigues Gonçalves (ROC)
Suplente:	Dr. Jorge Manuel Santos Costa (ROC)

Conselho de Administração

Presidente: Pedro Mendonça de Queiroz Pereira
Vogais: Maria Maude Mendonça de Queiroz Pereira Lagos
Dr. José Alfredo de Almeida Honório
Dr. Francisco José Melo e Castro Guedes
Dr. José Miguel Pereira Gens Paredes
Dr. Paulo Miguel Garcês Ventura
Dr.ª Rita Maria Lagos do Amaral Cabral
Eng. António da Nóbrega de Sousa da Câmara
Eng. Joaquim Martins Ferreira do Amaral
Dr. António Pedro de Carvalho Viana-Baptista
Dr. Vitor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves

Secretário da Sociedade

Dr. Rui Tiago Trindade Ramos Gouveia

II.2. Comissões Especializadas com competências em matérias de administração ou fiscalização

Na sociedade estão constituídas as seguintes comissões com competências em matéria de administração ou fiscalização da sociedade:

Comissão Executiva

Pedro Mendonça de Queiroz Pereira, que preside
Dr. José Alfredo de Almeida Honório
Dr. Francisco José Melo e Castro Guedes
Dr. José Miguel Pereira Gens Paredes
Dr. Paulo Miguel Garcês Ventura

Comissão de Controlo Interno

Eng. Joaquim Martins Ferreira do Amaral
Eng. Jaime Alberto Marques Sennfelt Fernandes Falcão
Dr.ª Margarida Isabel Feijão Antunes Rebocho

Comissão de Controlo do Governo Societário

Dr.ª Rita Maria Lagos do Amaral Cabral
Eng. Gonçalo Allen Serras Pereira
Eng. Jorge Manuel de Mira Amaral

Estão ainda constituídas as seguintes comissões sem competências em matéria de administração ou fiscalização da sociedade:

Comissão de Estratégia

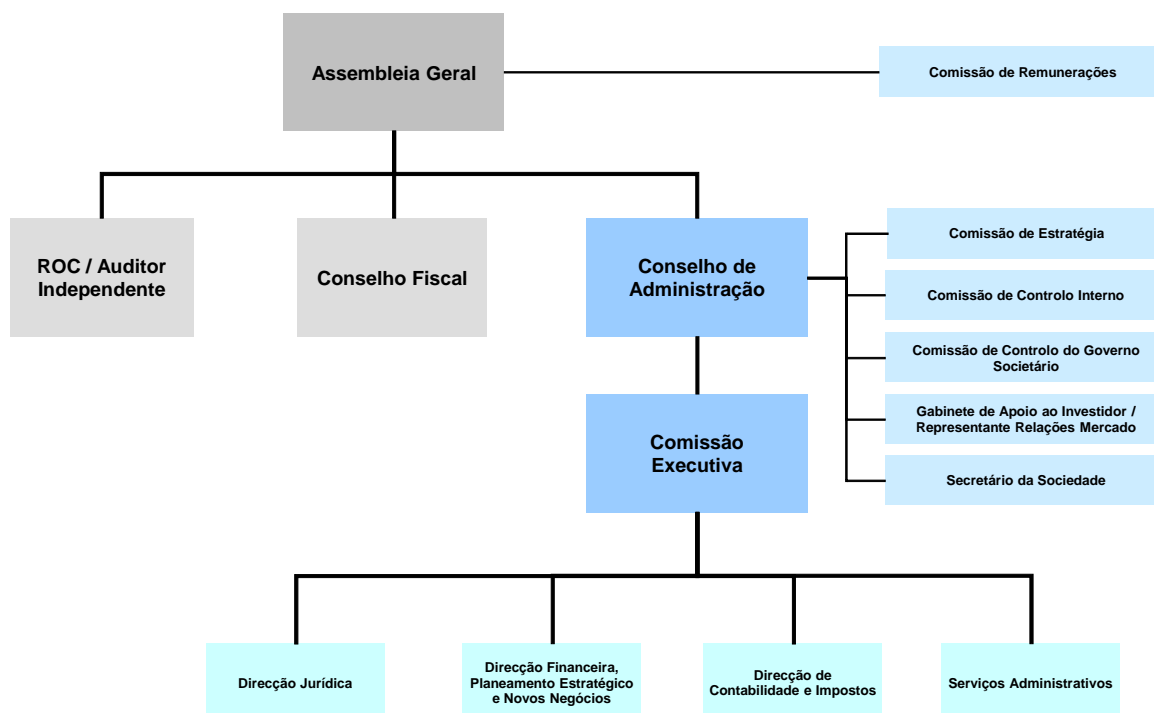
Pedro Mendonça de Queiroz Pereira
Maria Maude Mendonça de Queiroz Pereira Lagos
Dr. José Alfredo de Almeida Honório
Eng. Joaquim Martins Ferreira do Amaral
Dr. António Pedro de Carvalho Viana-Baptista

Comissão de Remunerações

Dr. José Gonçalo Maury
Eng. Frederico José da Cunha Mendonça e Meneses
Dr.ª Sofia Luísa Corrêa Henriques Cardoso de Menezes Frère

II.3. Organograma, competências, delegações e pelouros

Apresenta-se de forma gráfica simplificada o organograma dos vários órgãos, comissões e departamentos da Semapa:



A gestão da sociedade é centrada na articulação entre o Conselho de Administração e a Comissão Executiva.

A coordenação e a aproximação são asseguradas pela existência de um presidente comum, pela transmissão regular

de toda a informação relevante relativa à gestão corrente da sociedade aos membros do Conselho de Administração que não são membros da Comissão Executiva de forma a permitir um acompanhamento permanente da vida societária, e pela convocação de reuniões do Conselho de Administração para todas as decisões consideradas especialmente relevantes, ainda que se enquadrem no âmbito dos poderes gerais delegados.

É relevante notar neste âmbito o facto de existir uma permanente disponibilidade dos membros da Comissão Executiva para prestar as informações que sejam solicitadas pelos restantes membros do Conselho de Administração e a prática seguida de transmissão imediata a estes de todas as informações que a relevância ou urgência assim o imponham.

Na distribuição de pelouros entre os membros da Comissão Executiva, muito embora não exista uma compartimentação rígida de funções e responsabilidades, podem ser identificados essencialmente quatro núcleos:

- 1º Planeamento estratégico e política de investimentos, que cabe ao Presidente do Conselho de Administração Senhor Pedro Mendonça de Queiroz Pereira.
- 2º Política financeira e gestão de riscos, que cabe aos Administradores Senhores Dr. José Alfredo de Almeida Honório e Dr. José Miguel Pereira Gens Paredes.
- 3º Política de recursos humanos e controlo administrativo, que cabe ao Administrador Senhores Dr. Francisco José de Melo e Castro Guedes.
- 4º Área jurídica e tecnologias de informação que cabe ao Administrador Senhor Dr. Paulo Miguel Garcês Ventura.

Estão delegados na Comissão Executiva poderes de gestão amplos, na sua grande parte discriminadamente indicados no ato de delegação, e apenas limitados no que respeita à matéria identificada no artigo 407.º n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais. Estão, em concreto, delegados os seguintes atos:

- a) Negociar e deliberar a celebração por ato público ou particular de qualquer contrato de natureza comercial ou civil nos termos e condições que considere mais convenientes, bem como tomar todas as decisões que considere apropriadas na execução desses contratos;
- b) Deliberar emitir, subscrever, sacar, aceitar, endossar, avalizar, protestar ou praticar qualquer outro ato no âmbito da utilização de títulos de crédito
- c) Deliberar sobre todos os atos correntes de natureza bancária, junto de instituições financeiras portuguesas ou estrangeiras, designadamente abrindo, consultando e estabelecendo o modo de movimentação de contas bancárias por todas as formas legalmente admissíveis;
- d) Negociar e deliberar contrair e alterar as condições de mútuos, junto de instituições financeiras ou outras entidades, incluindo a prestação de respetivas garantias nos casos em que é delegável nos termos da lei, tudo nos termos que entender mais convenientes;
- e) Deliberar adquirir, alienar e onerar ativos de todas as naturezas, nos termos e condições que entender mais adequados, negociando e deliberando a formalização para o efeito, por documento público ou particular, de qualquer instrumento contratual, e praticando quaisquer atos acessórios ou complementares que se revelem necessários na execução dessas contratos;
- f) Tomar todas as decisões e praticar todos os atos no âmbito do exercício pela sociedade da sua posição de acionista, designadamente indicando os seus representantes nas assembleias gerais das sociedades em que participe e tomando deliberações unânimes por escrito;
- g) Preparar os projetos de relatórios de atividade, balanços, demonstrações financeiras e propostas de aplicação

de resultados;

- h) Praticar todos os atos necessários ou convenientes no âmbito das relações laborais da sociedade com os seus trabalhadores, designadamente contratar, despedir, transferir, definir condições de trabalho e de remuneração bem com as suas atualizações e alterações;
- i) Deliberar sobre a representação da sociedade perante qualquer Tribunal ou instituto de mediação ou arbitragem, tomando todas as decisões que se mostrem necessárias ou convenientes no âmbito de qualquer procedimento aí pendente ou a instaurar, designadamente as de desistir, confessar ou transigir;
- j) Constituir procuradores da sociedade dentro dos poderes que lhe estão delegados,
- k) Praticar todos os atos necessários ou convenientes no âmbito da emissão de obrigações e papel comercial, já emitidos ou a emitir, incluindo a decisão de emissão, e
- l) Em geral praticar todos os atos de gestão corrente da sociedade, com exceção daqueles que por lei não podem ser delegados nos termos do artigo 407º nº 4 do Código das Sociedades Comerciais.

Estão vedadas à Comissão Executiva as deliberações sobre:

- i) Escolha do Presidente do Conselho de Administração;
- ii) Cooptação de administradores;
- iii) Pedido de convocação de assembleias gerais;
- iv) Relatórios e contas anuais;
- v) Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela sociedade;
- vi) Mudança de sede e aumentos de capital, e
- vii) Projetos de fusão, de cisão e de transformação da sociedade.

No caso do Conselho Fiscal, que tem as competências que resultam da lei, não existem poderes delegados ou pelouros atribuídos.

Os aspetos essenciais do funcionamento do Conselho Fiscal e da Comissão de Controlo Interno, bem como as competências desta última, estão desenvolvidos no número II.5 deste capítulo.

A Comissão de Estratégia tem como principal objetivo o acompanhamento e avaliação das grandes opções estratégicas da Comissão Executiva e do Conselho de Administração, competindo-lhe nesse âmbito nomeadamente:

- a) Cooperar no planeamento estratégico de longo prazo, incluindo a identificação e a definição de objetivos estratégicos para o desenvolvimento empresarial e a implementação de iniciativas de crescimento;
- b) Aconselhar, através da elaboração de recomendações, e discutir as opções estratégicas da sociedade;
- c) Supervisionar as opções estratégicas da sociedade, propondo, se se revelar necessário, a aprovação de medidas concretas e procedimentos para o desenvolvimento, a adoção e a modificação de estratégias adotadas;
- d) Analisar e avaliar a evolução do impacto de fatores externos, como as mudanças na economia, a concorrência e a tecnologia, na estratégia global do grupo.

A Comissão de Controlo do Governo Societário (CCGS) tem por objeto a supervisão permanente do cumprimento pela sociedade das disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis ao governo societário, a análise crítica das práticas e comportamentos da sociedade no âmbito do governo societário, e a iniciativa no sentido de propor a

discussão, alteração e introdução de novos procedimentos que visem o aperfeiçoamento da estrutura e governo societários. A CCGS tem ainda a obrigação de submeter anualmente ao Conselho de Administração um relatório completo sobre a situação do governo da sociedade e as propostas de alteração que entenda convenientes.

As funções do Gabinete de Apoio ao Investidor vêm referidas no capítulo III.16 deste relatório.

O Secretário da Sociedade é designado pelo Conselho de Administração e possui as competências definidas na lei.

A Comissão de Remunerações elabora anualmente a declaração sobre política de remuneração dos membros do órgão de administração e fiscalização e fixa a remuneração dos administradores.

A Direcção Jurídica presta assessoria jurídica à sociedade com o objetivo de garantir a conformidade dos processos e procedimentos com a legislação aplicável.

A Direcção Financeira, Planeamento Estratégico e Novos Negócios tem como principais funções a gestão e planeamento financeiro e a identificação e estudo de novas oportunidades de negócio com vista à sua concretização.

Por fim, a Direcção de Contabilidade e Impostos tem como principais competências assegurar a prestação de contas da sociedade e o cumprimento das suas obrigações fiscais, evitando o planeamento fiscal abusivo.

II.4. Relatórios anuais sobre a atividade do Conselho Fiscal

O relatório anual sobre a atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal, incluindo o respetivo parecer relativamente às contas da sociedade, faz parte dos documentos de prestação de contas que são integralmente divulgados no sítio da Internet da Semapa. Esse relatório refere, sempre que existentes, os constrangimentos detetados na atividade fiscalizadora pelo Conselho Fiscal.

II.5. Descrição dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco

O controlo de riscos na sociedade é efetuado pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal, pelo Auditor Externo e através de uma unidade orgânica com funções específicas nesta área – a Comissão de Controlo Interno (CCI).

O Conselho Fiscal desempenha um papel especialmente preponderante nesta área, com todas as atribuições que resultam diretamente da lei.

A CCI tem como principal objeto a deteção e o controlo de todos os riscos relevantes na atividade da sociedade, em especial dos riscos financeiros, tendo-lhe sido atribuídas todas as competências necessárias ao prosseguimento daquele objetivo, nomeadamente:

- a) Assegurar o cumprimento pela sociedade de todo o quadro normativo que lhe seja aplicável, de natureza legal ou regulamentar,
- b) Acompanhar os negócios da sociedade assegurando uma análise integrada e permanente dos riscos associados aos mesmos,
- c) Propor e acompanhar a implementação de medidas concretas e procedimentos relativos ao controlo e redução dos riscos na atividade da sociedade, visando o aperfeiçoamento do sistema interno de controlo e gestão de riscos, que integrem, pelo menos, as seguintes componentes:
 - Fixação dos objetivos estratégicos da sociedade em matéria de assunção de riscos;
 - Identificação dos principais riscos ligados à concreta atividade exercida e dos eventos suscetíveis de

originar riscos;

- Análise e mensuração do impacto e da probabilidade de ocorrência de cada um dos riscos potenciais;
 - Gestão do risco com vista ao alinhamento dos riscos efetivamente incorridos com a opção estratégica da sociedade quanto à assunção de riscos;
 - Mecanismos de controlo da execução das medidas de gestão de risco adotadas e da sua eficácia;
 - Adoção de mecanismos internos de informação e comunicação sobre as diversas componentes do sistema e de alertas de riscos.
- d) Verificar a implementação dos ajustamentos ao sistema de controlo interno e de gestão de riscos propostos pelo Conselho Fiscal;
- e) Fiscalizar a qualidade da informação financeira e contabilística velando pela sua fiabilidade, e
- f) Emitir parecer sobre a escolha dos auditores externos e fiscalizar a sua independência.

Esta Comissão é composta por três a cinco pessoas nomeadas pelo Conselho de Administração, da qual não podem fazer parte administradores com funções executivas, tendo nesta data a composição já acima indicada.

Ainda na vertente interna, para além da relevância nesta área das funções desempenhadas pelo Conselho Fiscal, o controlo de riscos assume particular relevância a nível das principais dominadas onde é diferente a natureza dos riscos e a exposição das sociedades, que dispõem por isso de sistemas próprios e independentes de controlo dos riscos a que estão sujeitas.

A auditoria externa é realizada na Semapa e nas sociedades por si dominadas pela PricewaterhouseCoopers.

Os sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados têm-se demonstrado eficazes, não se tendo verificado até hoje situações que não tivessem sido previstas, devidamente acauteladas ou expressamente assumidas previamente como riscos controlados.

II.6. Responsabilidade da administração e fiscalização nos sistemas de controlo interno e de gestão dos riscos

Como resulta do referido no ponto anterior, o Conselho de Administração, para além das competências próprias nesta matéria, criou a CCI, comissão esta que, de acordo com as atribuições por ele definidas, está incumbida de assegurar o controlo interno e a gestão de riscos. O Conselho Fiscal é responsável por fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos e do sistema de controlo interno, propondo ajustamentos ao sistema existente sempre que se justifiquem, estando a CCI incumbida de implementar tais ajustamentos. Por fim, importa referir que estes sistemas são sempre acompanhados e controlados pelo Conselho de Administração, como responsável último pelos atos praticados dentro da sociedade.

II.7. Regulamentos de funcionamento dos órgãos da sociedade ou outras regras relativas a incompatibilidades

Existem regulamentos de funcionamento do conselho de administração e do conselho fiscal que se encontram publicados no sítio da sociedade na Internet (www.semapa.pt), local onde os mesmos podem ser consultados.

Não existe definição interna de incompatibilidades ou de número máximo de cargos acumuláveis pelos administradores em órgãos de gestão de outras sociedades.

SECÇÃO II - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

II.8. Mecanismos de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos

A coordenação e eficácia dos trabalhos dos membros não executivos é assegurada pela transmissão regular de toda a informação relevante relativa à gestão corrente da sociedade aos membros do Conselho de Administração que não são membros da Comissão Executiva por forma a permitir um acompanhamento permanente da vida societária, e pela convocação de reuniões do Conselho de Administração para todas as decisões consideradas especialmente relevantes, ainda que se enquadrem no âmbito dos poderes gerais delegados.

Para além disto, o carácter independente e informado das decisões dos administradores não executivos é assegurado pelo facto de não ser nem o Presidente do Conselho de Administração nem os administradores executivos a organizar o seu trabalho. Note-se que os administradores não executivos não dependem do Presidente para aceder à informação, tendo acesso direto ao Conselho Fiscal e aos outros executivos, que atendem sem restrições a todos os pedidos.

A posição específica do Presidente não tem pois impacto na natureza independente e informada das decisões dos administradores não executivos.

II.9. Riscos económicos, financeiros e jurídicos

O capítulo 2 das notas às demonstrações financeiras consolidadas faz uma análise desenvolvida de todos os riscos de natureza financeira e operacional, incluindo designadamente risco cambial, risco de taxa de juro, risco de crédito, risco de liquidez, risco de preço, risco de abastecimento de matérias-primas, risco de preço de venda, risco de procura dos produtos, risco de concorrência, risco de legislação ambiental, risco de recursos humanos, risco de custos energéticos e riscos de contexto em geral.

Quanto aos riscos jurídicos, que não se encontram da mesma forma desenvolvidos naquele documento, importa referir que resultam essencialmente de riscos fiscais e de regulação que se encontram cobertos pela análise dos riscos de natureza operacional, e riscos específicos de responsabilidade geral ou riscos associados à negociação e celebração de instrumentos contratuais. Estes riscos são controlados através de assessorias jurídicas instituídas quer a nível da Semapa enquanto holding quer a nível das suas participadas, e através do recurso a advogados externos sempre que a especialidade da matéria, o seu valor ou outros fatores do caso concreto assim o recomendem.

II.10. Poderes do órgão de administração

O órgão de administração tem os poderes gerais que resultam da lei, notando-se no entanto que os estatutos não autorizam o conselho de administração a deliberar aumentos de capital. Reconhece-se que a opção por permitir o conselho de administração deliberar nessa matéria pode ter conveniências de ordem prática e de celeridade. Porém, ainda não se sentiu necessidade de o propor aos acionistas.

II.11. Rotação de pelouros e designação e substituição dos membros do órgão de administração e de fiscalização

A rotação dos pelouros no Conselho de Administração, incluindo o do responsável pelas questões financeiras, é

ponderada pela Comissão Executiva sempre que a mesma se organiza face ao ato de delegação de poderes, ato que normalmente sucede na sequência das assembleias gerais eletivas. Em 2010, tendo sido equacionada a rotação, optou-se por manter a distribuição atual dos vários pelouros. A sociedade está em crer que há que ponderar por um lado a vantagem de não permitir o acomodar ao cargo, e por outro o real contributo da experiência e competência técnica dos administradores em áreas específicas. Só assim se garante que os diferentes pelouros são distribuídos e exercidos pelas pessoas mais indicadas no momento em causa.

É ainda relevante referir que existem diversos mecanismos de controlo da atividade da sociedade, com primazia para o Conselho Fiscal, que asseguram uma fiscalização eficaz nesta e noutras áreas de atuação da sociedade, matéria mais desenvolvida no capítulo II.5.

Também não existem na Semapa quaisquer regras especiais relativas à nomeação e substituição dos membros do órgão de administração e de fiscalização, aplicando-se, nesta matéria, o regime geral supletivo que resulta do Código das Sociedades Comerciais. Sendo este regime equilibrado e não existindo na Semapa quaisquer circunstâncias particulares que recomendem outra solução, tem entendido o Conselho de Administração que a situação deve ser mantida.

II.12. Reuniões dos órgãos de administração e fiscalização

Em 2012 tiveram lugar 9 reuniões do Conselho de Administração e 12 reuniões do Conselho Fiscal. De todas as reuniões do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foram elaboradas atas.

II.13. Reuniões da comissão executiva

A Comissão Executiva reuniu 33 vezes em 2012, tendo sido elaboradas atas de todas as reuniões. As atas desta Comissão, acompanhadas das respetivas convocatórias, são enviadas a todos os seus membros, o que inclui o Presidente do Conselho de Administração da sociedade que também preside à Comissão Executiva, bem como ao Presidente do Conselho Fiscal.

II.14. Membros executivos e não executivos e aplicação, a estes, das regras de incompatibilidade e independência

Membros Executivos

Os membros executivos do Conselho de Administração são os indicados acima como sendo membros da Comissão Executiva.

No caso da Semapa, não deve, no entanto, ser feita uma distinção dicotómica entre administradores que são membros da Comissão Executiva e administradores que são meros “consultores” do Conselho de Administração. Os administradores que não são membros da Comissão Executiva são por vezes chamados a prestar à sociedade uma colaboração que está para além de aconselhamento nas reuniões do Conselho. Tal colaboração não pode ser no entanto apresentada de uma forma fixa e esquemática por variar em função das pessoas, dos assuntos e do tempo.

Apesar desta colaboração, nenhum administrador que não é membro da Comissão Executiva se pode qualificar como “executivo”. Mesmo nos casos em que existe participação nas comissões existentes, designadamente na Comissão de Estratégia que tem uma componente de maior proximidade à gestão, não existe um envolvimento geral e permanente

que justifique tal qualificação.

Os administradores executivos, pela própria natureza das suas funções, não podem nem devem ser enquadrados como “independentes” ou não “incompatíveis” face aos critérios dos artigos 414.º-A e 414.º do Código das Sociedades Comerciais.

Membros Não Executivos

A Senhora D. Maria Maude Mendonça de Queiroz Pereira Lagos, sendo administradora de sociedades que têm participações relevantes na Semapa não é independente. Também não observa os critérios de incompatibilidade por ser parente do Presidente do Conselho de Administração, que exerce funções de administração em sociedades em relação de domínio com a Semapa.

A Senhora Dr.ª Rita Maria Lagos do Amaral Cabral é também administradora de sociedades com participação relevante na Semapa e de uma sociedade dominada pela Semapa e não pode por isso ser qualificada como independente. Não se verifica no entanto nenhuma situação qualificável como “incompatibilidade” para este efeito.

No que respeita aos Senhores Eng. António da Nóbrega de Sousa da Câmara, Eng. Joaquim Martins Ferreira do Amaral, Dr. António Pedro de Carvalho Viana-Baptista e Dr. Vitor Manuel Galvão Rocha Novais não se verifica o preenchimento de qualquer fator de incompatibilidade previsto no n.º 1 do artigo 414.º-A do Código das Sociedades Comerciais, podendo ainda os mesmos ser qualificados como independentes à luz do n.º 5 do artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais.

II.15. Critérios para avaliação da independência dos membros do órgão de administração

Os critérios legais seguidos pela Semapa são as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A do Código das Sociedades Comerciais, com exceção da prevista na alínea b), e os critérios de independência previstos no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais. Para além disso, a Semapa faz apenas uma apreciação genérica sobre a existência ou não de alguma circunstância de facto suscetível de condicionar a independência de julgamento dos titulares do órgão de administração. Nesta apreciação, o Conselho de Administração acredita que as características pessoais e profissionais de cada pessoa são geralmente muito mais determinantes na independência do comportamento que elementos objetivos de maior ou menor proximidade à sociedade e aos seus interesses.

II.16. Processo de seleção de candidatos a administradores não executivos

A sociedade não fixou quaisquer regras de seleção de candidatos a administradores, por considerar que a matéria de designação dos órgãos sociais é da competência dos acionistas, conforme melhor se explica a propósito da recomendação II.1.3.2.

II.17. Descrição da atividade dos administradores não executivos

O Conselho de Administração faz esta descrição no anexo III a este Relatório referente à avaliação do modelo de governo adotado e atividade dos membros não executivos do Conselho de Administração.

II.18. e II.19 Qualificações, mandatos, atividades e funções dos membros do Conselho de Administração

Individualiza-se, em relação a cada um dos membros as qualificações profissionais, o número de ações detidas, a data da primeira designação e termo do mandato, a indicação das funções desempenhadas noutras sociedades, discriminando-se as exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa e noutras sociedades participadas direta ou indiretamente pela Semapa, e ainda outras atividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos.

Pedro Mendonça de Queiroz Pereira

1. Número de ações da sociedade detidas: Não é titular de ações da sociedade
2. Qualificações profissionais: Curso Geral dos Liceus em Lisboa e frequência do Instituto Superior de Administração.
3. Data da primeira designação e termo do mandato: 1991 - 2013
4. Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:

ABOUTBALANCE SGPS S.A.	Presidente do Conselho de Administração
CELCIMO, S.L.	Presidente do Conselho de Administração
CIMENTOSPAR - Participações Sociais, SGPS, S.A.	Administrador
INSPIREDPLACE, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
SEINPART - Participações, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
SEMINV - Investimentos, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
5. Funções exercidas noutras sociedades participadas direta ou indiretamente pela Semapa:

ABOUT THE FUTURE – Empresa Produtora de Papel, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
CIMINPART - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
CMP - Cimentos Maceira e Pataias, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
PORTUCEL, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
SECIL - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
SECILPAR, S.L.	Presidente do Conselho de Administração
SOPORCEL - Sociedade Portuguesa de Papel, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
6. Funções desempenhadas noutras sociedades:

CIMIGEST, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
COSTA DAS PALMEIRAS – Turismo e Imobiliário, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
ECOVALUE – Investimentos Imobiliários, L.da.	Gerente
O E M - Organização de Empresas, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
SODIM, SGPS, SA.	Presidente do Conselho de Administração
TEMA PRINCIPAL – SGPS, S.A.	Administrador
TERRAÇOS D’AREIA – SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
VÉRTICE - Gestão de Participações, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
7. Outras funções exercidas nos últimos cinco anos:

CIMO - Gestão de Participações, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
---	---

ECOLUA - Actividades Desportivas, L.da.....	Gerente
LONGAPAR, SGPS, SA.....	Presidente do Conselho de Administração
SEMAPA Inversiones, S.L.	Presidente do Conselho de Administração
SOPORCEL – Gestão de Participações Sociais, SGPS, S.A.....	Administrador

Maria Maude Mendonça de Queiroz Pereira Lagos

1. Número de ações da sociedade detidas: Não é titular de ações da sociedade
2. Qualificações profissionais: Curso Geral dos Liceus
3. Data da primeira designação e termo do mandato: 1994 - 2013
4. Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:
CELIMO, S.L..... Administradora
5. Funções exercidas noutras sociedades participadas direta ou indiretamente pela Semapa: Não exerce funções noutras sociedades participadas direta ou indiretamente pela Semapa
6. Funções desempenhadas noutras sociedades:
CIMIGEST, SGPS, S.A. Administradora
HOTEL VILLA MAGNA, S.L. Presidente do Conselho de Administração
HOTEL RITZ, SA Presidente do Conselho de Administração
YDREAMS - Informática S.A. Administradora
O E M - Organização de Empresas, SGPS, S.A..... Administradora
SODIM, SGPS, S.A..... Administradora
VIEZNADA, SL Administradora
7. Outras funções exercidas nos últimos cinco anos:
SONAGI, SGPS, S.A. Administradora

José Alfredo de Almeida Honório

1. Número de ações da sociedade detidas: É titular de 20.000 ações da sociedade
2. Qualificações profissionais: Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (1980)
3. Data da primeira designação e termo do mandato: 1994 - 2013
4. Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:
ABOUTBALANCE SGPS S.A. Administrador
CELIMO, S.L..... Administrador
CIMENTOSPAR - Participações Sociais, SGPS, S.A.,..... Administrador
INSPIREDPLACE, S.A. Administrador
SEINPART - Participações, SGPS, S.A..... Administrador
SEMINV - Investimentos, SGPS, S.A. Administrador
5. Funções exercidas noutras sociedades participadas direta ou indiretamente pela Semapa:

ABOUT THE FUTURE – Empresa Produtora de Papel, S.A.	Administrador e Presidente da Comissão Executiva
CIMINPART - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	Administrador
CMP - Cimentos Maceira e Pataias, S.A.	Administrador
COUNTRYTARGET, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
EUCALIPTUSLAND, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
PORTUCEL, S.A.	Administrador e Presidente da Comissão Executiva
PORTUCELPAPEL SETÚBAL S.A.	Presidente do Conselho de Administração
PORTUCEL FLORESTAL – Emp. de Desenv. Agro-Florestal, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
PORTUCELSOPORCEL Energia, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
PORTUCELSOPORCEL FINE PAPER, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
PORTUCELSOPORCEL Floresta, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
PORTUCELSOPORCEL FLORESTAL, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
PORTUCELSOPORCEL Internacional, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
PORTUCELSOPORCEL Papel – SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
PORTUCELSOPORCEL Participações, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
PORTUCELSOPORCEL Pulp, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
PORTUCEL SOPORCEL SALES & MARKETING S.A.	Administrador
PORTUCELSOPORCEL Switzerland Ltd	Presidente do Conselho de Administração
PORTUCEL FINANCE spółka z ograniczoną odpowiedzialnością	Presidente do Conselho de Administração
SECIL - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Administrador
SOPORCEL – Sociedade Portuguesa de Papel, S.A.	Administrador e Presidente da Comissão Executiva
SOPORCEL PULP, SA	Presidente do Conselho de Administração

6. Funções desempenhadas noutras sociedades:

CELPA – Associação da Indústria Papeleira	Presidente do Conselho Geral e Vogal da Comissão Executiva
CEPI – Confederation of European Paper Industries	Administrador e Membro da Comissão Executiva

7. Outras funções exercidas nos últimos cinco anos:

ALIANÇA FLORESTAL – Soc. para o Des. Agro-Florestal, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
BETOPAL, S.L.	Administrador
CIMO - Gestão de Participações, SGPS, S.A.	Administrador
FLORIMAR – Gestão e Participações, SGPS, Soc. Unip., L.da	Gerente
HEWBOL – SGPS, L.da	Gerente
IBET – Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica	Presidente da Direcção
LONGAPAR, SGPS, S.A.	Administrador
TECNIPAPEL – Soc. de Transformação e Distrib. de Papel, L.da	Presidente do Conselho de Gerência
RAIZ – Instituto de Investigação da Floresta e Papel	Vogal da Direcção
SEMAPA Inversiones, S.L.	Administrador

Francisco José Melo e Castro Guedes

1. Número de ações da sociedade detidas: Não é titular de ações da sociedade
2. Qualificações profissionais: Licenciatura em Finanças no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras e MBA Insead
3. Data da primeira designação e termo do mandato: 2001 – 2013
4. Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:

ABOUTBALANCE SGPS S.A.	Administrador
CELCIMO, S.L.	Administrador
CIMENTOSPAR - Participações Sociais, SGPS, S.A.,	Administrador
INSPIREDPLACE, S.A.	Administrador
SEINPART Participações, SGPS, S.A.	Administrador
SEMINV – Investimentos, SGPS, S.A.	Administrador
SEMAPA Inversiones, S.L.	Presidente do Conselho de Administração

5. Funções exercidas noutras sociedades participadas direta ou indiretamente pela Semapa:

ABOUT THE FUTURE – Empresa Produtora de Papel, S.A..	Administrador
CMP- Cimentos Maceira e Pataias, S.A.	Administrador
CIMENT DE SIBLINE S.A.L.	Administrador
CIMINPART - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	Administrador
FLORIMAR – Gestão e Participações, SGPS, Soc. Unip., L.da	Gerente
HEWBOL – SGPS, L.da	Gerente
MARGEM – Companhia de Mineração	Presidente do Conselho de Administração
PARCIM Investments BV	Administrador
PORTUCEL, S.A.	Administrador
SECIL – Betões e Inertes, SGPS, S.A.	Administrador
SECIL – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Administrador
SECIL Martingança – Aglom. e Novos Mat. para a Const., S.A....	Administrador
SECIL Prebetão – Prefabricados de Betão, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
SECIL UNICON, SGPS, Lda.	Gerente
SECILPAR S.L.	Administrador
SCG – Société des Ciments de Gabès, S.A.	Administrador
SERIFE – Soc. Estudos e Realiz. Indust. Fornec. Equip., L.da	Gerente
SILONOR, S.A.	Administrador
So.I.Me Liban S.A.L.	Administrador
SUPREMO CIMENTOS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
SOPORCEL – Sociedade Portuguesa de Papel, S.A.	Administrador
UNICONCRETO – Betão Pronto, S.A.	Administrador

6. Funções desempenhadas noutras sociedades: Não exerce funções noutras sociedades.
7. Outras funções exercidas nos últimos cinco anos:

ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
VIROC PORTUGAL – Indústrias de Madeira e Cimento, S.A.	Presidente do Conselho de Administração

José Miguel Pereira Gens Paredes

1. Número de ações da sociedade detidas: Não é titular de ações da sociedade
2. Qualificações profissionais: Licenciatura em Economia
3. Data da primeira designação e termo do mandato: 2006 – 2013
4. Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:

ABAPOR - Comércio e Indústria de Carnes, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
ABOUTBALANCE SGPS S.A.	Administrador
Aprovechamiento Integral de Subprodutos Ibéricos, S.A.	Administrador
BIOLOGICAL - Gestão de Resíduos Industriais, L.da	Gerente
CELCIMO, S.L.	Administrador
CIMENTOSPAR - Participações Sociais, SGPS, S.A.	Administrador
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
ETSA LOG, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
GREAT EARTH - Projectos, S.A.	Administrador
INSPIREDPLACE, S.A.	Administrador
I.T.S. - Indústria Transformadora de Subprodutos, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
SEBOL - Comércio e Indústria de Sebo, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
SEINPART - Participações, SGPS, S.A.	Administrador
SEMINV - Investimentos, SGPS, S.A.	Administrador

5. Funções exercidas noutras sociedades participadas direta ou indiretamente pela Semapa:

ABOUT THE FUTURE – Empresa Produtora de Papel, S.A.	Administrador
CIMINPART - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	Administrador
MARGEM – Companhia de Mineração	Administrador
PORTUCEL, S.A.	Administrador
SECIL - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Administrador
SOPORCEL – Sociedade Portuguesa de Papel, S.A.	Administrador
SUPREMO CIMENTOS, S.A.	Administrador

6. Funções desempenhadas noutras sociedades:

CIMIPAR – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Administrador
CIMO – Gestão de Participações, SGPS, S.A.	Administrador
HOTEL RITZ, SA	Administrador
LONGAPAR, SGPS, S.A.	Administrador
MOR ON-LINE – Gestão de Plataformas de Negociação de Resíduos On-Line, S.A.	Administrador
O E M – Organização de Empresas, SGPS, S.A.	Administrador
SODIM, SGPS, S.A.	Administrador

7. Outras funções exercidas nos últimos cinco anos:

ABAPOR - Comércio e Indústria de Carnes, S.A.	Administrador
ETSA - Empresa de Transf. de Subprodutos Animais S.A.	Presidente do Conselho de Administração
ETSA, SGPS, S.A.	Administrador
GOLIATUR – Sociedade de Investimentos Imobiliários, S.A.	Administrador

I.T.S. - Indústria Transformadora de Subprodutos, S.A.	Administrador
SEBOL - Comércio e Indústria de Sebo, S.A.	Administrador
SECILPAR Inversiones, S.L.	Administrador
SONACA, SGPS, S.A.	Administrador
TERCIM – Terminais de Cimento, S.A.	Administrador
VERDEOCULTO - Investimentos, SGPS, S.A.	Administrador

Paulo Miguel Garcês Ventura

1. Número de ações da sociedade detidas: Não é titular de ações da sociedade
2. Qualificações profissionais: Licenciado em Direito pelo Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Inscrito na Ordem dos Advogados. IEP Insead.
3. Data da primeira designação e termo do mandato: 2006 – 2013
4. Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:

ABAPOR - Comércio e Indústria de Carnes, S.A.	Administrador
ABOUTBALANCE SGPS S.A.	Administrador
Aprovechamiento Integral de Subprodutos Ibéricos, S.A.	Administrador
BIOLOGICAL - Gestão de Resíduos Industriais, L.da	Gerente
CELCIMO, S.L.	Administrador
CIMENTOSPAR - Participações Sociais, SGPS, S.A.,	Administrador
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	Administrador
ETSA LOG, S.A.	Administrador
GREAT EARTH - Projectos, S.A.	Administrador
INSPIREDPLACE, S.A.	Administrador
I.T.S. - Indústria Transformadora de Subprodutos, S.A.	Administrador
SEBOL - Comércio e Indústria de Sebo, S.A.	Administrador
SEINPART - Participações, SGPS, S.A.	Administrador
SEMAPA Inversiones, S.L.	Administrador
SEMINV - Investimentos, SGPS, S.A.	Administrador

5. Funções exercidas noutras sociedades participadas direta ou indiretamente pela Semapa:

ABOUT THE FUTURE – Empresa Produtora de Papel, S.A..	Administrador
CIMINPART - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	Administrador
PORTUCEL, S.A.	Administrador
SECIL - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Administrador
SOPORCEL – Sociedade Portuguesa de Papel, S.A.	Administrador

6. Funções desempenhadas noutras sociedades:

ANTASOBRAI - Sociedade Agro-Pecuária, SA	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
BEIRA-RIO – Sociedade Construtora de Armazéns, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
CIMILONGA – Imobiliária, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
CIMIPAR – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Administrador
CIMO - Gestão de Participações, SGPS, S.A.	Administrador
ESTRADAS DE PORTUGAL, S.A.	Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral
GALERIAS RITZ – Imobiliária, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral

HOTEL RITZ, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
LONGAPAR, SGPS, S.A.	Administrador
LONGAVIA – Imobiliária, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
O E M - Organização de Empresas, SGPS, S.A.	Administrador
PARQUE RITZ – Imobiliária, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
REFUNDOS – Soc. Gest. de Fundos de Invest. Imobiliário, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
SODIM, SGPS, S.A.	Administrador
SONAGI – Imobiliária, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
VÉRTICE – Gestão de Participações, SGPS, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Sociedade Agrícola da Quinta da Vialonga, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral

7. Outras funções exercidas nos últimos cinco anos:

CIMIGEST, SGPS, S.A.	Secretário da Sociedade
CIMINPART - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
CIMIPAR – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
CIMO - Gestão de Participações, SGPS, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
ETSA – Emp. de Transformação de Subprodutos Animais S.A.	Administrador
IMOCIPAR – Imobiliária, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
GOLIATUR – Sociedade de Investimentos Imobiliários, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
GOLIATUR – Sociedade de Investimentos Imobiliários, S.A.	Administrador
LONGAPAR, SGPS, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
REN – Redes Eléctricas Nacionais, SGPS, S.A.	Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral
SEINPART - Participações, SGPS, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
SEMINV - Investimentos, SGPS, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
VERDEOCULTO – Investimentos, SGPS, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Exerceu advocacia em regime de profissional liberal	

Rita Maria Lagos do Amaral Cabral

- Número de ações da sociedade detidas: Não é titular de ações da sociedade
- Qualificações profissionais: Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
Advogada inscrita na Ordem dos Advogados
- Data da primeira designação e termo do mandato: 2006 – 2013
- Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:
CELCIMO, S.L. Administradora
- Funções exercidas noutras sociedades participadas direta ou indiretamente pela Semapa: Não exerce funções
noutras sociedades participadas direta ou indiretamente pela Semapa
- Funções desempenhadas noutras sociedades:
CIMIGEST, SGPS, S.A. Administradora
Companhia Agrícola da Quinta do Duque, S.A. Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Sociedade Amaral Cabral & Ass. – Soc. de Advogados, RL. Administradora
Sociedade Agrícola do Margarido, S.A. Presidente da Mesa da Assembleia Geral
SODIM, SGPS, S.A. Administradora

Banco Espírito Santo, S.A. Administradora

7. Outras funções exercidas nos últimos cinco anos:

Casa Agrícola Amaral Cabral, L.da. Gerente
Banco Espírito Santo, S.A. Membro da Comissão de Vencimentos
Assistente convidada da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.
Membro do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida
Vice-Presidente do Instituto de Bioética da Universidade Católica Portuguesa

António da Nóbrega de Sousa da Câmara

1. Número de ações da sociedade detidas: Não é titular de ações da sociedade
2. Qualificações profissionais: Licenciatura em Engenharia Civil (1977), IST; MSc (1979) e PhD (1982) em Engenharia de Sistemas Ambientais; Professor Catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.
3. Data da primeira designação e termo do mandato: 2006-2013
4. Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa: Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa
5. Funções exercidas noutras sociedades participadas direta ou indiretamente pela Semapa: Não exerce funções noutras sociedades participadas direta ou indiretamente pela Semapa
6. Funções desempenhadas noutras sociedades:
YDREAMS - Informática S.A. Presidente do Conselho de Administração
YD YNVISIBLE, S.A. Administrador
7. Outras funções exercidas nos últimos cinco anos:
Professor Catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Joaquim Martins Ferreira do Amaral

1. Número de ações da sociedade detidas: Não é titular de ações da sociedade
2. Qualificações profissionais: Licenciatura em Engenharia Mecânica - IST
3. Data da primeira designação e termo do mandato: 2006-2013
4. Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa: Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa
5. Funções exercidas noutras sociedades participadas direta ou indiretamente pela Semapa: Não exerce funções noutras sociedades participadas direta ou indiretamente pela Semapa
6. Funções desempenhadas noutras sociedades:
AEM – Assoc Emp. Emitentes de Valores Cotados em Mercado Presidente do Conselho Geral
CIMIGEST, SGPS, S.A. Administrador
LVT - Lisboa Vista do Tejo Presidente do Conselho de Administração
LUSOPONTE – Concessionária para a Travessia do Tejo S.A. Presidente do Conselho de Administração

Transdev – Transportes Consultor

7. Outras funções exercidas nos últimos cinco anos:

GREAT EARTH - Projectos, S.A. Presidente do Conselho de Administração

CIMIANTO - Sociedade Técnica de Hidráulica, S.A.. Administrador

GALP ENERGIA, SGPS, S.A. Presidente do Conselho de Administração

António Pedro de Carvalho Viana-Baptista

1. Número de ações da sociedade detidas: Não é titular de ações da sociedade

2. Qualificações profissionais: Licenciatura em Economia pela Universidade Católica Portuguesa (1980); Pós-graduação em Economia Europeia pela Universidade Católica Portuguesa (1981); MBA pelo INSEAD, Fontainebleau, França (1983).

3. Data da primeira designação e termo do mandato: 2010-2013

4. Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa: Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa

5. Funções exercidas noutras sociedades participadas direta ou indiretamente pela Semapa: Não exerce funções noutras sociedades participadas direta ou indiretamente pela Semapa

6. Funções desempenhadas noutras sociedades:

Credit Suisse AG (para Espanha e Portugal) CEO

JERÓNIMO MARTINS SGPS, S.A. Administrador e Membro da Comissão de Auditoria

7. Outras funções exercidas nos últimos cinco anos:

O2 Europe (Reino Unido, Irlanda, Alemanha, República Checa) Administrador

RIM – Research In Motion (BlackBerry) (Canadá) Administrator

TELESP (São Paulo, Brasil) Administrador

Telefonica Moviles Mexico (México) Administrador

NH Hoteles (Madrid, Espanha) Administrador

Telefonica S.A. Administrador

Telefonica Moviles, S.A. Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva

Telefonica España Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva

Portugal Telecom Administrador

Vítor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves

1. Número de ações da sociedade detidas: Não é titular de ações da sociedade

2. Qualificações profissionais: Licenciatura em Gestão de Empresas pelo ISC-HEC- Bruxelas – 1984.

3. Data da primeira designação e termo do mandato: 2010-2013

4. Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa: Não exerce funções noutras

sociedades em relação de grupo com a Semapa

5. Funções exercidas noutras sociedades participadas direta ou indiretamente pela Semapa: Não exerce funções noutras sociedades participadas direta ou indiretamente pela Semapa

6. Funções desempenhadas noutras sociedades:

ZOOM INVESTMENT, SGPS, S.A. Administrador

TCARE - Conhecimento e Saúde, S.A. Administrador

MAGALHÃES e GONÇALVES - Consultoria e Gestão, Lda..... Gerente

7. Outras funções exercidas nos últimos cinco anos:

WINENERGY – Engenharia e Desenvolvimento, S.A. Administrador

WINPOWER – Engenharia e Desenvolvimento, S.A. Administrador

SGC COMUNICAÇÕES, SGPS, S.A. Administrador

SGC TELECOM, SGPS, S.A. Membro da Comissão Executiva

AR Telecom, Acessos e Redes de Telecomunicações, S.A. Membro da Comissão Executiva

SECÇÃO III – CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO, COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS E CONSELHO FISCAL

II.21. Membros do conselho fiscal e aplicação das regras de incompatibilidade e independência

O Conselho Fiscal da sociedade tem a composição acima indicada, havendo para além dos três membros efetivos um suplente.

Da auto-avaliação feita pelo Conselho Fiscal, relativamente ao exercício de 2012, resulta que:

Todos os membros do Conselho Fiscal respeitam os requisitos de incompatibilidade fixados no artigo 414.º-A do Código das Sociedades Comerciais.

Quanto à avaliação da independência à luz dos critérios previstos do n.º 5 do artigo 414.º do mesmo Código, e tendo em conta o Parecer da CMVM de 12 de Novembro de 2011, que veio concluir que só a terceira “reeleição” de membros do órgão de fiscalização, para um quarto mandato, tem como consequência a não verificação do critério de independência, o Conselho Fiscal considera que todos os seus membros são independentes.

II.22. e II.23. Qualificações, mandatos, atividades e funções dos membros do Conselho de Fiscal

Miguel Camargo de Sousa Eiró

1. Número de ações da sociedade detidas: Não é titular de ações da sociedade
2. Qualificações profissionais: Licenciatura em Direito pela Universidade de Lisboa (1971)
3. Data da primeira designação e termo do mandato: 2006-2013

4. Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa: Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa
5. Funções exercidas noutras sociedades participadas direta ou indiretamente pela Semapa:
PORTUCEL, S.A. Presidente do Conselho Fiscal
6. Funções desempenhadas noutras sociedades: Não exerce funções noutras sociedades
7. Outras funções exercidas nos últimos cinco anos:
Exercício da advocacia
PORTUCEL – Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.A. Vogal do Conselho Fiscal
SEMAPA – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. Vogal do Conselho Fiscal

Duarte Nuno D'Orey da Cunha

1. Número de ações da sociedade detidas: É titular de 2.907 ações da sociedade
2. Qualificações profissionais: Licenciatura em Finanças pelo ISCEF
3. Data da primeira designação e termo do mandato: 2004-2013
4. Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa: Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa
5. Funções exercidas noutras sociedades participadas direta ou indiretamente pela Semapa:
PORTUCEL, S.A. Vogal do Conselho Fiscal
6. Funções desempenhadas noutras sociedades:
CIMIPAR – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. Presidente da Mesa da Assembleia Geral
VÉRTICE – Gestão de Participações, SGPS, S.A. Administrador
7. Outras funções exercidas nos últimos cinco anos:
BEIRA-RIO – Sociedade Construtora de Armazéns, S.A. Administrador
CIMILONGA – Imobiliária, S.A. Assessor da Administração
LONGAVIA – Imobiliária, S.A. Administrador
PORTUCEL – Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.A. Presidente do Conselho Fiscal
SEMAPA – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. Presidente do Conselho Fiscal
Sociedade Agrícola da Quinta da Vialonga, S.A. Administrador
SONACA, SGPS, S.A. Presidente da Mesa da Assembleia Geral
SONAGI, SGPS, S.A. Administrador

Gonçalo Nuno Palha Gaio Picão Caldeira

1. Número de ações da sociedade detidas: Não é titular de ações da sociedade
2. Qualificações profissionais: Licenciatura em Direito pela Universidade Católica Portuguesa de Lisboa (1990); Pós-Graduação em Gestão – Master of Business Administration (MBA) pela Universidade Nova de Lisboa (1996); Frequência da Pós-Graduação em Gestão e Avaliação Imobiliária do ISEG (2004)
3. Data da primeira designação e termo do mandato: 2006-2013

4. Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa: Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa
5. Funções exercidas noutras sociedades participadas direta ou indiretamente pela Semapa:
PORTUCEL, S.A. Vogal do Conselho Fiscal
6. Funções desempenhadas noutras sociedades:
LOFTMANIA – Gestão Imobiliária, L.da..... Gerente
LINHA DO HORIZONTE – Investimentos Imobiliários, Lda..... Gerente
7. Outras funções exercidas nos últimos cinco anos: Para além das funções já incluídas no ponto anterior, não exerceu mais nenhuma função nos últimos cinco anos.

II.24. Avaliação e possibilidade de propor a destituição do auditor externo

Dentro da sua função fiscalizadora e de revisão aos documentos de prestação de contas da sociedade, o Conselho Fiscal avalia anualmente o auditor externo, estando o resultado dessa avaliação patente no seu Relatório e Parecer às contas anuais.

Embora a possibilidade de propor à assembleia geral a destituição do auditor com justa causa não conste expressamente das competências do Conselho Fiscal, é uma atribuição plenamente assumida que decorre em geral das suas funções e deveres – fiscalizar e comunicar as irregularidades verificadas na primeira assembleia que se realize após tal verificação. Caso as irregularidades constituam justa causa de destituição, o Conselho Fiscal não poderá deixar de apresentar posposta aos acionistas nesse sentido.

SECÇÃO IV – REMUNERAÇÃO

II.30. Política de remunerações dos órgãos de administração e de fiscalização

Remete-se nesta matéria para a declaração da Comissão de Remunerações, incluída adiante como Anexo I a este Relatório, que procede a uma descrição completa da política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização.

II.31. Remuneração individual dos membros dos órgãos de administração e fiscalização

Indica-se abaixo o montante da remuneração auferida no ano de 2012 pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade na própria Semapa e nas sociedades com esta em relação de Grupo. Esta indicação inclui a distinção entre remuneração fixa e variável mas não distingue as diferentes componentes que deram origem à remuneração variável nem a parcela que se encontra diferida. No primeiro caso porque a componente variável é definida como um todo, ponderando os elementos explicados na Declaração sobre Política de Remunerações da Comissão de Remunerações, sem identificação de componentes e, no segundo caso, porque não existe qualquer parcela diferida.

Órgãos e membros	Remuneração Fixa	Remuneração Variável
Conselho de Administração		
António da Nóbrega de Sousa da Câmara	8.168,85	0
António Pedro de Carvalho Viana Baptista	128.305,13	0
Carlos Maria Cunha Horta e Costa	228.788,33	0
Francisco José Melo e Castro Guedes	61.781,31	62.081,00
Joaquim Martins Ferreira do Amaral	226.772,85	0
José Alfredo de Almeida Honório	266.153,86	884.553,00
José Miguel Pereira Gens Paredes	269.708,06	434.566,00
Maria Maude Mendonça de Queiroz Pereira Lagos	430.308,43	869.133,00
Paulo Miguel Garcês Ventura	270.469,75	434.566,00
Pedro Mendonça de Queiroz Pereira	430.308,43	1.026.322,00
Rita Maria Lagos do Amaral Cabral	9.802,62	124.162,00
Vitor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves	128.305,13	0
TOTAL	2.458.872,75	3.835.383,00
Conselho Fiscal		
Miguel Camargo de Sousa Eiró	19.958,57	0
Duarte Nuno d'Orey da Cunha	14.256,13	0
Gonçalo Nuno Palha Gaio Picão Caldeira	14.256,13	0
TOTAL	48.470,83	0

NOTAS: Valores em Euros. A remuneração fixa foi diretamente paga pela Semapa e a remuneração variável foi paga por sociedades em relação de Grupo com a Semapa.

II.32. Modo como a remuneração é estruturada

A forma como é estruturada a remuneração e como é baseada a avaliação do desempenho da administração resulta suficientemente clara da Declaração sobre Política de Remunerações da Comissão de Remunerações, designadamente do número 1 do capítulo VI, para o qual se remete, e das referências à avaliação de desempenho efetuadas no ponto II.33 infra.

Quanto ao desincentivo à assunção excessiva de riscos, convém esclarecer que não existe qualquer mecanismo independente com esse objetivo específico. O risco é uma característica inerente a qualquer ato de gestão e, como tal, inevitável e permanentemente objeto de ponderação em qualquer decisão da administração. A sua avaliação qualitativa ou quantitativa como boa ou má não pode ser efetuada de forma isolada em si mesma, mas apenas no seu resultado no desempenho da sociedade ao longo do tempo. Não obstante, entre os fatores ponderados pela Comissão de Remunerações está igualmente a eventual assunção excessiva de riscos.

II.33. Remuneração dos administradores executivos

a) Remuneração variável e avaliação de desempenho

A remuneração dos administradores executivos integra uma componente variável que depende da avaliação de desempenho, nos termos descritos na Declaração sobre Política de Remunerações e em especial no ponto 2 do seu capítulo VI.

b) Órgãos competentes para realizar a avaliação de desempenho

O órgão competente para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos é a Comissão de Remunerações, que o faz com os elementos de que dispõe e que solicita através do Presidente do Conselho de Administração, enquanto principal responsável pela equipa, e através dos membros não executivos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal que são os mais diretos observadores do desempenho dos membros executivos do Conselho de Administração e aos quais tem acesso direto.

Note-se no entanto que, pela própria natureza da situação, não se trata de uma avaliação técnica funcional em que o avaliador é responsável por definir objetivos, acompanhar a sua evolução e discutir o desempenho com o avaliado. Trata-se de uma avaliação geral de desempenho com base nos elementos acima referidos.

c) Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho

Não existem critérios obrigatórios pré-determinados para a avaliação do desempenho dos administradores executivos, sem prejuízo dos critérios definidos no ponto 2 do capítulo VI da Declaração sobre Política de Remunerações para definição da componente variável da remuneração.

Como instrumento base para a definição da remuneração variável, os membros da Comissão de Remunerações trabalham com um sistema de KPI's que tem evoluído e não é de natureza pública, não se esgotando no entanto a fixação da remuneração na apreciação e aplicação de elementos quantitativos de aplicação aritmética direta. Parte dos elementos percentualmente delimitados são fixados em função de apreciações valorativas.

d) Componentes variáveis e fixas da remuneração

Como já acima se declarou, não existem limites máximos de remuneração, sem prejuízo do limite estatutário à participação da administração nos lucros do exercício.

A importância relativa da componente fixa e variável das remunerações tem oscilado, como é inevitável tendo em conta a natureza variável de uma das componentes da comparação, sendo que em termos globais, para os administradores executivos, foi a seguinte nos últimos exercícios, considerando quer a Semapa quer as sociedades com a mesma em relação de grupo:

Ano	Fixa	Variável	Total
2012	39%	61%	100%
2011	38%	62%	100%
2010	56%	44%	100%

e) Diferimento da remuneração variável

Como também já acima se esclareceu, não existe diferimento do pagamento da componente variável da remuneração.

f) Relação entre o pagamento da remuneração variável e a continuação do desempenho positivo

Como resulta da anterior alínea, não existe na Semapa nenhum mecanismo que faça depender o pagamento da remuneração variável da continuação do desempenho positivo da sociedade.

g) Atribuição de remuneração variável em ações

Na Semapa a remuneração variável não tem qualquer componente em ações.

h) Atribuição de remuneração variável em opções

Na Semapa a remuneração variável não tem qualquer componente em opções.

i) Prémios anuais e outros benefícios não pecuniários

Os critérios que pautam a fixação dos prémios anuais são os referentes à remuneração variável descritos no ponto 2 do capítulo VI da Declaração sobre Política de Remunerações, não existindo a atribuição de outros benefícios não pecuniários.

j) Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios

O montante da remuneração paga pelo Grupo Semapa sob a forma de participação nos lucros e/ou pagamento de prémios corresponde à remuneração variável constante do ponto II.31 deste relatório, tendo tais montantes sido fixados com base na aplicação concreta pela Comissão de Remunerações, melhor justificada no seu relatório, dos critérios descritos no ponto 2. do capítulo VI da Declaração sobre Política de Remunerações.

l) Indemnizações pela cessação de funções

Durante o exercício de 2012 ocorreu a cessação de funções do Senhor Dr. Carlos Horta e Costa, que era membro da Comissão Executiva da sociedade. Este administrador recebeu uma indemnização de 480.292,16€, correspondente a parte da remuneração a que teria direito pelo exercício de funções até conclusão do mandato. Não foram pagas nem são devidas a ex-administradores quaisquer outras quantias pela cessação de funções.

m) Limitação contratual da compensação por destituição sem justa causa

Não existe na Semapa nenhum contrato com administradores que limite ou de outra forma altere o regime legal supletivo para os casos de cessação de funções, com ou sem justa causa.

n) Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo

No exercício de 2012, os administradores da Semapa auferiram das sociedades que com ela estão em relação de grupo a remuneração já coletivamente referida no ponto II.31, sendo que a remuneração auferida das sociedades em relação de domínio com a Semapa ascendeu, de forma agregada, a 5.111.350,90 Euros.

o) Regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada

Como referido no ponto I.18 deste Relatório, a assembleia geral extraordinária de 27 de Dezembro último aprovou a extinção do sistema de reforma para os administradores em vigor até essa data e que fora unanimemente aprovado pelos acionistas na assembleia geral de 30 de Março de 2005, extinção essa que salvaguardou no entanto os legítimos direitos e expectativas já existentes.

A deliberação aprovada previa a extinção dos direitos e expectativas já constituídos, quanto aos interessados abrangidos pelo sistema que o aceitassem, mediante o resgate com um desconto que não poderia ser inferior a 17,5% da presente responsabilidade atuarial. A extinção foi aceite por todos os interessados exceto, até ao momento, o Senhor Eng. Frederico José da Cunha Mendonça e Meneses.

Assim, em relação aos interessados Pedro Mendonça de Queiroz Pereira, Maria Maude Mendonça de Queiroz Pereira Lagos, Carlos Eduardo Coelho Alves, José Alfredo de Almeida Honório, Gonçalo Allen Serras Pereira, Francisco José Melo e Castro Guedes, José Miguel Pereira Gens Paredes e Paulo Miguel Garcês Ventura, foi concretizada a deliberação acionista, com um desconto final de 20% e com um pagamento imediato de 40% do valor, ficando a parte restante do pagamento de ser efetuada em datas a acordar entre a Semapa e os interessados, com prazo não superior a três anos a contar da data do resgate.

p) Benefícios não pecuniários não abrangidos nas situações anteriores

Não existem outros benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração, que não estejam abrangidos pelos pontos anteriores.

q) Mecanismos que impeçam a celebração de contratos que ponham em causa a razão de ser da remuneração variável

A sociedade não tem instituídos mecanismos neste âmbito. No entanto, e como já acima se esclareceu, a Semapa não celebra com os seus administradores nem tem conhecimento de que algum administrador tenha celebrado com terceiros contratos desta natureza, não incentivando a sua celebração.

II.34. Remuneração dos administradores não executivos e componentes variáveis

Não existe na sociedade qualquer impedimento à atribuição de remuneração variável aos administradores não executivos nos casos em que tal se justifique, conforme melhor resulta da 2ª opção descrita no capítulo VII da Declaração sobre Política de Remunerações.

II.35. Política de comunicação de irregularidades

Na sociedade vigora um “Regulamento Relativo à Comunicação de Irregularidades” que tem como objeto regular a

comunicação pelos trabalhadores da sociedade de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio.

Este regulamento consagra o dever geral de comunicação de alegadas irregularidades, indicando o Conselho Fiscal como entidade com competência para as receber, e prevendo também uma solução alternativa na eventualidade de existir conflito de interesses por parte do Conselho Fiscal no âmbito da comunicação em causa.

O Conselho Fiscal, podendo para o efeito socorrer-se da colaboração da Comissão de Controlo Interno, deve proceder à averiguação de todos os factos necessários à apreciação da alegada irregularidade. Este processo termina com o arquivamento ou com a apresentação ao Conselho de Administração ou à Comissão Executiva, conforme esteja ou não em causa um titular dos órgãos sociais, de uma proposta de aplicação das medidas mais adequadas face à irregularidade em causa.

O regulamento contém ainda outras disposições, designadamente no sentido de salvaguardar a confidencialidade da comunicação, o tratamento não prejudicial do trabalhador comunicante e a difusão do respetivo regime na sociedade.

O “Regulamento Relativo à Comunicação de Irregularidades” é de acesso reservado.

Refira-se ainda a este propósito que na sociedade vigora um conjunto de “Princípios Deontológicos” aprovados pelo Conselho de Administração que estabelecem regras e princípios de natureza deontológica aplicáveis aos trabalhadores e aos membros dos órgãos sociais.

São em especial consagrados os deveres de diligência, traduzidos em obrigações concretas de profissionalismo, zelo e responsabilidade, o dever de lealdade, que no âmbito dos princípios de honestidade e integridade visa especialmente precaver situações de conflitos de interesses, e o dever de confidencialidade com incidência no tratamento de informação relevante.

São ainda consagrados deveres de responsabilidade social empresarial, nomeadamente de defesa ambiental e de proteção de todos os acionistas, assegurando designadamente o cumprimento de deveres de informação e um tratamento igual e justo.

SECÇÃO V - COMISSÕES ESPECIALIZADAS

II.36. Comissões para a avaliação de desempenho dos administradores executivos, reflexão sobre o sistema de governo adotado e identificação de potenciais candidatos a administrador

A avaliação do desempenho dos administradores executivos é efetuada pela Comissão de Remunerações nos termos expostos no ponto II.33 b) e explicados na recomendação II.5.1., tendo esta comissão a composição acima descrita no ponto II.2. deste Relatório.

Quanto à avaliação sobre o sistema de governo adotado, existe a CCGS, com funções específicas neste âmbito e com a composição já acima descrita no ponto II.2. deste Relatório.

No que concerne à identificação de candidatos não existe qualquer comissão com esse fim, como já antes desenvolvido no âmbito das recomendações II.1.3.2. e II.5.1 e do ponto II.16 deste Relatório.

II.37. Reuniões das comissões com competência em matéria de administração e fiscalização

No exercício de 2012, a Comissão do Controlo Interno reuniu 2 vezes e a Comissão do Controlo do Governo Societário reuniu 3 vezes, tendo sido elaboradas atas de todas as reuniões havidas.

II.38. Conhecimento e experiência em matéria de política de remuneração

Um dos membros da Comissão de Remunerações, o Senhor Dr. José Maury, como já atrás referido, tem vasto conhecimento e experiência em matéria de remunerações.

II.39. Independência dos contratados para a comissão de remunerações

Como atrás foi referido na recomendação II.5.3. a Comissão de Remunerações nunca contratou ninguém para a auxiliar. Relativamente aos próprios membros da comissão, os mesmos são independentes, nos termos também atrás mais desenvolvidos no âmbito da recomendação II.5.2..

Capítulo III. Informação e Auditoria

III.1. Estrutura de capital

O capital social da Semapa é composto exclusivamente por ações ordinárias, com o valor nominal de um euro cada, sendo iguais os direitos e deveres inerentes a todas as ações.

O capital é composto por um total de 118.332.445 ações, correspondentes a igual valor nominal total em euros, e encontram-se todas elas admitidas à negociação.

III.2. Participações qualificadas (a 31 de dezembro)

Entidade	Nº ações	% capital e direitos de voto	% dir. de voto não suspensos
A - Cimigest, SGPS, SA	3.185.019	2,69%	2,82%
Cimo - Gestão de Participações, SGPS, S.A.	16.199.031	13,69%	14,35%
Longapar, SGPS, S.A.	21.505.400	18,17%	19,05%
OEM - Organização de Empresas, SGPS, S.A.	535.000	0,45%	0,47%
Sociedade Agrícola da Quinta da Vialonga, S.A.	625.199	0,53%	0,55%
Administradores da Soc. Agrícola da Q.ta da Vialonga:			
Maude da Conceição Santos M. de Queiroz Pereira	145.685	0,12%	0,13%
Sodim, SGPS, S.A.	15.657.505	13,23%	13,87%
Soma:	57.852.839	48,89%	51,25%

Entidade	Nº ações	% capital e direitos de voto	% dir. de voto não suspensos
B - Banco BPI, S.A.	-	-	-
Banco Português de Investimento, S.A. – carteira própria	3.294	0,00%	0,00%
BPI Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	405.804	0,34%	0,36%
Fundos de Pensões geridos pela BPI Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	10.362.388	8,76%	9,18%
Fundos de Investimento geridos pela BPI Fundos – Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.	1.237.518	1,05%	1,10%
Soma:	12.009.004	10,15%	10,64%
C - Bestinver Gestión, SA, SGIIC	-	-	-
Bestinver Bolsa, F.I.	3.820.550	3,23%	3,38%
Bestinver Global, F.I.	3.432.923	2,90%	3,04%
Bestinver Global, FP	907.128	0,77%	0,80%
Bestinver Hedge Value Fund, FIL	855.353	0,72%	0,76%
Bestinver Mixto, F.I.	639.125	0,54%	0,57%
Soixa, SICAV	603.626	0,51%	0,53%
Bestinver Bestvalue, SICAV	550.645	0,47%	0,49%
Bestinver Ahorro, F.P.	540.058	0,46%	0,48%
Texrenta Inversiones, SICAV	162.753	0,14%	0,14%
Bestinver Value Investor, SICAV	146.200	0,12%	0,13%
Bestinver Renta, F.I.	94.353	0,08%	0,08%
Bestinver Prevision, F.P.	33.828	0,03%	0,03%
Divalsa de Inversiones, SICAV, SA	26.132	0,02%	0,02%
Bestinver Empleo, F.P.	23.517	0,02%	0,02%
Linker Inversiones, SICAV, SA	15.964	0,01%	0,01%
Sumeque Capital, SICAV	10.719	0,01%	0,01%
Bestinver Empleo II, F.P.	1.415	0,00%	0,00%
Bestvalue, F.I.	921	0,00%	0,00%
Soma:	11.865.210	10,03%	10,51%
D - Norges Bank (the Central Bank of Norway)	5.649.215	4,77%	5,00%

A Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. é detentora de 5.447.975 ações próprias, correspondentes a 4,6% do respetivo capital social

III.3. Acionistas titulares de direitos especiais

Não existem na Semapa acionistas ou categoria de acionistas que sejam titulares de direitos especiais.

III.4. Restrições à transmissibilidade das ações

Não existem na Semapa restrições de qualquer natureza relativamente à transmissibilidade ou titularidade das suas ações.

III.5. Acordos parassociais

A sociedade desconhece a existência de qualquer acordo parassocial relativo a ações representativas do seu capital, sem prejuízo da assumida coordenação de direitos de voto por parte da Cimigest, SGPS, S.A. e outras entidades, nos termos que resultam da listagem de participações qualificadas.

III.6. Alteração dos estatutos

Não existem na Semapa quaisquer regras especiais relativas à alteração dos seus estatutos. Há pois nestas matérias que aplicar o regime geral que resulta do Código das Sociedades Comerciais.

III.7. Mecanismos de controlo para a participação dos trabalhadores no capital

Não existe também na Semapa qualquer mecanismo de participação dos trabalhadores no seu capital.

III.8. Evolução da cotação das ações

Depois de um ano de 2011 particularmente difícil para a generalidade dos mercados, 2012 revelou-se um ano de recuperação, evidenciando um retorno dos investidores aos mercados de capitais. Os principais índices europeus registaram valorizações significativas, em particular no final do ano, destacando-se os ganhos do índice da bolsa de Frankfurt (+29,1%), mas também de Londres (+18,7%) e de Paris (+15,2%).

O desempenho do índice português ficou aquém do registado pelas restantes praças europeias, superando, no entanto, o desempenho do índice da bolsa de Madrid, que acabou o ano a perder 4,7%. De facto, após registar uma queda de quase 15% na primeira metade do ano, o PSI20 recuperou significativamente no segundo semestre, acabando com uma valorização anual de 2,9%.

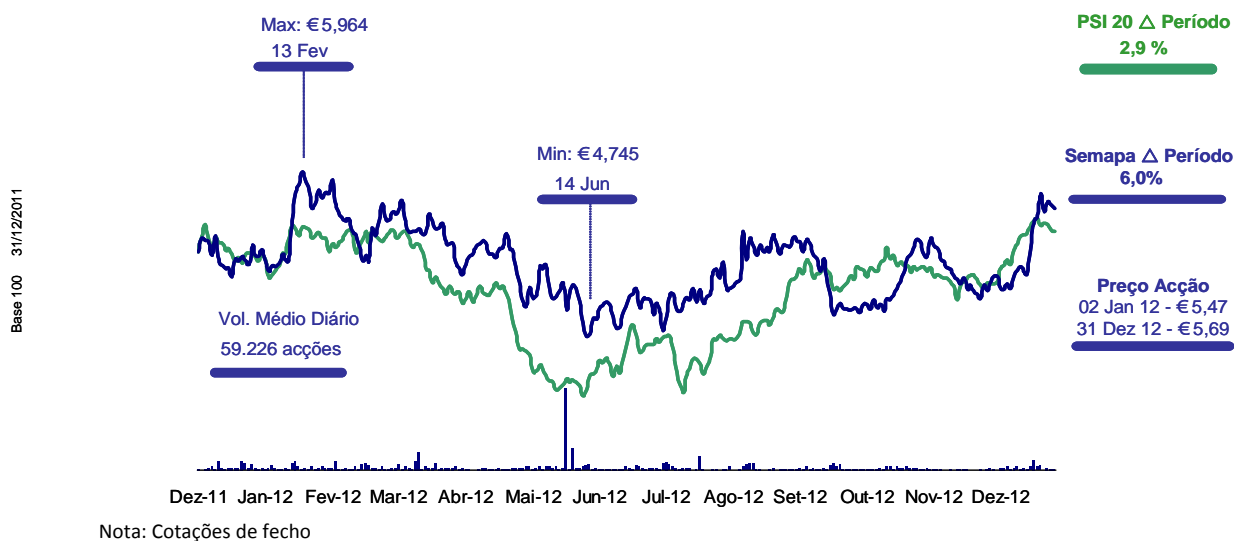
A evolução das cotações médias da sociedade no decurso do exercício de 2012, bem como os principais factos que foram objeto de comunicação ao mercado, encontram-se refletidos no gráfico que a seguir se apresenta:

Evolução das cotações médias das ações da SEMAPA durante o ano de 2012



No período imediatamente subsequente à divulgação dos resultados referentes ao exercício de 2011, ocorrida no dia 7 de fevereiro de 2012, o título Semapa acumulou ganhos até ao final do mês de fevereiro, após o que iniciou um movimento de correção, que se quebrou sensivelmente a partir de agosto.

Neste contexto, o título Semapa encerrou o ano de 2012 a valorizar cerca de 6,0%, cerca do dobro da subida registada pelo PSI20 ao longo do período em análise (+2,9%).



A cotação variou entre o valor mínimo de 4,745 euros e o máximo de 5,964 euros. O título apresentou uma liquidez média diária de 59.226 ações.

III.9. Política de distribuição de dividendos

No que se refere à distribuição de dividendos, a sociedade tem seguido a política de distribuir um montante elevado sem recorrer a endividamento adicional para o efeito e sem pôr em causa a sua solidez financeira. Procura-se manter uma estrutura financeira compatível com o crescimento sustentado da empresa e das diversas áreas de negócio, sem comprometer a solidez de indicadores de solvabilidade.

O rácio dividendos distribuídos / resultados líquidos do ano (pay-out) tem sido elevado, tendo registado o máximo de 94% em 1995 e o mínimo de 7,1% em 2004.

Nos últimos três exercícios foi distribuído o seguinte dividendo por cada ação em circulação:

2009 (relativo ao exercício de 2008) 0,255€ por ação

2010 (relativo ao exercício de 2009) 0,255€ por ação

2010 (relativo ao exercício de 2010*) 0,255€ por ação

2012 (relativo ao exercício de 2011) 0,255€ por ação

* pagamento no dia 10 de Dezembro a título de adiantamento de lucros do exercício de 2010

III.10. Planos de atribuição de ações e/ou opções de aquisição de ações

Como referido *supra*, não existem na sociedade planos de atribuição de ações nem planos de atribuição de opções de aquisição de ações.

III.11. Negócios entre a sociedade e os membros dos órgãos de administração e fiscalização ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo

Não há, neste âmbito, quaisquer negócios a registar que não tenham sido realizados em condições normais de mercado ou que não façam parte da atividade corrente da sociedade, para além da concretização da deliberação acionista relativa ao resgate dos direitos e expectativas no âmbito do sistema de pensões, com os interessados e nas condições referidas no ponto II.33 o) *supra*.

III.12. Negócios entre a sociedade e titulares de participação qualificada

Não existiram quaisquer negócios entre a sociedade e titulares de participação qualificada fora das condições normais de mercado.

III.13. Intervenção do órgão de fiscalização na avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada

O Conselho de Administração deverá sujeitar a avaliação e parecer prévio do Conselho Fiscal os negócios entre a sociedade e os titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, sempre que preencham algum dos seguintes critérios por referência a cada exercício:

- a) Tenham, individualmente, um valor igual ou superior a 1% do volume de negócios consolidado da sociedade relativo ao exercício anterior;
- b) Perfaçam, em relação ao mesmo titular de participação qualificada ou entidades que com ele estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, um valor acumulado igual ou superior ao dobro do valor resultante da aplicação do critério referido na alínea anterior.

III.14. Elementos estatísticos dos negócios sujeitos à intervenção prévia do órgão de fiscalização

No exercício de 2012 não houve negócios sujeitos à intervenção prévia do Conselho Fiscal para além da já referida concretização da deliberação acionista relativa ao resgate dos direitos e expectativas no âmbito do sistema de pensões, que foi objeto de prévia apreciação pelo Conselho Fiscal.

III.15. Disponibilização, no sítio da internet da sociedade, dos relatórios anuais sobre a atividade desenvolvida pelo conselho fiscal

O relatório do Conselho Fiscal, que compreende a atividade desenvolvida no exercício a que se refere, é divulgado no sítio da Internet da sociedade em conjunto com os demais documentos de prestação de contas.

III.16. Gabinete de apoio ao investidor

O serviço de apoio ao investidor funciona num gabinete sob a responsabilidade do Administrador Senhor Dr. José Miguel Paredes, também representante da sociedade para as relações com o mercado, que dispõe de colaboradores e de acesso em tempo útil a todos os sectores da sociedade por forma a garantir por um lado a eficácia necessária na resposta às solicitações e por outro a transmissão de informação pertinente aos acionistas e investidores de forma atempada e sem desigualdades.

O referido Administrador pode ser contactado através do respetivo endereço eletrónico (jmparedes@semapa.pt) ou através dos contactos telefónicos gerais da sociedade. Por este meio é possível ter acesso a toda a informação pública relativa à sociedade. Nota-se, de qualquer forma, que a informação mais usualmente solicitada pelos investidores está disponível no sítio da sociedade na Internet em www.semapa.pt.

III.17. Remuneração anual paga ao auditor

Durante o exercício de 2012 foram suportados pela sociedade e por outras consigo em relação de domínio os seguintes custos com auditores:

Serviços	Valores	Percentagem
Serviços de revisão legal de contas e auditoria	1.160.108 €	78,48%
Outros serviços de garantia de fiabilidade	120.266 €	8,14%
Total de serviços de auditoria	1.280.374 €	86,62%
Serviços de consultoria fiscal	197.855 €	13,38%
Total de outros serviços	197.855 €	13,38%
TOTAL	1.478.229 €	100,00%

Quanto aos serviços de consultoria fiscal e outros que não de auditoria, os nossos auditores têm instituídas exigentes regras internas para garantir a salvaguarda da sua independência, tendo essas regras sido adotadas na prestação

destes serviços e objeto de monitorização por parte da sociedade, em especial pelo Conselho Fiscal e pela Comissão de Controlo Interno.

III.18. Rotatividade do auditor externo

A sociedade não impõe a rotatividade do auditor externo, devendo no entanto o Conselho Fiscal, caso a opção seja mantê-lo por mais de dois mandatos, emitir parecer favorável à sua continuidade. Foi esta a opção tomada na última eleição, em 2010, em que se manteve o auditor mas não a pessoa responsável da equipa de auditoria.

Anexo I

Ao Relatório sobre o Governo Societário

DECLARAÇÃO SOBRE POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES

Impõe a Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, que a Comissão de Remunerações submeta anualmente a aprovação pela assembleia geral de acionistas uma declaração sobre política de remuneração dos órgãos de administração e fiscalização. Foi o que sucedeu em 2012 com a apresentação aos acionistas de uma proposta nesse sentido, tendo sido aprovada a declaração sobre política de remunerações cujo teor aqui se reproduz:

“Declaração sobre política de remuneração dos membros do órgão de administração e fiscalização da Semapa

I. Introdução

No início do ano de 2007 a Comissão de Remunerações da Semapa elaborou pela primeira vez uma declaração sobre política de remunerações que veio a ser submetida e aprovada na assembleia geral da sociedade desse ano. A declaração foi então elaborada no âmbito de uma recomendação da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários sobre a matéria.

Declarou nesse momento a Comissão de Remunerações que entendia que as opções então defendidas deviam ser mantidas até ao final do mandato em curso dos órgãos sociais. O mandato em causa era o mandato 2006-2009.

No ano de 2010 foi então necessário renovar a declaração, não só por ter tido início um novo mandato mas também por ter entrado em vigor a Lei nº 28/2009 de 19 de Junho que determina a obrigatoriedade da Comissão de Remunerações submeter anualmente a aprovação da assembleia geral uma declaração sobre a política de remunerações.

Esta Comissão mantém o entendimento de que uma declaração sobre política de remunerações, pela sua própria natureza de conjunto de princípios, deve ser estável durante todo o período do mandato se não surgirem circunstâncias excecionais ou imprevistas que justifiquem uma modificação.

Opta-se pois por propor a aprovação de uma declaração com o mesmo conteúdo da declaração atualmente em vigor.

As duas possibilidades de definição de remunerações dos órgãos sociais mais comuns têm entre si um significativo afastamento. Temos por um lado a definição direta das remunerações pela assembleia, a que poucas vezes se recorre por não ser muito praticável pelas mais diversas razões, e por outro a definição das remunerações por uma Comissão que decide segundo critérios em relação aos quais os acionistas não tiveram oportunidade de se pronunciar.

Temos perante nós a solução intermédia de submeter à apreciação dos acionistas uma declaração sobre a política de remunerações a seguir pela Comissão. Há que tentar retirar o melhor de ambas as soluções abstratamente possíveis, como nos propomos fazer neste documento, recorrendo e reproduzindo o que em boa parte já antes defendemos, mas também tentando trazer o contributo de maior experiência e conhecimento da sociedade e o respeito pelas mais recentes disposições legais nesta matéria que acima referimos.

II. Regime legal e recomendatório

A presente declaração tem hoje como enquadramento a já referida Lei 28/2009 de 19 de Junho e as recomendações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários para o ano de 2010.

Quanto àquele diploma legal, para além do que determina quanto à periodicidade da declaração e sua aprovação e quanto à divulgação do seu teor, dispõe relativamente ao conteúdo determinando que a declaração contenha informação relativa:

- a) Aos mecanismos que permitam o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses da sociedade;*
- b) Aos critérios de definição da componente variável da remuneração;*
- c) À existência de planos de atribuição de ações ou de opções de aquisição de ações por parte de membros dos órgãos de administração e de fiscalização;*
- d) À possibilidade de o pagamento da componente variável da remuneração, se existir, ter lugar, no todo ou em parte, após o apuramento das contas de exercício correspondentes a todo o mandato;*
- e) Aos mecanismos de limitação da remuneração variável, no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da empresa no último exercício apurado ou quando esta seja expectável no exercício em curso.*

Já no que respeita ao enquadramento recomendatório, propõe hoje a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários o seguinte:

II.1.5.2. A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, deve, além do conteúdo ali referido, conter suficiente informação:

- i) sobre quais os grupos de sociedades cuja política e práticas remuneratórias foram tomadas como elemento comparativo para a fixação da remuneração; ii) sobre os pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores.*

II.1.5.3. A declaração sobre a política de remunerações a que se refere o art. 2.º da Lei n.º 28/2009 deve abranger igualmente as remunerações dos dirigentes na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários e cuja remuneração contenha uma componente variável importante. A declaração deve ser detalhada e a política apresentada deve ter em conta, nomeadamente, o desempenho de longo prazo da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa e a contenção na tomada de riscos.

III. Regime legal e estatutário aplicável à sociedade

Qualquer definição de remunerações não pode deixar de ter em conta quer o regime legal geral quer o regime particular acolhido pelos estatutos da sociedade, quando for caso disso.

O regime legal para o conselho de administração vem essencialmente estabelecido no artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais, e do mesmo resulta essencialmente o seguinte:

- A fixação das remunerações compete à assembleia geral de acionistas ou a uma comissão por aquela nomeada.
- Aquela fixação de remunerações deve ter em conta as funções desempenhadas e a situação económica da sociedade.
- A remuneração pode ser certa ou consistir parcialmente numa percentagem dos lucros do exercício, mas a percentagem máxima destinada aos administradores deve ser autorizada por cláusula do contrato de sociedade e não incide sobre distribuições de reservas nem sobre qualquer parte do lucro do exercício que não pudessem, por lei, ser distribuído aos acionistas.

Para o Conselho Fiscal e para os membros da Mesa da Assembleia Geral determina a lei que a remuneração deve consistir numa quantia fixa, e que é determinada nos mesmos moldes pela assembleia geral de acionistas ou uma comissão por aquela nomeada, devendo ter em conta as funções desempenhadas e a situação económica da sociedade.

Já no que respeita aos estatutos, no caso da Semapa existe uma cláusula específica apenas para o Conselho de Administração, a décima sétima, que rege simultaneamente o regime de reforma, e tem, na parte que aqui interessa, o seguinte conteúdo:

- "2 – A remuneração dos administradores e [...] é fixado por uma Comissão de Remunerações constituída por número ímpar de membros e eleita pela Assembleia Geral.*
- 3 - A remuneração pode ser constituída por uma parte fixa e uma parte variável, que englobará uma participação nos lucros, não podendo esta participação nos lucros ser superior, para o conjunto dos administradores, a cinco por cento do resultado líquido do exercício anterior. "*

É este o enquadramento formal em que deve ser definida a política de remunerações.

IV. O percurso histórico

Na Semapa, desde a sua constituição e até ao ano de 2002, a remuneração de todos os administradores foi sempre composta apenas por uma parte fixa, pagável catorze vezes por ano, e fixada pela Comissão de Remunerações, então com a designação de Comissão de Fixação de Vencimentos.

No ano de 2003, na deliberação relativa à aplicação do resultado de 2002, foi pela primeira vez aplicado parte do resultado diretamente na remuneração dos membros do Conselho de Administração, com a distribuição entre os membros que foi definida pela Comissão de Remunerações.

Este procedimento repetiu-se até ao ano de 2005, com referência aos resultados de 2004.

No ano de 2006 a aplicação de resultados do exercício de 2005 não previu a aplicação de qualquer montante destinado à remuneração da administração, o que se compreendia, tendo em conta que o resultado já refletia uma provisão para remuneração variável da administração nos termos das novas disposições contabilísticas aplicáveis. A parte variável da remuneração foi em 2006 fixada pela Comissão de Remunerações, também por referência ao

resultado, nos termos estatutários.

Foi este o procedimento que se manteve até hoje, mas desde 2007 já no âmbito de uma declaração relativa à política de remunerações aprovada pela Assembleia Geral da Sociedade.

Note-se que a atribuição de uma percentagem do resultado não é aplicada de forma direta, mas antes como um indicador, por um lado, e como um limite estatutário, por outro, de valores que são apurados de forma mais elaborada tendo em conta todos os fatores que constam da declaração sobre política de remunerações em vigor.

O percentual da remuneração variável da administração teve uma evolução que oscilou entre um máximo de 5% e um mínimo de 2,23% dos resultados líquidos. Nos últimos anos a percentagem foi inferior aos primeiros anos, facto essencialmente explicado pela ponderação de outros rendimentos dos mesmos administradores em sociedades dominadas pela Semapa.

Existe pois um procedimento constante desde o ano de 2003 no sentido de a remuneração dos membros do Conselho de Administração ser composta por uma parte fixa e outra variável.

Quanto ao Conselho Fiscal foi desde a constituição da sociedade remunerado com uma quantia mensal fixa. Já os membros da Mesa da Assembleia desde que passaram a ser remunerados, também o foram através de uma remuneração determinada em função das reuniões efetivamente ocorridas.

V. Princípios Gerais

Os princípios gerais a observar na fixação das remunerações dos órgãos sociais são essencialmente aqueles que de forma muito genérica resultam da lei: por um lado as funções desempenhadas e por outro a situação económica da sociedade. Se a estes acrescentarmos as condições gerais de mercado para situações equivalentes, encontramos aqueles que nos parecem ser os três grandes princípios gerais:

a) Funções desempenhadas.

Há que ter em conta as funções desempenhadas por cada titular de órgãos sociais não apenas num sentido formal, mas num sentido mais amplo da atividade efetivamente exercida e das responsabilidades que lhe estão associadas. Não estão na mesma posição todos os administradores executivos entre si, nem muitas vezes todos os membros do conselho fiscal, por exemplo. A ponderação das funções deve ser efetuada no seu sentido mais amplo e deve considerar critérios tão diversos como, por exemplo, a responsabilidade, o tempo de dedicação, ou o valor acrescentado para a empresa que resulta de um determinado tipo de intervenção ou de uma representação institucional.

Também a existência de funções desempenhadas noutras sociedades dominadas não pode ser alheia a esta ponderação, pelo que significa por um lado em termos de aumento de responsabilidade e por outro em termos de fonte cumulativa de rendimento.

Importa aqui referir que a experiência com a Semapa tem revelado que os administradores nesta sociedade, ao contrário do que é típico em sociedades desta natureza, não se dividem dicotomicamente de forma homogénea entre executivos e não executivos. Há um conjunto de administradores que têm poderes delegados e que são comumente chamados executivos, mas entre aqueles que não têm poderes delegados existem as mais diversas formas e proximidades de participação na vida da sociedade, por vezes diariamente. São aspetos essenciais que não podem deixar de ser ponderados em termos de remuneração.

b) A situação económica da sociedade.

Também este critério tem que ser compreendido e interpretado com cuidado. A dimensão da sociedade e inevitável complexidade da gestão associada, é claramente um dos aspetos relevantes da situação económica entendida na sua forma mais lata. As implicações existem quer na necessidade de remunerar uma responsabilidade que é maior em sociedades maiores e com modelos de negócio complexos quer na capacidade de remunerar adequadamente a gestão.

c) Critérios de mercado.

O encontro entre a oferta e a procura é incontornável na definição de qualquer remuneração, e os titulares dos órgãos sociais não são exceção. Só o respeito pelas práticas do mercado permite manter profissionais de um nível ajustado à complexidade das funções a desempenhar e responsabilidades a assumir, e assim assegurar não só os interesses do próprio mas essencialmente os da sociedade e a criação de valor para todos os seus acionistas. No caso da Semapa, pelas suas características e dimensão, os critérios de mercado a ter em conta são não só os nacionais mas também os internacionais.

VI. Enquadramento dos princípios no regime legal e recomendatório

Exposto o percurso histórico e consignados os princípios gerais adotados importa agora fazer o enquadramento dos princípios nos regimes normativos aplicáveis.

1. Alínea a) do artigo 2º da Lei 28/2009. Alinhamento de interesses.

O primeiro aspeto que a Lei 28/2009 considera essencial em termos de informação nesta declaração é o da explicitação dos mecanismos que permitam o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses da sociedade.

Creemos que o sistema remuneratório em vigor na Semapa é bem sucedido no assegurar desse alinhamento. Em primeiro lugar por ser uma remuneração que se procura justa e equitativa no âmbito dos princípios enunciados, e em segundo lugar por associar os membros do órgão de administração aos resultados através de uma componente variável da remuneração que tem nos resultados o fator preponderante.

2. Alínea b) do artigo 2º da Lei 28/2009. Critérios para a componente variável.

A informação sobre os critérios para a definição da componente variável da remuneração é o segundo dos aspetos exigidos pelo diploma legal referido.

Os resultados são o fator mais relevante na ponderação da remuneração variável. Não os resultados vistos como um valor absoluto e independente, mas os resultados vistos de forma crítica em função do que seria expectável numa sociedade com estas dimensões e características e em função das próprias condições de mercado. A relevância dos resultados na fixação da componente variável da remuneração resulta dos próprios estatutos que se referem expressamente a uma possibilidade de “participação nos lucros” e que limita essa participação a uma percentagem dos resultados.

Na fixação da componente variável são igualmente efetuadas outras ponderações que resultam no essencial dos princípios gerais - mercado, funções concretas, situação da sociedade -, e que em muitos casos têm uma componente mais individual, associada à posição específica e desempenho de cada administrador.

Um outro fator relevante que é de forma global ponderado na fixação da componente variável da remuneração consiste na opção pela inexistência na Semapa de planos de ações ou opções de aquisição de ações.

3. Alínea c) do artigo 2º da Lei 28/2009. Planos de ações ou opções.

A opção pela existência ou não de planos de atribuição de ações ou opções é de natureza estrutural. A existência de um plano desta natureza não é um simples acréscimo ao sistema remuneratório existente, sendo antes uma modificação profunda do que existe já, pelo menos em termos de remuneração variável.

Muito embora um regime remuneratório estruturado desta forma não seja incompatível com os estatutos da sociedade, entendemos que a redação da respetiva cláusula estatutária e o histórico existente apontava na manutenção de um sistema remuneratório global sem uma componente de ações ou opções.

Não significa isto que não reconheçamos os méritos de uma componente de ações ou opções na remuneração da administração, nem tão pouco que não estejamos recetivos a encontrar uma nova forma de estruturação da remuneração da administração com esta componente, mas o recurso a planos de ações e opções não é essencial para assegurar os princípios que defendemos e, como se disse, não cremos que fosse essa a opção base dos acionistas da sociedade.

4. Alínea d) do artigo 2º da Lei 28/2009. Momento do pagamento da remuneração variável.

Tem vindo a ser defendido pelos especialistas nesta área a existência de vantagens relevantes no diferimento do pagamento da parte variável da remuneração para um momento posterior que permitisse de alguma forma a ponderação de todo o mandato.

Aceitamos o princípio em abstrato como bom, mas não nos parece que seja vantajoso no caso concreto da Semapa e de outras sociedades de natureza similar.

A opção proposta tem como um dos principais suportes o comprometimento da administração e da sua remuneração com um resultado de médio prazo, sustentável, evitando assim a associação a um simples exercício que pode não ser representativa e cujos resultados podem mesmo ser superiores em prejuízo de exercícios seguintes.

Ora, se este perigo é real e se justifica que seja minorado através de sistemas como este em sociedades de capital totalmente disperso em que a administração pode ser tentada a ter uma visão imediatista de rápida realização de potenciais vantagens em sacrifício do futuro, o mesmo não se passa neste momento com uma sociedade como a Semapa, de controlo e administração estável, em que essas preocupações estão por natureza asseguradas.

5. Alínea e) do artigo 2º da Lei 28/2009. Mecanismos de limitação da remuneração variável.

Defende-se com este mecanismo a limitação da remuneração variável no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da empresa no último exercício apurado ou quando esta seja expectável no exercício em curso.

Também neste mecanismo transparece uma preocupação de que o bom desempenho num momento, com vantagens remuneratórias para a administração, seja feito em sacrifício de um bom desempenho futuro.

Igualmente aqui, por maioria de razão, se aplicam os raciocínios supra. Note-se, aliás, que se trata de uma solução com pouco efeito prático se não for associada a um diferimento relevante da remuneração que não se propõe para a Semapa.

6. Recomendação II.1.5.2. primeira parte. Elementos comparativos.

Em relação aos grupos de sociedades cuja política e práticas recomendatórias foram tomadas como elemento comparativo para fixação da remuneração, esta Comissão tem em consideração, nos limites da informação acessível, todas as sociedades nacionais de dimensão equivalente, designadamente dentro do PSI-20, e também sociedades de outros mercados internacionais com características equivalentes à Semapa.

7. Recomendação II.1.5.2. segunda parte. Acordos relativos à cessação de funções.

Não existem nem nunca foram fixados por esta Comissão quaisquer acordos quanto a pagamentos pela Semapa relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores.

Esta circunstância resultou naturalmente dos vários casos concretos existentes na sociedade e não de uma posição de princípio desta Comissão contra a existência de acordos desta natureza.

8. Recomendação II.1.5.3. Inclusão de dirigentes na presente declaração

Em relação a esta recomendação, sendo entendimento expresso do Conselho de Administração que esta matéria lhe está por natureza reservada e que não é do interesse da sociedade o cumprimento da recomendação, a Comissão de Remunerações nada tem a propor ou esclarecer.

VII. Opções concretas

As opções concretas de política de remuneração propostas podem pois ser sumariadas da seguinte forma:

- 1ª A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração será composta por uma parte fixa e por uma parte variável.
- 2ª A remuneração dos membros não executivos do Conselho de Administração será composta apenas por uma parte fixa ou alternativamente por uma parte fixa e uma parte variável, à semelhança do que acontece com os administradores executivos, sempre que a natureza das funções efetivamente desenvolvidas, a responsabilidade e a proximidade à vida corrente da sociedade o justifiquem.
- 3ª A remuneração dos membros do Conselho Fiscal e dos membros da Mesa da Assembleia Geral será composta apenas por uma parte fixa.
- 4ª A parte fixa da remuneração dos membros do Conselho de Administração consistirá num valor mensal pagável catorze vezes por ano ou num valor predeterminado por cada participação em reunião do Conselho

de Administração.

- 5ª A fixação do valor mensal para a parte fixa das remunerações dos membros do Conselho de Administração será feita para todos os que sejam membros da Comissão Executiva e para os que não sendo membros daquela Comissão exerçam funções ou desenvolvam trabalhos específicos de natureza repetida ou continuada.
- 6ª A fixação de valor predeterminado por cada participação em reunião aos membros do Conselho de Administração será feita para aqueles que tenham funções essencialmente consultivas e de fiscalização.
- 7ª As remunerações fixas dos membros do Conselho Fiscal consistirão todas num valor fixo mensal pagável catorze vezes por ano.
- 8ª As remunerações fixas dos membros da Mesa da Assembleia Geral consistirão todas num valor predeterminado por cada reunião, sendo inferior os valores para as segunda e seguintes reuniões que tenham lugar durante o mesmo ano.
- 9ª O processo de atribuição de remunerações variáveis aos membros executivos do Conselho de Administração deverá seguir os critérios propostos pela Comissão de Remunerações, não devendo exceder o valor global de cinco por cento do resultado líquido consolidado em formato IFRS.
- 10ª Na fixação de todas as remunerações, incluindo designadamente na distribuição do valor global da remuneração variável do Conselho de Administração serão observados os princípios gerais acima consignados: funções desempenhadas, situação da sociedade e critérios de mercado.

Lisboa, 16 de Abril de 2012

A Comissão de Remunerações

José Gonçalo Maury

Frederico José da Cunha Mendonça e Meneses

Sofia Luísa Corrêa Henriques Cardoso de Menezes Frère”

Anexo II

Ao Relatório sobre o Governo Societário

INFORMAÇÕES A QUE SE REFEREM OS ARTIGOS 447.º E 448.º DO CSC E OS N.º 6 E 7 DO ARTIGO 14.º DO REGULAMENTO 5/2008 DA CMVM

(por referência ao exercício de 2012)

1. Valores mobiliários da sociedade detidos pelos titulares dos órgãos sociais, na aceção dos n.º 1 e 2 do artigo 447.º do CSC (*):

- José Alfredo de Almeida Honório - 20.000 ações da sociedade e 500 obrigações da sociedade
- José Miguel Pereira Gens Paredes – 180 obrigações da sociedade
- Paulo Miguel Garcês Ventura – 125 obrigações da sociedade
- Vítor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves – 50 obrigações da sociedade
- Miguel Camargo de Sousa Eiró – 50 obrigações da sociedade
- Duarte Nuno d'Orey da Cunha - 2.907 ações da sociedade e 25 obrigações da sociedade
- Maria Rita Carvalhosa Mendes de Almeida Queiroz Pereira - 16.464 ações da sociedade e 50 obrigações da sociedade

(*) As obrigações da sociedade referidas neste ponto correspondem às obrigações, com taxa fixa de 6,85 por cento ao ano e maturidade em 2015, emitidas pela Semapa e denominadas “Obrigações SEMAPA 2012/2015”

2. Valores mobiliários de sociedades dominadas ou em relação de grupo com a Semapa detidos pelos titulares dos órgãos sociais na aceção dos n.º 1 e 2 do artigo 447.º do CSC:

- Duarte Nuno d'Orey da Cunha - 16.000 ações da Portucel, S.A.

3. Valores mobiliários da sociedade e de sociedades em relação de domínio detidos por sociedades em que os membros dos órgãos de administração e fiscalização exercem cargos nos órgãos sociais:

- Cimigest, SGPS, S.A. - 3.185.019 ações da sociedade
- Cimo - Gestão de Participações, SGPS, S.A. – 16.199.031 ações da sociedade
- Longapar, SGPS, S.A. – 21.505.400 ações da sociedade e 1.000 ações da Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.
- Sodim, SGPS, SA - 15.657.505 ações da sociedade
- OEM - Organização de Empresas, SGPS, SA – 535.000 ações da sociedade
- ZOOM Investment, SGPS, S.A. – 630.000 ações da sociedade e 1.996.453 ações da Portucel, S.A.

4. Aquisição, alienação, oneração ou promessas relativas a valores mobiliários da sociedade ou de sociedades em relação de domínio ou de grupo pelos titulares dos órgãos sociais e pelas sociedades referidas em 3 (*):

- José Alfredo de Almeida Honório adquiriu, no dia 30 de Março, 500 obrigações da sociedade, pelo preço de 1.000,00 euros por obrigação;
- José Miguel Pereira Gens Paredes adquiriu, no dia 30 de Março, 180 obrigações da sociedade, pelo preço de 1.000,00 euros por obrigação;
- Paulo Miguel Garcês Ventura adquiriu, no dia 30 de Março, 125 obrigações da sociedade, pelo preço de 1.000,00 euros por obrigação;
- Vítor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves adquiriu, no dia 30 de Março, 50 obrigações da sociedade, pelo preço de 1.000,00 euros por obrigação;
- Miguel Camargo de Sousa Eiró adquiriu 5 obrigações da sociedade, em 30 de Março, e 21 obrigações da sociedade, em 11 de Abril, pelo preço de 1.000,00 euros por obrigação, e 24 obrigações da sociedade, em 12 de Abril, pelo preço de 996 euros por obrigação;
- Duarte Nuno d'Orey da Cunha adquiriu 5 obrigações da sociedade, em 30 de Março, e 20 obrigações da sociedade, em 3 de Abril, pelo preço de 1.000,00 euros por obrigação;
- Gonçalo Nuno Palha Picão Caldeira adquiriu 5 obrigações da sociedade, em 30 de Março, pelo preço de 1.000,00 euros por obrigação, tendo alienado as referidas obrigações em 11 de Outubro pelo preço de 1.020,00 euros por obrigação e adquiriu, no dia 16 de Abril, 20.000 ações da Portucel, S.A., pelo preço de 2,16 euros por ação, tendo alienado as referidas ações em 24 de Setembro, pelo preço de 2,087 euros por ação;
- Maria Rita Carvalhosa Mendes de Almeida Queiroz Pereira adquiriu 50 obrigações da sociedade, em 30 de Março, pelo preço de 1.000,00 euros, por obrigação
- Longapar, SGPS, S.A. adquiriu, no dia 11 de Maio, 1.000 ações da Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A., pelo preço de 18,51 euros, por ação

- Cimigest, SGPS, S.A. adquiriu, no dia 23 de Janeiro, 3.184.919 da sociedade pelo preço de 5,424 euros por ação
- SODIM, SGPS, S.A. alienou, no dia 23 de Janeiro, 3.184.919 da sociedade pelo preço de 5,424 euros por ação
- ZOOM Investment, SGPS, S.A. alienou, no dia 18 de Abril, 804.761 da sociedade pelo preço de 5,432 euros por ação e alienou, no dia 18 de Abril, 10.298.855 da Portucel, S.A. pelo preço de 1,93 euros por ação

() As obrigações da sociedade referidas neste ponto correspondem às obrigações, com taxa fixa de 6,85 por cento ao ano e maturidade em 2015, emitidas pela Semapa e denominadas "Obrigações SEMAPA 2012/2015"*

5. Transações de ações próprias:

Em 2012, a Semapa não adquiriu nem vendeu quaisquer ações representativas do seu capital social.

Anexo III

Ao Relatório sobre o Governo Societário

AVALIAÇÃO DO MODELO DE GOVERNO ADOTADO E ATIVIDADE DOS MEMBROS NÃO EXECUTIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração, com o especial contributo do trabalho desenvolvido pela Comissão de Controlo do Governo Societário, procedeu novamente este ano à avaliação do modelo de governo adotado mantendo a sua convicção de que continua a ser o que melhor se adequa à Semapa, como se conclui das posições antes assumidas e que aqui reproduz.

A avaliação de um modelo de governo societário é uma reflexão que deve envolver não só as várias vertentes das matérias abordadas ao longo do Relatório Sobre o Governo Societário mas essencialmente as opções de estruturação do governo em termos de órgãos e comissões. A primeira parte desta reflexão foi já efetuada naquele relatório com especial incidência na explicação da adoção e não adoção de recomendações. A segunda parte deve ser efetuada nesta sede, a vários níveis, desde a estrutura adotada nos termos do artigo 278.º do Código das Sociedades Comerciais, o regime de fiscalização escolhido, as Comissões existentes, a atividade dos membros não executivos do Conselho de Administração e, em última análise, até as características das pessoas que devem ou não compor cada um dos seus órgãos.

Esta avaliação é também uma reflexão de fronteira entre uma visão acionista e uma visão da administração da sociedade, pois se é a administração quem mais direta e diariamente vive o sistema implementado, é nas suas grandes linhas aos acionistas que cabe decidir sobre o modelo que pretendem e sobre as pessoas que elegem para os órgãos sociais em função do modelo escolhido.

Aqui, para além da descrição da atividade dos membros não executivos do Conselho de Administração, mais não se fará que um breve resumo das sensibilidades dos membros do Conselho de Administração nesta matéria, tendo também em conta que se trata de um assunto em que são sempre muito diversas as sensibilidades.

Começando pela base, é entendimento geral que a estrutura adotada nos termos do artigo 278.º do Código das Sociedades Comerciais é a mais indicada. É uma conclusão que não assenta numa simples resistência à mudança mas é antes essencialmente fundada na perceção da menor adequação das outras duas estruturas possíveis.

A opção por uma estrutura com um conselho de administração que compreendesse uma comissão de auditoria é pela generalidade dos administradores rejeitada de forma intuitiva por contrariar o sentimento geral quanto à “normal” organização de uma sociedade comercial. Ter as pessoas responsáveis pela fiscalização como membros do Conselho

de Administração, ainda que seja essencialmente uma ficção legal, provoca uma aparente confusão de papéis e posições que não é justificável para a maior parte dos membros do conselho de administração da sociedade. É talvez uma opção mais fácil para sociedades que encaram os membros não executivos como sendo essencialmente “fiscalizadores”, o que não é o caso da Semapa e explicará por isso aquele sentimento.

Também a opção por um Conselho de Administração Executivo e um Conselho Geral e de Supervisão parece menos adequada que a atual opção. Na verdade, o Conselho Geral e de Supervisão parece funcionar, comparando com o modelo atualmente em vigor na Semapa, como uma fusão entre os administradores não executivos e o Conselho Fiscal: se por um lado concentra funções de fiscalização, por outro pode ser uma segunda instância em matérias de gestão. Também aqui a aproximação entre quem fiscaliza e quem gere não parece ser atrativa, sendo certo que a opção por um Conselho Geral e de Supervisão sem necessidade de autorizar certos atos de gestão não traria grande vantagem em relação a uma estrutura com um Conselho de Administração e um Conselho Fiscal.

A favor do atual sistema milita sempre o conhecimento e a experiência adquiridos pelas pessoas envolvidas com a estrutura existente que permite melhor explorar a suas potencialidades e ainda o contraste com a existência de custos inevitáveis numa alteração profunda, na qual não se veem vantagens evidentes.

Não se crê pois que se justifique propor aos acionistas qualquer mudança estrutural em termos de modelo de administração para a sociedade.

Já no que concerne a estrutura da fiscalização, não deixa o legislador nestes casos qualquer opção às sociedades cotadas – artigo 413.º n.º 2 do CSC – ter um Conselho Fiscal e um Revisor Oficial de Contas ou uma Sociedade Revisora Oficial de Contas que não seja membro daquele órgão, como acontece na Semapa.

A opção pela criação das Comissões atualmente existentes, com exceção da Comissão de Remunerações, é já uma opção do foro do próprio Conselho de Administração.

Merece especial referência a Comissão Executiva. Não obstante a natureza de sociedade gestora de participações sociais da Semapa, e por isso a sua estrutura administrativa própria muito simplificada, crê-se que se justifica plenamente a existência de uma delegação de poderes numa Comissão. São muitos os assuntos que requerem uma atenção colegial imediata, ficando a intervenção dos restantes membros da administração reservada para assuntos de maior importância ou matérias específicas. Os administradores que não têm poderes delegados não só não são vistos como meros “fiscais” da sociedade como têm em certos casos envolvimento mais amplos que a participação como conselheiros em reuniões do Conselho.

Já as Comissões de Controlo Interno, de Controlo do Governo Societário e de Estratégia justificam-se pela natureza das suas funções já desenvolvida noutras partes deste Relatório sobre o Governo Societário.

A atividade em concreto dos membros não executivos do Conselho de Administração é parte relevante da avaliação geral do modelo de governo em vigor na sociedade. Como se disse já em diversos passos deste Relatório sobre o Governo Societário, a atividade dos administradores não executivos na Semapa não se resume a uma participação e aconselhamento no âmbito das reuniões do Conselho de Administração.

A posição, participação e envolvimento dos administradores não executivos não é igual em todos os casos. Alguns dos administradores têm um afastamento maior em relação à atividade diária, como é o caso dos Senhores Eng. António Câmara e Dr. Vítor Novais Gonçalves, que tiveram participação como conselheiros nas reuniões formais do Conselho de Administração e foram ouvidos e chamados a contribuir para discussões específicas de determinadas matérias.

Outros administradores, como é o caso da Senhora Drª Rita Amaral Cabral ou do Senhor Eng. Joaquim Ferreira do Amaral, para além da participação nos mesmos termos acima referidos têm um envolvimento mais direto na atividade da sociedade, até pela sua participação em Comissões instituídas pelo Conselho de Administração. A Comissão de Controlo do Governo Societário no primeiro caso e a Comissão de Controlo Interno no segundo.

Há ainda a apontar a participação na Comissão de Estratégia dos administradores não executivos Senhora D. Maria Maude Queiroz Pereira Lagos, Senhor Eng. Joaquim Ferreira do Amaral e Senhor Dr. António Pedro Carvalho Viana-Baptista.

Para além deste envolvimento, existem ainda atividades específicas de administradores não executivos que não são enquadráveis nas comissões existentes, como é o caso da participação da administradora Senhora D. Maude Queiroz Pereira Lagos na representação institucional da sociedade.

Os administradores não executivos, como também já se referiu noutros pontos do relatório, têm acesso a toda a informação sobre a atividade da sociedade, contam com a permanente disponibilidade dos administradores executivos e não têm a apontar qualquer constrangimento à sua atividade.

Resulta essencialmente desta descrição da atividade dos membros não executivos a diversidade de participações e contributos que se crê salutar e favorável aos interesses da sociedade.

Quanto à composição dos órgãos, a mais relevante opção dos acionistas em termos de governo societário é a opção pela existência ou não de administradores independentes no Conselho de Administração, dado que as restrições de independência para os restantes órgãos sociais resultam já da lei como obrigatórias. A preocupação em ter administradores não executivos independentes no caso da Semapa é muito reduzida e, como resulta do que acima se diz sobre a distinção clara entre os responsáveis por gerir (de forma mais ou menos direta, mais ou menos imediata) e os responsáveis pela fiscalização, tal opção vai de encontro ao entendimento da administração sobre o papel dos membros dos órgãos na sociedade. Não obstante existem nesta data quatro administradores independentes.

Crê-se sinceramente que são maiores as implicações em termos de governo societário no modo como materialmente a sociedade se organiza e se comporta dentro de determinada forma que adotou do que no modo como a sociedade formalmente se decidiu estruturar.

A organização do governo societário nesta sociedade tem funcionado de forma eficaz, sem constrangimentos, com respeito pelos interesses dos acionistas, dos trabalhadores e dos membros dos órgãos sociais, e não se crê por isso que se justifiquem para já outras opções.

Anexo IV

Ao Relatório sobre o Governo Societário

DECLARAÇÃO A QUE SE REFERE A ALÍNEA C) DO Nº 1 DO ARTIGO 245º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

Dispõe a alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários que cada uma das pessoas responsáveis dos emitentes deve fazer um conjunto de declarações aí previstas. No caso da Semapa foi adotada uma declaração uniforme, com o seguinte teor:

Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A., todos relativos ao exercício de 2012, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Considerando que os membros do Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas subscrevem uma declaração equivalente no âmbito dos documentos que são da sua responsabilidade, a declaração independente com aquele texto foi subscrita apenas pelos titulares do órgão de administração, pois só se considerou que estão compreendidos no conceito de “responsáveis do emitente” os titulares dos órgãos sociais. Nos termos da referida disposição legal, faz-se a indicação nominativa das pessoas subscritoras e das suas funções:

Nome	Funções
Pedro Mendonça de Queiroz Pereira	Administrador
Maria Maude Mendonça de Queiroz Pereira Lagos	Administrador
José Alfredo de Almeida Honório	Administrador

Nome	Funções
Francisco José Melo e Castro Guedes	Administrador
José Miguel Pereira Gens Paredes	Administrador
Paulo Miguel Garcês Ventura	Administrador
Rita Maria Lagos do Amaral Cabral	Administrador
António da Nóbrega de Sousa da Câmara	Administrador
Joaquim Martins Ferreira do Amaral	Administrador
António Pedro de Carvalho Viana-Baptista	Administrador
Vitor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves	Administrador

PARTE 3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Valores em Euros	Notas	2012	2011	4ºT 2012 (Não auditado)	4ºT 2011 (Não auditado)
Réditos					
Vendas	4	1.907.469.953	1.745.533.739	496.380.237	449.222.808
Prestação de Serviços	4	45.117.965	34.210.792	12.539.347	9.462.180
Outros proveitos					
Ganhos na alienação de activos não correntes	5	25.059.542	2.899.293	1.710.352	2.633.006
Outros ganhos operacionais	5	71.426.751	50.371.728	23.222.283	15.859.555
Variações de justo valor nos activos biológicos	18	(1.713.381)	266.689	(149.274)	1.001.268
Gastos e perdas					
Inventários consumidos e vendidos	6	(759.614.259)	(669.537.514)	(208.318.017)	(180.129.013)
Variação da produção	6	(2.513.330)	(37.258.418)	3.840.120	(5.113.812)
Materiais e serviços consumidos	6	(555.502.068)	(465.136.602)	(143.433.461)	(123.969.126)
Gastos com o pessoal	6	(192.737.391)	(195.087.873)	(29.923.667)	(48.958.038)
Outros gastos e perdas	6	(42.207.337)	(38.987.290)	(9.468.427)	(12.813.566)
Provisões líquidas	6	9.508.549	1.317.896	5.061.591	7.767.055
Depreciações, amortizações e perdas por imparidade	8	(199.812.720)	(165.454.459)	(76.685.842)	(43.005.125)
Resultados operacionais		304.482.274	263.137.981	74.775.242	71.957.192
Apropriação de resultados em empresas associadas	9	1.002.692	1.088.356	540.284	(142.595)
Resultados financeiros líquidos	10	(64.025.464)	(38.448.290)	(20.727.750)	(5.220.602)
Resultados antes de impostos		241.459.502	225.778.047	54.587.776	66.593.995
Imposto sobre o rendimento	11	(70.899.615)	(56.632.701)	(30.215.500)	(20.678.577)
Lucros retidos do período		170.559.887	169.145.346	24.372.276	45.915.418
Lucros retidos do período					
Atribuível aos accionistas da Semapa		126.516.088	124.161.800	16.001.029	34.196.509
Atribuível a interesses não controlados	13	44.043.799	44.983.546	8.371.247	11.718.909
Resultados por acção					
Resultados básicos por acção, Eur	12	1,121	1,100	0,142	0,303
Resultados diluídos por acção, Eur	12	1,121	1,100	0,142	0,303

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Valores em Euros	Nota	31-12-2012	31-12-2011
ACTIVO			
Activos não correntes			
Goodwill	15	335.700.924	332.849.940
Outros activos intangíveis	16	295.255.939	162.158.991
Terrenos, edifícios e equipamentos	17	2.301.163.727	2.045.745.274
Propriedades de investimento		1.615.016	830.412
Activos biológicos	18	109.055.925	110.769.306
Investimentos em associadas	19	5.498.397	3.924.419
Activos financeiros ao JV através de resultados	20	9.026.930	9.657.695
Activos disponíveis para venda	21	226.921	553.764
Activos por impostos diferidos	28	60.858.404	61.643.040
Outros activos não correntes		3.113.802	1.606.107
		3.121.515.985	2.729.738.948
Activos correntes			
Existências	23	317.329.632	242.814.299
Valores a receber correntes	24	290.925.902	316.625.454
Estado	25	80.511.929	65.364.536
Activos não correntes detidos para venda	33	4.000.614	15.315.760
Caixa e seus equivalentes	31	413.676.080	415.697.575
		1.106.444.157	1.055.817.624
Activo total		4.227.960.142	3.785.556.572
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital e reservas			
Capital social	26	118.332.445	118.332.445
Acções próprias	26	(47.164.986)	(47.164.986)
Prémios de emissão de acções		3.923.459	3.923.459
Reservas de conversão cambial	27	(25.322.950)	(15.071.293)
Reservas de justo valor	27	(20.213.050)	(11.409.673)
Outras Reservas	27	953.599.979	858.223.719
Lucros retidos	27	(313.759.714)	17.807.527
Lucros retidos do exercício	27	126.516.088	124.161.800
Capital Próprio atribuível ao Grupo		795.911.271	1.048.802.998
Interesses não controlados	13	335.228.645	333.216.889
Total do Capital Próprio		1.131.139.916	1.382.019.887
Passivos não correntes			
Passivos por impostos diferidos	28	455.206.346	339.427.148
Pensões e outros benefícios pós-emprego	29	9.503.059	127.002.406
Provisões	30	34.518.241	35.905.280
Passivos remunerados	31	1.681.677.079	1.156.533.619
Outros passivos		15.616.661	18.175.624
		2.196.521.386	1.677.044.077
Passivos correntes			
Passivos remunerados	31	333.104.559	251.991.062
Valores a pagar correntes	32	415.397.720	371.566.104
Estado	25	150.562.422	100.024.555
Passivos não correntes detidos para venda	33	1.234.139	2.910.887
		900.298.840	726.492.608
Passivo total		3.096.820.226	2.403.536.685
Capital Próprio e passivo total		4.227.960.142	3.785.556.572

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Valores em Euros	2012	2011	4ºT 2012 (Não auditado)	4ºT 2011 (Não auditado)
Lucros retidos do exercício antes de interesses não controlados	170.559.887	169.145.346	24.372.276	45.915.418
Instrumentos financeiros derivados				
Variações no justo valor	(9.728.499)	(6.420.152)	(2.643.478)	(5.784.118)
Efeito de imposto	1.026.242	526.080	553.954	1.087.298
Ganhos e (Perdas) Actuariais				
Ganhos e perdas actuariais	11.654.475	1.060.676	4.495.074	(1.605.028)
Efeito de imposto	(974.955)	(262.177)	(778.361)	(295.329)
Diferenças de conversão cambial	(10.399.261)	834.257	(3.123.724)	4.152.287
Outras variações nos Capitais próprios de associadas	(3.382.270)	-	(3.382.270)	-
Rendimento reconhecido no capital próprio	(11.804.268)	(4.261.316)	(4.878.805)	(2.444.890)
Total dos rendimentos e gastos reconhecidos	158.755.619	164.884.030	19.493.471	43.470.528
Atribuível a:				
Accionistas da Semapa	113.901.898	120.111.181	11.839.780	31.371.568
Interesses não controlados	44.853.721	44.772.849	7.653.691	12.098.960
	158.755.619	164.884.030	19.493.471	43.470.528

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Valores em Euros	Capital Social	Acções Próprias	Prêmios de emissão	Reservas de justo valor	Outras Reservas	Reservas de conversão cambial	Lucros retidos	Lucros retidos no período	Total	Interesses não controlados	Total
Capital próprio em 1 de Janeiro de 2012	118.332.445	(47.164.986)	3.923.459	(11.409.673)	858.223.718	(15.071.293)	17.807.528	124.161.800	1.048.802.998	333.216.889	1.382.019.887
Aplicação do resultado líquido do exercício 2011:											
- Transferência para reservas	-	-	-	-	95.376.260	-	-	(95.376.260)	-	-	-
- Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-	-	(28.785.540)	(28.785.540)	-	(28.785.540)
Dividendos pagos por subsidiárias a interesses não controlad	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(40.199.383)	(40.199.383)
Rendimentos e Gastos reconhecidos directamente em capitais	-	-	-	(8.803.377)	-	(10.251.657)	6.835.982	-	(12.219.052)	414.784	(11.804.268)
Diferenças de aquisição a interesses não controlados	-	-	-	-	-	-	(338.365.640)	-	(338.365.640)	(44.095.664)	(382.461.304)
Alterações do método de consolidação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31.381.063	31.381.063
Atribuição de Justos valores a InC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.503.035	10.503.035
Outros movimentos	-	-	-	-	-	-	(37.583)	-	(37.583)	(35.878)	(73.461)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	126.516.088	126.516.088	44.043.799	170.559.887
Capital próprio em 31 de Dezembro de 2012	118.332.445	(47.164.986)	3.923.459	(20.213.050)	953.599.978	(25.322.950)	(313.759.713)	126.516.088	795.911.271	335.228.645	1.131.139.916

* Montantes líquidos de impostos diferidos

Valores em Euros	Capital Social	Acções Próprias	Prêmios de emissão	Reservas de justo valor	Outras Reservas	Reservas de conversão cambial	Lucros retidos	Lucros retidos no período	Total	Interesses não controlados	Total
Capital próprio em 1 de Janeiro de 2011	118.332.445	(47.164.986)	3.923.459	(5.621.595)	760.984.662	(15.078.437)	20.806.145	97.239.056	933.420.749	310.520.846	1.243.941.595
Aplicação do resultado líquido do exercício 2010:											
- Transferência para reservas	-	-	-	-	97.239.056	-	-	(97.239.056)	-	-	-
Dividendos pagos por subsidiárias a interesses não controlad	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.184.064)	(4.184.064)
Rendimentos e Gastos reconhecidos directamente em capitais	-	-	-	(5.788.078)	-	7.144	1.730.316	-	(4.050.618)	(210.698)	(4.261.316)
Diferenças de aquisição a interesses não controlados	-	-	-	-	-	-	(4.725.856)	-	(4.725.856)	(17.881.312)	(22.607.168)
Outros movimentos	-	-	-	-	-	-	(3.077)	-	(3.077)	(11.429)	(14.506)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	124.161.800	124.161.800	44.983.546	169.145.346
Capital próprio em 31 de Dezembro de 2011	118.332.445	(47.164.986)	3.923.459	(11.409.673)	858.223.718	(15.071.293)	17.807.528	124.161.800	1.048.802.998	333.216.889	1.382.019.887

* Montantes líquidos de impostos diferidos

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Valores em Euros	Notas	2012	2011	4º Trimestre 2012 (Não auditado)	4º Trimestre 2011 (Não auditado)
ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Recebimentos de clientes		2.163.019.309	1.881.714.693	551.773.591	473.369.081
Pagamentos a fornecedores		(1.600.814.104)	(1.413.944.427)	(360.889.698)	(308.834.972)
Pagamentos ao pessoal		(211.611.354)	(142.656.951)	(85.641.970)	(56.460.528)
Fluxos gerados pelas operações		350.593.851	325.113.315	105.241.923	108.073.581
(Pagamentos)/recebimentos do imposto sobre o rendimento		(57.175.810)	(33.132.631)	(25.330.766)	508.920
Outros (pagamentos)/recebimentos da actividade operacional		79.772.157	32.285.017	44.994.701	11.735.950
Fluxos das actividades operacionais (1)		373.190.198	324.265.701	124.905.858	120.318.451
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Recebimentos provenientes de:					
Investimentos financeiros		316.350	4.944.470	(9)	2.574.195
Activos fixos tangíveis		950.292	196.863	80.704	94.643
Subsídios ao investimento		32.536.179	5.474.411	9.508	(23.784)
Juros e proveitos similares		10.353.505	11.776.035	(907.293)	4.674.989
Dividendos		1.566.291	926.127	14.286	-
Outros activos		126.463	-	191	-
		45.849.080	23.317.906	(802.613)	7.320.043
Pagamentos respeitantes a:					
Investimentos financeiros		(699.375.212)	(117.174.030)	(775.163)	(64.508.597)
Saldos de caixa e equivalentes por variação de perímetro		39.414.089	-	-	-
Activos fixos tangíveis		(87.356.071)	(31.257.590)	(28.742.534)	12.879.516
Activos fixos intangíveis		(25.765)	-	(25.765)	-
Outros activos		(254.054)	-	9.218	-
		(747.597.013)	(148.431.620)	(29.534.244)	(51.629.081)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(701.747.933)	(125.113.714)	(30.336.857)	(44.309.038)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Recebimentos provenientes de:					
Empréstimos obtidos		2.128.517.374	1.582.107.457	(656.952.132)	468.356.115
		2.128.517.374	1.582.107.457	(656.952.132)	468.356.115
Pagamentos respeitantes a:					
Empréstimos obtidos		(1.638.084.654)	(1.577.378.314)	692.880.357	(440.063.793)
Amortização de contratos de locação financeira		(979.614)	(1.201.430)	(161.708)	(532.221)
Juros e custos similares		(93.154.681)	(47.575.523)	(38.830.240)	(18.486.877)
Dividendos		(69.767.974)	(3.832.914)	(1.273.482)	(421.487)
		(1.801.986.923)	(1.629.988.181)	652.614.927	(459.504.378)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		326.530.451	(47.880.724)	(4.337.205)	8.851.737
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (1)+(2)+(3)		(2.027.284)	151.271.263	90.231.796	84.861.150
EFEITO DAS DIFERENÇAS DE CÂMBIO		(1.430.342)	671.865	(1.131.109)	976.419
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		415.697.575	265.091.311	324.464.136	331.196.870
EFEITO DOS ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA		1.436.131	(1.336.864)	111.257	(1.336.864)
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO EXERCÍCIO		413.676.080	415.697.575	413.676.080	415.697.575

ÍNDICE DAS NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1.	Resumo das principais políticas contabilísticas	9
1.1	Bases de preparação	9
1.2	Divulgações complementares	10
1.3	Bases de consolidação	10
1.3.1	Subsidiárias	10
1.3.2	Associadas	11
1.3.3	Empreendimentos conjuntos	11
1.4	Relato por segmentos	11
1.5	Conversão cambial	12
1.5.1	Moeda Funcional e de Relato	12
1.5.2	Saldos e transacções expressos em moedas estrangeiras	12
1.5.3	Empresas do Grupo	13
1.6	Activos intangíveis	13
1.6.1	Direitos de emissão de CO2	13
1.6.2	Marcas	13
1.7	Goodwill	13
1.8	Terrenos, Edifícios e Equipamentos	14
1.9	Propriedades de investimento	14
1.10	Imparidade de activos não correntes	15
1.11	Activos biológicos	15
1.12	Investimentos financeiros	15
1.13	Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura	17
1.14	Imposto sobre o rendimento	18
1.15	Existências	18
1.16	Valores a receber correntes	19
1.17	Caixa e seus equivalentes	19
1.18	Capital Social e Acções Próprias	19
1.19	Passivos remunerados	19
1.20	Encargos financeiros com empréstimos	19
1.21	Provisões	20
1.22	Pensões e outros benefícios pós-emprego	20
1.22.1	Planos de pensões de benefícios definidos	20
1.22.2	Férias e subsídio de férias e prémios	21
1.23	Valores a pagar correntes	21
1.24	Activos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas	21
1.25	Subsídios	22
1.26	Locações	22
	Locações incluídas em contratos conforme IFRIC 4	22
1.27	Distribuição de dividendos	22
1.28	Rédito e especialização dos exercícios	22
1.29	Activos e passivos contingentes	23
1.30	Eventos subsequentes	23
1.31	Novas normas, alterações e interpretações a normas existentes	23
2.	Gestão do Risco	24
2.1	Factores do risco financeiro	24
2.1.1	Risco cambial	24
2.1.2	Risco de taxa de juro	25
2.1.3	Risco de crédito	27
2.1.4	Risco de liquidez	28
2.1.5	Risco de preço	29
2.2	Factores de risco operacional	29
2.2.1	Riscos associados ao segmento da Pasta e do Papel	29
2.2.2	Riscos associados ao segmento do Cimento e derivados	33
2.2.3	Riscos associados ao segmento do Ambiente	34
2.2.4	Riscos associados ao Grupo em geral	34
2.2.5	Custos de contexto	35
3.	Estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes	35

3.1	Imparidade do Goodwill.....	35
3.2	Imposto sobre o Rendimento	35
3.3	Pressupostos actuariais.....	36
3.4	Justo valor dos activos biológicos	36
3.5	Reconhecimento de provisões e ajustamentos	36
4.	Relato por segmentos.....	37
5.	Outros proveitos.....	38
6.	Gastos e perdas	39
7.	Remuneração dos membros dos órgãos sociais.....	39
8.	Depreciações, amortizações e perdas por imparidade	40
9.	Apropriação de resultados em empresas associadas	40
10.	Resultados financeiros Líquidos	41
11.	Imposto sobre o rendimento	41
12.	Resultados por acção.....	42
13.	Interesses não controlados.....	42
14.	Aplicação do resultado do exercício anterior	44
15.	Goodwill	44
16.	Outros activos intangíveis.....	47
17.	Terrenos, edifícios e outros equipamentos	48
18.	Activos biológicos	49
19.	Investimentos em associadas	49
20.	Activos financeiros ao justo valor através de resultados	50
21.	Activos disponíveis para venda	51
22.	Imparidades em activos não correntes e correntes.....	51
23.	Existências.....	52
24.	Valores a receber correntes	52
25.	Estado.....	53
26.	Capital social e acções próprias	54
27.	Reservas e Lucros retidos	54
28.	Impostos diferidos.....	56
29.	Pensões e outros benefícios pós-emprego.....	57
30.	Provisões.....	63
31.	Passivos remunerados.....	63
32.	Valores a pagar correntes.....	68
33.	Activos e Passivos detidos para venda	68
34.	Activos e Passivos Financeiros.....	69
35.	Saldos e transacções com partes relacionadas	73
36.	Variação do perímetro	74
37.	Dispêndios em matérias ambientais	75
38.	Custos suportados com auditoria e revisão legal de contas	76
39.	Número de pessoal	76
40.	Compromissos.....	76
41.	Outros compromissos assumidos pelas empresas do Grupo	77
42.	Activos contingentes.....	79
43.	Cotações utilizadas	81
44.	Acontecimentos subsequentes.....	81
45.	Empresas incluídas na consolidação	82
46.	Demonstrações Financeiras individuais (preparadas em conformidade com o SNC).....	85

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EXERCÍCIO DE 2012

(Nas presentes notas, todos os montantes são apresentados em euros, salvo se indicado o contrário.)

O Grupo SEMAPA (Grupo) é constituído pela Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. (Semapa) e Subsidiárias. A Semapa foi constituída em 21 de Junho de 1991 e tem como objecto social a gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

Sede Social: Av. Fontes Pereira de Melo, 14, 10º Piso, Lisboa
Capital Social: Euros 118.332.445
N.I.P.C.: 502 593 130

A Semapa lidera um Grupo Empresarial com actividades em três ramos de negócio distintos: pasta e papel, cimentos e derivados e ambiente desenvolvidos, respectivamente, sob a égide da Portucel – Empresa, S.A. (Portucel ou Grupo Portucel), da Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. (Secil ou Grupo Secil) e da ETSA – Investimentos, SGPS, S.A. (ETSA ou Grupo ETSA).

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de Fevereiro de 2012.

Os responsáveis da Empresa, isto é, os membros do Conselho de Administração que assinam o presente relatório, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados das empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo.

1. Resumo das principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo.

1.1 Bases de preparação

As presentes demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia (IFRS – anteriormente designadas Normas Internacionais de Contabilidade – IAS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e Interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (SIC), em vigor à data da preparação das referidas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 45), e tomando por base o custo histórico, excepto para os activos biológicos, activos financeiros ao justo valor através de resultados, activos disponíveis para venda, e instrumentos financeiros que se encontram registados ao justo valor (Notas 18, 20, 21 e 34). Os activos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2004 encontram-se relevados pelo seu custo de reavaliado.

A preparação das demonstrações financeiras exige a utilização de estimativas e julgamentos relevantes na aplicação das políticas contabilísticas do Grupo. As principais asserções que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou os pressupostos e estimativas mais significativas para a preparação das referidas demonstrações financeiras, estão divulgados na Nota 3.

1.2 Divulgações complementares

Comparabilidade

Conforme oportunamente comunicado ao mercado, a Semapa e a CRH mantiveram divergências sobre o entendimento a dar à decisão arbitral proferida no âmbito do processo em que foram apreciados e reconhecidos incumprimentos do acordo parassocial entre as duas empresas relativo à Secil.

No final de Março, em virtude de um conjunto de actos e factos de natureza jurídica, operacional e financeira nomeadamente respeitantes a projectos de investimento e distribuição de dividendos, entre outras, entende a Semapa que o acordo parassocial existente deixou de produzir efeitos a essa data, razão pela qual passou a consolidar integralmente a subsidiária Secil a partir de 22 de Março, tendo por base a percentagem de direitos de voto detidos na referida subsidiária (51%), reexpressando as contas apresentadas referentes ao primeiro trimestre de 2012.

Em conformidade com a IFRS 3 revista, a Semapa mensurou o seu interesse detido no capital próprio da Secil (51%) pelo seu justo valor à data de obtenção do controlo, do qual resultou um ganho de 16,8 milhões de euros (Nota 5). Adicionalmente, o Grupo atribuiu aos 49% de interesse que não controla na subsidiária Secil o justo valor dos activos e passivos identificáveis apurado por referência à data da obtenção do controlo.

Em face do exposto, as presentes demonstrações financeiras consolidadas integram a subsidiária Secil consolidada pelo método proporcional no período compreendido entre Janeiro e Março de 2012 e pelo método integral no período de Abril a Dezembro de 2012 (2011: integrada pelo método proporcional).

Adicionalmente, no decurso do exercício de 2012, o Grupo adquiriu 50% da Supremo Cimentos, SA (Brasil) a qual se encontra integrada nas presentes demonstrações financeiras consolidadas pelo método proporcional.

1.3 Bases de consolidação

1.3.1 Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem o poder de decisão sobre as políticas financeiras e operacionais, geralmente representado por mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito dos direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se o Grupo detém o controlo sobre outra entidade.

O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondentes à participação de terceiros nas mesmas são apresentados nas rubricas de interesses não controlados, respectivamente, no balanço consolidado em linha própria no capital próprio e na demonstração de resultados consolidada. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 45.

É utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição de subsidiárias. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, dos instrumentos de capital emitidos e dos passivos incorridos, ou assumidos na data de aquisição.

Os activos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses não controlados. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do Grupo dos activos e passivos identificáveis adquiridos é registado como Goodwill, nos casos em que se verifica aquisição de controlo, que se encontra detalhado na nota 15.

As subsidiárias são consolidadas, pelo método integral, a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo. Na aquisição de parcelas adicionais de capital em sociedades já controladas pelo Grupo, o diferencial apurado entre a percentagem de capitais adquiridos e o respectivo valor de aquisição é registado directamente em Capitais próprios na rubrica Lucros retidos (Nota 27).

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida (Goodwill negativo), a diferença é reconhecida directamente na Demonstração dos Resultados na rubrica Outros proveitos operacionais. Os custos de transacção directamente atribuíveis são imediatamente reconhecidos em resultados.

As transacções internas, saldos, ganhos não realizados em transacções e dividendos distribuídos entre empresas do grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, excepto se a transacção revelar evidência de imparidade de um activo transferido.

As políticas contabilísticas das subsidiárias foram alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

1.3.2 Associadas

Associadas são todas as entidades sobre as quais o grupo exerce influência significativa mas não possui controlo, geralmente com investimentos representando entre 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em associadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas, e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como *goodwill* e mantidas na rubrica Investimento em associadas. Se essas diferenças forem negativas são registadas como proveito do período na rubrica Apropriação de resultados em empresas associadas. Os custos de transacção directamente atribuíveis são imediatamente reconhecidos em resultados.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir também naquela rubrica. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objecto de reversão à excepção do Goodwill.

Quando a participação do Grupo nas perdas da associada iguala ou ultrapassa o seu investimento nestas sociedades, o Grupo deixa de reconhecer perdas adicionais, excepto se tiver incorrido em responsabilidades ou efectuado pagamentos em nome destas. Os ganhos não realizados em transacções com as associadas são eliminados na extensão da participação do Grupo nas mesmas. As perdas não realizadas são também eliminadas, excepto se a transacção revelar evidência de imparidade de um bem transferido.

As políticas contabilísticas de associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo. Os investimentos em associadas encontram-se detalhados na Nota 19.

1.3.3 Empreendimentos conjuntos

Uma entidade conjuntamente controlada é um empreendimento conjunto que envolve o estabelecimento de uma sociedade, de uma parceria ou de outra entidade em que o Grupo tenha um interesse.

As entidades conjuntamente controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação proporcional sendo os activos, passivos e rendimentos e gastos, das entidades conjuntamente controladas, reconhecidos linha a linha nas demonstrações financeiras consolidadas, como é o caso do subgrupo Supremo.

1.4 Relato por segmentos

Um segmento operacional é uma componente de uma entidade:

- a) que desenvolve actividades de negócio de que pode obter réditos e incorrer em gastos (incluindo réditos e gastos relacionados com transacções com outros componentes da mesma entidade);
- b) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho; e
- c) relativamente à qual esteja disponível informação financeira distinta.

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com o modelo interno de informação de gestão providenciado aos principais responsáveis pela tomada de decisões operacionais do Grupo. Estes são responsáveis pela alocação de recursos ao segmento e pela avaliação do seu desempenho, assim como pela tomada de decisões estratégicas.

Foram identificados três segmentos de negócio: Pasta e Papel, Cimento e derivados e Ambiente.

Pasta e Papel

A Portucel, S.A. é a subsidiária, cuja participação maioritária foi adquirida em 2004, que lidera o Grupo Empresarial conexo à produção e comercialização, em Portugal, na Alemanha, Espanha, França, Itália, Grã-Bretanha, Holanda, Áustria, Bélgica, Suíça, Marrocos, Polónia e Estados Unidos da América entre outros de menor relevância, de pastas celulósicas, papel e seus derivados ou afins, aquisição de madeiras, produção florestal e agrícola, corte das florestas da produção e comercialização de pasta e papel, actividades exercidas em Portugal essencialmente por si e pelas suas subsidiárias About the Future, SA, Soporcel – Sociedade Portuguesa de Papel, S.A. e PortucelSoporcel Florestal, S.A., entre outras.

Cimento e derivados

A Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. é a sociedade que lidera o Grupo Empresarial dos cimentos e derivados e exerce a sua actividade em Portugal, Tunísia, Espanha, Angola, Holanda, França, Líbano e Cabo Verde, destacando-se a produção de cimento, através das suas subsidiárias, nas fábricas de Maceira, Pataias, Outão, Gabés (Tunísia), Lobito (Angola) e Beirute (Líbano) e a produção e comercialização de betão, inertes pré fabricados e exploração de pedreiras, através das suas subsidiárias, cujas participações se encontram, essencialmente, concentradas na subholding Secil Betões e Inertes, SGPS, S.A..

A Supremo Cimentos, SA, é uma empresa cimenteira que exerce a sua actividade no sul do Brasil (estado de Stª Catarina), com uma operação numa fábrica integrada de clínquer e cimento em Pomerode, bem como operações de agregados e betão.

Ambiente

A ETSA – Investimentos, SGPS, SA é a sociedade que lidera o Grupo Empresarial do Ambiente e exerce a sua actividade em Portugal.

Segmento geográfico é uma área individualizada comprometida em fornecer produtos ou serviços num ambiente económico particular e que está sujeito a riscos e benefícios diferentes daqueles dos segmentos que operam em outros ambientes económicos. O segmento geográfico é definido com base no país de destino dos bens e serviços vendidos pelo Grupo.

As políticas contabilísticas do relato por segmentos são as utilizadas consistentemente no Grupo. Todos os réditos intersegmentais são a preços de mercado e todos os réditos intersegmentais são eliminados na consolidação. A informação relativa aos segmentos identificados encontra-se apresentada na Nota 4.

1.5 Conversão cambial

1.5.1 Moeda Funcional e de Relato

Os elementos incluídos nas Demonstrações Financeiras de cada uma das entidades do Grupo são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional).

As Demonstrações Financeiras consolidadas são apresentadas em Euros, sendo esta a moeda funcional e de relato do Grupo.

1.5.2 Saldos e transacções expressos em moedas estrangeiras

Todos os activos e passivos do Grupo expressos em moedas estrangeiras foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados consolidados do exercício.

1.5.3 Empresas do Grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo que possuam uma moeda funcional diferente da sua moeda de relato são convertidas para a moeda de relato como segue:

- (i) Os activos e passivos de cada Balanço são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data das Demonstrações Financeiras;

As diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como componente separada no Capital Próprio, na rubrica reservas de conversão cambial.

- (ii) Os rendimentos e os gastos de cada Demonstração de Resultados são convertidos pela taxa de câmbio média do período de reporte, a não ser que a taxa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas em vigor nas datas das transacções, sendo neste caso os rendimentos e os gastos convertidos pelas taxas de câmbio em vigor nas datas das transacções.

1.6 Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações e perdas por imparidade, pelo método das quotas constantes durante um período que varia entre 3 e 5 anos, e anualmente para os direitos de emissão de CO2.

1.6.1 Direitos de emissão de CO2

As licenças de emissão de CO2 atribuídas ao Grupo no âmbito do Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão de CO2, a título gratuito, são registadas na rubrica Activos intangíveis pelo valor de mercado na data de atribuição por contrapartida de um passivo, na rubrica Proveitos diferidos - Subsídios a reconhecer, de igual montante.

Pelas emissões de CO2 efectuadas pelo Grupo é registado um custo operacional por contrapartida de um passivo e de um proveito operacional em resultado do reconhecimento do subsídio correspondente.

As vendas de direitos de emissão darão origem a um ganho ou perda apurada entre o valor de realização e o respectivo custo de aquisição, deduzido do correspondente subsídio do Estado.

À data da demonstração da posição financeira as licenças de emissão em carteira são valorizados ao preço de mercado, quando este é inferior ao custo de aquisição presumido. Por outro lado, os passivos relativos às responsabilidades com emissões são mensurados ao valor de mercado das respectivas licenças de emissão à data dessa demonstração de posição financeira.

1.6.2 Marcas

Sempre que numa concentração de actividades empresariais sejam identificadas marcas, o Grupo procede ao seu reconhecimento em separado nas demonstrações financeiras consolidadas como um activo mensurado ao custo histórico, o qual corresponde ao justo valor na data da aquisição.

Na mensuração subsequente as marcas encontram-se reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo pelo seu custo deduzido de perdas por imparidade.

1.7 Goodwill

O *goodwill* representa o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis das subsidiárias na data de aquisição.

O *goodwill* não é amortizado e encontra-se sujeito a testes por imparidade, numa base mínima anual. As perdas por imparidade relativas a *goodwill* não podem ser revertidas. Ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma entidade incluem o valor do *goodwill* correspondente.

1.8 Terrenos, Edifícios e Equipamentos

Os terrenos, edifícios e equipamentos adquiridos até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registados ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

No que respeita às sociedades CMP, Société des Ciments de Gab  s (SCG), Portucel, Soporcel e ETSA, o custo das imobiliza  es corpóreas na data de aquisi  o destas sociedades foi determinado com base em avalia  es efectuadas por entidades independentes.

Os activos fixos tangíveis adquiridos posteriormente   data de transi  o são apresentados ao custo de aquisi  o deduzido de deprecia  es e perdas por imparidade. O custo de aquisi  o inclui todos os dispêndios directamente atribuíveis   aquisi  o dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no custo de aquisi  o do bem ou reconhecidos como activos separados, conforme apropriado, somente quando   provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o respectivo custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os demais dispêndios com repara  es e manuten  o são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

As amortiza  es são calculadas sobre o custo de aquisi  o, sendo utilizado o método das quotas constantes, a partir do momento em que o bem se encontra disponível para uso, utilizando-se as taxas que melhor reflectem a sua vida útil estimada, como segue:

	Anos médios de vida útil
Terrenos de explora��o	14
Edifícios e outras constru��es	12 – 30
Equipamentos:	
Equipamento básico	6 – 25
Equipamento de transporte	4 - 9
Ferramentas e utensílios	2 - 8
Equipamento administrativo	4 - 8
Taras e vasilhames	6
Outras imobiliza��es corpóreas	4 - 10

Os valores residuais dos activos e as respectivas vidas   teis s o revistos e ajustados, se necessário, na data do balanço. Se a quantia escriturada   superior ao valor recuperável do activo, procede-se ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado mediante o registo de perdas por imparidade (Nota 1.10).

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou aliena  o s o determinados pela diferença entre os recebimentos das aliena  es deduzido dos custos de transac  o e a quantia escriturada do activo, e são reconhecidos na demonstra  o dos resultados, como outros proveitos ou outros custos operacionais.

1.9 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são valorizadas ao custo de aquisi  o líquido de amortiza  es e perdas por imparidade sendo que, para as adquiridas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transi  o para IFRS), o custo de aquisi  o corresponde ao custo de aquisi  o histórico ou custo de aquisi  o reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data.

1.10 Imparidade de activos não correntes

Os activos não correntes que não têm uma vida útil definida, não estão sujeitos a amortização, mas são objecto de testes de imparidade anuais. Os activos sujeitos a amortização são revistos quanto à imparidade sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do activo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um activo, deduzidos os gastos para venda, e o seu valor de uso.

Para realização de testes por imparidade, os activos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa a que pertence o activo), quando não seja possível fazê-lo individualmente, para cada activo.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram (com excepção das perdas por imparidade do *goodwill* – ver Nota 1.7).

A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como Outros proveitos operacionais, a não ser que o activo tenha sido reavaliado, situação em que a reversão corresponderá a um acréscimo da reavaliação. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em períodos anteriores.

1.11 Activos biológicos

Os activos biológicos são mensurados ao justo valor. Os activos biológicos do Grupo correspondem às florestas detidas para produção de madeira.

Na determinação do justo valor das florestas foi utilizado o método do valor presente de fluxos de caixa descontados, os quais foram apurados através de um modelo desenvolvido internamente, alvo de validação periódica por avaliadores externos e independentes, no qual foram considerados pressupostos correspondentes à natureza dos activos em avaliação, nomeadamente, a produtividade das florestas, o preço de venda da madeira deduzido do custo de corte, das rendas dos terrenos próprios e arrendados, recarga e transporte, os custos de plantação e manutenção e a taxa de desconto.

A taxa de desconto utilizada corresponde a uma taxa de mercado, determinada tendo em consideração a rentabilidade que o Grupo espera obter dos activos florestais e o risco associado aos mesmos.

As alterações ao justo valor resultantes de alterações de estimativas de crescimento, período de corte, preço, custo e outras premissas são reconhecidas em Variações de justo valor dos activos biológicos na demonstração dos resultados. No momento do corte, a madeira é valorizada pelo justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda.

1.12 Investimentos financeiros

O Grupo classifica os seus investimentos nas seguintes categorias: activos financeiros ao justo valor através de resultados, empréstimos concedidos e contas a receber, investimentos detidos até à maturidade e activos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende do objectivo de aquisição do investimento. A classificação é determinada no momento de reconhecimento inicial dos investimentos e sendo essa classificação reavaliada em cada data de relato.

Todas as aquisições e alienações destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, sendo o justo valor equivalente ao preço pago, incluindo despesas de transacção. A mensuração subsequente depende da categoria em que o investimento se insere, como segue:

Empréstimos concedidos e contas a receber

Os empréstimos concedidos e contas a receber são activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados num mercado activo. São originados quando o Grupo fornece dinheiro, bens ou serviços directamente a um devedor, sem intenção de negociar a dívida. São incluídos nos activos correntes, excepto quanto a maturidades superiores a 12 meses após a data do Balanço, sendo nesse caso classificados como activos não correntes. Os empréstimos concedidos e contas a receber são incluídos no balanço em Valores a receber correntes (Nota 24).

Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Um activo financeiro é classificado nesta categoria se adquirido principalmente com o objectivo de venda a curto prazo ou se assim designado pelos gestores. Os activos desta categoria são classificados como correntes se forem detidos para negociação ou sejam realizáveis no período até 12 meses da data de balanço. Estes investimentos são mensurados ao justo valor através da demonstração de resultados (Nota 20).

Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que o Grupo tem intenção e capacidade para manter até à maturidade. Esta categoria de investimento está registada ao custo amortizado pelo método da taxa de juro efectiva.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que são designados nesta categoria ou que não são classificados em nenhuma das outras categorias. São incluídos em activos não correntes, excepto se os gestores entenderem alienar o investimento num prazo até 12 meses após a data do balanço (Nota 21). Estes investimentos financeiros são contabilizados ao valor de mercado, entendido como o respectivo valor de cotação à data de balanço.

Se não existir mercado activo, o Grupo determina o justo valor através da aplicação de técnicas de avaliação, que incluem o uso de transacções comerciais recentes, a referência a outros instrumentos com características semelhantes, a análise de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções modificados para incorporar as características específicas do emitente.

As mais e menos valias potenciais resultantes são registadas directamente na reserva de justo valor até que o investimento financeiro seja vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, momento em que o ganho ou perda acumulado, anteriormente reconhecido na reserva de justo valor é incluído no resultado líquido do período (Nota 27).

Caso não exista um valor de mercado ou não o seja possível determinar, os investimentos em causa são mantidos ao custo de aquisição. São reconhecidas perdas por imparidade para a redução de valor nos casos que se justifiquem.

O Grupo avalia, em cada data de balanço, se há uma evidência objectiva de que um activo financeiro ou um grupo de activos financeiros sofreram uma perda por imparidade. Se existir uma diminuição no justo valor por um período prolongado dos activos disponíveis para venda, a perda cumulativa – calculada pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor corrente, menos qualquer perda por imparidade nesse activo financeiro que já foi reconhecida em resultados – é anulada através do capital próprio e reconhecida no resultado do período.

Uma perda por imparidade reconhecida relativamente a activos financeiros disponíveis para venda é revertida se a perda tiver sido causada por eventos externos específicos de natureza excepcional que não se espera que se repitam mas que acontecimentos externos posteriores tenham feito reverter, sendo que nestas circunstâncias a reversão não afecta a demonstração de resultados, registando-se a subsequente flutuação positiva do activo na reserva de justo valor.

1.13 Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Instrumentos Financeiros Derivados

O Grupo utiliza derivados com o objectivo de gerir os riscos financeiros a que se encontra sujeito.

Apesar de os derivados contratados pelo Grupo corresponderem a instrumentos eficazes na cobertura económica de riscos, nem todos se qualificam como instrumentos de cobertura contabilística de acordo com as regras e requisitos da IAS 39. Os instrumentos que não se qualifiquem como instrumentos de cobertura contabilística são registados no balanço pelo seu justo valor e as variações no mesmo são reconhecidas em Ganhos e perdas em instrumentos financeiros (Nota 10).

Sempre que possível, o justo valor dos derivados é estimado com base em instrumentos cotados. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos derivados é estimado através do método de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções, de acordo com pressupostos geralmente utilizados no mercado. O justo valor dos instrumentos financeiros derivados encontra-se incluído, essencialmente, nas rubricas de Valores a receber correntes e de Valores a pagar correntes.

Adicionalmente o Grupo contratou instrumentos financeiros derivados relativos a parte da carteira detida de licenças de emissão de gases com efeitos de estufa.

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- i) À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- ii) Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

Sempre que as expectativas de evolução de taxas de juro ou de câmbio o justifiquem, o Grupo procura contratar operações de protecção contra movimentos adversos, através de instrumentos derivados, tais como interest rate swaps (IRS), collars de taxa de juro e de câmbio, forwards cambiais, etc.

Na selecção de instrumentos são essencialmente valorizados os aspectos económicos dos mesmos. São igualmente tidas em conta as implicações da inclusão de cada instrumento adicional na carteira de derivados existentes, nomeadamente os efeitos em termos de volatilidade nos resultados.

Cobertura de fluxos de caixa (risco de taxa de juro e de câmbio)

O Grupo, na sua gestão da exposição às taxas de juro e de câmbio, realiza cobertura de fluxos de caixa.

Estas operações são registadas no balanço pelo seu justo valor e, na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor são inicialmente registadas por contrapartida de capitais próprios e posteriormente reclassificadas para a rubrica Ganhos/Perdas em instrumentos financeiros em Resultados financeiros líquidos na data da sua liquidação.

Se as operações de cobertura apresentarem ineficácia, esta é registada directamente em resultados. Desta forma e em termos líquidos, os custos associados aos financiamentos cobertos são periodificados à taxa inerente à operação de cobertura contratada.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afectar resultados.

Cobertura de Investimento líquido no estrangeiro (risco de taxa de câmbio)

O Grupo, na sua gestão da exposição às taxas de câmbio, realiza cobertura da exposição cambial em investimentos em entidades no estrangeiro (*Net investment*) através da contratação de forwards cambiais.

Os forwards cambiais contratados com vista à cobertura de investimentos em operações estrangeiras que qualifiquem como instrumentos de cobertura são registados no balanço pelo seu justo valor. Na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor dos forwards cambiais são reconhecidas directamente em reservas na rubrica de diferenças de conversão cambial. Os ganhos e perdas acumulados nas reservas são transferidos para resultados do exercício quando as entidades estrangeiras são alienadas.

1.14 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento inclui imposto corrente e imposto diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é determinado com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal vigente à data de balanço.

O imposto diferido é calculado com base na responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base de tributação. Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa fiscal que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporárias serão revertidas.

São reconhecidos impostos diferidos activos sempre que exista razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos activos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica. Os incentivos fiscais atribuídos no âmbito de projectos de investimento a desenvolver pelo Grupo são reconhecidos em resultados do exercício na medida da existência de matéria colectável nas empresas beneficiárias que permita a sua utilização.

1.15 Existências

As existências encontram-se valorizadas de acordo com os seguintes critérios:

i) Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

ii) Produtos acabados e produtos e trabalhos em curso

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, tomando por base o nível normal de produção) e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de acabamento e de comercialização. As diferenças entre o custo e o valor realizável líquido, se inferior, são registadas em Inventários consumidos e vendidos.

1.16 Valores a receber correntes

Os saldos de clientes e outros valores a receber correntes são inicialmente contabilizados ao justo valor sendo subsequentemente mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade, necessárias para os colocar ao seu valor realizável líquido esperado (Nota 24).

As perdas por imparidade são registadas quando existe uma evidência objectiva de que o Grupo não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das contas a receber.

1.17 Caixa e seus equivalentes

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com maturidade inicial até 3 meses, que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor. Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa esta rubrica inclui também os descobertos bancários, os quais são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica Passivos remunerados.

1.18 Capital Social e Acções Próprias

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio (Nota 26).

Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou outros instrumentos de capital próprio são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante da emissão.

Os custos directamente imputáveis à emissão de novas acções ou opções, para a aquisição de um negócio são incluídos no custo de aquisição, como parte do valor da compra.

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição, como uma redução do capital próprio, na rubrica Acções próprias sendo os ganhos ou perdas inerentes à sua alienação registados em Outras reservas. Em conformidade com a legislação comercial aplicável, enquanto as acções próprias se mantiverem na posse da sociedade, é tornada indisponível uma reserva de montante igual ao seu custo de aquisição.

Quando alguma empresa do Grupo adquira acções da empresa-mãe (acções próprias) o pagamento, que inclui os custos incrementais directamente atribuíveis, é deduzido ao capital próprio atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe até que as acções sejam canceladas, reemitidas ou alienadas.

Quando tais acções são subsequentemente vendidas ou reemitidas, qualquer recebimento, líquido de custos de transacção directamente atribuíveis e de impostos, é reflectido no capital próprio dos detentores do capital da empresa, em outras reservas.

1.19 Passivos remunerados

Os passivos remunerados são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção incorridos sendo, subsequentemente apresentados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transacção) e o valor de reembolso é reconhecido na demonstração de resultados ao longo do período da dívida, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

A dívida remunerada é classificada no passivo corrente, excepto se o Grupo possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do Balanço (Nota 31).

1.20 Encargos financeiros com empréstimos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos são geralmente reconhecidos como custos financeiros, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios (Nota 10).

Os encargos financeiros de empréstimos directamente relacionados com a aquisição, construção (caso o período de construção ou desenvolvimento exceda um ano) ou produção de activos fixos são capitalizados, fazendo parte do custo do activo.

A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida após o início de utilização ou quando a execução do projecto em causa se encontre suspensa ou substancialmente concluída.

Qualquer proveito directamente relacionado com um investimento específico é deduzido ao custo do referido activo.

1.21 Provisões

São reconhecidas provisões sempre que o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, seja provável que uma saída de fluxos e/ou de recursos se torne necessária para liquidar a obrigação e possa ser efectuada uma estimativa fiável do montante da obrigação.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data (Nota 30).

O Grupo incorre em dispêndios e assume passivos de carácter ambiental. Assim, os dispêndios com equipamentos e técnicas operativas que assegurem o cumprimento da legislação e dos regulamentos aplicáveis (bem como a redução dos impactos ambientais para níveis que não excedam os correspondentes a uma aplicação viável das melhores tecnologias disponíveis desde as referentes à minimização do consumo energético, das emissões atmosféricas, da produção de resíduos e do ruído, às estabelecidas para a execução de planos de requalificação visual e paisagística) são capitalizados quando se destinem a servir de modo duradouro a actividade do Grupo, bem como se relacionem com benefícios económicos futuros e que permitam prolongar a vida, aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros activos detidos pelo Grupo (Notas 30 e 37).

Adicionalmente, os terrenos utilizados em exploração de pedreiras têm de ser sujeitos a reconstituição ambiental, sendo prática do Grupo a reconstituição continuada e progressiva dos espaços libertos pelas pedreiras, reconhecendo nos resultados desse mesmo período, os dispêndios incorridos.

No caso das pedreiras cuja reconstituição apenas é possível no fim da exploração, o Grupo solicitou a entidades independentes e especializadas a avaliação dessas responsabilidades, bem como o período estimado de exploração, reconhecendo provisões para este efeito (Nota 30).

1.22 Pensões e outros benefícios pós-emprego

1.22.1 Planos de pensões de benefícios definidos

Algumas subsidiárias do Grupo assumiram o compromisso de pagar aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma por velhice, invalidez, reforma antecipada e pensões de sobrevivência, constituindo planos de pensões de benefícios definidos.

Conforme referido na Nota 29, o Grupo constituiu Fundos de Pensões autónomos como forma de financiar uma parte das suas responsabilidades por aqueles pagamentos. De acordo com o IAS 19, as empresas com planos de pensões reconhecem os custos com a atribuição destes benefícios à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários. Deste modo a responsabilidade total do Grupo é estimada, pelo menos, semestralmente, à data dos fechos intercalar e anuais de contas, para cada plano separadamente, por uma entidade especializada e independente de acordo com o método das unidades de crédito projectadas.

Os custos por responsabilidades passadas, que resultem da implementação de um novo plano ou acréscimos nos benefícios atribuídos, são reconhecidos imediatamente, nas situações em que os benefícios se encontrem a ser pagos ou se encontrem vencidos. A responsabilidade assim determinada é apresentada no Balanço, deduzida do valor de mercado dos fundos constituídos, na rubrica Pensões e outros benefícios pós-emprego, nos passivos não correntes. Os desvios actuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos utilizados para efeito de apuramento de responsabilidades e o que efectivamente ocorreu (bem como de alterações efectuadas aos mesmos e do diferencial entre o valor esperado da rentabilidade dos activos dos fundos e a rentabilidade real) são reconhecidos, quando incorridos, demonstração do rendimento integral (Nota 27).

Os ganhos e perdas gerados por um corte ou uma liquidação de um plano de pensões de benefícios definidos são reconhecidos em resultados do exercício quando o corte ou a liquidação ocorrer. Um corte ocorre quando se verifica uma redução material no número de empregados ou o plano é alterado de forma a que os benefícios atribuídos sejam reduzidos, com efeito material.

1.22.2 Planos de pensões de Contribuição definida

Algumas subsidiárias do Grupo assumiram compromissos relativos à contribuição para planos de contribuição definida de uma percentagem dos vencimentos dos funcionários abrangidos por esses planos, por forma a proporcionar um complemento de pensões de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência.

Para este efeito, foram constituídos Fundos de Pensões que visam a capitalização daquelas contribuições, para os quais os funcionários podem ainda efectuar contribuições voluntárias.

Desta forma, a responsabilidade com estes planos corresponde à contribuição a efectuar para os fundos tendo por base a percentagem da massa salarial definida nos respectivos Acordos, correspondendo estas contribuições ao gasto do período, no qual são reconhecidas, independentemente do momento da sua liquidação.

1.22.3 Férias e subsídio de férias e prémios

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a 22 dias úteis de férias, bem como a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento.

De acordo com o Sistema de Gestão de Desempenho vigente, os trabalhadores têm direito a uma gratificação no caso de cumprirem os objectivos definidos anualmente, direito esse normalmente adquirido no ano anterior ao do seu pagamento.

Assim, estas responsabilidades são registadas no período em que os trabalhadores adquirem o respectivo direito, por contrapartida da demonstração de resultados, independentemente da data do seu pagamento, e o saldo por liquidar à data de balanço está relevado na rubrica de Valores a pagar correntes.

1.23 Valores a pagar correntes

Os saldos de fornecedores e valores a pagar correntes são inicialmente registados ao justo valor sendo subsequentemente mensurados ao custo amortizado (Nota 32).

1.24 Activos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas

Os activos não correntes (ou operações descontinuadas) são classificados como detidos para venda se o respectivo valor for realizável através de uma transacção de venda ao invés de ser através do seu uso continuado.

Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é muito provável e o activo está disponível para venda imediata nas suas actuais condições; (ii) o Grupo assumiu um compromisso de vender; e (iii) é expectável que a venda se concretize num período de 12 meses. Neste caso, os activos não correntes são mensurados pelo menor do valor contabilístico ou do respectivo justo valor deduzido dos custos de venda.

A partir do momento em que determinados activos tangíveis passam a ser considerados como “detidos para venda” cessa a depreciação inerente a esses bens passando estes a ser classificados como activos não correntes detidos para venda.

Os ganhos ou perdas nas alienações de activos tangíveis, determinados pela diferença entre o valor de venda e o respectivo valor líquido contabilístico, são contabilizados em resultados na rubrica “Ganhos e perdas com a alienação de activos”.

1.25 Subsídios

Os subsídios estatais só são reconhecidos após existir segurança de que o Grupo cumprirá as condições inerentes aos mesmos e que os subsídios serão recebidos. Os subsídios à exploração, recebidos com o objectivo de compensar o Grupo por custos incorridos, são registados na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os custos que aqueles subsídios visam compensar.

Os subsídios relacionados com activos biológicos valorizados pelo seu justo valor, conforme o IAS 41, são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os termos e condições de atribuição do subsídio estiverem satisfeitos.

Os subsídios ao investimento recebidos com o objectivo de compensar o Grupo por investimentos efectuados em activos imobilizados são incluídos na rubrica Valores a pagar correntes e são reconhecidos em resultados, durante a vida útil estimada do respectivo activo subsidiado, por dedução ao valor das amortizações.

1.26 Locações

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo na rubrica de empréstimos, os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na Nota 1.8, são registados como custos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

As locações em que uma parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade é assumida pelo locador sendo o Grupo locatário, são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efectuados nas locações operacionais, líquidos de quaisquer incentivos recebidos do locador, são registados na demonstração dos resultados durante o período da locação (Nota 40).

Locações incluídas em contratos conforme IFRIC 4

O Grupo reconhece uma locação operacional ou financeira sempre que celebre um acordo, compreendendo uma transacção ou uma série de transacções relacionadas, que, mesmo não assumindo a forma legal de uma locação, transmita um direito de usar um activo em retorno de um pagamento ou de uma série de pagamentos (Nota 17).

1.27 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos detentores do capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo no período em que os dividendos são aprovados pelos accionistas e até ao momento da sua liquidação.

1.28 Rédito e especialização dos exercícios

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

Os juros recebidos são reconhecidos pelo princípio da especialização do exercício, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa de juro efectiva durante o período até à maturidade.

As empresas do Grupo registam os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual os custos e proveitos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os

correspondentes custos e proveitos são registadas nas rubricas Valores a receber correntes e Valores a pagar correntes (Notas 24 e 32 respectivamente).

1.29 Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes em que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja apenas possível, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgados nas notas, a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

São reconhecidas provisões para passivos que satisfaçam as condições previstas na Nota 1.21.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas são divulgados quando é provável a existência de um benefício económico futuro (Nota 42).

1.30 Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais (Nota 44)

1.31 Novas normas, alterações e interpretações a normas existentes

As interpretações e alterações a normas existentes identificadas abaixo, são de aplicação obrigatória pelo IASB, para os exercícios que se iniciaram em 1 de Janeiro de 2012:

Normas efetivas em 2012	Data de aplicação *
IFRS 7 – Instrumentos financeiros: divulgações - Transferência de ativos	1 de Janeiro de 2012

* Exercícios iniciados em ou após

A introdução desta norma não teve impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Novas normas e interpretações de aplicação não mandatória em 31 de Dezembro de 2012:

Existem novas normas, alterações e interpretações efectuadas a normas existentes, que apesar de já estarem publicadas, a sua aplicação apenas é obrigatória para períodos anuais que se iniciem após 1 de Julho de 2012, pelo que o Grupo decidiu não as adoptar antecipadamente, como segue:

Normas efetivas na EU após 1 Julho de 2012	Data de aplicação *
IAS 12 – Impostos - Imposto diferido	1 Janeiro de 2013
IAS 19 – Benefícios aos empregados - Benefícios definidos	1 Janeiro de 2013
IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das IFRS - Hiperinflacionárias e retiradas datas fixas	1 Janeiro de 2013
IFRS 7 – Instrumentos financeiros: divulgação - Apresentação da compensação	1 Janeiro de 2013
IFRS 13 – Justo valor - Nova norma	1 Janeiro de 2013
IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas - Nova norma	até 1 Janeiro de 2014
IFRS 11 – Acordos conjuntos - Nova norma	até 1 Janeiro de 2014
IFRS 12 – Divulgação de interesses em entidades - Nova norma	até 1 Janeiro de 2014
IAS 27 – Demonstrações financeiras separadas - Consolidação retirada do âmbito	até 1 Janeiro de 2014
IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos - Aplicação a empreendimentos	até 1 Janeiro de 2014
IAS 32 – Instrumentos financeiros: apresentação - Compensação de ativos e passivos	1 Janeiro de 2014

* Exercícios iniciados em ou após

Normas efetivas após 1 Julho de 2012 não endossadas pela UE	Data de aplicação *
IFRS 1 - Adoção pela primeira vez das IFRS - Empréstimos bonificados	1 Janeiro de 2013
Melhorias às normas 2009 - 2011	1 Janeiro de 2013
Alterações IFRS 10, 11 e 12 - Regime transição	1 Janeiro de 2013
Alterações IFRS 10, 11 e 12 - Isenção aplicação a SGPS	1 Janeiro de 2014
IFRS 9 - Instrumentos financeiros - Fase 1 - classificação e mensuração	1 Janeiro de 2015

* Exercícios iniciados em ou após

Interpretações efetivas na UE após 1 de Julho de 2012	Data de aplicação *
IFRIC 20 - Custos de descoberta na fase de produção de uma mina a céu aberto - Nova interpretação	1 Janeiro de 2013

* Exercícios iniciados em ou após

A introdução destas interpretações e a alteração das normas referidas anteriormente não tiveram impactos relevantes nas demonstrações do Grupo.

O Grupo não concluiu ainda o apuramento de todos os impactos decorrentes da aplicação das normas supra pelo que optou pela sua não adopção antecipada. Contudo, não espera que estas venham a produzir efeitos materialmente relevantes sobre a sua posição patrimonial e resultados.

2. Gestão do Risco

2.1 Factores do risco financeiro

A Semapa enquanto sociedade gestora de participações sociais (SGPS) desenvolve directa e indirectamente actividades de gestão sobre as suas participadas. Deste modo, o cumprimento das obrigações por si assumidas depende dos *cash-flows* gerados por estas. A Empresa depende assim da eventual distribuição de dividendos por parte das suas subsidiárias, do pagamento de juros, do reembolso de empréstimos concedidos e de outros *cash-flows* gerados por essas sociedades.

A capacidade das subsidiárias da Semapa disponibilizarem fundos à holding dependerá, em parte, da sua capacidade de geração de *cash-flows* positivos e, por outro lado, está dependente dos respectivos resultados, reservas disponíveis e estrutura financeira.

O Grupo Semapa tem um programa de gestão de risco que concentra a sua análise nos mercados financeiros com vista a minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira do Grupo Semapa. A gestão do risco é conduzida pela Direcção Financeira da holding e dos principais subgrupos de acordo com políticas aprovadas pelas respectivas Administrações. Existe ainda junto da Semapa uma Comissão de Controlo Interno com funções específicas na área do controlo de riscos da actividade da sociedade.

Devido à natureza do seu negócio, o Grupo Semapa encontra-se exposta ao risco da volatilidade dos preços internacionais da pasta de papel. As constantes alterações dos preços desta commodity geram incerteza relativamente ao preço futuro das vendas. No sentido de controlar e gerir este risco, a empresa contratou derivados do tipo opção sobre o preço da pasta de papel, fixando uma banda de flutuação dos preços, protegendo-se assim de movimentos adversos do mercado.

2.1.1 Risco cambial

A variação da taxa de câmbio do Euro face a outras divisas pode afectar significativamente as receitas do Grupo de diversas formas.

No que respeita ao segmento da Pasta e do Papel, por um lado, uma parte significativa das suas vendas é denominada em moedas diferentes do Euro, pelo que a sua evolução poderá ter um impacto significativo nas vendas futuras da Empresa, sendo a moeda com maior impacto o USD. Também as vendas em GBP, PLN e CHF têm alguma expressão, tendo as vendas noutras moedas menor significado.

Também as compras de algumas matérias primas são efectuadas em USD, nomeadamente parte das importações de madeira e de pasta de fibra longa, pelo que variações nesta moeda poderão ter um impacto nos valores de aquisição.

Adicionalmente, e uma vez concretizada uma venda ou compras em moeda diferente do Euro, a Empresa incorre em risco cambial até ao recebimento ou pagamento dessa venda ou compra, caso não contrate instrumentos de cobertura deste risco. Deste modo, existe permanentemente, no seu activo, um montante significativo de créditos a receber, assim como, embora com menor expressão, débitos a pagar, expostos a risco cambial.

A Portucel detém uma filial comercial nos Estados Unidos da América, a Portucel Soporcel North America, cujo capital social ascende a cerca de USD 25 milhões e está exposto ao risco cambial. Para além desta operação, este segmento não detém mais investimentos em operações externas que sejam materialmente relevantes e cujos activos líquidos estejam expostos ao risco cambial.

Pontualmente, quando tal se afigura oportuno, a Portucel recorre à utilização de instrumentos financeiros derivados para a gestão do risco cambial, de acordo com uma política definida periodicamente e que tem como objectivo limitar o risco líquido de exposição cambial associado às vendas e compras futuras, aos créditos e débitos a receber e a pagar, e a outros activos denominados em moedas diferentes do Euro.

O risco cambial do segmento do Cimento e Derivados resulta sobretudo das compras de combustíveis e fretes de navios, ambos pagos em USD. Este segmento prosseguiu a sua política de maximização do potencial de cobertura natural da sua exposição cambial, via compensação dos fluxos cambiais intra-Grupo. A Secil detém activos localizados na Tunísia, Angola, Líbano e Brasil pelo que a variação das moedas dos referidos países poderá ter impacto no balanço da Semapa.

Para os fluxos não compensados naturalmente, o risco tem vindo a ser analisado e coberto através da contratação de estruturas de opções cambiais, que estabelecem o contra-valor máximo a pagar e permitem beneficiar parcialmente de evoluções favoráveis na taxa de câmbio.

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio a 31 de Dezembro de 2012, com base nos valores de balanço dos activos e passivos financeiros do Grupo, no montante global de Euros 48.331.861, tendo por base as taxas de câmbio a essa data (31 de Dezembro de 2011: Euros 78.178.679), apresenta-se como segue:

Valores em Divisas	Dólar Norte Americano	Libra esterlina	Zloti Polaco	Coroa Sueca	Coroa Checa	Franco Suíço	Coroa Dinamarquesa	Real Brasileiro	Dólar Australiano	Coroa Norueguesa	Metical Moçambicano	Díram Marroquino	000 Libras Libanesas	Dinar Tunísio
A 31 de Dezembro de 2012														
Activos														
Caixa e equivalentes	57.461.599	95.335	314.014	11	-	64.926	-	15.758.622	-	1.310	5.888.551	103.545	318.023	4.065.590
Valores a receber	82.882.281	12.244.200	11.073.380	486.496	-	3.638.049	884.586	5.547.734	(12.176)	1.579.993	-	-	19.477.478	22.340.169
Outros activos	563.404	-	-	-	-	-	-	2.356.799	-	-	-	-	-	2.631.806
Total de activos financeiros	140.907.284	12.339.535	11.387.394	486.507	-	3.702.974	884.586	23.663.154	(12.176)	1.581.304	5.888.551	103.545	19.795.501	29.037.565
Passivos														
Passivo remunerado	(16.062.025)	-	-	-	-	-	-	(121.114.086)	-	-	-	-	(2.213.613)	(60.934.397)
Valores a pagar	(9.176.615)	(112.164)	-	-	-	(155.358)	(5)	15.908.055	-	-	(708.784)	-	(19.386.428)	(30.340.225)
Total de passivos financeiros	(25.238.640)	(112.164)	-	-	-	(155.358)	(5)	(105.206.032)	-	-	(708.784)	-	(21.600.041)	(91.274.622)
Instrumentos financeiros derivados	(163.182.000)	(18.020.000)	-	-	-	-	-	(64.025.000)	-	-	-	-	-	-
Posição financeira líquida de balanço	(47.513.355)	(5.792.629)	11.387.394	486.507	-	3.547.616	884.581	(145.567.877)	(12.176)	1.581.304	5.179.767	103.545	(1.804.540)	(62.237.057)
A 31 de Dezembro de 2011														
Total de activos financeiros	107.395.578	18.551.822	9.426.224	232.152	-	3.844.332	543.599	-	73.670	935.893	7.991.465	935.893	11.681.274	12.121.797
Total de passivos financeiros	(11.984.178)	(1.679.107)	(338.227)	(499.742)	(152)	(7.833.648)	(686.990)	-	(2.279)	(491.414)	-	(530.416)	(18.623.520)	(40.857.334)
Instrumentos financeiros derivados	(113.876.000)	(413.813)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição financeira líquida de balanço	(18.464.600)	16.458.902	9.087.997	(267.589)	(152)	(3.989.317)	(143.391)	-	71.391	444.479	7.991.465	405.477	(6.942.246)	(28.735.537)

Os instrumentos financeiros derivados sobre o câmbio encontram-se a cobrir o risco cambial de operações futuras em moeda estrangeira.

Em 31 de Dezembro de 2012, uma desvalorização/valorização de 10% de todas as taxas de câmbio com referência ao euro, resultaria num impacto nos resultados do período de Euros 1.288.209 / (1.574.476), respectivamente (31 de Dezembro de 2011: Euros 32.321 / 1.914.862) e em capital de Euros 1.776.290 / (1.453.328) (31 de Dezembro de 2011: Euros (2.899.389) / 4.422.344), considerando o efeito das operações realizadas de cobertura cambial.

2.1.2 Risco de taxa de juro

Uma parte significativa do custo associado à dívida financeira contraída pelo Grupo está indexada a taxas de referência de curto prazo, revistas com uma periodicidade inferior a um ano (geralmente seis meses na dívida de médio longo prazo).

Deste modo, variações nas taxas de juro podem afectar os resultados do Grupo. Nos casos em que a Administração considera adequado, o Grupo recorre à utilização de instrumentos financeiros derivados, nomeadamente *swaps* e *collars* de taxa de juro para a gestão do risco de taxa de juro, tendo estes instrumentos como objectivo fixar a taxa de juro dos empréstimos que obtém, dentro de determinados parâmetros.

O subgrupo Secil, em finais de 2005, optou por contratar uma cobertura parcial do risco da taxa de juro através de uma estrutura de derivados que lhe fixa um valor máximo para os encargos financeiros relativos à dívida de longo prazo com reembolso escalonados.

A Semapa SGPS contratou, no exercício de 2009, três estruturas de *collars* de taxa de juro, com o objectivo de fixar uma banda de pagamento sobre os encargos financeiros relativos a dois empréstimos obrigacionistas expostos ao risco de flutuação das taxas de juro.

Relativamente à dívida alocada ao subgrupo ETSA optou-se por manter na totalidade em regime de taxa variável.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o desenvolvimento dos activos e passivos financeiros com exposição a risco de taxa de juro em função da maturidade ou data de refixação é apresentado no quadro seguinte:

Valores em Euros	Até 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	+ 5 anos	Total
A 31 de Dezembro de 2012						
Activos						
Correntes						
Caixa e equivalentes	413.676.080	-	-	-	-	413.676.080
Total de activos financeiros	413.676.080	-	-	-	-	413.676.080
Passivos						
Não correntes						
Passivos remunerados	293.050.000	114.400.000	598.259.873	659.334.508	16.632.698	1.681.677.079
Correntes						
Passivos remunerados	26.515.966	18.799.695	287.788.898	-	-	333.104.559
Total de passivos financeiros	319.565.966	133.199.695	886.048.771	659.334.508	16.632.698	2.014.781.638
Diferença	94.110.115	(133.199.695)	(886.048.771)	(659.334.508)	(16.632.698)	(1.601.105.557)
A 31 de Dezembro de 2011						
Activos						
Correntes						
Caixa e equivalentes	394.740.798	20.794.347	-	-	-	415.535.145
Total de activos financeiros	394.740.798	20.794.347	-	-	-	415.535.145
Passivos						
Não correntes						
Passivos remunerados	117.349.998	125.500.000	825.097.568	78.479.722	12.340.917	1.158.768.205
Correntes						
Passivos remunerados	13.678.531	17.088.716	221.223.815	-	-	251.991.062
Total de passivos financeiros	131.028.529	142.588.716	1.046.321.383	78.479.722	12.340.917	1.410.759.267
Diferença	263.712.269	(121.794.369)	(1.046.321.383)	(78.479.722)	(12.340.917)	(995.224.122)

A Semapa utiliza a técnica da análise de sensibilidade que mede as alterações estimadas nos resultados e capitais de um aumento ou diminuição imediata das taxas de juros de mercado, com todas as outras variáveis constantes. Esta análise é apenas para fins ilustrativos, já que na prática as taxas de mercado raramente se alteram isoladamente.

A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro do mercado afectam rendimentos ou despesas de juros de instrumentos financeiros variáveis;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afectam os rendimentos ou despesas de juros em relação a instrumentos financeiros com taxas de juro fixas se estes estiverem reconhecidos a justo valor;

- Alterações nas taxas de juro de mercado afectam o justo valor de instrumentos financeiros derivados e outros activos e passivos financeiros;
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e outros activos e passivos financeiros são estimados descontando os fluxos de caixa futuros de valores actuais líquidos, utilizando taxas de mercado do final do ano.

Sob estes pressupostos, um aumento de 0.5% em taxas de juro de mercado para todas as moedas às quais o Grupo tem empréstimos ou instrumentos financeiros derivados a 31 de Dezembro de 2012 resultaria numa diminuição do lucro antes de imposto de aproximadamente Euros 5.279.018 (2011: Euros 6.595.659) e num aumento de capital de Euros 4.102.355 (2011: Euros 5.289.656) antes de imposto.

2.1.3 Risco de crédito

O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afectem as economias locais, pode resultar na incapacidade dos clientes em saldar os seus compromissos decorrentes da venda de produtos.

O seguro de crédito tem sido um dos instrumentos adoptados pelo Grupo Semapa para minorar os impactos negativos deste tipo de risco.

As vendas que não estão abrangidas por um seguro de crédito estão sujeitas a regras que asseguram que estas são efectuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado e que se encontram dentro dos limites da exposição dos saldos máximos pré-definidos e aprovados para cada cliente.

O grupo realiza, no âmbito da sua actividade, renegociações periódicas de saldos a receber de acordo com a sua política de gestão de risco.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os saldos a receber de clientes apresentava a seguinte estrutura de antiguidade, considerando como referência a data de vencimento dos valores em aberto:

Valores em Euros	Papel	Cimento	Ambiente	Total	
				31-12-2012	31-12-2011
valores não vencidos	159.295.244	26.420.223	3.513.951	189.229.417	203.917.471
de 1 a 90 dias	22.384.791	16.404.053	4.351.812	43.140.656	42.005.227
de 91 a 180 dias	79.522	5.100.074	4.724.136	9.903.732	4.256.861
de 181 a 360 dias	239.145	2.956.883	312.216	3.508.245	2.078.742
de 361 a 540 dias	182.355	2.157.495	268.304	2.608.153	837.896
de 541 a 720 dias	322.391	1.296.737	130.414	1.749.542	771.380
a mais de 721 dias	213.617	9.826.447	482.600	10.522.663	6.142.633
	182.717.065	64.161.911	13.783.433	260.662.408	260.010.210
Em contencioso de cobrança	1.566.293	8.891.210	-	10.457.503	6.174.601
Imparidades (Nota 22)	(805.367)	(22.204.196)	(482.600)	(23.492.162)	(14.941.676)
Saldo de clientes (nota 24)	183.477.991	50.848.926	13.300.833	247.627.749	251.243.135

Os valores apresentados correspondem aos valores em aberto, face aos prazos de vencimento contratados. Apesar de existirem atrasos na liquidação de alguns valores face a esses prazos, tal não resulta na identificação de situações de imparidade para além das consideradas através das correspondentes perdas.

Estas são apuradas atendendo à informação regularmente reunida sobre o comportamento financeiro dos clientes do grupo, que permite, em conjugação com a experiência reunida na análise da carteira e em conjugação com os sinistros de crédito que se verifiquem, na parte não atribuível à seguradora, definir o valor das perdas a reconhecer no período.

O facto de existirem garantias para uma parte significativa dos saldos em aberto e com antiguidade justifica o facto de não se ter registado qualquer perda por imparidade nesses saldos.

A qualidade de risco de crédito do Grupo, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, face a Activos financeiros (Caixa e equivalentes e Instrumentos financeiros derivados) cujas contrapartes sejam instituições financeiras, detalha-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011
AA-	80.116	-
A+	1.268.856	1.001.139
A	2.383.080	76.812.011
A-	59.177	95.616
BBB+	19.893	60.029.703
BBB	434.383	-
BBB-	527.905	58.834.855
BB+	92.668	55.107.112
BB	238.043.720	141.395.115
BB-	98.596.017	55.818
B+	15.475.625	-
Outros	57.434.872	22.203.778
	414.416.312	415.535.146

A rubrica Outros diz essencialmente respeito a aplicações de tesouraria em instituições financeiras em Angola relativamente às quais não foi possível obter a notação de *rating* com referência às datas apresentadas,

A análise de antiguidade de saldos devedores que já se encontram vencidos é a seguinte:

Valores em Euros	31-12-2012		31-12-2011	
	Valor bruto	JV Garantias	Valor bruto	JV Garantias
Saldos devedores vencidos não considerados em imparidades				
Vencidos há menos de 3 meses	43.068.504	19.728.163	41.640.212	18.466.379
Vencidos há mais de 3 meses	14.635.081	1.002.266	5.874.359	274.373
	57.703.585	20.730.429	47.514.571	18.740.752
Saldos devedores considerados em imparidades				
Vencidos há menos de 3 meses	152.443	-	365.015	-
Vencidos há mais de 3 meses	23.149.989	482.600	14.331.808	-
	23.302.432	482.600	14.696.823	-

De referir, conforme descrito anteriormente que o Grupo adoptou uma política de seguro de crédito para a generalidade de saldos a receber de clientes e tem como prática a selecção de entidades financeiras, para contrapartes nas suas transacções, que apresentem *ratings* financeiros bastante sólidos.

Desta forma é convicção do Grupo que a exposição efectiva ao risco de crédito se encontra mitigada a níveis aceitáveis.

A exposição máxima ao risco de crédito no Balanço em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, detalha-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011
Correntes		
Valores a receber correntes	276.048.188	299.210.475
Instrumentos financeiros derivados (Nota 34)	1.096.619	802.997
Caixa e seus equivalentes	413.319.694	415.535.146
	690.464.501	715.548.618
Exposição ao Risco de crédito fora de balanço		
Garantias prestadas (Nota 40)	54.995.347	52.168.377
	54.995.347	52.168.377

2.1.4 Risco de liquidez

O Grupo gere o risco de liquidez por duas vias: garantindo que a sua dívida financeira tem uma componente elevada de médio e longo prazo com maturidades adequadas às características das indústrias onde exerce a sua actividade, e através da contratação com instituições financeiras de facilidades de crédito disponíveis a todo o momento, por um montante que garanta uma liquidez adequada.

A liquidez dos passivos financeiros contratados e remunerados originará os seguintes fluxos monetários não descontados, incluindo juros, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual à data do balanço:

Valores em Euros	-1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	+ de 5 anos	Total
A 31 de Dezembro de 2012						
Passivos						
Passivo remunerado						
Empréstimos por obrigações	539.220	11.722.467	218.469.782	872.187.714	-	1.102.919.183
Papel comercial	294.593	546.693	128.812.856	261.531.748	-	391.185.890
Empréstimos bancários	9.622.433	14.179.062	131.205.425	405.699.147	88.916.681	649.622.748
Credores de locação financeira	85.189	171.097	1.059.191	4.028.987	150.712	5.495.176
Outros empréstimos	-	-	16.085.288	8.741.551	-	24.826.839
Instrumentos financeiros derivados	-	-	753.210	26.273.989	-	27.027.199
Valores a pagar e outros passivos	134.948.218	13.018.943	139.986.072	13.863.060	-	301.816.293
Total passivos	145.489.653	39.638.262	636.371.823	1.592.326.195	89.067.393	2.502.893.327
A 31 de Dezembro de 2011						
Passivos						
Passivo remunerado						
Empréstimos por obrigações	887.289	2.036.267	171.109.628	689.322.381	-	863.355.565
Papel comercial	183.612	432.711	5.489.441	140.572.336	6.630.000	153.308.100
Empréstimos bancários	11.564.690	13.332.830	76.488.267	298.538.849	101.595.183	501.519.819
Credores de locação financeira	68.863	101.535	616.775	1.603.920	657.236	3.048.329
Outros empréstimos	-	125.000	10.375.000	-	-	10.500.000
Instrumentos financeiros derivados	2.549.919	-	2.575.219	11.454.239	207.017	16.786.394
Valores a pagar e outros passivos	174.866.520	68.971.396	53.745.725	19.111.746	-	316.695.387
Total passivos	190.120.893	84.999.739	320.400.055	1.160.603.471	109.089.436	1.865.213.594

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os créditos bancários concedidos e não sacados, ascendiam a Euros 318.903.646 e Euros 332.924.686 respectivamente.

2.1.5 Risco de preço

O Grupo, fruto dos seus investimentos no Banco Espírito Santo e EDP - Energias de Portugal, tem exposição ao risco de flutuação do preço de acções.

2.2 Factores de risco operacional

2.2.1 Riscos associados ao segmento da Pasta e do Papel

Riscos associados ao sector florestal

O Grupo Portucel assegura a gestão de um património florestal de cerca de 120 mil hectares, de Norte a Sul do País e regiões autónomas, de acordo com os princípios expressos na sua Política Florestal. O eucalipto ocupa 72% desta área, designadamente o *Eucalyptus globulus*, a espécie considerada mundialmente como a espécie com a fibra ideal para papéis de alta qualidade.

O principal factor de ameaça da competitividade da fileira florestal do eucalipto reside na baixa produtividade da floresta portuguesa e na procura mundial de produtos certificados, sendo que apenas uma reduzidíssima parte da floresta está certificada, sendo de prever que esta pressão concorrencial se mantenha no futuro. Refira-se a título de exemplo que a área florestal gerida pelo Grupo Portucel embora represente menos de 3,6% da área da floresta portuguesa representa todavia 55% de toda a área certificada de acordo com as normas PEFC e de 43% de toda a área certificada de acordo com as normas FSC.

A este nível os principais riscos associados ao sector são o risco associado à capacidade produtiva das explorações e o risco de incêndios. Como forma de maximizar a capacidade produtiva das áreas que explora, o Grupo Portucel desenvolveu e utiliza modelos de Gestão Florestal que contribuem para a manutenção e melhoria contínua das funções económicas, ecológicas e sociais dos espaços florestais, quer ao nível do povoamento, quer à escala da paisagem florestal, e que, nomeadamente:

- i. Incrementam a produtividade florestal das suas plantações, através da utilização das melhores práticas silvícolas adaptadas às condições locais e compatíveis com o ambiente e necessidade de assegurar níveis de biodiversidade.
- ii. Estabelecem e melhoram a rede de infra-estruturas dos espaços florestais em conformidade com as acessibilidades necessárias à gestão, compatibilizando-as com as medidas de protecção da floresta contra incêndios.
- iii. Asseguram o cumprimento das funções do ciclo da água promovendo, sempre que possível, a reabilitação e protecção qualitativa dos recursos hídricos.

O Grupo Portucel conta ainda com um instituto de investigação, o RAÍZ, que desenvolve a sua actividade em 3 linhas principais: Investigação Aplicada, Consultoria e Formação. Na área da investigação florestal, o RAÍZ procura:

- i. Aumentar a produtividade da floresta de eucalipto
- ii. Melhorar a qualidade da fibra produzida
- iii. Implementar uma gestão florestal sustentada do ponto de vista económico, ambiental e social
- iv. Diminuir o custo da madeira

No que diz respeito ao risco de incêndios, a forma de gestão das suas explorações constitui a primeira linha de mitigação deste risco. A maioria do património florestal do Grupo Portucel está certificada pelo FSC (Forest Stewardship Council) e pelo PEFC (Programme for the Endorsement of Forest Certification schemes), o que garante que as florestas da Empresa são geridas de forma responsável do ponto de vista ambiental, económico e social, e obedecendo a critérios rigorosos e internacionalmente reconhecidos.

De entre as diversas medidas de gestão com as quais se comprometeu, o escrupuloso cumprimento das regras de biodiversidade e a construção e manutenção de caminhos e vias de acesso a cada uma das áreas em exploração assumem particular relevância na mitigação do risco de incêndio.

Para além disso, o Grupo Portucel participa no agrupamento Afocelca – um agrupamento complementar de empresas do Grupo Portucel e do grupo Altri que, com uma estrutura especializada, tem por missão apoiar o combate aos incêndios florestais nas propriedades das empresas agrupadas, em estrita coordenação e colaboração com a Autoridade Nacional de Protecção Civil – ANPC. Este agrupamento gere um orçamento anual de cerca de Euros 2,3 milhões, tendo criado uma estrutura eficiente e flexível, que desenvolve práticas destinadas à redução dos custos de protecção e a minimizar os prejuízos que os incêndios florestais representam para as empresas do ACE, detentoras de mais de 225 mil hectares de floresta em Portugal.

Riscos associados à produção e comercialização de pasta branqueada de eucalipto BEKP (Bleached Eucalyptus Kraft Pulp) e de papel UWF (papéis finos de impressão e escrita não revestidos)

Abastecimento de matérias-primas

O aprovisionamento de madeiras, nomeadamente de eucalipto, está sujeito a variações de preço e a eventuais dificuldades de abastecimento de matérias-primas que poderão ter um impacto significativo nos custos de produção das empresas produtoras de BEKP.

A realização de novas plantações florestais de pinhal e eucaliptal está sujeita à autorização das entidades competentes, pelo que o aumento das áreas florestadas ou a substituição de algumas das actuais áreas estão dependentes da decisão dos proprietários florestais, que se estimam em cerca de 400.000, dos normativos aplicáveis e da celeridade das entidades competentes. Em caso de insuficiência da produção nacional, em quantidade e em qualidade, nomeadamente em termos de madeira certificada, o Grupo poderá ter de aumentar as quantidades de madeira importadas.

Relativamente à importação de madeiras, existe um risco subjacente ao transporte marítimo desde a origem até aos portos que abastecem as fábricas do Grupo Portucel. Esse risco é mitigado por via das condições de compra acordadas com os fornecedores, em que a posse da matéria-prima se transfere no porto de chegada, sendo complementarmente feito um seguro para cobrir eventuais perdas decorrentes de quebras de abastecimento no caso de algum acidente em qualquer destes transportes comprometer o abastecimento de madeira nas fábricas.

As fábricas do Grupo Portucel procuram maximizar o valor acrescentado dos seus produtos, nomeadamente através da crescente integração de madeira certificada nesses produtos.

A reduzida expressão desta madeira para além das matas geridas directamente pelo Grupo Portucel tem significado uma escassez de oferta, a que o este tem respondido com um aumento do preço oferecido por esta madeira, comparativamente à madeira originária de matas não certificadas.

Tendo presente o Valor Acrescentado Nacional quase sem paralelo na economia portuguesa, nas componentes directa e indirecta, da fileira florestal do eucalipto, assim como o montante de exportações e o volume de emprego criado e a procura crescente de material lenhoso de eucalipto, dificilmente satisfeita pela floresta nacional, o Grupo Portucel vem sensibilizando o Governo e a opinião pública para a necessidade de garantir que, enquanto não aumentar significativamente a oferta interna deste tipo de material lenhoso em condições economicamente viáveis, a utilização de biomassa para fins energéticos não prevaleça sobre a utilização de madeira de eucalipto para a produção de bens transaccionáveis.

Em 31 de Dezembro de 2012, um agravamento de Euros 5 no custo do m³ de madeira de eucalipto consumida na produção de BEKP teria representado um impacto nos resultados do Grupo Portucel de cerca de Euros 20.000.000.

O processo produtivo é dependente do abastecimento constante de energia eléctrica e vapor. Para tal, o Grupo Portucel dispõe de diversas unidades de Cogeração, que asseguram este abastecimento, tendo sido previstas redundâncias entre as diversas unidades geradoras por forma a mitigar o risco de eventuais paragens não planeadas dessas unidades nas fábricas de pasta e papel.

Preço de mercado da BEKP e do papel UWF

O aumento das várias situações de concorrência, influenciada por desequilíbrios na oferta ou na procura, nos mercados de BEKP e de papel UWF pode ter um impacto significativo nos preços e consequentemente na rentabilidade do Grupo. Os preços de mercado da BEKP e do papel UWF são formados no mercado mundial em regime de concorrência global e influenciam de forma determinante as receitas do Grupo e a sua rentabilidade. As variações dos preços quer da BEKP quer do papel UWF resultam, essencialmente, de alterações da oferta e da procura mundiais e da situação económica e financeira de cada um dos diferentes agentes intervenientes nestes mercados (produtores, traders, distribuidores, clientes finais, etc.) a nível mundial, que provocam diferentes e sucessivos níveis de preços de equilíbrio, aumentando a volatilidade do mercado global.

Os mercados de BEKP e de papel são altamente competitivos, pelo que, na actual conjuntura, variações significativas na capacidade de produção instalada poderão ter um impacto expressivo nos preços praticados a nível mundial. Estes factores têm incentivado o Grupo Portucel a prosseguir a estratégia de marketing e branding delineada e a realizar investimentos significativos para melhorar a produtividade e produzir produtos de elevada qualidade.

Em 31 de Dezembro de 2012, uma degradação de 10% no preço por tonelada de BEKP e de 5% no preço por tonelada de papel UWF vendidos pelo Grupo no período teria representado um impacto nos seus resultados de cerca de Euros 12.000.000 e Euros 60.000.000, respectivamente.

Procura dos produtos do Grupo

Sem prejuízo do que se refere relativamente à concentração das carteiras de clientes do Grupo, uma eventual diminuição da procura de BEKP e de papel UWF nos mercados da União Europeia e dos Estados Unidos poderá ter um impacto significativo nas vendas do Grupo Portucel. A procura de BEKP produzida pelo Grupo depende também da evolução da capacidade instalada para produção de papel a nível mundial, dado que os principais clientes de BEKP do Grupo são produtores de papel.

A procura de papel de impressão e escrita tem estado, historicamente, relacionada com factores macroeconómicos e com o crescente uso de material de cópia e impressão. Uma quebra da economia, a nível mundial, poderá provocar um abrandamento ou decréscimo da procura do papel de impressão e escrita e por essa via afectar o desempenho do Grupo Portucel. As preferências dos consumidores podem ter um impacto na procura global do papel ou de certos tipos em particular, tais como na procura de produtos reciclados ou produtos com fibra virgem certificada.

Relativamente a esta matéria, e no caso concreto do papel UWF, o Grupo Portucel crê que a estratégia de marketing e branding que tem vindo a seguir, associada aos investimentos significativos efectuados para melhorar a produtividade e produzir produtos de elevada qualidade, lhe permitem colocar os seus produtos em segmentos de mercado menos sensíveis a variações de procura, permitindo uma menor exposição a este risco.

Concorrência

O aumento da concorrência nos mercados da pasta e papel pode ter um impacto significativo nos preços e consequentemente na rentabilidade do Grupo Portucel. Os mercados de pasta e papel são altamente competitivos, pelo que a ocorrência de novas capacidades poderá ter um impacto relevante nos preços praticados a nível mundial.

Os produtores oriundos do hemisfério sul (nomeadamente do Brasil, Chile, Uruguai e da Indonésia), com custos de produção significativamente mais baixos, têm vindo a ganhar peso no mercado, deteriorando o posicionamento competitivo dos produtores europeus de pasta para mercado. Estes factores têm obrigado o Grupo a realizar investimentos significativos de modo a manter os seus custos competitivos e a produzir produtos de elevada qualidade, sendo de prever que esta pressão concorrencial se mantenha no futuro.

O Grupo Portucel vende a quase totalidade do papel que produz na Europa, detendo quotas de mercado particularmente expressivas nos países da Europa do Sul e quotas de mercado relevantes nos outros principais mercados europeus, assim como uma presença importante nos EUA.

O aumento, em 2010, de capacidade produtiva de papel, em 500 mil toneladas por ano, resultante da entrada em funcionamento da nova fábrica de papel no complexo fabril de Setúbal e de eventuais investimentos que o Grupo Portucel faça nesta área poderá condicionar a capacidade de distribuição e os preços de venda, factores inerentes à entrada em novos mercados.

Concentração da carteira de clientes

Em 31 de Dezembro de 2012, os 10 principais grupos de clientes de BEKP do Grupo representavam 14% da produção de BEKP do período e 79% das vendas externas de BEKP. Esta assimetria resulta da estratégia seguida pelo Grupo de crescente integração da BEKP que produz nos papéis UWF que produz e comercializa. Desta forma, o Grupo crê existir pouca exposição a riscos de concentração de clientes na comercialização de BEKP.

Em 31 de Dezembro de 2012, os 10 principais grupos de clientes de papéis UWF do Grupo representavam 60% das vendas daquele produto no período. Também relativamente aos papéis UWF, o Grupo segue uma estratégia de mitigação do risco de concentração da sua carteira de clientes. O Grupo comercializa papeis UWF para mais de 110 países, permitindo assim uma dispersão do risco de concentração das vendas num reduzido número de mercados e/ou clientes."

Riscos associados à produção de energia

A energia é uma actividade com importância crescente no Grupo, que permite a utilização da biomassa gerada na produção de BEKP pelo Grupo, possibilitando ainda o abastecimento em regime de cogeração de energia térmica e eléctrica para as fábricas de BEKP e de papeis UWF.

Atendendo à crescente integração das unidades fabris do Grupo na produção de BEKP e de papeis UWF e como forma de potenciar a utilização da biomassa disponibilizada pela fileira florestal, foram construídas pelo Grupo novas unidades de produção dedicada de energia eléctrica a partir de biomassa. Estas unidades apresentam-se como complementos às já existentes e, juntamente com as centrais de cogeração a gás natural, permitem ao Grupo criar diversas unidades redundantes, que mitigam o risco de quebra no abastecimento de energia às unidades fabris que detém.

Neste sector, o principal risco prende-se com o abastecimento de matéria-prima, e em concreto, a biomassa. O Grupo foi pioneiro e tem vindo a desenvolver um mercado de comercialização de biomassa, para abastecimento das centrais energéticas que possui. O desenvolvimento deste mercado numa fase anterior à do arranque das novas unidades de produção de energia permitiu-lhe assegurar uma rede de abastecimento de matéria-prima obtida de forma sustentável, que poderá vir a utilizar no futuro. Conforme se referiu anteriormente, o Grupo vem sensibilizando o Governo e a opinião pública para a necessidade de garantir que a biomassa seja encarada de

forma sustentável, evitando a utilização de madeira de eucalipto para biomassa com suporte a incentivos distorcendo o mercado da madeira, em detrimento da sua utilização para a produção de bens transaccionáveis. Os incentivos existentes à data em Portugal só contemplam a utilização de biomassa florestal residual (BFR) e não a utilização de madeira para a produção de energia eléctrica.

Para além disso, e apesar das disposições legais (Decreto-Lei 23/2010 e Portaria 140/2012) que permitem antever a estabilidade tarifária no futuro próximo, existe um risco de que a alteração das tarifas de venda de energia sejam, eventualmente penalizantes para os produtos. A procura constante pela optimização dos custos de produção e pela eficiência das unidades geradoras são a forma pela qual o Grupo procura mitigar este risco.

Outros riscos associados ao segmento da Pasta e do Papel

O Grupo Portucel exporta cerca de 95% da sua produção de pasta e papel pelo que os custos de transporte e logística são materialmente relevantes. Um cenário de subida continuada dos custos de transporte poderá ter um impacto significativo no Grupo Portucel. A actividade do Grupo Portucel encontra-se exposta aos riscos relacionados com incêndios florestais, nomeadamente:

- i. a destruição de stocks actuais e futuros de madeira próprios e de terceiros;
- ii. os custos acrescidos de exploração florestal e posterior preparação dos terrenos para plantação.

2.2.2 Riscos associados ao segmento do Cimento e derivados

Abastecimento de matérias-primas

No que se refere ao segmento do Cimento e Derivados, as principais matérias-primas do processo de fabrico do cimento são os calcários e as margas ou argilas, cuja extracção é efectuada em pedreiras próprias, localizadas no perímetro fabril, dispondo o Grupo de reservas que asseguram a exploração sustentada nos próximos anos.

Preço de venda

Uma vez que o segmento dos Cimentos e Derivados desenvolve a sua actividade em mercados geograficamente diversos, os preços praticados, dependem essencialmente, da conjuntura económica de cada país.

No caso do mercado tunisino, contrariamente ao que constava no caderno de encargos do processo de privatização da indústria cimenteira daquele país, os preços do cimento não foram até hoje liberalizados sendo objecto de regulação por parte das entidades governamentais.

Procura dos produtos do Grupo

O volume de negócios do segmento dos Cimentos e Derivados deriva do nível de actividade no sector da construção em cada um dos mercados geográficos em que opera. O sector da construção tende a ser cíclico, especialmente em economias maduras, e depende do nível de construção residencial e comercial, bem como do nível de investimentos em infra-estruturas.

O sector da construção é sensível a factores como as taxas de juro e uma quebra da actividade económica numa dada economia pode conduzir a uma recessão neste sector.

Apesar do Grupo considerar que a sua diversificação geográfica é a melhor forma de conseguir a estabilização dos seus resultados, a sua actividade, situação financeira e resultados operacionais podem ser negativamente afectados por uma quebra do sector da construção em qualquer mercado significativo em que opere.

Nos mercados maduros a procura de cimento e outros materiais de construção tende a ser bastante regular ao longo do ano, embora situações de forte pluviosidade ou neve tenham um efeito negativo na actividade. A procura dos produtos deste segmento está, em geral, alinhada com esse padrão de comportamento.

Concorrência

As empresas do segmento dos Cimentos e Derivados desenvolvem a sua actividade num ambiente competitivo forte. No caso do mercado português, na actual conjuntura, eventuais excessos de capacidade dos operadores

nacionais em conjugação com importações provenientes do mercado espanhol, que se encontra em forte queda, poderá afectar a performance nesse segmento

2.2.3 Riscos associados ao segmento do Ambiente

Abastecimento de matérias-primas

O abastecimento de matéria-prima para o segmento do Ambiente, desenvolvido pelo subgrupo ETSA, está condicionado à disponibilidade de cadáveres animais e de resíduos da indústria agro-alimentar, em particular nos matadouros e nos centros de abate de animais. Este mercado é relativamente vulnerável à degradação da situação económica, assim como à consequente alteração de hábitos de consumo e a facilidade de substituição entre produtos alimentares, que poderão limitar a actividade deste subgrupo.

Preço de venda

Dada a natureza do seu negócio, o subgrupo ETSA está exposto ao risco de volatilidade dos preços das *soft commodities* nos mercados internacionais (cereais e subprodutos de cereais), uma vez que estas são substitutas da gama de alguns dos produtos comercializados pelo subgrupo ETSA.

Neste contexto, os preços de venda de alguns produtos deste subgrupo estão correlacionados com a evolução das cotações das *soft commodities* nos mercados internacionais, o que constitui um factor de risco adicional à actividade desenvolvida.

Procura dos produtos do Grupo

A diminuição da procura ou a redução do nível de actividade de empresas das indústrias de rações de animais, de explorações agrícolas com criação de gado, de *petfood* e de biodiesel poderá ter um impacto significativo no volume de negócios do subgrupo ETSA.

Concorrência

O subgrupo ETSA desenvolve a sua actividade num mercado onde concorre com outras empresas que operam no sector da recolha e valorização de subprodutos de origem animal e com outras empresas que tem como actividade a produção de bens substitutos dos produtos do subgrupo ETSA, como são exemplo as indústrias de produção de rações e de óleos alimentares. Neste enquadramento, o eventual aumento ou diminuição da concorrência não deixará de se reflectir nos níveis de rentabilidade do subgrupo.

2.2.4 Riscos associados ao Grupo em geral

Legislação ambiental

Nos últimos anos, a legislação da União Europeia em matéria ambiental tem vindo a tornar-se mais limitativa no que respeita ao controlo dos efluentes. As empresas do Grupo respeitam a legislação em vigor. Embora não se preveja, num futuro próximo, alterações significativas à actual legislação, se tal se vier a verificar existe a possibilidade do Grupo necessitar de realizar investimentos adicionais nesta área, de modo a cumprir com eventuais alterações nos limites e regras ambientais que venham a ser aprovados.

À data, as alterações legislativas que se conhecem prendem-se com a previsível evolução de emissão do CO₂ a partir do final da actual fase do Programa Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão, PNALE II, terminando o regime de atribuição gratuita de licenças de emissão.

Esta alteração trará custos acrescidos para a indústria transformadora em geral e para as de pasta e papel e cimento em particular, sem que exista uma compensação pela absorção de CO₂ que, anualmente, as florestas permitem.

Por forma a mitigar o impacto desta alteração, desde há muito que o Grupo empreendeu uma série de investimentos de natureza ambiental que, entre outras vantagens, tem permitido a redução continuada da emissão de CO₂, apesar de, durante os últimos anos, se ter verificado um continuado aumento dos volumes de produção.

Por outro lado, cumprindo com o Dec.Lei 147/2008 de 29 de Junho, que transpôs para o normativo Nacional a Directiva 2004/35/CE, o Grupo assegurou os seguros ambientais exigidos por aquele normativo, garantindo o cumprimento dos regulamentos em vigor e mitigando os riscos de natureza ambiental a que se encontra exposto.

Recursos humanos

A capacidade de o Grupo implementar com sucesso as estratégias delineadas depende da sua capacidade em recrutar e manter os colaboradores mais qualificados e competentes para cada função. Apesar da política de recursos humanos do Grupo estar orientada para atingir estes objectivos, não é possível garantir que no futuro não existam limitações nesta área.

Outros riscos

As unidades fabris do Grupo estão sujeitas aos riscos inerentes a qualquer actividade económica industrial, como é o caso de acidentes, avarias ou catástrofes naturais que possam originar prejuízos nos activos do Grupo ou interrupções temporárias no processo produtivo.

Da mesma forma estes riscos podem afectar os principais clientes e fornecedores do Grupo, o que teria um impacto significativo nos níveis de rentabilidade, caso não fosse possível encontrar clientes substitutos de forma a garantir os níveis de vendas ou fornecedores que possibilitassem manter a mesma estrutura de custos.

2.2.5 Custos de contexto

Continua a merecer especial atenção a situação de ineficiência da economia portuguesa afectando negativamente a capacidade concorrencial do Grupo, essencialmente nos seguintes domínios:

- i. Portos e caminhos-de-ferro;
- ii. Vias de comunicação rodoviárias, em especial nos acessos às fábricas do Grupo;
- iii. Ordenamento do território e incêndios florestais;
- iv. Fraca produtividade das florestas nacionais;
- v. Falta de certificação da esmagadora maioria da floresta nacional.

3. Estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas exige que a gestão do Grupo efectue julgamentos e estimativas que afectam os montantes de proveitos, custos, activos, passivos e divulgações à data do balanço.

Estas estimativas são determinadas pelos julgamentos da gestão do Grupo, baseados: (i) na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e em alguns casos em relatos de peritos independentes e (ii) nas acções que o Grupo considera poder vir a desenvolver no futuro. Todavia, na data de concretização das operações, os seus resultados poderão ser diferentes destas estimativas.

As estimativas e as premissas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos activos e passivos no exercício seguinte são apresentadas abaixo:

3.1 Imparidade do Goodwill

O Grupo testa anualmente, para efeitos de análise de imparidade do Goodwill, que regista no seu Balanço, de acordo com a política contabilística indicada na Nota 1.10. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa são determinados com base no cálculo de valores de uso. Esses cálculos exigem o uso de estimativas (Nota 15).

3.2 Imposto sobre o Rendimento

O Grupo reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam resultar de revisões pelas autoridades fiscais. Quando o resultado final destas situações é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento e nas provisões para impostos, no período em que tais diferenças se constatarem.

Em Portugal, as declarações anuais de rendimentos estão sujeitas a revisão e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos. Contudo, no caso de serem apresentados prejuízos fiscais estes podem ser sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais por um período de 6 anos. Noutros países em que o Grupo desenvolve a sua actividade estes prazos são diferentes, em regra superiores.

O Conselho de Administração entende que eventuais correcções àquelas declarações em resultado de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais não terão efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2012, sendo certo que já foram revistos os exercícios até 2010, inclusivé e se encontra em curso a inspecção ao ano de 2010 da declaração do Grupo fiscal liderado pela Semapa (Nota 11).

3.3 Pressupostos actuariais

As responsabilidades referentes a planos de benefícios a empregados com benefícios definidos são calculadas com base em determinados pressupostos actuariais (Nota 29). Alterações nestes pressupostos podem ter um impacto relevante naquelas responsabilidades.

3.4 Justo valor dos activos biológicos

Na determinação do justo valor dos activos biológicos é utilizado o método do valor presente de fluxos de caixa descontados, no qual se consideram pressupostos correspondentes à natureza dos activos em avaliação (Nota 1.11). Alterações nestes pressupostos podem implicar valorizações/desvalorizações destes activos.

Em 31 de Dezembro de 2012, um agravamento de 0,5% na taxa de desconto utilizada de 7%, implicaria uma desvalorização deste activo em Euros 3.800.000.

3.5 Reconhecimento de provisões e ajustamentos

O Grupo é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efectua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências. Os ajustamentos para contas a receber são calculados essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos.

4. Relato por segmentos

A informação por segmentos é apresentada em relação aos segmentos operacionais identificados nomeadamente Pasta e Papel, Cimento e Derivados, Ambiente e Holdings. Os resultados, activos e passivos de cada segmento correspondem àqueles que lhe são directamente atribuíveis, assim como os que numa base razoável lhes podem ser atribuídos.

Segmentos de negócio

A informação financeira por segmentos de negócio, do exercício de 2012, analisa-se como segue:

Valores em Euros	Pasta e Papel	Cimento e Derivados	Ambiente	Holdings	Consolidado
RESULTADOS					
Réditos	1.501.615.139	415.342.689	35.630.090	-	1.952.587.918
Resultados operacionais	270.922.749	(181.810)	5.191.749	28.549.586	304.482.274
Resultados financeiros líquidos	(16.298.360)	(12.802.951)	(1.602.969)	(33.321.184)	(64.025.464)
Apropriação de resultados de empresas associadas	605.926	396.766	-	-	1.002.692
Imposto sobre o rendimento	(63.371.778)	(7.220.960)	(486.513)	179.636	(70.899.615)
Resultados actividades ordinárias	191.858.537	(19.808.955)	3.102.267	(4.591.962)	170.559.887
Interesses não controlados	(39.103.910)	(4.752.782)	(187.107)	-	(44.043.799)
Resultado líquido do exercício	152.754.627	(24.561.737)	2.915.160	(4.591.962)	126.516.088
OUTRAS INFORMAÇÕES					
Total dos Activos segmentais	2.688.368.444	1.321.339.890	97.652.792	120.599.016	4.227.960.142
Investimentos em Associadas	1.790.832	3.707.565	-	-	5.498.397
Total de Passivos segmentais	1.351.832.626	686.362.597	41.985.910	1.016.639.093	3.096.820.226
Depreciações, amortizações e perdas por imparidade	129.445.461	67.241.117	2.828.075	298.067	199.812.720
Provisões líquidas	(14.950.106)	(481.961)	963.518	4.960.000	(9.508.549)
Dispêndios em capital fixo	36.651.846	53.128.883	5.048.983	107.793	94.937.505

A informação financeira por segmentos de negócio, do exercício de 2011, analisa-se como segue:

Valores em Euros	Pasta e Papel	Cimento e Derivados	Ambiente	Holdings	Consolidado
RESULTADOS					
Réditos	1.487.884.293	258.520.769	33.238.017	101.452	1.779.744.531
Resultados operacionais	250.884.913	27.117.013	4.618.693	(19.482.638)	263.137.981
Resultados financeiros líquidos	(16.346.454)	(3.012.032)	(1.020.536)	(18.069.268)	(38.448.290)
Apropriação de resultados de empresas associadas	593.751	494.605	-	-	1.088.356
Imposto sobre o rendimento	(49.629.154)	(7.464.807)	(678.634)	1.139.894	(56.632.701)
Resultados actividades ordinárias	185.503.056	17.134.779	2.919.523	(36.412.012)	169.145.346
Interesses não controlados	(41.515.245)	(3.361.217)	(107.084)	-	(44.983.546)
Resultado líquido do exercício	143.987.811	13.773.562	2.812.439	(36.412.012)	124.161.800
OUTRAS INFORMAÇÕES					
Total dos Activos segmentais	2.799.117.934	539.496.924	92.154.046	354.787.668	3.785.556.572
Investimentos em Associadas	1.778.657	2.145.762	-	-	3.924.419
Total de Passivos segmentais	1.445.936.948	250.184.383	39.589.432	667.825.922	2.403.536.685
Depreciações, amortizações e perdas por imparidade	139.798.954	22.945.070	2.379.642	330.793	165.454.459
Provisões líquidas	(5.610.786)	2.059.682	1.133.208	1.100.000	(1.317.896)
Dispêndios em capital fixo	53.796.552	31.727.273	7.815.136	749.696	94.088.657

Segmentos geográficos

2012	Pasta e Papel	Cimentos e derivados	Ambiente	Total
Vendas e prestações de serviços:				
Portugal	228.541.231	166.523.281	25.355.619	420.420.131
Resto da Europa	935.383.128	1.634.034	9.947.050	946.964.212
América	171.427.592	23.061.145	-	194.488.737
África	-	87.088.373	327.421	87.415.794
Ásia	-	76.698.079	-	76.698.079
Overseas	166.263.187	60.337.778	-	226.600.965
	1.501.615.138	415.342.690	35.630.090	1.952.587.918

2011	Pasta e Papel	Cimentos e derivados	Ambiente	Total
Vendas e prestações de serviços:				
Portugal	237.138.473	139.842.644	26.455.689	403.436.806
Resto da Europa	789.882.533	1.204.184	6.488.820	797.575.537
América	128.102.141	-	-	128.102.141
África	-	50.130.576	293.508	50.424.084
Ásia	-	41.136.208	-	41.136.208
Overseas	332.761.146	26.207.156	-	358.968.302
	1.487.884.293	258.520.768	33.238.017	1.779.643.078

Salienta-se que o segmento de Cimentos e Derivados, no exercício de 2012, encontra-se consolidado pelo método proporcional (51%) no período de Janeiro a Março e integralmente no período de Abril a Dezembro (exercício de 2011: consolidado pelo método proporcional - 51%) (Nota 1.2).

Adicionalmente, os réditos das holdings são integralmente realizados em Portugal.

5. Outros proveitos

No exercício de 2012 e 2011, a rubrica Outros proveitos operacionais decompõe-se como segue:

Valores em Euros	2012	2011
Subsídios - Licenças de emissão CO2	21.927.146	28.633.212
Reversão de imparidades (Nota 22)	5.737.059	1.276.312
Alienação de licenças de emissão	8.989.412	7.281.457
Proveitos suplementares	6.269.027	604.754
Ganhos na alienação de activos não correntes	25.059.542	2.899.293
Ganhos em existências	1.074.610	732.069
Ganhos na alienação de activos correntes	168.927	101.124
Subsídios à exploração	607.175	1.266.467
Trabalhos para a própria empresa	4.435.109	672.092
Proveitos com tratamento de resíduos	703.598	831.425
Outros proveitos operacionais	21.514.689	8.972.816
	96.486.293	53.271.021

O montante relevado na rubrica Subsídios – Licenças de emissão de CO2 corresponde ao reconhecimento do subsídio, originado na atribuição de licenças a título gratuito (Nota 1.6.1).

A rubrica Ganhos em activos não correntes inclui: i) Euros 16.759.370 relativos à mensuração pelo seu justo valor, em conformidade com a IFRS 3 revista, do interesse detido pela Semapa no capital próprio da Secil (51%) pelo seu justo valor à data de obtenção do controlo (22 de Março de 2012) (Nota 1.2); e ii) Euros 6.000.000 correspondente a ajustamentos positivos ao preço de venda de 49% da participação detida na Secil pela Semapa à sociedade Beton Catalan (Grupo CRH), ocorrida no exercício de 2004, só agora pagos por esta entidade à Semapa.

A rubrica Proveitos suplementares inclui um montante de Euros 3.565.578 correspondente ao pagamento efectuado pela CRH à Semapa em cumprimento da decisão arbitral, que condenou a primeira ao reembolso de parte das despesas incorridas pela segunda com o processo arbitral.

6. Gastos e perdas

No exercício de 2012 e 2011, a rubrica Gastos e perdas decompõe-se como segue:

Valores em Euros	2012	2011
Custo das Vendas e Prestações de Serviços		
Inventários consumidos e vendidos	(759.614.259)	(669.537.514)
Materiais e serviços consumidos	(555.502.068)	(465.136.602)
Variação de produção	(2.513.330)	(37.258.418)
Gastos com Pessoal		
Remunerações dos Órgãos Sociais (Nota 7)	(14.818.040)	(17.380.209)
Outras remunerações	(136.856.315)	(124.559.211)
Pensões (Nota 29)	18.197.931	(10.696.585)
Outros gastos com pessoal	(59.260.967)	(42.451.868)
	(192.737.391)	(195.087.873)
Outros Gastos e Perdas Operacionais		
Quotizações	(1.193.631)	(828.144)
Donativos	(1.035.460)	(718.249)
Gastos com emissões de CO2	(18.223.984)	(20.042.853)
Imparidades em existências e dívidas a receber (Nota 22)	(3.286.490)	(3.893.660)
Perdas em existências	(5.697.697)	(533.709)
Impostos indirectos	(7.983.004)	(6.939.446)
Perdas na alienação de activos não correntes	(1.286.917)	(1.771.876)
Outros gastos operacionais	(3.500.154)	(4.259.353)
	(42.207.337)	(38.987.290)
Provisões líquidas	9.508.549	1.317.896
Total dos Gastos e Perdas	(1.543.065.836)	(1.404.689.801)

Em Assembleia Geral de Acionistas realizada a 27 de Dezembro de 2012 a Semapa SGPS, S.A. deliberou revogar o sistema de reforma dos administradores aprovado na Assembleia Geral da sociedade do dia 30 de Março de 2005. Em face do exposto, a rubrica Pensões, inclui um ganho de Euros 19.053.485 correspondente ao efeito da revogação do plano de pensões dos administradores da Semapa conforme descrito na nota 29.

7. Remuneração dos membros dos órgãos sociais

No exercício de 2012 e 2011, a rubrica Remunerações dos membros dos órgãos sociais, decompõe-se como segue:

Valores em Euros	2012	2011
Conselho de Administração		
Membros do Conselho de Administração da Semapa	7.373.393	10.982.471
Órgãos sociais de outras empresas do Grupo	7.444.647	6.397.738
	14.818.040	17.380.209

Adicionalmente os administradores da Semapa beneficiaram até 27 de Dezembro de 2012 de um plano de pensões, revogado no corrente exercício conforme descrito na Nota 29.

8. Depreciações, amortizações e perdas por imparidade

No exercício de 2012 e 2011, a rubrica Depreciações, amortizações e perdas por imparidade decompõe-se como segue:

Valores em Euros	2012	2011
Depreciações de Terrenos, Edifícios e Equipamentos		
Terrenos	(4.307.137)	(1.577.932)
Edifícios	(20.791.866)	(15.646.126)
Equipamento Básico e outros tangíveis	(148.376.677)	(145.189.753)
	(173.475.679)	(162.413.811)
Amortizações de Activos Intangíveis		
Propriedade industrial e outros direitos	(2.401.266)	(2.947.356)
Outros gastos capitalizados	-	(5.444)
	(2.401.266)	(2.952.800)
Perdas por Imparidade em Activos Tangíveis		
Terrenos	(5.682.490)	-
Edifícios	(4.896.146)	(9.445)
Equipamento Básico	(4.603.039)	-
	(15.181.675)	(9.445)
Perda em ativos detidos para venda	(8.735.308)	-
Perdas por Imparidade em Propriedades de Investimento		
Edifícios	(18.792)	-
	(18.792)	-
Perdas por Imparidade em Activos Intangíveis		
Goodwill (Nota 15 e 22)	-	(78.403)
	-	(78.403)
	(199.812.720)	(165.454.459)

9. Apropriação de resultados em empresas associadas

No decurso do exercício de 2012 e 2011, o Grupo apropriou-se de resultados em empresas associadas conforme segue:

Valores em Euros	2012	2011
Subgrupo Portucel		
Soporgen, S.A.	605.926	593.751
Subgrupo Secil		
Chryso - Aditivos de Portugal, S.A.	6.423	(4.829)
Setefrete, SGPS, S.A.	170.897	489.860
J.M. Henriques, Lda.	(3.969)	3.161
Ave, S.A.	223.415	6.413
	1.002.692	1.088.356

A empresa não reconhece impostos diferidos sobre estes montantes, quando positivos, por ser aplicável o disposto no artigo 51º do código do IRC.

10. Resultados financeiros Líquidos

No exercício de 2012 e 2011, os Resultados financeiros líquidos decompõem-se como segue:

Valores em Euros	Notas	2012	2011
Juros suportados com empréstimos de accionistas		(307.318)	(705.958)
Juros suportados com outros empréstimos obtidos		(70.416.819)	(43.129.538)
Juros obtidos com empréstimos a empresas associadas		59.068	78.373
Outros juros obtidos		9.647.699	13.638.825
Juros compensatórios		478.429	880.343
Justo valor em activos financeiros disponíveis para venda	21	(326.433)	(189.304)
Activos financeiros ao justo valor em resultados	20	(382.388)	(1.614.823)
Ganhos / (Perdas) com instrumentos financeiros de cobertura	34	(4.960.714)	(7.034.076)
Ganhos / (Perdas) com instrumentos financeiros de negociação	34	4.233.706	(2.947.895)
Diferenças de Câmbio		7.687.571	6.424.717
Outros custos e perdas financeiros		(10.691.461)	(4.801.520)
Outros proveitos e ganhos financeiros		953.196	952.566
		(64.025.464)	(38.448.290)

A rubrica Activos financeiros ao justo valor em resultados corresponde aos ganhos e perdas resultantes da alteração no justo valor verificada nos títulos cotados detidos pelo Grupo, conforme descrito na nota 20.

As rubricas Ganhos/(Perdas) com instrumentos financeiros de negociação e cobertura acomodam as variações de justo valor registadas no exercício com os instrumentos descritos na nota 34.

11. Imposto sobre o rendimento

O Grupo Semapa encontra-se sujeito ao regime especial de tributação de grupos de sociedades, constituído pelas empresas com uma participação igual ou superior a 90% e que cumprem as condições previstas no artigo 69º e seguintes do Código do IRC.

As empresas que se englobam no perímetro dos grupos de sociedades sujeitos a este regime apuram e registam o imposto sobre o rendimento tal como se fossem tributadas numa óptica individual.

Caso sejam apurados ganhos na aplicação deste regime, estes são registados como um proveito nas diversas sociedades dominantes.

De acordo com a legislação em vigor, os ganhos e perdas em empresas do grupo e associadas, resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial, são deduzidos ou acrescidas, respectivamente, ao resultado do período, para apuramento da matéria colectável.

Os dividendos são considerados no apuramento da matéria colectável do ano em que são recebidos, se as participações forem detidas por um período inferior a um ano ou representem uma percentagem inferior a 10% do capital social.

No exercício de 2012 e 2011 a rubrica Impostos sobre o rendimento apresenta o seguinte detalhe:

Valores em Euros	2012	2011
Imposto corrente	52.915.320	50.382.752
Provisões líquidas para Impostos	3.513.366	5.693.009
Imposto diferido	14.470.929	556.940
	70.899.615	56.632.701

A reconciliação da taxa efectiva de imposto, no exercício de 2012 e 2011, é evidenciada como segue:

Valores em Euros	2012	2011
Resultado antes de impostos	241.459.502	225.778.047
Imposto esperado	63.986.768	59.831.182
Derrama estadual	11.457.805	4.506.548
Diferenças (a)	(31.868.067)	(18.368.171)
Imposto relativo a exercícios anteriores	426.695	(341.314)
Prejuízos fiscais recuperáveis de exercícios anteriores	(1.261.102)	-
Prejuízos fiscais não recuperáveis	35.738.456	5.608.333
Efeito de taxa de imposto	1.046.145	12.667.952
Provisão para imposto corrente	3.513.366	5.693.009
Benefícios fiscais	(12.132.741)	(13.468.525)
Outros ajustamentos à colecta	(7.710)	503.687
	70.899.615	56.632.701
Taxa efectiva de imposto	29,36%	25,08%

(a) Este valor respeita essencialmente a :

Perdas em ativos detidos para venda e goodwill (Nota 15)	8.735.308	78.403
Imparidade de ativos fixos	6.697.036	-
Efeito da aplicação do método da Equivalência Patrimonial	(396.766)	(494.605)
Mais / (Menos) valias fiscais	6.409.092	(37.986.284)
(Mais) / Menos valias contabilísticas	(6.895.634)	(21.516.363)
Ajustamentos e provisões tributadas	14.672.077	15.075.909
Benefícios fiscais	(2.853.876)	(2.680.568)
Dividendos de empresas sediadas fora da U.E.	3.138.244	4.289.063
Redução de provisões tributadas	(124.742.304)	(2.098.168)
Benefícios a empregados	(4.020.885)	(333.250)
Outros	(20.999.147)	(23.647.990)
	(120.256.855)	(69.313.853)
Impacto fiscal (26,5%)	(31.868.067)	(18.368.171)

12. Resultados por acção

Não existem instrumentos financeiros convertíveis sobre as acções da Semapa, pelo que não existe diluição dos resultados.

Valores em Euros	2012	2011
Resultado atribuível aos Accionistas da Semapa	126.516.088	124.161.800
Número médio ponderado de acções	112.884.470	112.884.470
Resultado básico por acção	1,121	1,100
Resultado diluído por acção	1,121	1,100

O número médio ponderado de acções encontra-se deduzido do número de acções próprias de 5.447.975 detidas pela Semapa SGPS, S.A.

13. Interesses não controlados

No exercício de 2012 e 2011, os Interesses não controlados evidenciados na Demonstração dos resultados detalham-se como segue:

Valores em Euros	Resultado	
	2012	2011
Portucel, SA	39.087.931	41.500.778
Raiz - Instituto de Investigação da Floresta e Papel	15.979	14.467
Grupo Secil Betões e Inertes	(6.993)	10.842
Société des Ciments de Gabés	5.567	9.670
Secil Martingança	4.073	(2.438)
Secil - Companhia de Cimento do Lobito, S.A.	37.086	(302.861)
Ciments de Sibline, S.A.L.	5.344.582	3.938.076
Grupo Cimentos Madeira	(125.827)	(129.642)
Outros	(505.706)	(162.431)
ETSA - Investimentos, SGPS, SA	187.107	107.085
	44.043.799	44.983.546

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os Interesses não controlados evidenciados na Demonstração da posição financeira detalham-se como segue:

Valores em Euros	Capitais Próprios	
	31-12-2012	31-12-2011
Portucel, SA	256.013.282	296.300.209
Raiz - Instituto de Investigação da Floresta e Papel	238.825	220.660
Grupo Secil Betões e Inertes	84.345	72.603
Société des Ciments de Gabés	1.419.066	662.521
Secil Martingança	462.155	164.823
Secil - Companhia de Cimento do Lobito, S.A.	8.106.185	4.177.661
Ciments de Sibline, S.A.L.	61.033.030	26.579.296
Grupo Cimentos Madeira	5.460.657	2.817.209
Outros	184.426	182.339
ETSA - Investimentos, SGPS, SA	2.226.674	2.039.568
	335.228.645	333.216.889

A movimentação dos interesses não controlados nos exercício de 2012 e 2011 apresenta-se conforme segue:

Valores em Euros	Pasta e Papel	Cimento e Derivados	Ambiente	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2011	274.129.893	34.458.472	1.932.481	310.520.846
Variações perímetro	-	-	-	-
Aquisições/(Alienações)	(17.724.400)	(156.912)	-	(17.881.312)
Dividendos	-	(4.184.064)	-	(4.184.064)
Reserva de conversão cambial	(322.649)	1.149.764	-	827.115
Instrumentos financeiros	(105.994)	-	-	(105.994)
Ganhos e perdas actuariais	(959.793)	27.976	-	(931.817)
Outros movimentos nos CP's	(11.433)	-	2	(11.431)
Resultado do exercício	41.515.245	3.361.216	107.085	44.983.546
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	296.520.869	34.656.452	2.039.568	333.216.889
Aquisições/(Alienações)	(44.095.664)	-	-	(44.095.664)
Variação de perímetro	-	41.884.098	-	41.884.098
Dividendos	(36.074.319)	(4.125.064)	-	(40.199.383)
Reserva de conversão cambial	255.820	(403.423)	-	(147.603)
Instrumentos financeiros	101.118	-	-	101.118
Ganhos e perdas actuariais	440.370	20.899	-	461.269
Outros movimentos nos CP's	2	(35.880)	-	(35.878)
Resultado do período	39.103.910	4.752.782	187.107	44.043.799
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	256.252.106	76.749.864	2.226.675	335.228.645

A redução, de Euros 44.095.664, apresentada nos Interesses não controlados do segmento Pasta e Papel foi motivada pela aquisição de 25.280.113 acções próprias pela subsidiária Portucel, SA sendo este o valor correspondente à quota parte dos capitais próprios da sociedade atribuíveis a estas acções até então na posse de interesses não controlados.

A variação de perímetro no segmento dos Cimentos e Derivados ocorre na sequência da consolidação integral da Secil a partir de Março incluindo igualmente a atribuição aos 49% de Interesse não controlados na subsidiária Secil, dos justos valores nos activos e passivos identificados.

Conforme referido, o Grupo Semapa adquiriu em 15 de Maio de 2012 49% das acções representativas do capital social da Secil detidas pela CRH, passando a controlar 99,99% dos direitos de voto daquela subsidiária.

14. Aplicação do resultado do exercício anterior

Valores em Euros	Aplicação do resultado do exercício de:	
	2011	2010
Distribuição de dividendos	28.785.540	29.481.174
Outras reservas	95.376.260	97.239.056
Resultado líquido do exercício	124.161.800	126.720.230
Dividendos por acção em circulação	0,254	0,255

A reserva legal encontra-se constituída pelo seu limite máximo à qual se acresce a reserva por prémio de emissão.

15. Goodwill

No exercício de 2012 e 2011, o movimento ocorrido na rubrica Goodwill, foi conforme segue:

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011
Valor líquido no início	332.849.940	320.204.947
Abates	(160.861.947)	-
Obtenção de controlo	124.692.243	-
Imparidades (Nota 8)	-	(78.403)
Aquisições	39.351.024	12.643.506
Ajustamento Cambial	(330.336)	79.890
Saldo Final	335.700.924	332.849.940

Nota: Os valores apresentados encontram-se líquidos de perdas por imparidade (Nota 22)

Conforme preconizado pela IAS 36, o goodwill encontra-se sujeito a testes de imparidade efectuados numa base anual conforme política contabilística descrita na nota 1.7.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o Goodwill detalha-se como segue:

Entidade	Ano Aq.	31-12-2012	31-12-2011
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	1997/2003	-	160.861.947
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	2012	124.692.243	-
Portucel - Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.	2004	135.565.059	135.565.059
ETSA - Investimentos SGPS, S.A.	2008	36.422.934	36.422.934
Supremo Cimentos, S.A.	2012	39.020.688	-
		335.700.924	332.849.940

O Goodwill é atribuído às unidades geradoras de fluxos de caixa (CGU's) do Grupo, identificadas de acordo o segmento de negócio, conforme segue:

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011
Cimento e Derivados	163.712.931	160.861.947
Pasta e Papel	135.565.059	135.565.059
Ambiente	36.422.934	36.422.934
	335.700.924	332.849.940

Conforme referido, no final de Março de 2012 entendeu a Semapa que o acordo parassocial que regulava a relação accionista com a CRH na Secil deixou de produzir efeitos a essa data, razão pela qual passou a consolidar integralmente esta subsidiária.

Decorrente desse facto, e em conformidade com a IFRS 3 revista, a Semapa mensurou o seu interesse detido no capital social da Secil, de 51%, pelo seu justo valor à data de obtenção do controlo, do qual resultou um novo goodwill de Euros 124.692.243, apurado conforme segue:

Valores em Euros	Mar-12
51% do Justo Valor da Secil	354.507.911
Activos não correntes	
Outros activos intangíveis	66.264.567
Terrenos, edifícios e equipamentos	326.418.062
Propriedades de investimento	674.661
Investimentos em associadas (Nota 19)	2.096.331
Activos por impostos diferidos	9.813.669
Outros activos não correntes	1.651.933
Activos correntes	
Existências	48.547.172
Valores a receber correntes	44.371.897
Estado	6.996.595
Activos não correntes detidos para venda	11.457.424
Caixa e seus equivalentes	32.966.350
Passivos não correntes	
Passivos por impostos diferidos	(68.733.148)
Obrigações com pensões de reforma	(10.182.818)
Provisões	(11.432.086)
Passivos remunerados	(80.526.831)
Ouros passivos	(109.650)
Passivos correntes	
Passivos remunerados	(24.550.626)
Valores a pagar correntes	(63.004.722)
Estado	(19.761.719)
Passivos não correntes detidos para venda	(982.751)
Total de activos e passivos identificáveis reavaliados	271.974.310
Interesses não controlados	(42.158.643)
Goodwill	124.692.243
Total	354.507.910

Adicionalmente, no decurso do exercício de 2012 a Semapa concretizou a aquisição de 50% da sociedade Supremo Cimentos, SA, sociedade brasileira que opera no segmento dos Cimentos e Derivados. Desta aquisição, incorporada nas presentes demonstrações financeiras consolidadas pelo método proporcional, resultou um goodwill de Euros 39.020.688, apurado conforme segue:

Valores em Euros	Supremo Cimentos
Activos não correntes	
Outros activos intangíveis	20.341.663
Terrenos, edifícios e equipamentos	64.804.891
Activos por impostos diferidos	16.515
Outros activos não correntes	27.207
Activos correntes	
Existências	1.578.396
Estado	314.756
Outros valores a receber correntes	1.775.914
Passivos não correntes	
Provisões	(105.897)
Passivos por impostos diferidos	(22.419.028)
Passivos remunerados	(5.630.840)
Outros valores a pagar não correntes	(753.131)
Passivos correntes	
Estado	(335.898)
Passivos remunerados	(5.735.668)
Outros valores a pagar correntes	(2.835.807)
Total adquirido / integrado	51.043.073
Diferença de aquisição positiva	39.020.688
Custo de aquisição líquido	90.063.761
Caixa e equivalentes de caixa	7.740.537
Património líquido adquirido / integrado	97.804.298

Para efeitos da realização dos testes de imparidade ao Goodwill registado nas presentes demonstrações financeiras, o valor recuperável das CGU's é determinado com base no valor em uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados.

Os principais pressupostos utilizados nos testes de imparidade efectuados são como segue:

	WACC	Tx Cresci/ ^o na perp.
Cimentos e derivados		
Portugal		
Período de Planeamento explícito	9,15%	2,25%
Perpetuidade	8,64%	2,25%
Madeira		
Período de Planeamento explícito	9,22%	2,25%
Perpetuidade	8,70%	2,25%
Libano		
Período de Planeamento explícito	10,14%	2,25%
Perpetuidade	9,42%	2,25%
Angola		
Período de Planeamento explícito	9,67%	2,25%
Perpetuidade	9,08%	2,25%
Brasil		
Período de Planeamento explícito	10,56%	2,25%
Perpetuidade	10,56%	2,25%
Pasta e Papel		
Período de Planeamento explícito	10,36%	2,25%
Perpetuidade	9,27%	0,00%
Ambiente		
Período de Planeamento explícito	9,52%	0,00%
Perpetuidade	8,64%	0,00%

Em resultado dos cálculos efectuados não foram identificadas quaisquer perdas por imparidade do Goodwill.

16. Outros activos intangíveis

No decurso do exercício de 2012 e exercício de 2011, o movimento ocorrido na rubrica Outros activos intangíveis, foi conforme segue:

Valores em Euros	Marcas	Despesas de investigação e de desenvolvimento	Propriedade industrial e outros direitos	Licenças de Emissão de CO2	Imobilizações em curso	Total
Custo de aquisição						
Saldo a 1 de Janeiro de 2011	151.488.000	-	1.898.102	19.666.719	-	173.052.821
Aquisições/Atribuições	-	-	139.119	33.017.062	4.016	33.160.197
Alienações	-	-	-	(6.931.025)	9.220	(6.921.805)
Ajustamento cambial	-	-	(36.439)	(30.664.123)	-	(30.700.562)
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	151.488.000	-	2.000.782	15.088.633	13.236	168.590.651
Variação de perímetro	126.400.000	5.751	119.461	16.635.720	41.548	143.202.480
Aquisições/Atribuições	-	-	-	18.129.071	23.518	18.152.589
Regularizações, transferências e abates	-	-	(1.843.780)	(18.385.118)	(38.837)	(20.267.735)
Ajustamento cambial	-	-	72.376	-	-	72.376
Saldo a 31 de Dezembro de 2012	277.888.000	5.751	346.388	22.014.153	39.465	300.293.757
Amort. acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo a 1 de Janeiro de 2011	-	-	(1.878.931)	(1.543.516)	-	(3.422.447)
Amortizações e perdas por imparidade	-	-	(91.559)	(2.917.654)	-	(3.009.213)
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	-	-	(1.970.490)	(4.461.170)	-	(6.431.660)
Variação de perímetro	-	(3.693)	(52.790)	-	(28.831)	(85.313)
Amortizações e perdas por imparidade	-	(1.729)	(28.113)	(339.558)	-	(369.400)
Regularizações, transferências e abates	-	-	1.847.370	-	-	1.847.370
Ajustamento cambial	-	-	1.186	-	-	1.186
Saldo a 31 de Dezembro de 2012	-	(5.422)	(202.837)	(4.800.728)	(28.831)	(5.037.817)
Valor líquido a 1 de Janeiro de 2011	151.488.000	-	19.171	18.123.203	-	169.630.374
Valor líquido a 31 de Dezembro de 2011	151.488.000	-	30.292	10.627.463	13.236	162.158.991
Valor líquido a 31 de Dezembro de 2012	277.888.000	329	143.552	17.213.425	10.634	295.255.939

O montante apresentado na rubrica Marcas inclui:

- Euros 151.488.000, correspondente à valorização inicial apurada na avaliação efectuada por uma entidade especializada e independente, às marcas Navigator e Soporset, utilizando as respectivas projecções de fluxos de caixa actualizadas a uma taxa de desconto apropriada, na sequência da atribuição dos justos valores aos activos e passivos do Grupo Portucel.
- Euros 106.100.000, correspondente à valorização inicial apurada na avaliação efectuada por uma entidade especializada e independente, às marcas Secil Portugal, Sibline (Libano) e Gabés (Tunísia), utilizando as respectivas projecções de fluxos de caixa actualizadas a uma taxa de desconto apropriada, na sequência da atribuição dos justos valores aos activos e passivos por via da obtenção de controlo desta participada em 2012.
- Euros 20.300.000, correspondente à valorização inicial apurada na avaliação efectuada por uma entidade especializada e independente, à marca Supremo (Brasil), utilizando as respectivas projecções de fluxos de caixa actualizadas a uma taxa de desconto apropriada, na sequência da atribuição dos justos valores aos activos e passivos por via da aquisição de 50% da Supremo Cimentos, SA no exercício de 2012.

Os valores referidos não se encontram sujeitos a amortização por se considerar não terem vida útil definida (Nota 1.6)

Os principais pressupostos utilizados na avaliação das marcas Navigator e Soporset detalham-se como segue:

Marca	Mercados	Taxa Juro sem risco	Taxa Desconto*	Taxa Inflação	Taxa Imposto
Navigator	Europa	6,24%	9,39%	2,0%	31,5%
Soporset	Europa	6,24%	9,39%	2,0%	31,5%
	EUA	6,24%	9,39%	2,0%	31,5%

* As taxas de desconto apresentadas incorporam o nível de solidez de cada uma das marcas

Os principais pressupostos utilizados na avaliação das marcas Secil Portugal, Sibline (Libano) e Gabés (Tunísia) e Supremo (Brasil) detalham-se como segue:

Marca	Mercados	Taxa Juro sem risco	Taxa Desconto*	Taxa Imposto
Cimento Secil	Portugal	1,58%	5,30%	26,5%
Cimento - Ciments de Sibline	Líbano	3,02%	7,80%	15,0%
Cimento - Société des Ciments de Gabés	Tunísia	3,02%	8,00%	30,0%
Supremo Cimentos	Brasil	3,02%	8,50%	34,0%

* As taxas de desconto apresentadas incorporam o nível de solidez de cada uma das marcas

17. Terrenos, edifícios e outros equipamentos

No decurso do exercício de 2012 e 2011, o movimento ocorrido nos Terrenos, Edifícios e outros equipamentos, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade, foi conforme segue:

Valores em Euros	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamentos e outros tangíveis	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição					
Saldo em 1 de Janeiro de 2011	193.905.202	774.924.897	4.203.351.606	44.555.584	5.216.737.289
Variação de perímetro	6.845.798	1.637.084	6.043.446	(12.209)	14.514.119
Aquisições	5.314.668	903.300	34.722.110	53.148.579	94.088.657
Alienações	(63.983)	(1.360.535)	(102.916.397)	(35.000)	(104.375.915)
Regularizações, transferências e abates	479.982	6.826.838	42.097.371	(49.802.450)	(398.259)
Ajustamento cambial	87.934	621.739	1.742.847	244.734	2.697.254
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	206.569.601	783.553.323	4.185.040.983	48.099.238	5.223.263.145
Variação de perímetro	189.217.573	193.864.753	631.079.995	25.412.856	1.039.575.177
Aquisições	1.053.534	6.446.435	9.748.240	77.689.296	94.937.505
Alienações	(35.308)	(77.509)	(9.485.597)	(60.126)	(9.658.540)
Regularizações, transferências e abates	18.208.552	7.985.124	(14.799.613)	(83.542.754)	(72.148.692)
Ajustamento cambial	(9.590.214)	(2.406.931)	(8.854.735)	(2.185.472)	(23.037.352)
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	405.423.738	989.365.196	4.792.729.273	65.413.037	6.252.931.243
Amort. acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo em 1 de Janeiro de 2011	(17.214.485)	(423.721.456)	(2.662.492.521)	(102.292)	(3.103.530.754)
Variação de perímetro	(981.021)	(737.301)	(4.438.710)	-	(6.157.032)
Amortizações e perdas por imparidade	(1.501.650)	(15.798.541)	(145.113.620)	-	(162.413.811)
Alienações	18.361	844.387	95.275.120	-	96.137.868
Regularizações, transferências e abates	-	4.151	(131.720)	-	(127.569)
Ajustamento cambial	15.779	(332.688)	(1.109.664)	-	(1.426.573)
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	(19.663.016)	(439.741.448)	(2.718.011.115)	(102.292)	(3.177.517.871)
Variação de perímetro	(18.299.215)	(143.286.863)	(478.181.894)	-	(639.767.971)
Amortizações e perdas por imparidade	(9.699.266)	(25.956.044)	(147.060.450)	-	(182.715.760)
Alienações	10.340	80.401	9.512.631	-	9.603.372
Regularizações, transferências e abates	24.919	(4.483.206)	32.195.571	-	27.737.284
Ajustamento cambial	561.574	749.040	3.679.545	-	4.990.160
Activos detidos para venda	2.277.432	1.960.372	1.665.465	-	5.903.269
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	(47.064.664)	(612.638.119)	(3.297.865.711)	(102.292)	(3.951.767.517)
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2011	176.690.717	351.203.441	1.540.859.085	44.453.292	2.113.206.535
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2011	186.906.585	343.811.875	1.467.029.868	47.996.946	2.045.745.274
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2012	358.359.074	376.727.077	1.494.863.562	65.310.745	2.301.163.727

O Grupo Portucel detém uma participação de 18% na Soporgen – Sociedade Portuguesa de Geração de Electricidade e Calor, S.A., empresa que tem como actividade principal a produção de energia eléctrica e vapor, que é vendido em exclusivo à Soporcel.

Em 2009, com o arranque da nova fábrica de papel, foi instalada uma unidade de produção de Precipitado de Carbonato de Cálcio instalada para o efeito pela Omya, S.A. no complexo industrial de Setúbal, para utilização exclusiva daquela nova unidade fabril, prevendo o contrato de aquisição a transferência da propriedade dos activos no final da sua vigência.

Atendendo à substância dos acordos anteriormente descritos, o Grupo aplica a interpretação IFRIC 4 – Determinar se um acordo contém uma locação. Em virtude da adopção desta norma a rubrica Activos fixos tangíveis – Equipamentos e outros tangíveis foi aumentada em 58.003.950 Euros ao qual se deduziram as

respectivas depreciações acumuladas no montante de Euros 42.288.502, com referência a 31 de Dezembro de 2012 (31 de Dezembro de 2011: Euros 37.999.683). Em 31 de Dezembro de 2012 o valor líquido contabilístico destes equipamentos ascende a Euros 15.715.448 (31 de Dezembro de 2011: Euros 20.004.267).

18. Activos biológicos

No decurso do exercício de 2012 e 2011, o movimento ocorrido nos activos biológicos decompõe-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011
Valor bruto a 1 de Janeiro	110.769.306	110.502.616
Variações		
Cortes efectuados	(8.844.085)	(20.328.041)
Crescimento	7.172.023	9.217.207
Replantações	5.122.059	3.839.591
Variações de justo valor	(5.163.378)	7.537.933
Total de variações	(1.713.381)	266.690
	109.055.925	110.769.306

Os montantes apresentados em Outras variações de justo valor correspondem, essencialmente, a alterações (positivas ou negativas) no volume estimado de potencial futuro de extracção de madeira por via de novas plantações, ganhos/perdas de eficiência na exploração dos activos florestais e abates por incêndios.

A decomposição dos activos biológicos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é como segue:

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011
Eucalipto	101.252.393	102.948.128
Pinho	5.899.662	6.016.998
Sobreiro	1.661.760	1.542.042
Outras Espécies	242.110	262.138
	109.055.925	110.769.306

19. Investimentos em associadas

O movimento ocorrido nesta rubrica no exercício de 2012 e 2011, foi como segue:

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011
Saldo inicial	3.924.419	2.039.513
Variação de perímetro	2.014.122	-
Aquisições	-	755.378
Resultado líquido apropriado	1.002.692	1.088.356
Dividendos recebidos	(826.575)	-
Ajustamento cambial	(69)	-
Outros movimentos	(616.192)	41.172
Saldo Final	5.498.397	3.924.419

O total de investimentos em associadas inclui um montante de Euros 2.227.750 correspondente ao goodwill apurado na aquisição da Setefrete, SGPS, SA.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os investimentos em associadas evidenciados na demonstração da posição financeira, incluindo o goodwill, tinham a seguinte composição:

Participadas/Associadas	Valor contabilístico		
	% detida	31-12-2012	31-12-2011
Chryso - Aditivos de Portugal, S.A.	40,00%	-	11.431
Setefrete, SGPS, S.A.	25,00%	3.063.979	1.815.259
MC - Materiaux de Construction	49,36%	2.443	1.315
J.M.J. - Henriques, Lda.	100,00%	385.082	198.578
Be-Power, Lda	3,06%	-	119.179
Ave, S.A.	35,00%	256.061	-
Soporgen, S.A.	18,00%	1.790.832	1.778.657
		5.498.397	3.924.419

A Soporgen – Sociedade Portuguesa de Geração de Electricidade e Calor, S.A. detém e explora uma central a gás de ciclo combinado no complexo industrial da Figueira da Foz relativamente à qual, conforme se descreve na nota 17, o grupo considera existir em substância uma locação financeira, reconhecendo o referido activo como tal nas suas demonstrações financeiras consolidadas.

Apesar da participação de apenas 18% no capital e respectivos direitos de voto, o grupo entendeu passar a registar esta participação como uma associada, por existirem elementos que lhe permitem assegurar influência na gestão:

- Dois dos cinco administradores da empresa são nomeados em representação do grupo;
- Uma parte significativa das vendas da Soporgen é feita ao grupo, adquirindo o vapor que esta produz (representando menos de 18% dos réditos da associada), sendo a energia eléctrica, correspondente aos restantes réditos, vendida ao grupo EDP;

Por contrato de 22 de Janeiro de 2013 a subsidiária Soporcel formalizou a aquisição das acções representativas da totalidade do capital da Soporgen, SA, adquirindo nessa data os 82% remanescentes à EDP, S.A (Nota 44).

Em 31 de Dezembro de 2012, a informação financeira das principais empresas associadas é conforme segue:

Valores em Euros		31 de Dezembro de 2012				
		Activos Totais	Passivos Totais	Capital Próprio	Resultado Líquido	Réditos
Ave-Gestão Ambiental e Valorização						
Energética, S.A.	b)	2.723.523	1.991.905	731.618	670.649	8.862.010
Chryso - Aditivos de Portugal, S.A.	d)	1.212.556	1.357.654	(145.098)	(201.130)	1.983.158
MC- Materiaux de Construction	c)	673.045	575.446	97.599	38.593	10.434.070
Inertogrande Central de Betão, Lda.	c)	1.916.082	1.983.828	(67.746)	(9.060)	-
Viroc Portugal - Indústrias de Madeira e Cimento, S.A.	e)	6.450.884	22.869.191	(16.418.307)	(993.294)	3.211.870
J.M.J. - Henriques, Lda.	c)	1.072.906	302.742	770.164	(8.575)	-
Setefrete, SGPS, S.A.	a)	6.027.305	2.682.391	3.344.914	683.582	99.336

a) Valores referentes a 31-12-2011, ajustados dos dividendos distribuídos no período findo em 31.12.2012

b) Valores referentes a 30-11-2012

c) Valores referentes a 31-12-2012

d) Valores referentes a 31-10-2012, data de referência da venda da associada

e) Valores referentes a 31-07-2012, data de referência da venda da associada

20. Activos financeiros ao justo valor através de resultados

O movimento ocorrido nesta rubrica no exercício de 2012 e 2011, foi como segue:

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011
Justo valor no início do exercício	9.657.695	13.128.488
Aquisições	18.293	575.985
Alienações	(266.670)	(2.431.955)
Variações líquidas de Justo valor	(382.388)	(1.614.823)
Justo valor no fim do exercício	9.026.930	9.657.695

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os activos financeiros ao justo valor através de resultados detalham-se como segue:

Valores em Euros	Justo Valor	
	31-12-2012	31-12-2011
Acções do Banco Comercial Português, S.A.	-	253.012
Acções da EDP - Energias de Portugal, S.A.	8.979.672	9.375.718
Outros	47.258	28.965
	9.026.930	9.657.695

21. Activos disponíveis para venda

O movimento ocorrido nesta rubrica no exercício de 2012 e 2011, foi como segue:

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011
Justo valor no início do exercício	553.764	677.180
Aquisições	-	275.000
Alienações	(410)	(209.070)
Variações de Justo valor	(326.433)	(189.346)
Justo valor no fim do exercício	226.921	553.764

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o justo valor dos Activos disponíveis para venda tinham a seguinte decomposição:

Valores em Euros	Justo Valor	
	31-12-2012	31-12-2011
Banco Espírito Santo, S.A.	100.889	152.179
Liaison Technologie	126.032	126.032
Outros títulos	-	275.553
	226.921	553.764

22. Imparidades em activos não correntes e correntes

O movimento ocorrido na rubrica de imparidades em activos não correntes, no exercício de 2012 e 2011, foi como segue:

Valores em Euros	Goodwill*	Outros activos não correntes	Activos fixos Tangíveis	Investimentos Associadas	Total
1 de Janeiro de 2011	10.642.605	1.048.839	4.838.615	8.301	16.538.360
Ajustamento cambial	(197.787)	-	-	-	(197.787)
Reversões	-	-	(5.945)	-	(5.945)
Utilizações	(757.110)	-	(4.747.338)	(7.243)	(5.511.691)
31 de Dezembro de 2011	9.687.708	1.048.839	85.332	1.058	10.822.937
Variação de perímetro	9.308.714	909.428	-	1.018	10.219.160
Ajustamento cambial	(217.259)	-	-	-	(217.259)
Utilizações	-	-	(85.332)	-	(85.332)
31 de Dezembro de 2012	18.779.163	1.958.267	-	2.076	20.739.505

* Imparidade do Goodwill referente a empresas subsidiárias

O movimento ocorrido na rubrica de imparidades em activos correntes, no exercício de 2012 e 2011, foi como segue:

Valores em Euros	Existências	Clientes c/c	Valores a rec. Associadas	Outros Devedores	Total
1 de Janeiro de 2011	3.473.896	13.689.539	1.855.335	4.828.719	23.847.489
Variação de perímetro	21.580	104.249	-	-	125.829
Ajustamento cambial	37.459	20.528	-	(6.078)	51.909
Reforço (Nota 6)	1.559.697	1.963.030	250.140	120.793	3.893.660
Reversões (Nota 5)	(27.177)	(464.488)	(12.588)	(766.063)	(1.270.316)
Utilizações	-	(546.381)	-	(204.837)	(751.218)
31 de Dezembro de 2011	5.065.455	14.766.477	2.092.887	3.972.534	25.897.353
Variação de perímetro	3.070.971	12.027.509	2.031.969	3.235.001	20.365.450
Ajustamento cambial	(159.921)	(70.557)	-	(1.454)	(231.932)
Reforço (Nota 6)	562.170	2.702.789	(21.155)	42.687	3.286.490
Reversões (Nota 5)	(105.319)	(5.070.073)	-	(561.667)	(5.737.059)
Utilizações	(1.535.522)	(948.527)	(4.103.702)	(359.727)	(6.947.478)
Transferências	-	84.545	-	-	84.545
31 de Dezembro de 2012	6.897.833	23.492.162	(1)	6.327.374	36.717.368

23. Existências

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica Existências tinha a seguinte composição:

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011
Matérias primas	203.851.631	143.818.825
Produtos e trabalhos em curso	10.103.543	7.342.109
Sub-produtos e desperdícios	1.487.801	1.330.460
Produtos acabados e mercadorias	95.505.583	86.227.295
Mercadorias	4.843.015	2.576.051
Adiantamentos	1.538.059	1.519.559
	317.329.632	242.814.299

Nota: Os valores apresentados encontram-se líquidos de perdas por imparidade (nota 22)

24. Valores a receber correntes

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica Valores a receber correntes, decompõe-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011
Clientes	247.596.655	250.887.700
Contas a receber - Partes relacionadas (Nota 35)	31.094	355.435
Instrumentos financeiros derivados (Nota 34)	1.096.619	802.997
Outras contas a receber	28.420.439	47.967.340
Acréscimo de proveitos	2.527.891	2.160.514
Custos diferidos	11.253.204	14.451.468
	290.925.902	316.625.454

Nota: Os valores apresentados encontram-se líquidos de perdas por imparidade (nota 22)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica Outras contas a receber detalha-se conforme segue:

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011
Outras contas a receber		
Adiantamentos a fornecedores	2.783.945	619.009
AICEP - Incentivos financeiros a receber	620.062	32.877.046
IMT	-	78.626
Outros	25.016.433	14.392.659
	28.420.439	47.967.340

Durante o exercício de 2012, o Grupo Portucel recebeu da AICEP as tranches remanescentes relativas aos incentivos de natureza financeira gerados por via dos contratos assinados com aquela entidade. O saldo remanescente é referente a valores a receber ao abrigo de outros apoios igualmente geridos por esta Agência.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as rubricas de Acréscimos de proveitos e Custos diferidos detalham-se conforme segue:

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011
Acréscimos de proveitos		
Juros a receber	712.667	1.201.756
Descontos em compras	-	223
Outros	1.815.224	958.535
	2.527.891	2.160.514
Custos diferidos		
Conservação e reparação	-	52.576
Seguros	246.408	833.805
Rendas e alugueres	330.553	109.763
Outros	10.676.243	13.455.324
	11.253.204	14.451.468
	13.781.095	16.611.982

25. Estado

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, não existiam dívidas em situações de mora com o Estado e outros Entes Públicos.

Os saldos com estas entidades detalham-se como segue:

Activos correntes

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011
Estado e Outros entes Públicos		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC	10.350.933	5.569.100
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - IRS	116.753	56.683
Imposto sobre o Valor Acrescentado	22.211.480	7.422.270
Imposto sobre o Valor Acrescentado - Reembolsos pedidos	47.079.100	52.136.813
Restantes Impostos	753.663	179.670
	80.511.929	65.364.536

Passivos correntes

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011
Estado e Outros entes Públicos		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC	3.610.306	19.715.984
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - IRS	22.494.138	2.449.546
Imposto sobre o Valor Acrescentado	46.731.291	27.641.204
Contribuições para a Segurança Social	3.381.730	2.923.737
Liquidações adicionais de imposto	73.598.135	47.030.250
Outros	746.822	263.834
	150.562.422	100.024.555

A rubrica Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (Passivo corrente) inclui um montante de Euros 12.239.735 correspondente à retenção na fonte de IRS efetuada sobre os montantes pagos aos membros do Conselho de Administração da Semapa em virtude da revogação e resgate do plano de pensões (Nota 29).

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas – IRC decompõe-se do seguinte modo:

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011
Imposto sobre o rendimento do exercício	63.199.183	57.947.182
Ajustamento cambial	(56.960)	92.762
Pagamentos por conta	(47.296.108)	(31.835.667)
Retenções na fonte a recuperar	(9.437.865)	(4.417.505)
IRC de exercícios anteriores	(2.797.944)	(2.070.788)
	3.610.306	19.715.984

26. Capital social e acções próprias

Em 31 de Dezembro de 2012, o capital social da Semapa, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 118.332.445 acções com o valor nominal de 1 Euro.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 as pessoas colectivas que detinham posições relevantes no capital da sociedade detalham-se conforme segue:

Denominação	Nº de Acções	%	
		31-12-2012	31-12-2011
Longapar, SGPS, S.A.	21.505.400	18,17	18,17
Sodim, SGPS, S.A.	15.657.505	13,23	15,92
Cimo - Gestão de Participações, SGPS, S.A.	16.199.031	13,69	13,69
Banco BPI, SA	12.009.004	10,15	10,15
Bestinver Gestión, SGIIC, S.A.	11.865.210	10,03	10,03
Norges Bank (the Central Bank of Norway)	5.649.215	4,77	5,01
Cimigest, SGPS, SA	3.185.019	2,69	0,00
Sociedade Agrícola da Quinta da Vialonga, S.A.	625.199	0,53	0,53
OEM - Organização de Empresas, SGPS, S.A.	535.000	0,45	0,45
Acções próprias	5.447.975	4,60	4,60
Outros accionistas com participações inferiores a 2%	25.653.887	21,68	21,44
	118.332.445	100,00	100,00

No dia 4 de Julho de 2007, a Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. adquiriu, através de operação realizada em bolsa, 2.720.000 acções próprias. Durante o exercício de 2011 a Semapa adquiriu à Seminv as 2.727.975 acções detidas por esta subsidiária e que se encontram evidenciadas como acções próprias.

27. Reservas e Lucros retidos

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as rubricas Reserva de justo valor, Reserva de conversão cambial e Outras reservas decompõem-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011
Justo valor de instrumentos financeiros	(18.931.308)	(10.127.931)
Outras reservas de justo valor	(1.281.742)	(1.281.742)
Total de Reservas de justo valor	(20.213.050)	(11.409.673)
Reserva de conversão cambial	(25.322.950)	(15.071.293)
Reserva legal	23.666.489	23.666.489
Outras reservas	929.933.490	834.557.229
Total de Outras reservas	953.599.979	858.223.718
Total de reservas	908.063.979	831.742.752

Justo valor de Instrumentos financeiros

O montante de Euros 18.931.308 negativo, líquido de impostos diferidos, apresentado na rubrica Justo valor de instrumentos financeiros, corresponde à variação do justo valor dos instrumentos financeiros classificados como de cobertura, descritos na Nota 34, e contabilizados em conformidade com a política descrita na nota 1.13.

Reserva de Conversão cambial

O montante negativo evidenciado na reserva de conversão cambial respeita à apropriação pelo Grupo das diferenças cambiais resultantes da conversão das demonstrações financeiras das sociedades que operam fora da zona Euro, essencialmente na Tunísia, Líbano, Angola, Estados Unidos da América (incluindo cobertura de net investment), Reino Unido e Brasil.

Reservas legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital, o que se verifica em 31 de Dezembro de 2012. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da sociedade poderá, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Outras Reservas

Esta rubrica corresponde a reservas livres para distribuição aos accionistas constituídas através da transferência de resultados de exercícios anteriores. Na sequência da aquisição de 2.720.000 acções próprias no exercício de 2007 e da aquisição, no exercício de 2011, de 2.727.975 acções à subsidiária Seminv, foi tornada indisponível uma reserva no montante equivalente ao custo de aquisição global das referidas acções, em conformidade com a legislação comercial aplicável, reserva esta que deverá ser mantida até à alienação das referidas acções.

Lucros Retidos

Reforço de participação em empresas controladas

O Grupo regista nesta rubrica as diferenças apuradas entre a quota-parte dos capitais próprios adquiridos e o valor de aquisição de participações adicionais de capital a interesses não controlados em empresas por si já controladas.

Em 31 de Dezembro de 2012, o montante acumulado destas diferenças relativo a reforços na subsidiária Portucel, SA, ascende a Euros 70.723.918 negativos.

No exercício de 2012, o Grupo registou nesta rubrica um montante de Euros 335.355.964 negativos, correspondente à diferença apurada na percentagem adicional de 49% do capital da subsidiária Secil, adquirida em 15 de Maio, entre o justo valor dos activos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos da subsidiária e o respectivo valor de aquisição.

Este valor foi apurado pela diferença entre 49% dos capitais próprios da Secil, com referência ao período imediatamente anterior ao da aquisição, 30 de Abril, no montante de Euros 238.728.036 e o valor de aquisição de Euros 574.084.000.

Ganhos e perdas actuariais

São igualmente registados nesta rubrica os desvios actuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos utilizados para efeito de apuramento de responsabilidades com benefícios pós emprego e o que efectivamente ocorreu (bem como de alterações efectuadas nos mesmos e do diferencial entre o valor esperado da rentabilidade dos activos dos fundos e a rentabilidade real) conforme política descrita na Nota 1.22.1. No exercício de 2012 o Grupo registou desvios actuariais positivos num montante líquido de impostos diferidos de Euros 10.679.520.

28. Impostos diferidos

No exercício de 2012, o movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos, foi o seguinte:

Valores em Euros	1 de Janeiro de 2012	Ajustamento Cambial	Demonstração de resultados		Lucros Retidos	Transferências	Activos detidos para venda	Varição de perímetro	31 de Dezembro de 2012
			Aumentos	Reduções					
Diferenças temporárias que originam activos por impostos diferidos									
Prejuízos fiscais reportáveis	25.672.642	(24.929)	4.752.322	(6.830.820)	-	(12.235)	2.584.680	4.170.198	30.311.858
Provisões tributadas	22.047.015	(177.501)	7.687.499	(5.643.040)	-	-	1.386.958	9.734.540	35.035.471
Ajustamento de activos imobilizados	103.087.110	-	763.860	(24.889.261)	-	-	-	-	78.961.709
Insuficiência do fundo de pensões	3.290.146	(3.304)	-	(100.013)	53.174	19.901	-	36.836	3.296.740
Instrumentos financeiros	2.869.071	-	(35.835)	106.309	416.692	-	-	-	3.356.237
Mais-valias contabilísticas diferidas (intra-grupo)	19.740.576	-	2.380.166	(6.015.808)	-	-	-	801.464	16.906.398
Valorização das florestas em crescimento	(6.757.352)	-	5.828.712	(3.876.253)	-	-	-	-	(4.804.893)
Amortizações em activos sujeitos à IFRIC 4	139.499	-	724.350	(724.350)	-	-	-	-	139.499
Responsabilidade por subsídio de reforma	238.738	(6.027)	62.280	-	(34.669)	-	-	224.245	484.567
Responsabilidade por prémio de antiguidade	472.538	-	(591)	(375.340)	-	-	-	454.598	551.205
Benefícios de reforma sem fundo autónomo	4.093.269	-	(655.743)	(475.427)	(95.037)	-	-	3.872.659	6.739.721
Desreconhecimento do subsídio ao invest. - harmonização política	2.484.317	-	(499.228)	-	-	-	-	2.144.001	4.129.090
Responsabilidade por assistência na doença	6.222.648	-	13.305	(10.702.952)	(888.444)	-	-	6.159.335	803.892
Outras diferenças temporárias	4.344.490	(2.997)	4.985.192	(544.607)	-	-	3.715	4.078.898	12.864.691
	204.547.096	(214.758)	27.161.260	(62.209.994)	(928.674)	(87.371)	3.975.353	31.676.774	203.919.686
Diferenças temporárias que originam passivos por impostos diferidos									
Reavaliação de activos imobilizados	(8.556.186)	7.277.123	-	6.431.477	-	-	(10.444)	(48.473.119)	(43.331.149)
Benefícios de reforma	(905.515)	-	(12.270)	-	(593.663)	-	-	-	(1.511.448)
Instrumentos financeiros	(802.996)	-	(106.309)	-	1.578.313	-	-	(775.316)	(106.308)
Justo valor dos activos fixos	(407.376.897)	-	-	15.271.550	-	-	-	-	(392.105.347)
Incentivos Fiscais	(97.102.975)	-	(37.305.883)	33.189.725	-	-	-	-	(101.219.133)
Extensão da vida útil dos activos fixos tangíveis	(46.650.817)	148.302	(24.253.336)	-	-	-	-	(1.867.841)	(72.623.692)
Menos-valias diferidas contabilísticas intra-grupo	(221.190.211)	42.723	(49.360.562)	54.684.752	-	-	-	(5.034.647)	(220.857.945)
Mais valia fiscais com tributação diferida	(502.626)	-	-	72.083	-	-	(2.128)	(471.809)	(904.480)
Harmonização do critério das amortizações	(89.374.110)	706.656	(5.396.448)	-	-	-	-	(72.865.767)	(166.929.669)
Justo valor dos activos intangíveis	(151.488.000)	-	-	-	-	-	-	-	(151.488.000)
Justo valor de subsidiárias	(74.538.809)	2.707.307	-	8.798.023	-	(2.801.413)	-	(59.231.473)	(125.066.365)
Outras diferenças temporárias	(22.581.438)	(1)	-	19.537.901	-	(40.660)	-	(241.846)	(3.326.044)
	(1.121.070.579)	10.882.110	(116.434.808)	137.985.511	984.650	(40.660)	(2.813.985)	(188.961.818)	(1.279.469.579)
Activos por impostos diferidos	61.643.040	(64.794)	1.385.516	(12.200.771)	(344.390)	(18.784)	1.013.253	9.445.334	60.858.404
Passivos por impostos diferidos	(339.427.148)	2.269.414	(35.700.684)	32.045.010	395.677	8.061	(655.099)	(114.141.577)	(455.206.346)

No exercício de 2011, o movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos foi o seguinte:

Valores em Euros	1 de Janeiro de 2011	Ajustamento Cambial	Demonstração de resultados		Lucros Retidos	Transferências	Varição de perímetro	31 de Dezembro de 2011
			Aumentos	Reduções				
Diferenças temporárias que originam activos por impostos diferidos								
Prejuízos fiscais reportáveis	24.548.901	-	1.123.741	-	-	-	-	25.672.642
Provisões tributadas	18.894.079	57.687	2.226.629	-	-	868.619	-	22.047.014
Ajustamento de activos imobilizados	52.279.176	-	50.807.934	-	-	-	-	103.087.110
Insuficiência do fundo de pensões	3.545.766	(974)	78.941	(8.219)	(31.103)	(294.265)	-	3.290.146
Instrumentos financeiros	1.229.620	-	37.300	-	1.602.151	-	-	2.869.071
Mais-valias contabilísticas diferidas (intra-grupo)	10.150.996	-	9.652.389	-	(62.809)	-	-	19.740.576
Valorização das florestas em crescimento	1.017.572	-	-	(7.774.924)	-	-	-	(6.757.352)
Amortizações em activos sujeitos à IFRIC 4	3.771.050	-	-	(3.631.551)	-	-	-	139.499
Responsabilidade por subsídio de reforma	608.837	5.782	-	(353.620)	(22.261)	-	-	238.738
Responsabilidade por prémio de antiguidade	709.385	-	-	(236.847)	-	-	-	472.538
Benefícios de reforma sem fundo autónomo	4.928.036	-	-	(387.060)	(263.306)	(184.401)	-	4.093.269
Desreconhecimento do subsídio ao invest. - harmonização política	2.677.172	-	-	(192.854)	-	-	-	2.484.318
Responsabilidade por assistência na doença	6.370.842	-	-	(73.930)	(74.264)	-	-	6.222.648
Outras diferenças temporárias	3.083.210	(14.049)	1.337.811	(73.277)	10.938	(868.619)	868.476	4.344.490
	133.814.642	48.446	81.867.134	(12.732.282)	1.159.345	(478.666)	868.476	204.547.095
Diferenças temporárias que originam passivos por impostos diferidos								
Reavaliação de activos imobilizados	(12.193.318)	-	-	1.903.607	1.738.456	-	(4.930)	(8.556.185)
Benefícios de reforma	(993.803)	-	(71.070)	-	159.358	-	-	(905.515)
Instrumentos financeiros	(1.076.338)	-	-	-	273.342	-	-	(802.996)
Justo valor dos activos fixos	(419.469.009)	-	(3.179.438)	15.271.550	-	-	-	(407.376.897)
Incentivos Fiscais	(82.938.221)	-	(13.859.014)	-	(305.739)	-	-	(97.102.975)
Extensão da vida útil dos activos fixos tangíveis	(121.524.198)	13.843	(153.667)	75.013.205	-	-	-	(46.650.817)
Menos-valias diferidas contabilísticas intra-grupo	(110.051.533)	(171.233)	(110.967.445)	-	-	-	-	(221.190.211)
Mais valia fiscais com tributação diferida	(541.150)	-	-	205.465	-	-	(166.941)	(502.626)
Harmonização do critério das amortizações	(85.191.788)	51.983	(4.234.305)	-	-	-	-	(89.374.110)
Justo valor dos activos intangíveis	(151.488.000)	-	-	-	-	-	-	(151.488.000)
Justo valor de subsidiárias	(71.061.523)	(108.241)	-	1.783.666	55.391	-	(5.208.102)	(74.538.809)
Outras diferenças temporárias	(33.462.200)	-	-	10.891.122	-	-	(10.359)	(22.581.437)
	(1.089.991.081)	(213.648)	(132.464.939)	105.068.615	1.920.807	-	(5.390.332)	(1.121.070.578)
Activos por impostos diferidos	37.157.841	4.708	27.517.580	(3.325.280)	326.448	(175.774)	137.517	61.643.040
Passivos por impostos diferidos	(313.340.341)	3.346	(55.278.482)	30.529.242	(62.545)	175.774	(1.454.142)	(339.427.148)

Na mensuração dos impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2012, foi utilizada como taxa de imposto a taxa de IRC de 31,50%. Esta taxa inclui a estimativa do impacto da derrama estadual, introduzida nas medidas temporárias do Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC), e legislada pela Lei 12-A/2010 posteriormente alterada pela Lei n.º 64-B/2011, apesar de ser entendimento da empresa que a reversão dos impostos diferidos registados irá ocorrer num período posterior ao abrangido pelo PEC, isto é, após 2013.

Prejuízos fiscais reportáveis com imposto diferido activo

São reconhecidos impostos diferidos activos sobre prejuízos fiscais na medida em que seja provável a realização do respectivo benefício fiscal, através da existência de lucros tributáveis futuros.

Os impostos diferidos activos reconhecidos pelo Grupo referem-se a prejuízos fiscais que podem ser deduzidos aos lucros tributáveis futuros, conforme segue:

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011	Data limite
Interholding Investment BV	24.332.428	24.332.428	2013
Raiz - Instituto de Investigação da Floresta e Papel	-	510.584	-
LUSOINERTES, Unipessoal, Lda.	-	829.630	-
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	5.112.968	-	2017
Cimentos Madeira, Lda.	228.917	-	2017
Margem - Companhia de Mineração	442.428	-	Indefinida
ABAPOR	161.488	-	2015
AISIB	33.629	-	2026
	30.311.858	25.672.642	

Prejuízos fiscais reportáveis sem imposto diferido activo

Os prejuízos fiscais sobre os quais o Grupo considera não existir a capacidade de dedução a lucros tributáveis futuros, e como tal sem imposto diferido activo, detalham-se conforme segue:

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011	Data limite
Semapa e Holdings			
Semapa SGPS S.A.	130.865.409	99.241.405	2015
Seinpart SGPS S.A.	4.178.603	8.423.900	2015
Cimentos e Derivados			
Betomadeira, S.A.	1.660.069	869.135	2015
Cimentos Costa Verde	-	166.034	-
Florimar, SGPS, Lda	98.497	43.725	2017
I3 Participações e Serviços, Lda.	81.706	36.303	Indefinida
LUSOINERTES, Unipessoal, Lda.	3.201.251	-	2017
Madebritas, Lda.	45.339	50.747	2017
Parcim, B.V.	178.126	52.535	Indefinida
Pedra Regional. S.A.	768.489	344.546	2017
Promadeira, Lda.	-	416.009	-
Probicom - Produção de Compostos e Biomassa, S.A.	-	885	-
Reficomb- Refinação e Comercialização de Combustíveis, S.A.	4.431	1.579	2015
Secil - Comp. ^a Geral de Cal e Cimento, S.A.	11.947.981	-	2017
Secil Angola, SARL	-	164.244	-
Secil Cabo Verde Comércio e Serviços, Lda.	106.901	-	2015
Secil Pré-betão, S.A.	4.953.172	2.520.608	2017
Secil Unicon - S.G.P.S., Lda.	42.945	13.804	2017
Serife, Lda.	-	118.949	-
Silonor, S.A.	11.100.206	5.271.352	Indefinida
Soime, S.A.L.	532.705	112.452	2015
Solenreco-Produção e Comercialização de Combustíveis, Lda.	351.823	76.671	2017
Uniconcreto - Betão Pronto, S.A.	4.617.583	-	2017
Valcem, Lda.	-	249.247	-
Zarzis Béton	99.507	53.551	2020
	174.834.743	118.227.681	

29. Pensões e outros benefícios pós-emprego

Conforme referido na Nota 1.22 o Grupo atribui aos seus trabalhadores e seus familiares diversos benefícios pós emprego.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as responsabilidades em balanço detalham-se como segue:

2012	Pasta e Papel	Cimento e Derivados	Holdings	Total
Responsabilidades com Pensões	119.168.773	29.469.859	1.374.716	150.013.348
Fundo de pensões	(117.050.324)	(27.663.712)	-	(144.714.036)
Conta reserva (excesso de fundo na passagem a CD)	-	(1.012.191)	-	(1.012.191)
Responsabilidades com pensões não cobertas	2.118.449	793.956	1.374.716	4.287.121

Outras Responsabilidades sem fundo afecto

Assistência na Doença	-	983.936	-	983.936
Reforma e Morte	3.196.228	484.567	-	3.680.795
Prémio de Antiguidade	-	551.207	-	551.207
Total responsabilidades não cobertas	5.314.677	2.813.666	1.374.716	9.503.059

2011	Pasta e Papel	Cimento e Derivados	Holdings	Total
Responsabilidades com Pensões	118.152.978	18.109.711	100.101.270	236.363.959
Fundo de pensões	(104.716.904)	(14.380.563)	-	(119.097.467)
Capital seguro	-	820.423	-	820.423
Apólices de Seguro	-	(1.179.025)	-	(1.179.025)
Conta reserva (excesso de fundo na passagem a CD)	-	(266.165)	-	(266.165)
Responsabilidades com pensões não cobertas	13.436.074	3.104.381	100.101.270	116.641.725

Outras Responsabilidades sem fundo afecto

Assistência na Doença	-	6.402.693	-	6.402.693
Reforma e Morte	3.246.711	238.738	-	3.485.449
Prémio de Antiguidade	-	472.539	-	472.539
Total responsabilidades não cobertas	16.682.785	10.218.351	100.101.270	127.002.406

Semapa

Em Assembleia Geral da Semapa, que teve lugar no dia 27 de Dezembro de 2012, foi aprovado por unanimidade revogar o sistema de reforma dos administradores, que tinha sido aprovado na Assembleia Geral da sociedade do dia 30 de Março de 2005.

Na sequência desta deliberação foi colocada à consideração de cada beneficiário a possibilidade de resgate antecipado mediante um desconto entre 20% e 25% aplicável ao total das responsabilidades individuais afetas a cada pessoa. Esta proposta teve a aceitação da quase totalidade dos beneficiários aos quais foram pagos 40% dos montantes das responsabilidades provisionadas, deduzidas do desconto referido, ficando o pagamento dos restantes 60%, diferido por um prazo não superior a três anos. Deste desconto resultou um ganho de Euros 19.053.485 registado na rubrica Gastos com pessoal (Nota 6). Assim, em 31 de Dezembro de 2012, o montante do passivo reflectido em balanço, na rubrica Responsabilidades por benefícios pós emprego, corresponde à responsabilidade da Semapa afeta a um beneficiário que optou por não aderir à revogação e resgate nos termos previstos e deliberados pela Assembleia Geral, ascendendo esta responsabilidade a Euros 1.374.716.

Subgrupo Portucel

Presentemente, coexistem diversos planos de complemento de pensões de reforma e de sobrevivência, bem como de prémios de reforma, no conjunto das empresas que constituem o perímetro de consolidação do Grupo Portucel, existindo, para determinadas categorias de trabalhadores activos, planos com carácter supletivo em relação aos abaixo descritos, igualmente com património autónomo afecto à cobertura dessas responsabilidades adicionais.

Nos termos do Regulamento dos Benefícios Sociais em vigor, os empregados do quadro permanente da Portucel que optaram por não transitar para o Plano de contribuição definida bem como os reformados à data dessa transição (1 de Janeiro de 2009), com mais de cinco anos de serviço têm direito, após a passagem à reforma ou em situação de invalidez, a um complemento mensal de pensão de reforma ou de invalidez. Esse complemento está definido de acordo com uma fórmula que tem em consideração a remuneração mensal ilíquida actualizada para a categoria profissional do empregado à data da reforma e o número de anos de serviço, no máximo de 30, sendo ainda garantidas pensões de sobrevivência ao cônjuge e a descendentes directos.

Para cobrir esta responsabilidade, foram constituídos fundos de pensões autónomos, geridos por entidade externa, estando os activos dos fundos repartidos por cada uma das empresas.

Adicionalmente, a Portucel assumiu responsabilidades de pagamento de um prémio de reforma, equivalente a 6 meses de vencimento, caso o empregado se reforme na data normal da reforma (65 anos).

Em 31 de Dezembro de 2012, o montante de responsabilidades afectas a planos de benefícios pós-emprego respeitantes aos administradores do Grupo Portucel, ascendia a Euros 2.439.412 (31 de Dezembro de 2011: Euros 4.629.594). Durante o exercício de 2012, a subsidiária Soporcel acordou com um grupo de Administradores e ex-Administradores pensionistas beneficiários do Plano de benefícios assegurado por esta empresa o resgate das suas responsabilidades mediante o pagamento a desconto desses valores com um benefício líquido para a empresa de Euros 742.888.

Subgrupo Secil

O Fundo de Pensões do subgrupo Secil é o suporte financeiro para o pagamento dos benefícios previstos nos Planos de Pensões de cada associada (geridos conjuntamente).

Planos de Pensões de Contribuição definida

Os Planos de Pensões de Contribuição Definida existentes no Grupo detalham-se como segue:

Subgrupo Portucel

A Portucel assumiu compromissos relativos à contribuição para planos de contribuição definida de uma percentagem dos vencimentos dos funcionários abrangidos por esses planos, por forma a proporcionar um complemento de pensões de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência.

Subgrupo Secil

Em Setembro de 2010, foi alterado o contrato constitutivo do Fundo de Pensões Secil, que passou a designar-se por Fundo de Pensões do Grupo Secil, substituindo integralmente o anterior contrato e produzindo efeitos a 1 de Janeiro de 2010.

São associadas do Fundo, a Secil e as suas subsidiárias:

- (i) CMP – Cimentos Maceira e Pataias, S.A. e Unibetão –Indústrias de Betão Preparado, S.A., que integraram (e extinguíram simultaneamente) os seus Fundos de Pensões no Fundo de pensões da Secil;
- (ii) Cimentos Madeira, Lda., que integrou (e extinguiu simultaneamente) a sua apólice de seguro no Fundo de pensões da Secil;
- (iii) Britobetão – Central de Betão, Lda., Secil Britas, S.A., Quimipiedra – Secil Britas, Calcários e Derivados, Lda., Beto Madeira, S.A., Brimade, S.A. e Eurobetão – Betão Pronto, S.A.,

As subsidiárias Cimentos Madeira e Brimade, integraram o Fundo de Pensões do Grupo Secil no decurso do corrente período.

A Cimentos Madeira alterou, com efeitos a 1 de Janeiro de 2012, para contribuição definida o plano de benefícios definidos que assegurava directamente aos seus empregados a título de complemento de reforma por velhice, invalidez, reforma antecipada e pensões de sobrevivência.

O plano de pensões de contribuição definida constituído inclui todos os empregados que à data de 1 de Janeiro de 2012 tinham um contrato de trabalho sem termo (e que se encontravam abrangidos pelo plano de benefícios definidos em vigor na empresa) e todos os empregados admitidos ao abrigo de um contrato sem termo, a partir dessa data, sendo também aplicável aos membros dos órgãos de administração.

O património líquido positivo resultante da transição dos trabalhadores no activo da Cimentos Madeira do plano de benefício definido para o plano de contribuição definida, após a transferência das responsabilidades por serviços passados financiadas com referência a 31 de Dezembro de 2011 e garantindo o financiamento das

responsabilidades com reformados e pensionista a cargo do Plano de Pensões de Benefício Definido foi transferido para a Conta Reserva da respectiva associada e afecto ao Plano de Contribuição Definida.

Relativamente à Brimade, estão abrangidos por este plano todos os trabalhadores que tinham à data de 1 de Julho de 2012 um contrato de trabalho sem termo e todos os trabalhadores que venham a ser admitidos ao serviço após essa data.

Planos de Pensões de Benefícios definidos

(i) Planos de benefícios definidos com fundos geridos por terceiras entidades

RESPONSABILIDADES POR COMPLEMENTOS DE PENSÕES DE REFORMA E SOBREVIVÊNCIA

A Secil e as suas subsidiárias CMP - Cimentos Maceira e Pataias, S.A., Unibetão - Industrias de Betão Preparado, S.A., Cimentos Madeira, Lda, Betomadeira, S.A. e Societé des Ciments de Gabes assumiram o compromisso de pagar aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de reforma por velhice, invalidez, reforma antecipada e pensões de sobrevivência e subsídio de reforma.

As responsabilidades derivadas destes planos são asseguradas por fundos autónomos, administrados por terceiros, ou cobertas por apólices de seguro.

Estes planos são avaliados semestralmente, às datas dos fechos intercalar e anuais das demonstrações financeiras, por entidades especializadas e independentes, utilizando o método de crédito da unidade projectada.

(ii) Planos de benefícios definidos a cargo do Grupo

RESPONSABILIDADES POR COMPLEMENTOS DE PENSÕES DE REFORMA E SOBREVIVÊNCIA

As responsabilidades decorrentes dos reformados da Secil, à data de constituição do Fundo de Pensões, 31 de Dezembro de 1987, são asseguradas directamente pela Secil. Em 26 de Junho de 2012, as responsabilidades a cargo da Cimentos Madeira, Lda. e Betomadeira- Betões e Britas da Madeira, S.A. relativas a todos os reformados e pensionistas que à data de 1 de Julho se encontravam a receber uma pensão, foram transferidas para o Plano de Pensões de Benefícios Definidos Cimentos Madeira o qual integrou o Fundo de Pensões Secil.

Estes planos são igualmente avaliados semestralmente, por entidades independentes, utilizando o método de cálculo dos capitais de cobertura correspondentes aos prémios únicos das rendas vitalícias imediatas, na avaliação das responsabilidades com actuais pensionistas e o método de crédito da unidade projectada, na avaliação das responsabilidades com activos.

RESPONSABILIDADES POR ASSISTÊNCIA NA DOENÇA

A Secil e a suas subsidiárias CMP - Cimentos Maceira e Pataias, S.A. e Cimentos Madeira, Lda., mantêm com os seus empregados regimes de assistência na doença, de natureza supletiva relativamente aos serviços oficiais de saúde, extensivo a familiares, pré-reformados e reformados e viúvas, através de um seguro de saúde contratado.

RESPONSABILIDADES POR SUBSÍDIOS DE REFORMA E MORTE

A Secil e as suas subsidiárias a seguir identificadas assumiram com os seus trabalhadores a responsabilidade pelo pagamento de subsídio de reforma por velhice e por invalidez e subsídio por morte, com os seguintes critérios de atribuição:

- (i) na Secil e na subsidiária CMP – Cimentos Maceira e Pataias, S.A., um subsídio por morte do trabalhador activo, igual a 1 mês do último salário auferido;
- (ii) na Secil Angola, S.A.R.L. e Secil Lobito, S.A. (Angola), na data da reforma, de acordo com a Lei Geral do Trabalho Nº 2/2000, um subsídio de reforma que representa um quarto do último salário multiplicado pelo nº de anos ao serviço na empresa;
- (iii) na Societé des Ciments de Gabes (Tunísia), na data da reforma, com base no Acordo Colectivo de Trabalho, artigo 52, um subsídio de reforma, que representa: (i) 2 meses do último salário, se o trabalhador tem

menos de 30 anos ao serviço da empresa e (ii) 3 meses do último salário, se o trabalhador tem 30 anos ou mais ao serviço da empresa.

No corrente período, a Cimentos Madeira, Lda., extinguiu o benefício concedido aos seus trabalhadores na data da reforma de um subsídio de reforma correspondente a três salários pensionáveis.

A Secil e a subsidiária CMP – Cimentos Maceira e Pataias, S.A., assumiram com os seus trabalhadores a responsabilidade pelo pagamento de um subsídio por morte do trabalhador activo, de igual valor a 1 mês do último salário auferido.

RESPONSABILIDADES POR PRÉMIOS DE ANTIGUIDADE

A Secil e a subsidiária CMP – Cimentos Maceira e Pataias, S.A., assumiram com os seus trabalhadores a responsabilidade pelo pagamento de prémios àqueles que atingem 25 anos de antiguidade nas referidas empresas, os quais são pagos no ano em que o trabalhador perfaz aquele número de anos ao serviço da subsidiária.

PRESSUPOSTOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES

Os estudos actuariais desenvolvidos por entidades independentes, com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, para efeitos de apuramento nessas datas das responsabilidades por serviços passados, tiveram por base os seguintes pressupostos:

	31-12-2012	31-12-2011
Formula de Benefícios da Segurança Social	Decreto-Lei nº 187/2007 de 10 de Maio	Decreto-Lei nº 187/2007 de 10 de Maio
Tabelas de invalidez	EKV 80	EKV 80
Tabelas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de crescimento salarial - Grupo Secil	1,50%	2,50%
Taxa de crescimento salarial - Restantes empresas	2,00%	2,00%
Taxa de juro técnica	5,00%	5,00%
Taxa de crescimento das pensões - Grupo Secil	0,90%	1,58%
Taxa de crescimento das pensões - Restantes empresas	1,75%	1,75%
Taxa de reversibilidade das pensões Semapa	50,00%	50,00%
Nº de prestações anuais do complemento Semapa	12	12
Taxa de crescimento das despesas de saúde	4,60%	4,60%
Prémio de seguro de saúde	300,00	531,76

A taxa de crescimento dos custos com saúde, de 4,60%, foi determinada de acordo com os seguintes componentes:

- Taxa de inflação: 2%
- Diferencial histórico entre IPC geral e IPC Saúde: 0,10%
- Prémio (relativo a aumentos reais dos prémio do seguro de saúde, reflectindo a margem dos seguradores): 2,50%

A taxa de retorno esperada dos activos foi determinada tendo por base as rendibilidades mensais históricas (dos últimos 20 anos) para as diversas classes de activos que integram a alocação estratégica do Fundo de Pensões.

A tabela abaixo apresenta informação histórica para um período de cinco anos sobre o valor actual das responsabilidades, o valor de mercado dos fundos, as responsabilidades não financiadas e os ganhos e perdas actuariais líquidos.

O detalhe desta informação nos últimos cinco exercícios é como segue:

Valores em Euros	2008	2009	2010	2011	2012
V. presente das obrigações dos BD	265.662.626	272.313.818	246.197.433	247.545.062	155.229.286
Justo valor dos activos do plano	140.519.777	151.828.873	119.815.373	120.542.657	145.726.227
Excedente / (défice)	(125.142.849)	(120.484.945)	(126.382.060)	(127.002.405)	(9.503.059)
Desvios actuariais	(312.926)	10.244.403	(4.990.550)	1.060.676	11.654.475

FUNDOS AFECTOS AOS PLANOS DE BENEFÍCIO COM PENSÕES

No exercício de 2012 e 2011 a evolução do património dos fundos foi conforme segue:

Valores em Euros	31-12-2012		31-12-2011	
	Fundo autónomo	Capital seguro	Fundo autónomo	Capital seguro
Valor no início do exercício	119.097.467	1.179.025	118.286.476	1.094.663
Variação de perímetro	13.816.620	1.132.788	-	-
Cortes e Liquidações	(3.943.060)	-	-	(486)
Variação cambial	90.669	(10.421)	-	42.026
Dotação efectuada	10.868.537	50.011	6.314.655	48.893
Rendimento esperado vs real	4.987.311	-	(7.012.913)	-
Rendimento esperado	4.325.557	-	5.089.484	(6.072)
Pensões pagas	(6.796.103)	-	(3.580.235)	-
Reformas processadas	-	(79.320)	-	-
Trf de responsabilidades para o Fun	2.095.284	(2.095.284)	-	-
Valor no fim do exercício	144.542.282	176.799	119.097.467	1.179.024

Os valores das dotações no exercício correspondem à indicação dos actuários com que o Grupo trabalha das necessidades de financiamento dos diversos planos que mantém, sendo seguido um plano de recuperação dos níveis de financiamento aos mínimos impostos pelos respectivos regulamentos, quando aplicável.

A composição dos fundos, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, é conforme segue:

Valores em Euros	31-12-2012	%	31-12-2011	%
Acções	28.264.660	19,6%	20.988.862	17,6%
Obrigações	69.639.065	48,2%	56.087.065	47,1%
Dívida Pública	7.422.829	5,1%	9.533.727	8,0%
Imobiliário	217.020	0,2%	91.625	0,1%
Liquidez	38.498.894	26,6%	31.877.294	26,8%
Outras aplicações	499.814	0,3%	518.895	0,4%
	144.542.282	100,0%	119.097.467	100,0%

Evolução das Responsabilidades com pensões e outros benefícios pós emprego em balanço

A evolução das responsabilidades líquidas assumidas, reflectidas no balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2012, são conforme segue:

Valores em Euros	Saldo inicial	Variação de Perímetro	Acréscimo/ (Redução) Responsabilidade	(Acréscimo)/ Redução Valor Activos	Saldo final
Benefícios pós-emprego					
Pensões a cargo do Grupo	104.194.538	3.932.748	(100.012.852)	-	8.114.434
Pensões com fundo autónomo	12.392.500	(1.002.649)	9.130.558	(24.442.590)	(3.922.181)
Apólice de Seguro	54.688	52.544	(12.364)	-	94.868
Morte e subsídios de reforma	3.485.449	229.376	(34.030)	-	3.680.795
Assistência na doença	6.402.692	6.151.606	(11.570.362)	-	983.936
Prémios de antiguidade	472.538	454.008	(375.339)	-	551.207
	127.002.406	9.817.632	(102.874.389)	(24.442.590)	9.503.059

Gastos suportados com Pensões e outros benefícios pós emprego

Relativamente aos gastos suportados no exercício de 2012 e 2011 com pensões e outros benefícios pós emprego, o detalhe é conforme segue:

Valores em Euros	31-12-2012				
	Serviços cor/pass	Custo dos juros	Retorno esperado dos activos	Cortes e Liquidações e Remissões	Impacto no resultado do período
Benefícios pós-emprego					
Pensões a cargo do Grupo	867.625	5.216.622	-	(19.097.434)	(13.013.187)
Pensões com fundo autónomo	2.602.348	7.890.403	(9.374.355)	2.778.139	3.896.535
Morte e subsídios de reforma	30.834	44.653	-	(9.351)	66.136
Assistência na doença	165.367	517.417	-	(10.796.311)	(10.113.527)
Prémios de antiguidade	26.672	31.195	-	(108.091)	(50.224)
Contribuições para planos CD	1.016.336	-	-	-	1.016.336
	4.709.182	13.700.290	(9.374.355)	(27.233.048)	(18.197.931)

Valores em Euros	31-12-2011						
	Serviços cor/pass	Custo dos juros	Retorno esperado dos activos	Cortes e Liquidações	Outros	Planos de Contribuição Definida	Impacto no resultado do período
Benefícios pós-emprego							
Pensões a cargo do Grupo	840.185	5.128.946	-	(28.970)	-	-	5.940.161
Pensões com fundo autónomo	2.707.016	6.377.121	(5.887.114)	-	198.683	1.428.147	4.823.853
Apólice de Seguro	-	-	-	-	-	-	-
Morte e subsídios de reforma	27.858	38.776	-	-	(378.975)	-	(312.341)
Assistência na doença	131.118	325.168	-	-	(115.184)	-	341.102
Prémios de antiguidade	44.926	52.013	-	-	(193.129)	-	(96.190)
	3.751.103	11.922.024	(5.887.114)	(28.970)	(488.605)	1.428.147	10.696.585

30. Provisões

No decurso do exercício de 2012 e 2011, realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

Valores em Euros	Processos Judiciais	Recuperação Ambiental	Outras	Total
1 de Janeiro de 2011	1.431.707	3.013.449	31.818.707	36.263.863
Variação de perímetro	-	319.789	646.952	966.741
Aumentos (Nota 6)	383.361	-	20.826.465	21.209.826
Reversões (Nota 6)	(460.842)	(74.983)	(21.991.897)	(22.527.722)
Utilizações	-	(21.002)	(210.586)	(231.588)
Ajustamento Cambial	-	-	22.512	22.512
Descontos financeiros	-	201.648	-	201.648
31 de Dezembro de 2011	1.354.226	3.438.901	31.112.153	35.905.280
Variação de perímetro	-	3.324.421	7.765.245	11.089.666
Aumentos (Nota 6)	18.533	15.327	13.261.509	13.295.369
Reversões (Nota 6)	(109.635)	(103.220)	(22.591.063)	(22.803.918)
Utilizações	-	(13.087)	(3.180.473)	(3.193.560)
Ajustamento Cambial	-	(289)	(51.053)	(51.341)
Descontos financeiros	-	295.234	(18.490)	276.744
31 de Dezembro de 2012	1.263.124	6.957.288	26.297.829	34.518.241

O montante apresentado na rubrica “Outros” refere-se a provisões para fazer face a riscos relacionados com eventos/diferendos de natureza diversa com Outros Entes Públicos, de cuja resolução poderão resultar saídas de fluxos de caixa.

31. Passivos remunerados

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a dívida líquida remunerada detalha-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011
Divida a terceiros remunerada		
Não Corrente	1.681.677.079	1.156.533.619
Corrente	333.104.559	251.991.062
	2.014.781.638	1.408.524.681
Caixa e seus equivalentes		
Numerário	356.386	162.429
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	30.389.153	13.178.828
Outras aplicações de tesouraria	382.930.541	402.356.318
	413.676.080	415.697.575
Valor de mercado dos títulos em carteira	148.106.042	79.678.863
Dívida líquida remunerada	1.452.999.516	913.148.243

Dívida remunerada não corrente

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a dívida remunerada não corrente detalha-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011
Não correntes		
Empréstimos por obrigações	873.695.261	645.400.000
Papel Comercial	199.450.000	130.850.000
Empréstimos bancários	606.622.825	377.135.697
Encargos com emissão de empréstimos	(10.651.043)	(4.263.641)
Dívida bancária remunerada	1.669.117.043	1.149.122.056
Locação Financeira	3.818.485	2.254.664
Outros empréstimos - QREN	8.741.551	5.156.899
Outras dívidas remuneradas	12.560.036	7.411.563
Total de dívida remunerada não corrente	1.681.677.079	1.156.533.619

Empréstimos por obrigações

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os empréstimos por obrigações correntes e não correntes detalham-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011	Vencimento	Indexante
Portucel 2005 / 2012	-	150.000.000	Outubro 2012	Euribor 6m
Portucel 2005 / 2013	200.000.000	200.000.000	Maio 2013	Euribor 6m
Portucel 2010 / 2015 - 2ª emissão	100.000.000	100.000.000	Fevereiro 2015	Euribor 6m
Portucel 2010 / 2015	100.000.000	100.000.000	Janeiro 2015	Euribor 6m
Semapa 2006 / 2016	175.000.000	175.000.000	Abril 2016	Euribor 6m
Semapa 2006 / 2016	50.000.000	50.000.000	Maio 2016	Euribor 6m
SBI 2007 / 2017	40.000.000	20.400.000	Dezembro 2017	Euribor 6m
Semapa 2012 / 2015	300.000.000	-	Março 2015	Taxa fixa
Secil 2012 / 2017	60.000.000	-	Dezembro 2017	Euribor 6m
NSOSPE	48.695.261	-	Março 2017	CDI
	1.073.695.261	795.400.000		

A Semapa SGPS, SA, tem contratado dois empréstimos obrigacionistas, nos montantes de Euros 50.000.000 e Euros 175.000.000 pelo prazo de 10 anos. Este último encontra-se cotado na Euronext Lisboa sob a designação “Obrigações Semapa 2006/2016” ascendendo o seu valor unitário, em 31 de Dezembro de 2012, a Euros 88,25 (Euros 95,25 em 31 de Dezembro de 2011).

No exercício de 2012 a Semapa efetuou uma emissão de um empréstimo obrigacionista num montante total de Euros 300.000.000 com maturidade de 3 anos (2015), cotado na Euronext Lisboa sob a designação “Obrigações Semapa 2012/2015” ascendendo o seu valor unitário, em 31 de Dezembro de 2012, a Euros 103,66.

Ainda no decurso do corrente exercício de 2012 a subsidiária NSOSPE (Brasil) efectuou uma emissão de um empréstimo obrigacionista num montante total de Reais 128.100.000 com maturidade de 5 anos (2017).

Em Dezembro de 2009 a Portucel contraiu um empréstimo obrigacionista com a designação “Obrigações Portucel / 2010-2015”, no montante de Euros 100.000.000, que foi utilizado apenas em Fevereiro de 2010. O empréstimo está indexado à Euribor a seis meses, sendo amortizado 40% no final do 4º ano e os restantes 60% na maturidade.

Em Fevereiro de 2010, a Portucel contraiu um empréstimo adicional denominado “Obrigações Portucel - 2010 /2015 - 2ª Emissão”, no montante de Euros 100.000.000, com um reembolso único na maturidade, em Fevereiro de 2015.

Papel Comercial

No exercício de 2006, a Semapa contratou um programa de papel comercial até ao montante máximo de Euros 175.000.000, pelo prazo de 10 anos, do qual se encontra utilizado um montante de Euros 174.450.000, em 31 de Dezembro de 2012.

No exercício de 2008, a Semapa e a ETSA Investimentos (ex-Verdeoculto) contrataram um programa de papel comercial grupado até ao montante máximo de Euros 70.000.000, pelo prazo de 5 anos, do qual se encontra utilizado pela Semapa um montante de Euros 25.000.000, em 31 de Dezembro de 2012.

Prazos de reembolso dos empréstimos

Os prazos de reembolso relativamente ao saldo registado de empréstimos obrigacionistas, empréstimos bancários, papel comercial e outros empréstimos, de médio e longo prazo, detalham-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011
1 a 2 anos	184.464.261	424.199.727
2 a 3 anos	719.786.602	83.308.218
3 a 4 anos	494.181.811	193.331.836
4 a 5 anos	175.709.873	432.770.904
Mais de 5 anos	114.367.090	24.931.911
	1.688.509.637	1.158.542.596

Dívida remunerada corrente

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a dívida remunerada corrente detalha-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011
Correntes		
Empréstimos por obrigações	200.000.000	150.000.000
Empréstimos bancários	110.881.672	91.124.219
Dívida bancária remunerada	310.881.672	241.124.219
Empréstimos de curto prazo de accionistas	5.074.358	10.065.242
Locação Financeira	1.063.241	772.932
Outros empréstimos - POE	-	28.669
Outros empréstimos - QREN	1.143.146	-
Outras dívidas	14.942.142	-
Outras dívidas remuneradas	22.222.887	10.866.843
Total de dívida remunerada corrente	333.104.559	251.991.062

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os empréstimos bancários correntes e não correntes detalham-se como segue

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011	Indexante
Não correntes			
Holdings			
Caixa Galícia	8.000.000	12.000.000	Euribor 3m
Caixa Geral de Depósitos	100.000.000	133.079.000	Euribor 6m
Outros empréstimos	-	-	Vários
Segmento - Cimento e Derivados			
Amen Bank	5.525.117	2.789.896	TMM
Banco Espírito Santo	31.428.572	6.630.000	Euribor
Banco Santander Totta	65.133.739	6.120.000	Euribor 3M
Banco Caixa de Crédito Agrícola	25.000.000	-	Vários
Banque Mediterranee	4.907.924	983.868	Vários
UBCI Credit	6.561.462	3.510.079	TMM
Banco BRDE	196.774	-	-
Banco Volkswagen	81.626	-	-
Outros empréstimos	77.212.282	35.132.482	Vários
Segmento - Pasta e Papel			
BEI	274.345.238	169.047.619	Euribor 6m
Segmento - Ambiente			
Banco BBVA	-	148.335	Euribor 3m
Banco BPI	3.250.000	5.250.000	Euribor 3m
Banco Espírito Santo	1.800.000	-	Euribor 3m
Banco Santander Totta	750.000	1.750.000	Euribor 3m
Montepio	375.000	625.000	Euribor 6m
Outros empréstimos	2.055.091	69.418	Euribor 6m
	606.622.825	377.135.697	
Correntes			
Holdings			
Banco BPI	600.000	2.500.000	Euribor 1m
Caixa Galícia	4.000.000	4.000.000	Euribor 12m
Caixa Geral de Depósitos	333.469	516.634	Euribor 3m
Montepio	5.000.000	5.000.000	Euribor 3m
Fortis Bank	15.000.000	25.000.000	Euribor 3m
Segmento - Cimento e Derivados			
Banco Espírito Santo	714.286	323.506	Euribor 3m
Banco Santander Totta	516.194	-	Euribor 1s
Banco Itaú	2.353.158	-	-
Banco Bradesco	11.301.453	-	-
Banco Safra	2.282.967	-	-
Outros empréstimos	33.351.221	23.909.958	Vários
Segmento - Pasta e Papel			
Caja Duero	19.744.522	14.085.292	Euribor 6m
Segmento - Ambiente			
Banco BBVA	147.315	289.760	Euribor 3m
Banco BPI	3.750.000	3.500.000	Euribor 3m
Banco Espírito Santo	6.450.000	8.250.000	Euribor 3m
Banco Santander Totta	2.000.000	2.000.000	Euribor 3m
Caixa Geral de Depósitos	1.547.420	959.402	Euribor 3m
Montepio	750.000	750.000	Euribor 3m
Outros empréstimos	1.039.668	39.667	Euribor 3m
	110.881.672	91.124.219	
	717.504.497	468.259.916	

Valor de mercado dos títulos em carteira no Grupo

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a decomposição do valor de mercado dos títulos em carteira do Grupo para efeitos de cálculo da dívida líquida acima apresentada é como segue:

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011
Justo valor das acções próprias detidas pela Semapa	30.998.978	29.255.626
Justo valor das acções próprias detidas pela Portucel	108.026.503	40.641.775
Justo valor das acções do BES	100.889	152.179
Justo valor das acções do BCP	-	253.565
Justo valor das acções da EDP	8.979.672	9.375.718
	148.106.042	79.678.863

Dívida referente a locações financeiras

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os planos de reembolso da dívida do Grupo referente a locações financeiras, exceptuando os activos resultantes da aplicação da IFRIC 4 (Nota 17), detalha-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011
A menos de 1 ano	1.241.136	778.161
1 a 2 anos	1.081.794	566.537
2 a 3 anos	838.169	447.567
3 a 4 anos	776.877	289.995
4 a 5 anos	702.887	300.209
Mais de 5 anos	834.659	657.236
	5.475.522	3.039.705
Juros futuros	(593.795)	(12.109)
Valor actual das responsabilidades	4.881.726	3.027.596

Em 31 de Dezembro de 2012 o Grupo utiliza os seguintes bens adquiridos em Locação financeira:

Valores em Euros	31-12-2012		
	Valor	Amortização	Valor líquido
Equipamento básico	4.641.114	(1.299.133)	3.341.981
Equipamento básico - IFRIC 4 (Nota 17)	58.003.950	(42.288.502)	15.715.448
Equipamentos de transporte	1.680.575	(1.056.351)	624.224
	64.325.639	(44.643.986)	19.681.653

O Grupo detém uma participação de 18% na Soporgen – Sociedade Portuguesa de Geração de Electricidade e Calor, S.A. (Soporgen), empresa que tem como actividade principal a produção de energia eléctrica e vapor que é vendida à Soporcel.

A Soporcel tem a opção de compra do capital que ainda não detém da Soporgen até ao termo de vigência do contrato para fornecimento de vapor energia eléctrica existente entre a Soporgen e a Soporcel, opção exercível a 1 de Janeiro de cada ano de 2010 a 2015 por valores pré-fixados. Esta opção foi já exercida em Janeiro de 2013 conforme descrito na nota 44.

Em 2010, com o arranque da nova fábrica de papel, o Grupo reconheceu como um contrato de locação financeira o custo da unidade de produção de Precipitado de Carbonato de Cálcio instalada para o efeito pela Omya, S.A. no site industrial do Grupo em Setúbal, para utilização exclusiva daquela nova unidade fabril, revertendo a propriedade dos activos para a About The Future, S.A. no final do contrato.

Créditos bancários concedidos e não sacados

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os créditos bancários concedidos e não sacados, ascendiam a Euros 318.903.646 e Euros 332.924.686 respectivamente.

Financial Covenants

Para determinado tipo de operações de financiamento, existem compromissos de manutenção de certos rácios financeiros cujos limites se encontram previamente negociados. Os *covenants* existentes referem-se nomeadamente a cláusulas de *Cross default*, *Pari Passu*, *Negative pledge*, *Ownership-clause*, cláusulas relacionadas com a manutenção das actividades do Grupo, de rácios financeiros e de cumprimento das suas obrigações (operacionais, legais e fiscais), comuns nos contratos de financiamento e plenamente conhecidas no mercado.

32. Valores a pagar correntes

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de Valores a pagar correntes decompõe-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011
Fornecedores c/c	180.026.986	172.515.118
Fornecedores de imobilizado c/c	11.801.711	39.001.432
Fornecedores de imobilizado - Soporgen	3.827.166	4.584.418
Instituto do Ambiente	14.957.880	11.848.325
Instrumentos Financeiros Derivados (Nota 34)	27.027.199	17.632.640
Outros credores	64.654.986	11.249.849
Partes relacionadas (Nota 35)	2.642.398	2.351.402
Acréscimos de custos	59.057.141	56.969.220
Proveitos diferidos	51.402.254	55.413.700
	415.397.720	371.566.104

A rubrica Outros credores inclui um montante de Euros 48.796.256 correspondente a 60% da responsabilidade constituída por via da revogação do plano de pensões dos Administradores da Semapa SGPS, SA cujo pagamento ficou diferido conforme referido na Nota 29.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as rubricas de Acréscimos de custos e Proveitos diferidos decompõe-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011
Acréscimo de custos		
Seguros	105.299	132.122
Custos com o pessoal	32.645.933	41.897.400
Juros a pagar	10.933.003	7.567.001
Periodificação de gastos com energia	6.231.426	2.248.689
Serviços de transporte	1.259.434	-
Serviços bancários	1.115.049	3.144.231
Auditoria	225.023	-
Informática	140.057	-
Outros	6.401.917	1.979.777
	59.057.141	56.969.220
Proveitos diferidos		
Subsídios ao investimento	49.338.748	54.170.529
Subsídios - licenças de emissão CO2	1.531.321	433.746
Outros	532.185	809.425
	51.402.254	55.413.700

33. Activos e Passivos detidos para venda

Os activos e passivos detidos para venda estão relacionados com a aquisição da Uniconcreto – Betão Pronto, S.A. efectuada pela subsidiária Secil. A decisão de alienar os referidos activos e passivos decorreu da imposição colocada pela autoridade da concorrência, bem como da posterior avaliação interna efectuada pelo Grupo.

34. Activos e Passivos Financeiros

Estando as suas actividades expostas a uma variedade de factores de risco financeiro e operacional, o Grupo tem tido uma postura activa de gestão do risco, procurando minimizar os potenciais efeitos adversos a eles associados, nomeadamente no que respeita ao risco do preço da pasta, o risco cambial e o risco de taxa de juro.

Para minimizar os efeitos das variações cambiais nas vendas de pasta e nas exportações de papel do Grupo para países não europeus, foram contratados instrumentos financeiros de cobertura para a quase totalidade dos valores da demonstração da posição financeira denominados em moeda estrangeira e para uma parte das vendas estimadas sujeitas ao risco cambial.

Adicionalmente para cobrir parcialmente o risco de taxa de juro, estão contratados *swaps* e *collars* de taxa de juro associados aos empréstimos obrigacionistas.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a reconciliação da posição financeira com as diversas categorias de activos e passivos financeiros detalha-se como segue:

	IF detidos para negociação	IF derivados designados de cobertura	Crédito e valores a receber	AF ao Justo valor através de resultados	AF disponíveis para venda	Outros passivos financeiros	Activos /passivos Não financeiros
31 de Dezembro de 2012	Nota 24	Nota 24	Nota 24	Nota 20	Nota 21	Nota 32	
Valores em Euros							
Activos							
Activos ao JVAR	-	-	-	9.026.930	-	-	-
Activos disponíveis para venda	-	-	-	-	226.921	-	-
Outros activos não correntes	-	-	3.113.802	-	-	-	-
Valores a receber correntes	662.236	434.383	276.760.855	-	-	-	13.068.428
Caixa e seus equivalentes	-	-	413.676.080	-	-	-	-
Total de activos	662.236	434.383	693.550.737	9.026.930	226.921	-	13.068.428
Passivos							
Passivos remunerados não corrent	-	-	-	-	-	1.681.677.079	-
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	15.616.661
Passivos remunerados correntes	-	-	-	-	-	333.104.559	-
Valores a pagar correntes	-	27.027.199	-	-	-	285.431.989	102.938.532
Total de passivos	-	27.027.199	-	-	-	2.300.213.627	118.555.193

IF - Instrumentos Financeiros

AF - Activos Financeiros

	IF detidos para negociação	IF derivados designados de cobertura	Crédito e valores a receber	AF ao Justo valor através de resultados	AF disponíveis para venda	Outros passivos financeiros	Activos /passivos Não financeiros
31 de Dezembro de 2011	Nota 32	Nota 32	Nota 24	Nota 20	Nota 21	Nota 32	
Valores em Euros							
Activos							
Activos ao JVAR	-	-	-	9.657.695	-	-	-
Activos disponíveis para venda	-	-	-	-	553.764	-	-
Outros activos não correntes	-	-	1.606.107	-	-	-	-
Valores a receber correntes	-	802.997	300.412.231	-	-	-	15.410.226
Caixa e seus equivalentes	-	-	415.697.575	-	-	-	-
Total de activos	-	802.997	717.715.913	9.657.695	553.764	-	15.410.226
Passivos							
Passivos remunerados não correntes	-	-	-	-	-	1.156.533.619	-
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	18.175.624
Passivos remunerados correntes	-	-	-	-	-	251.991.062	-
Valores a pagar correntes	2.549.919	15.082.721	-	-	-	240.057.499	113.875.965
Total de passivos	2.549.919	15.082.721	-	-	-	1.648.582.180	132.051.589

IF - Instrumentos Financeiros

AF - Activos Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 o justo valor destes activos e passivos financeiros é aproximadamente igual ao seu valor de balanço.

Na tabela que se segue apresentam-se os activos e passivos mensurados ao justo valor a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor previstos na IFRS 7:

- Nível 1: justo valor de instrumentos financeiros baseado em cotações de mercados líquidos activos à data de referência do balanço;
- Nível 2: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado activo, mas sim com recurso a modelos de avaliação. Os principais inputs dos modelos utilizados são observáveis no mercado; e

- Nível 3: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado activo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.

Activos mensurados ao justo valor

Valores em Euros	31-12-2012	Nível 1	Nível 2
Activos Financeiros ao Justo Valor reconhecidos em reservas			
Derivados de Cobertura (Nota 24)	434.383	-	434.383
Activos Financeiros ao Justo Valor reconhecidos em resultados			
Derivados de Negociação (Nota 24)	662.236	-	662.236
Activos Financeiros ao JV através de resultados			
Acções (Nota 20)	9.026.930	9.026.930	-
Activos Financeiros Disponíveis para venda			
Acções (Nota 21)	226.921	226.921	-

Passivos mensurados ao justo valor

Valores em Euros	31-12-2012	Nível 1	Nível 2
Passivos Financeiros ao Justo Valor reconhecidos em reservas			
Derivados de Cobertura (Nota 32)	(27.027.199)	-	(27.027.199)
Passivos Financeiros ao Justo Valor reconhecidos em resultados			
Derivados de Negociação	-	-	-

Instrumentos Financeiros Derivados

O Grupo tem uma exposição cambial nas vendas que factura em divisas, com especial relevância em dólares norte-americanos (USD) e libras esterlinas (GBP). Uma vez que o Grupo tem a suas demonstrações financeiras traduzidas em euros, corre um risco económico na conversão destes fluxos de divisas para o Euro.

O Grupo tem também, embora com menor expressão, alguns pagamentos nestas mesmas divisas, que, para efeitos de exposição cambial, funcionam como um *hedge* natural. Deste modo, a cobertura tem como objectivo proteger o saldo dos valores da demonstração da posição financeira denominados em divisas contra as respectivas variações cambiais.

O instrumento de cobertura utilizado nesta operação são *forwards* cambiais contratados sobre a exposição líquida às divisas, na altura da emissão das facturas, para as mesmas datas de vencimento e para os montantes desses documentos, nas respectivas moedas, de modo a fixar o câmbio associado às vendas.

A natureza do risco coberto é a variação cambial contabilística registada nas vendas e compras tituladas em divisas. No final de cada mês é feito uma actualização cambial dos saldos de clientes e dos fornecedores, cujo ganho ou perda é compensado com a variação do justo valor dos *forwards* negociados.

No decurso do exercício de 2012, a variação do justo valor dos Instrumentos financeiros derivados, decompõe-se como segue:

Valores em Euros	Variação Justo valor (Negociação)	Variação Justo valor (Cobertura)	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2012	(2.532.360)	(14.279.724)	(16.812.084)
Maturidade / liquidações	(1.031.849)	2.298.845	1.266.996
Variação de justo valor em resultados	4.233.705	(4.960.713)	(727.008)
Variação de justo valor em Capitais	-	(9.728.499)	(9.728.499)
Variação de perímetro	(7.260)	77.275	70.015
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	662.236	(26.592.816)	(25.930.580)

Detalhe e maturidade dos Instrumentos Financeiros Derivados

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados encontra-se incluído na rubrica de Valores a pagar correntes (Nota 32), quando negativos e na rubrica Valores a receber correntes (Nota 24), quando positivo.

O detalhe dos montantes apresentados em balanço referentes a instrumentos financeiros, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, decompõe-se conforme segue:

Valores em Euros	Montante	Maturidade	31-12-2012			31-12-2011
			Positivos	Negativos	Líquido	Líquido
Cobertura						
Collar de taxa de juro (SWAP's)	225.000.000	2015	-	(15.981.137)	(15.981.137)	(10.933.729)
Cobertura de Net Investment	18.985.903	2013	434.383	-	434.383	(614.563)
Forwards cambiais (vendas futuras)	12.733.060	2014	-	(456.221)	(456.221)	(1.365.667)
Swaps de taxa de juro (SWAP's)	165.000.000	2017	-	(6.122.614)	(6.122.614)	(2.168.762)
Swaps de taxa de juro e de câmbio BRL	64.025.000	2017	-	(4.467.227)	(4.467.227)	-
Operações sobre Licenças de CO2	2.176.000	2012	-	-	-	802.997
			434.383	(27.027.199)	(26.592.816)	(14.279.724)
Negociação						
Forwards cambiais EUR	52.650.933	2013	662.236	-	662.236	(2.502.663)
Forwards cambiais USD	1.820.700	2012	-	-	-	(47.256)
			662.236	-	662.236	(2.549.919)
			1.096.619	(27.027.199)	(25.930.580)	(16.829.643)

Cobertura de Taxa de Câmbio

O Grupo tem uma exposição cambial nas vendas que factura em divisas, com especial relevância em dólares norte-americanos (USD) e libras esterlinas (GBP). Uma vez que o Grupo tem as suas demonstrações financeiras traduzidas em euros, corre um risco económico na conversão destes fluxos de divisas para o Euro.

O Grupo tem também, embora com menor expressão, alguns pagamentos nestas mesmas divisas, que, para efeitos de exposição cambial, funcionam como um hedge natural. Deste modo, a cobertura tem como objectivo proteger o saldo dos valores da demonstração da posição financeira denominados em divisas contra as respectivas variações cambiais.

O instrumento de cobertura utilizado nesta operação são forwards cambiais contratados sobre a exposição líquida às divisas, na altura da emissão das facturas, para as mesmas datas de vencimento e para os montantes desses documentos, nas respectivas moedas, de modo a fixar o câmbio associado às vendas. Estes instrumentos não foram designados como instrumentos de cobertura contabilística.

A natureza do risco coberto é a variação cambial contabilística registada nas vendas e compras tituladas em divisas. No final de cada mês é feito uma actualização cambial dos saldos de clientes e dos fornecedores, cujo ganho ou perda é compensado com a variação do justo valor dos forwards negociados.

A 31 de Dezembro de 2012, o Grupo tinha contratado instrumentos financeiros derivados cambiais classificados como de negociação com um nocional de Euros 52.650.933 (2011: Euros 80.558.418). O justo valor destes instrumentos em 31 de Dezembro de 2012 era de Euros 662.236 (2011: Euros 2.549.919 negativos).

Cobertura de Investimentos em Operações Estrangeiras

O Grupo procede à cobertura económica do risco cambial ao USD associado à sua exposição no investimento detido na entidade Portucel North America. Para esse efeito, o Grupo contrata forwards cambiais. A 31 de Dezembro de 2012, o Grupo tinha contratada uma operação, com vencimento em Maio de 2013, envolvendo um nocional de USD 25.050.000.

O instrumento contratado encontra-se designado como instrumento de cobertura contabilístico de investimentos em operações estrangeira, sendo a respectiva variação do justo valor reconhecida na reserva de conversão cambial em capitais próprios. No exercício de 2012, foi reconhecido na reserva de conversão cambial um montante de (Euros 939 mil).

Taxa de Juro – Cobertura de Fluxos de Caixa

O Grupo procede à cobertura de uma parcela de pagamentos futuros de juros de empréstimos e emissões obrigacionistas, através da contratação de swaps de taxa de juro, em que paga uma taxa fixa e recebe uma taxa variável, e collars de taxa de juro, em que limita os encargos líquidos do financiamento a uma um intervalo definido. Os instrumentos encontram-se designados como de cobertura de fluxos de caixa do risco de taxa de juro associados à dívida emitida. O risco de crédito não se encontra coberto.

Estas são coberturas do risco de taxa de juro associado aos pagamentos de juros à taxa variável decorrentes de passivos financeiros reconhecidos. O risco coberto é o indexante da taxa variável aos quais se encontram associados os cupões de juros dos financiamentos. A 31 de Dezembro de 2012, o montante total de empréstimos com coberturas de taxa de juro associadas (excluindo a cobertura de juro e cambial abaixo descrita) era de Euros 390 milhões (2011: Euros 205 milhões).

A cobertura encontra-se designada até à maturidade dos instrumentos de cobertura.

Preço da Pasta de Papel – Cobertura de Fluxos de Caixa

O Grupo procede à cobertura do risco de preço associado a vendas futuras de pasta de papel, através da contratação de collars sobre o preço da pasta de papel, em que limita o preço de venda a um intervalo definido. Os instrumentos encontram-se designados como de cobertura de fluxos de caixa do risco de preço associados às vendas futuras.

A 31 de Dezembro de 2012, o montante total de vendas futuras com coberturas do preço associado era de Euros 12,7 milhões. A cobertura encontra-se designada até à maturidade dos instrumentos de cobertura.

Currency Interest Rate Swaps – Cobertura de Fluxos de Caixa

A 12 de Abril de 2012, o Grupo Semapa, através da sua subsidiária brasileira N.S.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. (NSOSPE) procedeu a uma emissão obrigacionista não convertível remunerada a taxa variável no montante de Reais 128,1 milhões com maturidade a 26 de Março de 2017 (ver nota 31 – Passivos Remunerados).

Com o objectivo de gerir o risco cambial e de taxa de juro inerente à emissão obrigacionista, foram negociados dois Currency Interest Rate Swaps, no montante nominal de Reais 64 milhões, em que a Semapa paga um fluxo fixo em Euros e recebe um fluxo variável em Reais. Os instrumentos encontram-se designados como de cobertura de fluxos de caixa dos riscos cambial e de juro associados à dívida emitida. O risco de crédito não se encontra coberto.

O montante reconhecido durante o exercício na reserva de cobertura relativo a estas coberturas foi de Euros 1.625.683. Adicionalmente, foi reconhecido nos resultados do exercício um montante de Euros 2.925.290 que compensou diretamente a variação cambial do empréstimo em Reais.

Operações sobre Licenças de CO2

Adicionalmente, em 5 de Setembro de 2008 e 19 de Novembro de 2008, o Grupo celebrou com uma instituição financeira contratos de troca de “EU Emission Allowances” (EUA) por “Certified Emission Reductions” (CER).

O Grupo irá utilizar as “licenças CER” a receber para entregar à entidade coordenadora do licenciamento como pagamento das suas responsabilidades pelas emissões de gases com efeitos de estufa a efectuar nos períodos futuros respectivos.

Assim, o Grupo entende que a transacção a realizar constitui uma promessa de troca de activos similares com idêntica utilidade e valor económico de uso para a Secil, e que não sujeita o Grupo a riscos de volatilidade futura dos preços de mercado destas licenças, pelo que o rédito correspondente será reconhecido nos resultados do exercício na data em que ocorra o seu recebimento e o respectivo usufruto económico relativo às respectivas transacções a realizar.

Activos Financeiros disponíveis para venda

Estes valores são reconhecidos ao seu justo valor, correspondendo ao seu valor de mercado, deduzido de eventuais imparidades (Nota 21).

Créditos e Valores a Receber

Estes valores são reconhecidos ao seu justo valor, correspondendo ao seu valor nominal, deduzido de eventuais imparidades identificadas no decurso da análise dos riscos de crédito das carteiras de crédito detidas (Notas 2.1.3, 22 e 24).

Outros Passivos Financeiros

Estes valores são reconhecidos pelo seu custo amortizado, correspondendo ao valor dos respectivos fluxos de caixa, descontados pela taxa efectiva de juro associada a cada um dos passivos (Nota 31).

35. Saldos e transacções com partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os saldos com partes relacionadas decompõem-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2012			31-12-2011		
	Outros Devedores (Nota 24)	Outros Credores (Nota 32)	Dívida Remun. Corrente (Nota 31)	Outros Devedores (Nota 24)	Outros Credores (Nota 32)	Dívida Remun. Corrente (Nota 31)
Accionistas						
Cimo SGPS, S.A.	-	-	203.445	-	-	3.815.891
Longapar, SGPS, S.A.	-	-	4.870.913	-	-	6.249.351
Outras entidades relacionadas						
Ave-Gestão Ambiental, S.A.	7.160	471.104	-	17.434	261.466	-
Chryso Portugal, S.A.	-	-	-	38.683	204.362	-
Cotif Sicar	-	21.612	-	-	11.538	-
Inertogrande	-	-	-	102.146	-	-
J.M. Henriques, Lda.	-	-	-	55.254	-	-
Pedro Soveral	-	-	-	-	32.061	-
Ricardo Soveral	-	-	-	-	32.061	-
Secil Prebetão, S.A.	23.934	13.482	-	25.246	6.881	-
Secil Unicon - S.G.P.S., Lda	-	-	-	108.819	-	-
Seribo, S.A.	-	229.275	-	-	116.930	-
Setefrete - Soc. Tráfego Cargas, S.A.	-	12.638	-	-	337.208	-
Outras entidades relacionadas	-	14.528	-	7.853	-	-
Accionistas (Dividendos atribuídos a INC)	-	1.879.759	-	-	1.348.895	-
Total	31.094	2.642.398	5.074.358	355.435	2.351.402	10.065.242

No exercício de 2012 e 2011, as transacções ocorridas entre partes relacionadas decompõem-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2012		31-12-2011	
	Compras de serviços	Custos financeiros (Nota 10)	Compras de serviços	Custos/(Prov) financeiros (Nota 10)
Accionistas				
Cimigest SGPS, S.A.	107.740	-	107.740	-
Cimo SGPS, S.A.	-	64.352	-	226.524
Longapar, SGPS, S.A.	-	242.966	-	456.910
Sonaca SGPS, S.A.	-	-	-	22.524
	107.740	307.318	107.740	705.958

31-12-2012				
Valores em Euros	Compras de serviços	Prestação de serviços	Proveitos operacionais	(Custos)/Prov financeiros
Outras partes relacionadas				
Ave-Gestão Ambiental, S.A.	2.929.015	18.489	155.237	-
Chryso Portugal, S.A.	-	-	-	-
J.M.J. Henriques, Lda.	-	-	1.800	-
Secil Prebetão, S.A.	52.789	497.699	1.773	-
Setefrete, S.A.	3.178.984	-	15.692	-
Viroc Portugal, S.A.	-	-	-	-
Outros	-	-	1.888	(23.880)
	6.160.788	516.188	176.390	(23.880)

31-12-2011				
Valores em Euros	Compras de serviços	Prestação de serviços	Proveitos operacionais	(Custos)/Prov financeiros
Outras partes relacionadas				
Viroc Portugal, S.A.	63	526.764	54.917	72.026
Chryso Portugal, S.A.	752.919	-	31.449	-
Setefrete, S.A.	1.322.857	-	5.346	-
Secil Prebetão, S.A.	27.225	346.051	1.745	-
J.M.J. Henriques, Lda.	-	-	918	-
Inertogrande	-	-	918	-
Secil Unicon - SGPS, Lda.	-	-	765	4.149
Ave - Gestão Ambiental, S.A.	94.663	765	14.778	-
	2.197.727	873.580	110.836	76.175

36. Variação do perímetro

Variações do perímetro por novas aquisições

Conforme já referido (Nota 1.2), no final de Março de 2012, o acordo parassocial existente entre a Semapa e a CRH que regulava as posições accionistas na Secil deixou de produzir efeitos, razão pela qual passou a consolidar integralmente esta subsidiária a partir de 22 de Março, tendo por base a percentagem de direitos de voto detidos (51%).

Adicionalmente, no decurso do exercício de 2012 o Grupo adquiriu 50% do capital da sociedade Supremo Cimentos, SA, a qual passou a ser incorporada nas Demonstrações Financeiras consolidadas pelo método proporcional.

Os impactos decorrentes destas integrações são como segue:

Valores em Euros	51% JV Secil	49% JV Secil	50% Supremo	Total
Activos não correntes				
Outros activos intangíveis (Nota 16)	54.111.000	68.664.504	20.341.663	143.117.167
Terrenos, edifícios e equipamentos (Nota 17)	21.384.961	313.617.353	64.804.891	399.807.206
Propriedades de investimento	-	648.203	-	648.203
Investimentos em associadas (Nota 19)	-	2.014.122	-	2.014.122
Activos por impostos diferidos (Nota 28)	-	9.428.819	16.515	9.445.334
Outros activos não correntes	-	1.587.152	27.207	1.614.358
Activos correntes				
Existências	-	46.643.362	1.578.396	48.221.757
Valores a receber correntes	-	42.642.744	1.775.914	44.418.658
Estado	-	6.722.219	314.756	7.036.975
Activos não correntes detidos para venda	-	11.008.114	-	11.008.114
Caixa e seus equivalentes	-	31.673.551	-	31.673.551
Passivos não correntes				
Passivos por impostos diferidos (Nota 28)	(25.684.819)	(66.037.731)	(22.419.028)	(114.141.577)
Obrigações com pensões de reforma	-	(9.783.491)	-	(9.783.491)
Provisões (Nota 30)	-	(10.983.769)	(105.897)	(11.089.666)
Passivos remunerados	-	(77.368.916)	(5.630.840)	(82.999.756)
Ouros passivos	-	(105.350)	(753.131)	(858.481)
Passivos correntes				
Passivos remunerados	-	(23.587.857)	(5.735.668)	(29.323.525)
Valores a pagar correntes	-	(60.533.949)	(2.835.807)	(63.369.756)
Estado	-	(18.986.749)	(335.898)	(19.322.647)
Passivos não correntes detidos para venda	-	(944.212)	-	(944.212)
Total de activos e passivos identificáveis	49.811.143	266.318.118	51.043.073	367.172.334

37. Dispêndios em matérias ambientais

O Grupo no âmbito do desenvolvimento da sua actividade incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um custo nos resultados operacionais do período.

Os dispêndios de carácter ambiental incorridos para preservar recursos ou para evitar ou reduzir danos futuros, e que se considera que permitem prolongar a vida ou aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros activos detidos pelo Grupo, são capitalizados.

Os dispêndios capitalizados e reconhecidos em gastos nos exercícios de 2012 e 2011 têm a seguinte discriminação:

Valores em Euros	2012			2011		
	Imputados a custos	Capitalizados	Total	Imputados a custos	Capitalizados	Total
Emissões para a atmosfera	906.449	3.994.031	4.900.480	796.083	3.110.710	3.906.793
Gestão das águas residuais	38.157	-	38.157	18.069	49.065	67.134
Gestão dos resíduos	1.521.267	1.905.358	3.426.625	1.158.380	2.988.932	4.147.312
Protecção dos solos e das águas subterrâneas	1.420.818	40.592	1.461.410	2.018.511	23.379	2.041.890
Protecção da natureza	786.641	156.582	943.223	389.968	47.498	437.466
Gerador de caldeira a óleo	-	11.106	11.106	-	57.884	57.884
Tratamento de efluentes líquidos	4.560.405	93.312	4.653.717	8.173.029	109.182	8.282.211
Caldeira de recuperação	-	-	-	-	80.187	80.187
Reciclagem de materiais	3.240.014	-	3.240.014	1.457.788	-	1.457.788
Despesas com electrofiltros	256.828	-	256.828	558.917	-	558.917
Rede de esgotos	22.068	-	22.068	41.515	-	41.515
Aterro de resíduos sólidos	192.158	-	192.158	360.903	-	360.903
Outras actividades de protecção do ambiente	548.070	304.176	852.246	316.508	124.543	441.051
	13.492.875	6.505.157	19.998.032	15.289.671	6.591.380	21.800.864

Licenças de emissão de CO2

No âmbito do Protocolo de Quioto, a União Europeia comprometeu-se a reduzir a emissão de gases com efeito de estufa. Neste contexto, foi emitida uma Directiva Comunitária que prevê a comercialização das chamadas

Licenças de emissão de CO₂, entretanto transposta para a legislação portuguesa com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2005, entre outras, às indústrias cimenteiras e de pasta e papel.

Como resultado da conclusão das negociações de formalização do Plano Nacional de Atribuições de Licenças para o período de 2008-2012, o Grupo assegurou licenças em montante suficiente para satisfazer as suas necessidades por via de emissões.

38. Custos suportados com auditoria e revisão legal de contas

No decurso do exercício de 2012 e 2011, os dispêndios com serviços de revisão legal de contas e auditorias, decompõem-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011
Serviços de revisão legal de contas e auditoria		
Serviços de Revisão Legal de Contas	742.282	545.577
Auditoria financeira subsidiárias estrangeiras	417.826	282.789
Serviços de consultoria fiscal	197.855	266.236
Outros serviços de garantia de fiabilidade	120.266	158.878
	1.478.229	1.253.480

Os serviços descritos como de assessoria fiscal consistem essencialmente em serviços de apoio na salvaguarda do cumprimento de obrigações de índole fiscal, em Portugal e no estrangeiro, bem como em serviços de levantamentos de situações relativamente a processos operacionais de negócio, dos quais não resultou qualquer tipo de consultoria de reformulação de práticas, procedimentos ou controlos existentes.

O Conselho de Administração entende existirem suficientes procedimentos de salvaguarda da independência dos auditores através de processos de análise do Conselho Fiscal relativamente aos trabalhos propostos e da sua definição criteriosa em sede de contratação.

39. Número de pessoal

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o número de colaboradores ao serviço das diversas empresas do Grupo, repartidos por segmento de negócio, detalha-se conforme segue:

Segmento	31-12-2012	31-12-2011	Var. 12/11
Pasta e Papel	2.275	2.290	(15)
Cimento e Derivados	2.659	2.589	70
Ambiente	254	235	19
Holdings e outros	20	19	1
	5.208	5.133	75

40. Compromissos

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as garantias prestadas pelo Grupo decompõem-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011
Garantias prestadas		
IAPMEI (âmbito do POE)	-	15.060
IAPMEI (âmbito do QREN)	4.274.321	1.782.295
IVA - Pedidos de reembolso	3.389.609	3.593.131
AT - autoridade tributária e aduaneira	38.163.306	38.177.530
Câmara Municipal de Setúbal	-	492.102
APSS - Admi. dos Portos de Setúbal e Sesimbra	2.547.495	1.197.421
Direcção Geral de Alfândegas	800.000	435.751
APDL - Administração do Porto de Leixões	680.529	324.404
Simria	327.775	327.775
Instituto de Conservação da Natureza - Arrábida	280.639	202.450
IFAP	-	1.225.036
Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais	199.055	-
IAPMEI (âmbito do PEDIP)	99.760	50.878
Comissão de Coordenação e Desenv. Regional Norte	236.403	-
Comissão de Coordenação e Desenv. Regional Centro	845.173	792.059
Comissão de Coordenação e Desenv. Regional LVT	994.338	124.646
Comissão de Coordenação e Desenv. Regional Algarve	480.804	-
Outras	1.676.140	3.427.840
	54.995.347	52.168.377
Outros compromissos		
De compra	119.851.875	12.736.492
Contratos de renda de terrenos florestais	48.581.527	41.107.560
Hipotécas sobre Imóveis para garantia de empréstimos	1.820.391	2.022.209
	170.253.793	55.866.261
	225.249.140	108.034.638

A Semapa SGPS celebrou com uma instituição financeira um contrato promessa de concessão de crédito tendo como objectivo financiar a aquisição de acções cotadas na Euronext Lisboa e que integrassem o PSI 20 e/ou aquisição de acções da Portucel.

No âmbito do referido contrato, a Semapa obriga-se a dar em penhor as correspondentes acções adquiridas e/ou acções da Portucel que detenha em carteira, ou alternativamente a constituição de um depósito a prazo, suficiente para manter um rácio de cobertura do montante em dívida nunca inferior a 1,35.

Desta linha de crédito encontrava-se utilizado, em 31 de Dezembro de 2012, o montante de Euros 100.000.000, tendo sido dadas em penhor 60.117.005 acções da Portucel.

Responsabilidades assumidas com Locações Operacionais

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os planos de reembolso da dívida do Grupo referente a locações operacionais, detalha-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011
Não mais de um ano	2.265.081	2.088.495
Mais de um ano e não mais de cinco anos	2.706.581	2.469.602
	4.971.662	4.558.096
Custos incorridos no período	2.584.663	2.117.395

41. Outros compromissos assumidos pelas empresas do Grupo

Hipotecas

Em 2010, a subsidiária Secil Martingança contraiu um financiamento bancário no montante de Euros 2.500.000 para a construção da sua nova fábrica localizada no Montijo e constituiu nessa data uma hipoteca sobre o terreno da mesma. Em 31 de Dezembro de 2012 encontrava-se por liquidar o montante de Euros 2.142.859 do financiamento obtido.

A subsidiária Ciments de Sibline, S.A.L., em Janeiro de 2011 liquidou o financiamento bancário de médio longo prazo de USD 15.000.000, dos quais tinha utilizado USD 11.050.596 e renegociou, junto de uma instituição bancária libanesa, o incremento do descoberto bancário no montante de USD 10.000.000 para USD 20.000.000. O montante do descoberto utilizado e reconhecido em balanço ascendia a USD 6.952.657 (Euros 5.269.548).

A subsidiária Ciments de Sibline, S.A.L., manteve as duas hipotecas já constituídas sobre terrenos, edifícios e equipamento básico dos quais é proprietária a favor da instituição bancária nos montantes de USD 57.500.000 e USD 12.270.000.

Investimento numa nova fábrica em Angola

Nos termos do Memorando de Entendimento celebrado entre o Governo de Angola e a subsidiária Secil, em Abril de 2004, foi constituída em 29 de Novembro de 2005 a Secil - Companhia de Cimento do Lobito, S.A. detida em, aproximadamente, 51% pelo Grupo Secil e, indirectamente, em 49% pelo Estado angolano, a qual começou a operar a partir de 1 de Janeiro de 2006, cessando assim o contrato de cessão de exploração da unidade fabril Encime do Lobito, celebrado entre o Estado Angolano e a Tecnosecil (actualmente denominada Secil Angola) em vigor desde Setembro de 2000.

O capital social da Secil Lobito no montante de USD 21.274.285 foi realizado através da transferência dos activos tangíveis e intangíveis da Secil Angola e da Encime U.E.E. respectivamente pelo Grupo Secil e Estado angolano, através da Encime U.E.E., pelo valor resultante da avaliação efectuada em Outubro de 2003 por uma empresa de auditoria internacional independente.

Nesse Memorando de Entendimento, estimou-se que, num horizonte de 36 meses contados desde a data de realização do respectivo capital social, a Secil Lobito iria instalar uma fábrica de cimento e clínquer no Lobito.

Em 26 de Outubro de 2007, o Conselho Ministros de Angola aprovou o Projecto de Investimento Privado denominado "Nova Fábrica de Cimento do Lobito", no montante de USD 91.539.000, contratualizado em 14 de Dezembro de 2007, pela Secil Lobito e pela ANIP - Agência Nacional para o Investimento Privado, esta em representação do Estado angolano.

Adicionalmente, no exercício de 2008, foi adicionado ao investimento uma central de produção de energia eléctrica no valor de USD 18.000.000.

No entanto não se encontram ainda reunidas as condições para que a subsidiária Secil Lobito possa dar início à construção da nova fábrica.

Penhor

Em 2011, a Secil contraiu um empréstimo para aquisição da sociedade Uniconcreto, S.A., tendo sido constituído penhor financeiro sobre as acções da Uniconcreto, S.A.. Já em 2012, com a venda das sociedades Lusoinertes, S.A. e Eurobetão – Betão Pronto, S.A. pela Uniconcreto, S.A. às sociedades Secil Britas e Unibetão, respectivamente, também as acções da Lusoinertes, S.A. e Eurobetão – Betão Pronto, S.A. foram dadas como garantia do financiamento obtido.

No período findo em 31 de Dezembro de 2012, o montante em dívida ascende a Euros 60.226.590.

Depósito Caução

A subsidiária Ciminpart vendeu em 2012 a sua participação na VIROC a um Fundo de Recuperação. No âmbito deste processo, a Secil constituiu penhor sobre um depósito bancário no montante de Euros 1.250.000.

Emissão de *Debentures* (Brasil)

A NSOSPE (subsidiária brasileira detida pela Semapa) procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista (sob a forma de *debêntures*), no montante total de 128.100.000 Reais, tendo sido assumidos pela Semapa como compromissos e garantias relativamente a essa emissão um penhor das acções representativas da totalidade do capital social da NSOSPE, *equity support agreement* e uma livrança.

No âmbito da referida emissão a NOSPSE celebrou ainda um contrato de derivados, com vista à cobertura do risco cambial e de taxa de juro, tendo a Semapa assumido como compromissos relativamente a esse contrato um *Equity support agreement* e uma livrança.

Alienação Fiduciária

Em 2012 a Margem, participada brasileira do Grupo Supremo, contraiu dois empréstimos denominados Cédulas de Crédito Bancário, no montante de 50 milhões de reais cada um. A Margem é detida a 100% pela Supremo, que por sua vez é detida a 50% pelo Grupo Semapa. Como garantia destes financiamentos foi feita a alienação fiduciária das acções da Supremo.

42. Activos contingentes

Activos contingentes de natureza não fiscal

Plano de Pensões CMP

O Grupo registou nas suas demonstrações financeiras, no exercício findo em 31 de Dezembro de 1995, o montante de Euros 5.598.358 (o qual se encontra totalmente ajustado), a receber do Estado Português, em resultado de um estudo actuarial das responsabilidades com reformas, reportadas à data de 31 de Dezembro de 1993, avaliadas por uma entidade especializada e independente, no seguimento do processo de reprivatização da subsidiária CMP.

Em resultado da referida avaliação, foram detectados erros, tendo sido solicitada ao Estado Português, em 1996, a regularização do montante acima referido. A Secil interpôs um processo judicial contra o Estado Português, reclamando o pagamento daquele montante e respectivos juros, tendo o Supremo Tribunal Administrativo julgado a acção improcedente, absolvendo o Estado do pedido.

A Secil está a estudar o recurso a meios alternativos ao seu dispor, designadamente através do Fundo de Regularização da Dívida Pública, com vista a obter a regularização do montante em questão.

Taxa de reforço e manutenção de infra-estruturas

No âmbito do processo de licenciamento nº 408/04 relativo ao projecto da nova fábrica de papel de Setúbal a Câmara Municipal de Setúbal emitiu uma liquidação à Portucel relativamente a uma taxa de reforço e manutenção de infra-estrutura ("TMUE") no valor de Euros 1.199.560, com a qual a empresa discorda.

Em causa está o quantitativo cobrado a título desta taxa no processo de licenciamento acima referido, relativo à construção da nova fábrica de papel, no complexo industrial da Mitrena, em Setúbal. A Portucel discorda do valor cobrado, tendo reclamado da aplicação da mesma, em 25 de Fevereiro de 2008, por requerimento nº 2485/08, e impugnado judicialmente o indeferimento da reclamação em 28 de Outubro de 2008, o qual mereceu indeferimento em 3 de Outubro de 2012 e foi objecto de recurso para o STA.

Na impugnação judicial, a Portucel solicita a anulação do acto de liquidação, apresentando como fundamento a desproporcionalidade da taxa aplicada, o carácter fiscal da mesma e, ainda, a inexistência de qualquer contraprestação prestada em seu favor por parte da Autarquia, uma vez que foi a Portucel que realizou e suportou todos os encargos decorrentes da realização e reforço de todas as infra-estruturas urbanísticas necessárias e previstas para o investimento, e em consequência, defendendo que a TMUE revestiria a qualidade de um verdadeiro imposto.

Fundo de Regularização da Dívida Pública

Nos termos do Decreto-Lei n.º 36/93 de 13 de Fevereiro, as dívidas fiscais de empresas privatizadas referentes a períodos anteriores à data da privatização (25 de Novembro de 2006) são da responsabilidade do Fundo de Regularização da Dívida Pública.

Para além das questões de natureza fiscal descritas de seguida, foi apresentado em 2 de Junho de 2010 um segundo requerimento ao Fundo de Regularização da Dívida Pública, em que se solicitava o reembolso de diversos valores, totalizando Euros 136.243.939, relativos a ajustamentos efectuados nas demonstrações

financeiras do grupo após a sua privatização, ajustamentos esses que não haviam sido considerados na formulação do preço dessa privatização por não constarem do processo disponibilizado para consulta dos concorrentes ao processo.

Activos contingentes de natureza fiscal

Fundo de Regularização da Dívida Pública

Em 16 de Abril de 2008, a Portucel apresentou um requerimento ao Fundo de Regularização da Dívida Pública a solicitar o pagamento das dívidas fiscais até então liquidadas pela Administração Fiscal.

Neste contexto, será da responsabilidade do referido Fundo o montante total de Euros 33.861.034, detalhados como segue:

Valores em Euros	Exercício	Valores solicitados	1º Reembolso	Valores em aberto
Portucel				
IVA - Alemanha	1998-2004	5.850.000	(5.850.000)	-
IRC	2001	314.340	-	314.340
IRC	2002	625.033	(625.033)	-
IVA	2002	2.697	(2.697)	-
IRC	2003	1.573.165	(1.573.165)	-
IRC	2003	197.394	(157.915)	39.479
IRC (RF)	2004	3.324	-	3.324
IRC	2004	766.395	-	766.395
IRC (RF)	2005	1.736	(1.736)	-
IRC	2005	11.754.680	-	11.754.680
IRC	2006	11.890.071	-	11.890.071
Despesas		190.984	-	190.984
		33.169.818	(8.210.545)	24.959.273
Soporcel				
IRC	2002	169.219	-	169.219
IRC (Decl. Subst.)	2003	5.725.771	-	5.725.771
IVA	2003	2.509.101	-	2.509.101
Imposto Selo	2004	497.669	-	497.669
		8.901.760	-	8.901.760
		42.071.578	(8.210.545)	33.861.033

Este montante pode ainda reduzir-se em resultado de acções interpostas nos tribunais judiciais e arbitrais no total de Euros 15.531.423, dos quais a Portucel já obteve vencimento de Euros 3.016.975, que foram objecto de recurso pela AT Euros 2.533.416 pelo que se aguarda o reembolso de Euros 483.559.

Derrama Estadual 2010 / 2011 – Euros 1.147.617 e Euros 1.117.677

No exercício de 2010 a Portucel apurou na Declaração Modelo 22 do Grupo um valor de derrama estadual por referência à sociedade About The Future – Empresa Produtora de Papel, S.A., de Euros 1.147.617, os quais considera não serem devidos, uma vez que a este montante deverão ser deduzidos os montantes relativos a benefícios fiscais de dedução à colecta de IRC concedidos à empresa, posição que a qual a AICEP, entidade com que se celebrou o contrato de investimento, também subscreve.

Por esse facto, a Portucel apresentou a correspondente Reclamação Graciosa da autoliquidação de IRC de 2010 e 2011, tendo, na sequência do indeferimento daquela, apresentado Recurso Hierárquico em 11 de Novembro de 2011 (2010) e 25 de Outubro de 2012 (2011). Do indeferimento tácito do Recurso Hierárquico foi deduzida Impugnação Judicial em 17 de Maio de 2012 (2010) e 9 de Novembro de 2012 (2011).

Contratos de investimento AICEP

Ao abrigo dos contratos de investimento assinados com a AICEP, permanecem por reconhecer em 31 de Dezembro de 2012 incentivos fiscais de Euros 7.621.204.

43. Cotações utilizadas

Os activos e passivos das subsidiárias e associadas estrangeiras foram convertidos para contra-valores em euros, ao câmbio de 31 de Dezembro de 2012.

As rubricas de resultados do exercício foram convertidas ao câmbio médio do período. As diferenças resultantes da aplicação destas taxas comparativamente aos valores anteriores foram reflectidas na rubrica “Reservas de conversão cambial” no capital próprio.

As cotações utilizadas no exercício de 2012 e 2011, face ao Euro, foram as seguintes:

	31-12-2012	31-12-2011	Valorização/ (desvalorização)		31-12-2012	31-12-2011	Valorização/ (desvalorização)
TND (dinar tunisino)				DKK (coroa dinamarquesa)			
Câmbio médio do período	2,0065	1,9553	(2,62%)	Câmbio médio do período	7,4442	7,4507	0,09%
Câmbio de fim do período	2,0468	1,9397	(5,52%)	Câmbio de fim do período	7,4610	7,4342	(0,36%)
LBN (libra libanesa)				HUF (florim húngaro)			
Câmbio médio do período	1,936,80	2,098,40	7,70%	Câmbio médio do período	289,2687	279,3789	(3,54%)
Câmbio de fim do período	1,989,00	1,950,60	(1,97%)	Câmbio de fim do período	292,3000	314,5800	7,08%
USD (dólar americano)				AUD (dólar australiano)			
Câmbio médio do período	1,2848	1,3920	7,70%	Câmbio médio do período	1,2408	1,3485	7,98%
Câmbio de fim do período	1,3194	1,2939	(1,97%)	Câmbio de fim do período	1,2712	1,2723	0,09%
GBP (libra esterlina)				MZM (metical moçambicano)			
Câmbio médio do período	0,8108	0,8679	6,59%	Câmbio médio do período	36,2033	40,9907	11,68%
Câmbio de fim do período	0,8161	0,8353	2,30%	Câmbio de fim do período	39,3700	35,9200	(9,60%)
PLN (zloti polaco)				BRL (real brasileiro)			
Câmbio médio do período	4,1852	4,1205	(1,57%)	Câmbio médio do período	2,5077	2,3265	(7,79%)
Câmbio de fim do período	4,0740	4,4580	8,61%	Câmbio de fim do período	2,7036	2,4159	(11,91%)
SEK (coroa sueca)				MAD (Dirame marroquino)			
Câmbio médio do período	8,7056	9,0308	3,60%	Câmbio médio do período	11,1015	11,2829	1,61%
Câmbio de fim do período	8,5820	8,9120	3,70%	Câmbio de fim do período	11,1113	11,1734	0,56%
CZK (coroa checa)				NOK (coroa norueguesa)			
Câmbio médio do período	25,1460	24,5906	(2,26%)	Câmbio médio do período	7,3821	7,7939	5,28%
Câmbio de fim do período	25,1510	25,7870	2,47%	Câmbio de fim do período	7,4350	7,7540	4,11%
CHF (franco suíço)							
Câmbio médio do período	1,2053	1,2324	2,21%				
Câmbio de fim do período	1,2072	1,2156	0,69%				

44. Acontecimentos subsequentes

Por contrato de 22 de Janeiro de 2013 a subsidiária Soporcel formalizou a aquisição das acções representativas da totalidade do capital da Soporgen, SA, adquirindo nessa data por Euros 5.060.493 os 82% remanescentes à EDP, SA. Esta aquisição resultou do exercício da opção de compra existente por acordo parassocial entre as duas accionistas.

45. Empresas incluídas na consolidação

Empresas instrumentais incluídas na consolidação

Denominação Social	Sede	% directa e indirecta do capital detido pela Semapa		
		Directa	Indirecta	Total
Empresa-mãe:				
Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.	Lisboa			
Subsidiárias:				
Seminv, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00	-	100,00
Cimentospar - Participações Sociais, SGPS, Lda.	Lisboa	45,56	54,44	100,00
Seinpart, SGPS, S.A.	Lisboa	49,00	51,00	100,00
Seinpar Investments, B.V.	Amesterdão	100,00	-	100,00
Interholding Investments B.V. (ex Semapa Investments B.V.)	Amesterdão	100,00	-	100,00
Semapa Inversiones S.L.	Madrid	100,00	-	100,00
Celcimo SL	Madrid	-	100,00	100,00
Great Earth Projectos S.A.	Lisboa	100,00	-	100,00
NSOSPE - Empreendimentos e Participações, S.A.	Rio de Janeiro	100,00	-	100,00

Empresas subsidiárias do subgrupo ETSA incluídas no consolidado pelo método integral

Denominação Social	Sede	% directa e indirecta do capital detido na ETSA			% do capital efectivamente detido pela Semapa
		Directa	Indirecta	Total	
Empresa-mãe:					
ETSA - Investimentos, SGPS, SA	Stº Antão do Tojal	96,00	-	96,00	96,00
Subsidiárias:					
ETSA, SGPS,S.A.	Loures	100,00	-	100,00	96,00
ABAPOR – Comércio e Industria de Carnes, S.A	Stº Antão do Tojal	100,00	-	100,00	96,00
SEBOL – Comércio e Industria de Sebo, S.A.	Stº Antão do Tojal	100,00	-	100,00	96,00
ITS – Indústria Transformadora de Subprodutos Animais, S.A	Coruche	100,00	-	100,00	96,00
BIOLOGICAL - Gestão de Resíduos Industriais, Lda.	Stº Antão do Tojal	95,00	5,00	100,00	96,00
AISIB – Aprovechamiento Integral de Subprodutos Ibéricos, S	Mérida	100,00	-	100,00	96,00
Transportes Carvajal, S.L.	Huelva	-	80,00	80,00	76,80

Empresas subsidiárias do subgrupo Portucel incluídas no consolidado pelo método integral

Denominação Social	Sede	% directa e indirecta do capital detido na Portucel			% do capital efectivamente detido pela Semapa
		Directa	Indirecta	Total	
Empresa-mãe:					
Portucel, S.A.	Setúbal	47,29	33,55	80,84	80,84
Subsidiárias:					
Soporcel - Sociedade Portuguesa de Papel, S.A.	Figueira da Foz	100,00	-	100,00	80,84
Soporcel Pulp - Sociedade Portuguesa de Celulose, S.A.	Figueira da Foz	100,00	-	100,00	80,84
Portucel Florestal – Empresa de Desenvolvimento Agro-Florestal, S.A.	Setúbal	100,00	-	100,00	80,84
CountryTarget SGPS S.A.	Setúbal	100,00	-	100,00	80,84
Sociedade de Vinhos da Herdade de Espirra - Produção e Comercialização de Vinhos, S.A.	Setúbal	-	100,00	100,00	80,84
PortucelSoporcel Florestal - Sociedade para o Desenvolvimento Agro-Florestal, S.A.	Setúbal	-	100,00	100,00	80,84
Afocelca - Agrupamento Complementar de Empresas para Protecção Contra Incêndios, ACE	Portugal	-	64,80	64,80	52,39
Enerforest - Empresa de Biomassa para Energia, S.A.	Setúbal	-	100,00	100,00	80,84
Atlantic Forests, S.A.	Setúbal	-	100,00	100,00	80,84
Viveiros Aliança - Empresa Produtora de Plantas, S.A.	Palmela	-	100,00	100,00	80,84
Aflomec - Empresa de Exploração Florestal, S.A.	Setúbal	-	100,00	100,00	80,84
Cofotrans - Empresa de Exploração Florestal, S.A.	Figueira da Foz	-	100,00	100,00	80,84
Raiz - Instituto de Investigação da Floresta e Papel	Aveiro	-	94,00	94,00	75,99
Bosques do Atlantico, SL	Espanha	-	100,00	100,00	80,84
PortucelSoporcel Pulp SGPS, S.A.	Setúbal	100,00	-	100,00	80,84
Soporcel Pulp - Sociedade Portuguesa de Celulose, S.A.	Figueira da Foz	-	100,00	100,00	80,84
CELSET - Celulose de Setúbal, S.A.	Setúbal	-	100,00	100,00	80,84
CELCACIA - Celulose de Cacia, S.A.	Aveiro	-	100,00	100,00	80,84
Portucel International GmbH	Alemanha	-	100,00	100,00	80,84
PortucelSoporcel Papel, SGPS S.A.	Setúbal	100,00	-	100,00	80,84
Portucel Soporcel North America Inc.	EUA	-	100,00	100,00	80,84
About the Future - Empresa Produtora de Papel, S.A.	Setúbal	-	100,00	100,00	80,84
Portucel Papel Setúbal, S.A.	Setúbal	-	100,00	100,00	80,84
PortucelSoporcel Sales & Marketing NV	Bélgica	25,00	75,00	100,00	80,84
PortucelSoporcel Fine Paper , S.A.	Setúbal	-	100,00	100,00	80,84
PortucelSoporcel España, S.A.	Espanha	-	100,00	100,00	80,84
PortucelSoporcel International, B.V.	Holanda	-	100,00	100,00	80,84
PortucelSoporcel France, EURL	França	-	100,00	100,00	80,84
PortucelSoporcel United Kingdom, Ltd	Reino Unido	-	100,00	100,00	80,84
PortucelSoporcel Italia, SRL	Itália	-	100,00	100,00	80,84
PortucelSoporcel Lusa, Lda	Figueira da Foz	-	100,00	100,00	80,84
PortucelSoporcel Deutschland, GmbH	Alemanha	-	100,00	100,00	80,84
PortucelSoporcel Handels, GmbH	Austria	-	100,00	100,00	80,84
PortucelSoporcel Afrique du Nord	Marrocos	-	100,00	100,00	80,84
PortucelSoporcel Poland SP Z O	Polónia	-	100,00	100,00	80,84
PortucelSoporcel Switzerland, Ltd	Suíça	-	100,00	100,00	80,84
PortucelSoporcel Energia, SGPS S.A.	Setúbal	100,00	-	100,00	80,84
SPCG – Sociedade Portuguesa de Co-Geração Eléctrica, SA	Setúbal	-	100,00	100,00	80,84
Enerpulp – Cogeração Energética de Pasta, S.A.	Setúbal	-	100,00	100,00	80,84
PortucelSoporcel Cogeração de Energia, S.A.	Setúbal	-	100,00	100,00	80,84
PortucelSoporcel Participações, SGPS S.A.	Setúbal	100,00	-	100,00	80,84
Arboser – Serviços Agro-Industriais, S.A.	Setúbal	-	100,00	100,00	80,84
Empremédia - Corretores de Seguros, Lda	Lisboa	-	100,00	100,00	80,84
Socortel - Sociedade de Corte de Papel, S.A.	Figueira da Foz	-	100,00	100,00	80,84
Cutpaper - Transformação, Corte e Embalagem de Papel, ACE	Figueira da Foz	-	50,00	50,00	40,42
Headbox - Operação e Contolo Industrial, S.A.	Setúbal	-	100,00	100,00	80,84
EMA21 - Engenharia e Manutenção Industrial Século XXI, S.A.	Setúbal	-	100,00	100,00	80,84
Ema Cacia - Engenharia e Manutenção Industrial, ACE	Aveiro	-	91,15	91,15	73,69
Ema Setúbal - Engenharia e Manutenção Industrial, ACE	Setúbal	-	92,56	92,56	74,83
Ema Figueira da Foz- Engenharia e Manutenção Industrial, ACE	Figueira da Foz	-	91,47	91,47	73,95
EucaliptusLand, S.A.	Setúbal	-	100,00	100,00	80,84
PortucelSoporcel Serviços Partilhados, S.A.	Figueira da Foz	-	100,00	100,00	80,84
PortucelSoporcel Internacional SGPS S.A.	Setúbal	100,00	-	100,00	80,84
Portucel Moçambique , Lda	Moçambique	25,00	75,00	100,00	80,84
Portucel Florestal Brasil - Gestão de Participações, Ltda	Brasil	25,00	75,00	100,00	80,84
PortucelSoporcel Abastecimento de Madeira, ACE	Figueira da Foz	60,00	40,00	100,00	80,84

Empresas subsidiárias do subgrupo Secil incluídas no consolidado pelo método integral

Denominação Social	Sede	% directa e indirecta do capital detido na Secil			% do capital efectivamente detido pela Semapa
		Directa	Indirecta	Total	
Empresa-mãe:					
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Setúbal	10,86	89,14	100,00	100,00
Subsidiárias					
Parcim Investments, B.V.	Amesterdão	100,00	-	100,00	99,998
Secilpar, SL	Madrid	100,00	-	100,00	99,998
Somera Trading Inc.	Panamá	-	100,00	100,00	99,998
Hewbol, S.G.P.S., Lda.	Funchal	-	100,00	100,00	99,998
Secil Cabo Verde Comércio e Serviços, Lda.	Praia	-	100,00	100,00	99,998
ICV - Inertes de Cabo Verde, Lda.	Praia	37,50	25,00	62,50	62,499
Florimar- Gestão e Participações, S.G.P.S., Lda.	Funchal	100,00	-	100,00	99,998
Seciment Investments. B.V.	Amesterdão	100,00	-	100,00	99,998
I3 Participações e Serviços, Ltda.	Rio de Janeiro	-	99,97	99,97	99,968
Serife - Soc. de Estudos e Realizações Industriais e de Fornecimento de	Lisboa	100,00	-	100,00	99,998
Silonor, S.A.	Dunkerque	100,00	-	100,00	99,998
Société des Ciments de Gabés	Tunis	98,72	-	98,72	98,716
Sud- Béton- Société de Fabrication de Béton du Sud	Tunis	-	98,72	98,72	98,716
Zarzis Béton	Tunis	-	98,72	98,72	98,716
Secil Angola, SARL	Luanda	100,00	-	100,00	99,998
Secil - Companhia de Cimento do Lobito, S.A.	Lobito	-	51,00	51,00	50,999
Secil, Betões e Inertes, S.G.P.S., S.A.	Setúbal	100,00	-	100,00	99,998
Unibetão - Indústrias de Betão Preparado, S.A.	Lisboa	-	100,00	100,00	99,998
Britobetão - Central de Betão, Lda.	Évora	-	91,00	91,00	90,998
Eurobetão - Betão Pronto, S.A.	Lisboa	-	100,00	100,00	99,998
Sicobetão - Fabricação de Betão, S.A.	Lisboa	-	100,00	100,00	99,998
Secil Britas, S.A.	Lisboa	-	100,00	100,00	99,998
Quimipetra - Secil Britas, Calcários e Derivados, Lda.	Lisboa	-	100,00	100,00	99,998
Colegra - Exploração de Pedreiras, S.A.	Lisboa	-	100,00	100,00	99,998
Lusoinertes, S.A.	Lisboa	-	100,00	100,00	99,998
Secil Martingança - Aglomerantes e Novos Materiais para a Construção, S.A.	Leiria	51,19	48,81	100,00	99,998
IRP - Industria de Rebocos de Portugal, S.A.	Santarém	-	75,00	75,00	74,998
Ciminpart - Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A.	Lisboa	100,00	0,00	100,00	99,998
Argibetão - Sociedade de Novos Produtos de Argila e Betão, S.A.	Lisboa	-	90,87	90,87	90,868
Cimentos Costa Verde - Comércio de Cimentos, S.A.	Lisboa	-	100,00	100,00	99,998
Solenreco-Produção e Comercialização de Combustíveis, Lda.	Porto	-	98,00	98,00	97,998
Valcem - Produtos Cimentícios, Lda.	Setúbal	50,00	50,00	100,00	99,998
Prescor Produção de Escórias Moídas, Lda.	Lisboa	-	100,00	100,00	99,998
CMP - Cimentos Maceira e Pataias, S.A.	Leiria	100,00	-	100,00	99,998
Ciments de Sibline, S.A.L.	Beirute	28,64	22,41	51,05	51,049
Soime, S.A.L.	Beirute	-	51,05	51,05	51,049
Cimentos Madeira, Lda.	Funchal	57,14	-	57,14	57,142
Beto Madeira - Betões e Britas da Madeira, S.A.	Funchal	-	57,14	57,14	57,142
Promadeira - Sociedade Técnica de Construção da Ilha da Madeira, Lda.	Funchal	-	57,14	57,14	57,142
Brimade - Sociedade de Britas da Madeira, S.A.	Funchal	-	57,14	57,14	57,142
Madebritas - Sociedade de Britas da Madeira, Lda. (a)	Funchal	-	29,14	29,14	29,142
Pedra Regional - Industria Transformadora de Rochas Ornamentais, S.A.	Funchal	-	29,14	29,14	29,142
Reficomb- Refinação e Comercialização de Combustíveis Derivados de Residu	Setúbal	100,00	-	100,00	99,998
Uniconcreto - Betão Pronto, S.A.	Lisboa	100,00	-	100,00	99,998
(a) Sociedades detidas em 51% pela Brimade, S.A. e portanto controladas pelo Grupo					

(a) Sociedades detidas em 51% pela Brimade, S.A. e portanto controladas pelo Grupo

Empresas incluídas no consolidado pelo método proporcional

Denominação Social	Sede	% directa e indirecta do capital detido na SUPREMO			% do capital efectivamente detido pela Semapa
		Directa	Indirecta	Total	
Empresa-mãe:					
Supremo Cimentos, S.A.	Santa Catarina	-	50,00	50,00	50,00
Subsidiárias:					
Margem - Companhia de Mineração	Paraná	100,00	-	100,00	50,00
OP Beton Concreto e Engenharia, Ltda	Santa Catarina	100,00	-	100,00	50,00

46. Demonstrações Financeiras individuais (preparadas em conformidade com o SNC)

As demonstrações financeiras individuais da Semapa, SGPS, SA são preparadas em conformidade com todas normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Conforme referido na nota 27, no exercício de 2012, o Grupo registou nas suas demonstrações financeiras consolidadas, na rubrica Lucros retidos, um montante de Euros 335.355.970 negativos, correspondente à diferença apurada na aquisição (em 15 de Maio) entre os capitais próprios atribuíveis à percentagem adicional de 49% até então não detida na subsidiária Secil e o respectivo valor de aquisição, em conformidade com as disposições estabelecidas na IFRS 3 revista. Esta aquisição foi efectuada pela Cimentospar, SGPS, SA, sociedade integralmente detida pela Semapa SGPS, SA.

Apesar de terem como ponto de partida conceptual as Normas Internacionais de Relato Financeiro, existem no entanto diferenças entre essas normas, na versão actualmente em vigor e o normativo IFRS. Desta forma, nas demonstrações financeiras individuais da Semapa, preparadas em conformidade com o SNC, e por força da apreciação do valor recuperável da referida subsidiária, o referido montante foi parcialmente registado nos resultados do período (Euros 220.892.829).

A diferença entre o valor contabilístico da participação na Secil pós aquisição dos 49% e o seu valor recuperável, de Euros 220.892.829 negativos, impacta as contas individuais da Semapa por via da aplicação do método de equivalência patrimonial à subsidiária Cimentospar, evidenciado na rubrica Ganhos e Perdas imputados de subsidiárias.

Esta diferença, apurada por referência ao período imediatamente anterior ao da aquisição, ocorrida em 15 de Maio, corresponde à diferença entre o *book value* de 99,99% da subsidiária (Euros 915.992.117) após aquisição, em base SNC, e o seu valor recuperável (Euros 695.099.287).

A reconciliação entre o resultado líquido consolidado do exercício e o resultado líquido individual apresenta-se como segue:

Valores em Euros	2012
Resultado líquido - SNC	(109.655.322)
Diferença de justo valor da Secil no RL Individual	220.892.829
Diferença de justo valor da Secil no RL consolidado	16.759.370
Diferença de tratamento em instrumentos financeiros de cobertura	(1.462.074)
Diferença de apuramento de mais-valias contabilísticas	(18.715)
Resultado líquido - IFRS	126.516.088

A reconciliação entre os capitais próprios consolidados e individual em 31 de Dezembro de 2012 apresenta-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2012
Total do capital próprio - SNC	923.837.160
Reconhecimento dos subsídios em capital	(27.889.354)
"Goodwill" apurado em aquisições a InC	(337.688.734)
Diferença de justo valor da Secil no RL Individual	220.892.829
Diferença de justo valor da Secil no RL consolidado	16.759.370
Total do capital próprio - IFRS	795.911.271

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**Presidente:**

Pedro Mendonça de Queiroz Pereira

Vogais:

Maria Maude Mendonça de Queiroz Pereira Lagos

José Alfredo de Almeida Honório

Francisco José Melo e Castro Guedes

José Miguel Pereira Gens Paredes

Paulo Miguel Garcês Ventura

Rita Maria Lagos do Amaral Cabral

António da Nóbrega de Sousa da Câmara

Joaquim Martins Ferreira do Amaral

António Pedro de Carvalho Viana Baptista

Vitor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves

PARTE 4

CERTIFICAÇÃO DO REVISOR E RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL RELATIVO ÀS CONTAS CONSOLIDADAS



Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada

Introdução

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A., as quais compreendem a Demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2012 (que evidencia um total de 4.227.960.142 euros e um total de capital próprio de 1.131.139.916 euros, o qual inclui interesses não controlados de 335.228.645 euros e um resultado líquido de 126.516.088 euros), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada do rendimento integral, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.com/pt
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o n.º 9077

constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e (vi) a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2012, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o Relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

20 de março de 2013

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
Inscrita na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº 9077
representada por:


António Alberto Henriques Assis, R.O.C.



SEMAPA – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS,SA

**Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Contas Consolidadas**

Exercício de 2012

Senhores Accionistas,

1. Nos termos da lei e dos estatutos da empresa, e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o nosso relatório anual sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida em 2012 e dar o nosso parecer sobre o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentados pelo Conselho de Administração da Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, SA, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.
2. No decurso do exercício, acompanhámos com regularidade a actividade da empresa e das suas filiais e associadas mais significativas, com a periodicidade e extensão que considerámos adequada, nomeadamente através de reuniões periódicas com a Administração e Directores da Sociedade. Acompanhámos a verificação dos registos contabilísticos e da respectiva documentação de suporte, bem como a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna. Vigiámos pela observância da lei e dos estatutos. No exercício da nossa actividade não deparámos com quaisquer constrangimentos.
3. Reunimos por diversas vezes com o revisor oficial de contas e auditor externo, PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda, acompanhando os trabalhos de auditoria desenvolvidos e fiscalizando a sua independência. Apreciamos a Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria, que merecem o nosso acordo.
4. No âmbito das nossas funções, verificámos que:
 - a) a Demonstração dos resultados consolidados, a Demonstração da posição financeira consolidada, a Demonstração do rendimento integral consolidado, a Demonstração das alterações dos capitais próprios consolidados e a Demonstração dos fluxos de caixa consolidados e o correspondente Anexo, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;
 - b) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados estão conformes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, e são adequados por forma a assegurar que os mesmos conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados, tendo-se dado seguimento às análises e recomendações emitidas pelo auditor externo;
 - c) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da empresa e do conjunto das filiais incluídas na consolidação, evidenciando com clareza os aspectos mais significativos da actividade.

d) O Relatório de Governo da Sociedade inclui os elementos referidos no artigo 245-A do Código dos Valores Mobiliários.

5. Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços da Empresa, bem como as conclusões constantes da Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria, somos do parecer que:

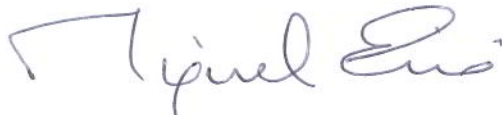
a) seja aprovado o Relatório de Gestão;

b) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas.

6. Finalmente, os membros do Conselho Fiscal expressam o seu reconhecimento e agradecimento pela colaboração prestada, ao Conselho de Administração, aos principais responsáveis e aos demais colaboradores da empresa.

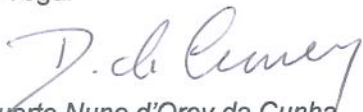
Lisboa, 21 de Março de 2013

O Presidente do Conselho Fiscal



Miguel Camargo de Sousa Eiró

O Vogal



Duarte Nuno d'Orey da Cunha

O Vogal



Gonçalo Nuno Palha Gaio Picão Caldeira

PARTE 5

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Valores em Euros	Notas	2012	2011
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	4	5.493.750	2.784.168
Ganhos / (perdas) imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	5	56.377.910	156.826.138
Fornecimentos e serviços externos	6	(573.297)	(5.403.112)
Gastos com o pessoal	7	11.647.002	(13.737.578)
Provisões [aumentos/((reduções)]	8	(78.626.521)	(1.100.000)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas / reversões)	11	(81.296.931)	-
Aumentos / (reduções) de justo valor	9	1.945.053	(1.382.615)
Outros rendimentos e ganhos	10	32.373	2.061.311
Outros gastos e perdas	10	(916.761)	(995.586)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(85.917.422)	139.052.726
(Gastos) / reversões de depreciação e amortização	11	(298.068)	(330.792)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(86.215.490)	138.721.934
Juros e rendimentos similares obtidos	12	20.447.346	6.826.885
Juros e gastos similares suportados	12	(44.413.269)	(20.753.513)
Resultado antes de impostos		(110.181.413)	124.795.306
Imposto sobre o rendimento do exercício	13	526.091	(633.506)
Resultado líquido do exercício		(109.655.322)	124.161.800
Resultados por acção			
Resultados básicos por acção, Eur	14	(0,97)	1,10
Resultados diluídos por acção, Eur	14	(0,97)	1,10

BALANÇO INDIVIDUAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Valores em Euros	Notas	31-12-2012	31-12-2011
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	15	1.297.230	1.487.506
Goodwill	16	55.935.308	137.906.572
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	5	1.535.924.975	1.744.935.841
Outros activos financeiros	21	380.865.011	-
		1.974.022.524	1.884.329.919
Activo corrente			
Estado e outros entes públicos	17	1.166.717	397.083
Outras contas a receber	18	25.393.709	5.094.135
Diferimentos	19	167.547	228.412
Activos financeiros detidos para negociação	20	100.889	427.363
Outros activos financeiros	21	8.387.959	4.134.928
Caixa e depósitos bancários	24	53.461	111.868.809
		35.270.282	122.150.730
Total do activo		2.009.292.806	2.006.480.649
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	22	118.332.445	118.332.445
Acções próprias	22	(47.164.986)	(47.164.986)
Prémios de emissão	23	3.923.459	3.923.459
Reservas legais	23	23.666.489	23.666.489
Outras reservas	23	931.505.690	836.129.430
Resultados transitados	23	31.723.936	28.993.596
Ajustamentos em activos financeiros	23	(5.482.780)	5.535.173
Outras variações no capital próprio	23	(23.011.771)	(9.371.378)
		1.033.492.482	960.044.228
Resultado líquido do exercício		(109.655.322)	124.161.800
Total do capital próprio		923.837.160	1.084.206.028
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	8	82.266.521	3.640.000
Financiamentos obtidos	24	822.884.321	498.899.947
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	25	1.374.716	100.101.271
		906.525.558	602.641.218
Passivo corrente			
Fornecedores		109.924	88.595
Estado e outros entes públicos	17	12.291.189	1.043.208
Financiamentos obtidos	24	81.596.676	293.429.928
Outras contas a pagar	26	84.926.127	25.065.716
Diferimentos	19	6.172	5.956
		178.930.088	319.633.403
Total do passivo		1.085.455.646	922.274.621
Total do capital próprio e do passivo		2.009.292.806	2.006.480.649

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DE 1 DE JANEIRO DE 2011 A 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Valores em Euros	Notas	Capital realizado	Ações próprias	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Dividendos antecipados	Total do Capital Próprio
Capital próprio em 1 de Janeiro de 2011	1	118.332.445	(36.765.574)	3.923.459	23.666.489	738.890.375	25.061.217	6.317.024	(4.827.952)	126.720.229	(29.481.173)	971.836.539
Alterações no exercício												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	(3.164)	-	-	(3.164)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	(1)	-	(781.851)	-	-	-	(781.852)
Ajustamento de partes de capital em subsidiárias		-	-	-	-	-	-	-	(4.540.262)	-	-	(4.540.262)
Variação de justo valor em instrumentos financeiros derivados		-	-	-	-	-	3.932.379	-	-	-	-	3.932.379
Ganhos / (perdas) actuariais		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para reservas e resultados transitados		-	-	-	-	97.239.056	-	-	-	(126.720.229)	29.481.173	-
Resultado líquido do exercício	2	-	-	-	-	97.239.055	3.932.379	(781.851)	(4.543.426)	(126.720.229)	29.481.173	(1.392.899)
Resultado integral	3	-	-	-	-	-	-	-	-	124.161.800	-	124.161.800
	4=2+3	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.558.430)	29.481.173	122.768.901
Operações com detentores de capital no exercício												
Aquisição de ações próprias		-	(10.399.412)	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.399.412)
	5	-	(10.399.412)	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.399.412)
Capital próprio em 31 de Dezembro de 2011	6=1+2+3+5	118.332.445	(47.164.986)	3.923.459	23.666.489	836.129.430	28.993.596	5.535.173	(9.371.378)	124.161.800	-	1.084.206.028

Valores em Euros	Notas	Capital realizado	Ações próprias	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Dividendos antecipados	Total do Capital Próprio
Capital próprio em 1 de Janeiro de 2012	6	118.332.445	(47.164.986)	3.923.459	23.666.489	836.129.430	28.993.596	5.535.173	(9.371.378)	124.161.800	-	1.084.206.028
Alterações no exercício												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	(5.530.150)	-	-	(5.530.150)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	-	-	(10.770.897)	-	-	-	(10.770.897)
Ajustamento de partes de capital em subsidiárias		-	-	-	-	-	-	-	(8.110.243)	-	-	(8.110.243)
Variação de justo valor em instrumentos financeiros derivados		-	-	-	-	-	2.483.284	-	-	-	-	2.483.284
Ganhos / (perdas) actuariais		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para reservas e resultados transitados	23	-	-	-	-	95.376.260	-	-	-	(95.376.260)	-	-
Outros movimentos	7	-	-	-	-	-	247.056	(247.056)	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	8	-	-	-	-	95.376.260	2.730.340	(11.017.953)	(13.640.393)	(95.376.260)	-	(21.928.006)
Resultado integral	9=7+8	-	-	-	-	-	-	-	-	(109.655.322)	-	(109.655.322)
		(205.031.582)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(131.583.328)
Operações com detentores de capital no exercício												
Distribuições	23	-	-	-	-	-	-	-	-	(28.785.540)	-	(28.785.540)
	10	-	-	-	-	-	-	-	-	(28.785.540)	-	(28.785.540)
Capital próprio em 31 de Dezembro de 2012	6+7+8+10	118.332.445	(47.164.986)	3.923.459	23.666.489	931.505.690	31.723.936	(5.482.780)	(23.011.771)	(109.655.322)	-	923.837.160

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Valores em Euros	Notas	2012	2011
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRECTO			
Pagamentos a fornecedores		(4.437.549)	(8.445.131)
Pagamentos ao pessoal		(27.400.711)	(9.741.709)
Caixa gerada pelas operações		(31.838.260)	(18.186.840)
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(2.244.972)	(876.747)
Outros recebimentos/(pagamentos)		3.375.252	1.518.965
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(30.707.980)	(17.544.622)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(43.767)	(260.251)
Investimentos financeiros		(228.115.292)	(823.245.380)
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		86.690.248	344.856.188
Juros e rendimentos similares		5.392.306	3.870.429
Dividendos	5	309.738.277	261.806.096
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		173.661.772	(212.972.918)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		591.546.167	1.111.133.935
Financiamentos concedidos		-	2.280.875
Outras operações de financiamento		81.628	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(392.132.681)	(818.734.116)
Financiamentos concedidos		-	(2.644.900)
Juros e gastos similares		(44.524.464)	(20.412.558)
Dividendos	23	(28.785.540)	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	(24.248.970)
Outras operações de financiamento		(380.954.250)	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(254.769.140)	247.374.266
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (1)+(2)+(3)		(111.815.348)	16.856.726
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	24	111.868.809	95.012.083
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO EXERCÍCIO	24	53.461	111.868.809

ÍNDICE DAS NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

1.	Identificação da empresa.....	8
2.	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	8
3.	Resumo das principais políticas contabilísticas.....	8
3.1	Activos fixos tangíveis.....	8
3.2	Goodwill	9
3.3	Participações financeiras – método da equivalência patrimonial.....	9
3.3.1	Subsidiárias.....	9
3.3.2	Empreendimentos conjuntos.....	10
3.4	Conversão cambial.....	10
3.4.1	Moeda Funcional e de Relato	10
3.4.2	Saldos e transacções expressos em moedas estrangeiras	10
3.4.3	Subsidiárias.....	10
3.5	Imparidade de activos não correntes.....	11
3.6	Activos financeiros	11
3.7	Instrumentos financeiros derivados	12
3.8	Imposto sobre o rendimento	12
3.9	Outras contas a receber.....	13
3.10	Caixa e seus equivalentes	13
3.11	Capital social e Acções próprias	13
3.12	Financiamentos obtidos	13
3.13	Encargos financeiros com empréstimos.....	13
3.14	Provisões.....	14
3.15	Benefícios pós-emprego e outros.....	14
3.15.1	Planos de pensões de benefícios definidos.....	14
3.15.2	Férias e subsídio de férias e prémios	14
3.16	Valores a pagar correntes.....	15
3.17	Locações operacionais	15
3.18	Distribuição de dividendos	15
3.19	Rédito e regime do acréscimo	15
3.20	Activos e passivos contingentes	15
3.21	Eventos subsequentes.....	16
3.22	Gestão do Risco	16
3.22.1	Factores do risco financeiro	16
3.22.2	Factores de risco operacional.....	17
3.23	Estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes	18
3.23.1	Imparidade do Goodwill.....	18
3.23.2	Pressupostos actuariais.....	18
4.	Vendas e serviços prestados	18
5.	Participações financeiras – método da equivalência patrimonial.....	18
6.	Fornecimento e serviços externos.....	21
7.	Gastos com o pessoal.....	21
8.	Provisões.....	21
9.	Aumentos/reduções de justo valor.....	22
10.	Outros rendimentos e ganhos e outros gastos e perdas.....	22
11.	Amortizações, depreciações e perdas por imparidade	22
12.	Resultados financeiros.....	23
13.	Imposto sobre o rendimento	23
14.	Resultados por acção.....	24
15.	Activos fixos tangíveis.....	25
16.	Goodwill	25
17.	Estado e outros entes públicos	26
18.	Outras contas a receber.....	26
19.	Diferimentos.....	27
20.	Activos financeiros detidos para negociação.....	27
21.	Outros activos financeiros	27
22.	Capital social e acções próprias.....	28
23.	Reservas e outras rubricas do capital próprio.....	28

24.	Financiamentos obtidos.....	30
25.	Benefícios pós-emprego.....	32
26.	Outras contas a pagar.....	33
27.	Instrumentos financeiros derivados	33
28.	Saldos e transações com partes relacionadas	34
29.	Gastos suportados com auditoria e revisão legal de contas	37
30.	Compromissos.....	37
31.	Cotações utilizadas	37
32.	Reconciliação entre Capitais próprios e resultado líquido.....	38

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Nas presentes notas, todos os montantes são apresentados em euros, salvo se indicado o contrário.)

1. Identificação da empresa

Designação: Semapa — Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, SA
Sede Social: Av. Fontes Pereira de Melo, 14, Lx
Capital Social: Euros 118.332.445
N.I.P.C.: 502 593 130

A Semapa — Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, SA ("Empresa") foi constituída em 21 de Junho de 1991 e tem por objecto social a gestão de participações sociais noutras sociedades, nomeadamente nos sectores da produção de cimento e derivados, de pasta e de papel e ambiente, através das suas participadas Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, SA, Supremo Cimentos, SA, Portucel, S.A. e ETSA Investimentos, SGPS, SA..

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas (NI).

Sempre que o SNC não responda a aspectos particulares de transacções ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e as respectivas interpretações SIC-IFRIC.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de Dezembro de 2012 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011.

Estas demonstrações financeiras reflectem apenas as contas individuais da Empresa. A Empresa preparou também contas consolidadas, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), as quais reflectem em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, relativamente às contas individuais, as seguintes diferenças:

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011
Total do activo	2.218.667.336	1.779.075.923
Total do passivo	2.011.364.580	1.481.262.064
Total do capital próprio (antes de interesses não controlados)	(127.925.889)	(35.403.030)
Réditos totais	1.947.094.168	1.665.872.095

3. Resumo das principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo.

3.1 Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas (Nota 15).

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, sobre o custo de aquisição, sendo utilizado o método das quotas constantes, utilizando-se as taxas que melhor reflectem a sua vida útil estimada, como segue:

Anos médios de vida útil	
Edifícios e outras construções	7 – 10
Equipamentos:	
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	3 - 8
Outras imobilizações corpóreas	4 - 10

Os valores residuais dos activos e as respectivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário, na data do balanço. Se a quantia escriturada é superior ao valor recuperável do activo, procede-se ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado mediante o registo de perdas por imparidade (Nota 3.5).

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações deduzido dos gastos de transacção e a quantia escriturada do activo, e são reconhecidos na demonstração dos resultados, como outros rendimentos ou outros gastos (operacionais).

3.2 Goodwill

O Goodwill representa o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis das subsidiárias na data de aquisição (Nota 16).

O Goodwill não é amortizado e encontra-se sujeito a testes por imparidade, numa base mínima anual. As perdas por imparidade relativas a Goodwill não podem ser revertidas. Ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma entidade incluem o valor do Goodwill correspondente.

3.3 Participações financeiras – método da equivalência patrimonial

A rubrica “participações financeiras – método da equivalência patrimonial” inclui os investimentos numa participada na qual a Empresa exerce controlo (o que ocorre quando a Empresa controla directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral ou detivesse o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais) ou influência significativa (o que ocorreria se a empresa participasse nas decisões financeiras e operacionais da empresa o que geralmente ocorre nos investimentos que representam entre 20% a 50% do capital de uma empresa).

As participações financeiras são relevadas ao método da equivalência patrimonial, subtraído de qualquer perda por imparidade acumulada (Nota 5).

3.3.1 Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Empresa tem o poder de decisão sobre as políticas financeiras e operacionais, geralmente representado por mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito dos direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se a Empresa detém o controlo sobre outra entidade. Os investimentos em subsidiárias são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das subsidiárias, e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da subsidiária na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como Goodwill. Se essas diferenças forem negativas são registadas como rendimento do exercício na rubrica “Ganhos imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos”.

É feita uma avaliação dos investimentos em subsidiárias quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir também naquela rubrica. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objecto de reversão à excepção do Goodwill.

Quando a participação da Empresa nas perdas da subsidiária iguala ou ultrapassa o seu investimento nestas sociedades, a Empresa deixa de reconhecer perdas adicionais, excepto se tiver incorrido em responsabilidades ou efectuado pagamentos em nome destas. Os ganhos não realizados em transacções com as subsidiárias são eliminados na extensão da participação da Empresa nas mesmas. As perdas não realizadas são também eliminadas, excepto se a transacção revelar evidência de imparidade de um bem transferido.

As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adoptadas pela Empresa. Os investimentos em subsidiárias encontram-se detalhados na Nota 5.

3.3.2 Empreendimentos conjuntos

Uma entidade conjuntamente controlada é um empreendimento conjunto que envolve o estabelecimento de uma sociedade, de uma parceria ou de outra entidade em que a Empresa tenha um interesse.

As entidades conjuntamente controladas são incluídas nas demonstrações financeiras individuais pelo método de equivalência patrimonial, anteriormente detalhado.

3.4 Conversão cambial

3.4.1 Moeda Funcional e de Relato

Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das entidades subsidiárias são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Euros, sendo esta a moeda funcional e de relato.

3.4.2 Saldos e transacções expressos em moedas estrangeiras

Todos os activos e passivos da Empresa expressos em moedas estrangeiras foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como rendimentos e gastos na demonstração individual dos resultados por naturezas do exercício.

3.4.3 Subsidiárias

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades subsidiárias que possuam uma moeda funcional diferente da sua moeda de relato, para efeitos da aplicação do método de equivalência patrimonial, são convertidas para a moeda de relato como segue:

- (i) Os activos e passivos de cada balanço são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data das demonstrações financeiras;

As diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como componente separada no Capital Próprio, na rubrica “Outras variações no capital próprio”.

- (ii) Os rendimentos e os gastos de cada demonstração dos resultados são convertidos pela taxa de câmbio média do período de reporte, a não ser que a taxa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas em vigor nas datas das transacções, sendo neste caso os rendimentos e os gastos convertidos pelas taxas de câmbio em vigor nas datas das transacções.

3.5 Imparidade de activos não correntes

Os activos não correntes que não têm uma vida útil definida, não estão sujeitos a depreciação, mas são objecto de testes de imparidade anuais. Os activos sujeitos a depreciação são revistos quanto à imparidade sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do activo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um activo, deduzidos os gastos para venda, e o seu valor de uso.

Para realização de testes por imparidade, os activos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa a que pertence o activo), quando não seja possível fazê-lo individualmente, para cada activo.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram (com excepção das perdas por imparidade do Goodwill – ver Nota 3.2).

A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como rendimento operacional. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciação) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores.

3.6 Activos financeiros

A Empresa classifica os seus activos financeiros nas seguintes categorias: Ao custo amortizado e ao justo valor, com as alterações de justo valor a ser reconhecida na demonstração dos resultados. A classificação depende do objectivo na aquisição do investimento. A classificação é determinada no momento de reconhecimento inicial dos investimentos e sendo essa classificação reavaliada em cada data de relato.

Todas as aquisições e alienações destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, sendo o justo valor equivalente ao preço pago e a pagar, incluindo despesas de transacção. A mensuração subsequente depende da categoria em que o investimento se insere, como segue:

Activos financeiros ao custo amortizado

Os empréstimos concedidos e contas a receber são activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados num mercado activo. São originados quando a Empresa fornece dinheiro, bens ou serviços directamente a um devedor, sem intenção de negociar a dívida.

São incluídos nos activos correntes, excepto quanto a maturidades superiores a 12 meses após a data do Balanço, sendo nesse caso classificados como activos não correntes.

Os empréstimos concedidos e contas a receber são incluídos no balanço, nas rubricas “Outros activos financeiros” e “Outras contas a receber” correntes.

Activos financeiros detidos para negociação

Um activo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido principalmente com o objectivo de venda a curto prazo ou se assim designado pelos gestores e cujo justo valor possa ser mensurado de forma fiável. Estes investimentos são mensurados ao justo valor através da demonstração de resultados.

A Empresa avalia, em cada data de balanço, se há uma evidência objectiva de que um activo financeiro ou um grupo de activos financeiros sofreram uma perda por imparidade. Se existir uma diminuição no justo valor por

um período prolongado dos activos financeiros detidos para negociação, a perda é calculada pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor corrente e reconhecida no resultado do exercício.

3.7 Instrumentos financeiros derivados

A Empresa utiliza derivados com o objectivo de gerir os riscos financeiros a que se encontra sujeita.

Apesar de os derivados contratados corresponderem a instrumentos eficazes na cobertura económica de riscos, há uma parte dos mesmos que não se qualifica como cobertura contabilística. Os instrumentos derivados são registados no balanço pelo seu justo valor e as variações no mesmo são reconhecidas no capital próprio ou na demonstração dos resultados, conforme sejam eficazes ou não na cobertura contabilística.

Sempre que possível, o justo valor dos derivados é estimado com base em instrumentos cotados. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos derivados é estimado através do método de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções, de acordo com pressupostos geralmente utilizados no mercado. O justo valor dos instrumentos financeiros derivados encontra-se incluído, essencialmente, nas rubricas de “Valores a receber correntes” e de “Valores a pagar correntes”.

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- i) À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- ii) Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

3.8 Imposto sobre o rendimento

A partir do exercício com início em 1 de Janeiro de 2006, a Empresa é tributada através do regime especial de tributação de grupos de sociedades (“RETGS”), constituído pelas empresas em que detém participação igual ou superior a 90% e que cumprem as condições previstas no artigo 69º e seguintes do Código do IRC.

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais gerados até 2009 e a partir de 2010 são reportáveis durante um período de seis e quatro anos, respectivamente, após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução aos lucros fiscais gerados durante esse período.

Os ganhos e perdas imputados de empresas subsidiárias e empreendimentos conjuntos, resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial, são deduzidos ou acrescidos, respectivamente, ao resultado do exercício, para apuramento da matéria colectável.

O imposto sobre o rendimento inclui imposto corrente e imposto diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é determinado com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal vigente à data de balanço (Nota 13).

O imposto diferido é calculado com base na responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base de tributação. Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa fiscal que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporárias serão revertidas.

São reconhecidos impostos diferidos activos sempre que exista razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos activos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

3.9 Outras contas a receber

Os outros valores a receber correntes inicialmente contabilizados ao justo valor sendo subsequentemente contabilizados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade, necessárias para os colocar ao seu valor realizável líquido esperado (Nota 18).

As perdas por imparidade são registadas quando existe uma evidência objectiva de que a Empresa não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das contas a receber.

3.10 Caixa e seus equivalentes

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com maturidade inicial até 3 meses, que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor (Nota 24).

3.11 Capital social e Acções próprias

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio (Nota 22).

Os gastos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou outros instrumentos de capital próprio são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante da emissão.

Os gastos directamente imputáveis à emissão de novas acções ou opções, para a aquisição de um negócio são incluídos no custo de aquisição, como parte do valor da compra.

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição, como uma redução do capital próprio, na rubrica Acções próprias sendo os ganhos ou perdas inerentes à sua alienação registados em Outras reservas. Em conformidade com a legislação comercial aplicável, enquanto as acções próprias se mantiverem na posse da sociedade, é tornada indisponível uma reserva de montante igual ao seu custo de aquisição.

Quando alguma empresa subsidiária adquire acções da empresa-mãe (acções próprias) o pagamento, que inclui os gastos incrementais directamente atribuíveis, é deduzido ao capital próprio atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe até que as acções sejam canceladas, reemitidas ou alienadas.

Quando tais acções são subsequentemente vendidas ou reemitidas, qualquer recebimento, líquido de gastos de transacção directamente atribuíveis e de impostos, é reflectido no capital próprio dos detentores do capital da empresa, em outras reservas.

3.12 Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de gastos de transacção incorridos sendo, subsequentemente apresentados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de gastos de transacção) e o valor de reembolso é reconhecido na demonstração de resultados ao longo do período da dívida, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

A dívida remunerada é classificada no passivo corrente, excepto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do Balanço (Nota 24).

3.13 Encargos financeiros com empréstimos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos são geralmente reconhecidos como gastos de financiamento, de acordo com o regime de acréscimo (Nota 12).

Os encargos financeiros de empréstimos directamente relacionados com a aquisição, construção (caso o período de construção ou desenvolvimento exceda um ano) ou produção de activos fixos são capitalizados, fazendo parte do custo do activo.

A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida após o início de utilização ou quando a execução do projecto em causa se encontre suspensa ou substancialmente concluída.

Qualquer proveito directamente relacionado com um investimento específico é deduzido ao custo do referido activo.

3.14 Provisões

São reconhecidas provisões sempre que a Empresa tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, seja provável que uma saída de fluxos e/ou de recursos se torne necessária para liquidar a obrigação e possa ser efectuada uma estimativa fiável do montante da obrigação.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data (Nota 8).

3.15 Benefícios pós-emprego e outros

3.15.1 Planos de pensões de benefícios definidos

As responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma são registadas de acordo com os critérios consagrados pela NCRF 28.

De acordo com a NCRF 28, as empresas com planos de pensões reconhecem os gastos com a atribuição destes benefícios à medida que os serviços são prestados pelos beneficiários. Deste modo a responsabilidade total da Semapa é estimada, pelo menos, semestralmente, à data dos fechos intercalar e anuais de contas, por uma entidade especializada e independente de acordo com o método das unidades de crédito projectadas.

A responsabilidade assim determinada é apresentada no balanço e os gastos com pensões são registados na rubrica “Gastos com o pessoal”. Os desvios actuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos utilizados para efeito de apuramento de responsabilidades e o que efectivamente ocorreu são reconhecidos directamente em capitais próprios, na rubrica “Resultados transitados” (Nota 23), bem como os impactos decorrentes da alteração de pressupostos.

Os gastos por responsabilidades passadas, que resultem da implementação de um novo plano ou acréscimos nos benefícios atribuídos, são reconhecidos imediatamente, nas situações em que os benefícios se encontrem a ser pagos ou se encontrem vencidos.

A responsabilidade assim determinada é apresentada no Balanço, na rubrica “Responsabilidades benefícios pós-emprego”, no passivo não corrente.

Os desvios actuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos utilizados para efeito de apuramento de responsabilidades e o que efectivamente ocorreu (bem como de alterações efectuadas aos mesmos e do diferencial entre o valor esperado da rentabilidade dos activos dos fundos e a rentabilidade real) são reconhecidos, quando incorridos, directamente em capitais próprios (Nota 25).

Os ganhos e perdas gerados por um corte ou uma liquidação de um plano de pensões de benefícios definidos são reconhecidos em resultados do exercício quando o corte ou a liquidação ocorrer. Um corte ocorre quando se verifica uma redução material no número de empregados ou o plano é alterado para que os benefícios atribuídos sejam reduzidos, com efeito material.

3.15.2 Férias e subsídio de férias e prémios

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a 22 dias úteis de férias, bem como a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento.

De acordo com o Sistema de Gestão de Desempenho, os trabalhadores têm direito a uma gratificação no caso de cumprirem os objectivos definidos anualmente, direito esse normalmente adquirido no ano anterior ao do seu pagamento.

Assim, estas responsabilidades são registadas no período em que os trabalhadores adquirem o respectivo direito, por contrapartida da demonstração de resultados, independentemente da data do seu pagamento, e o saldo por liquidar à data de balanço está relevado na rubrica de Valores a pagar correntes.

3.16 Valores a pagar correntes

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar correntes são registados pelo seu valor nominal, i.e., ao custo.

3.17 Locações operacionais

As locações em que uma parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade é assumida pelo locador sendo a Empresa locatária, são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efectuados nas locações operacionais são registados como gastos na demonstração dos resultados durante o período da locação.

3.18 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos detentores do capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Empresa, no exercício em que os dividendos são aprovados pelos accionistas e até ao momento da sua liquidação.

3.19 Rédito e regime do acréscimo

Os rendimentos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração individual dos resultados, com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço e pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os juros recebidos são reconhecidos pelo regime contabilístico do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa de juro efectiva durante o período até à maturidade.

A Empresa regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, pelo qual os gastos e rendimentos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e rendimentos são registadas nas rubricas Outras contas a receber correntes e Outras contas a pagar correntes (Notas 18 e 26 respectivamente).

3.20 Activos e passivos contingentes

Os activos contingentes são possíveis activos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Empresa.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objecto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Empresa; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Empresa, sendo os mesmos objecto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objecto de divulgação.

3.21 Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras individuais.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras individuais, se materiais.

3.22 Gestão do Risco

3.22.1 Factores do risco financeiro

Semapa enquanto sociedade gestora de participações sociais (SGPS) desenvolve directa e indirectamente actividades de gestão sobre as suas participadas. Deste modo, o cumprimento das obrigações por si assumidas depende dos *cash flows* gerados por estas. A Empresa depende assim da eventual distribuição de dividendos por parte das suas subsidiárias, do pagamento de juros, do reembolso de empréstimos concedidos e de outros *cash-flows* gerados por essas sociedades.

A capacidade das subsidiárias da Semapa disponibilizarem fundos à holding dependerá, em parte, da sua capacidade de geração de *cash flows* positivos e, por outro lado, está dependente dos respectivos resultados, reservas disponíveis e estrutura financeira.

A Semapa tem um programa de gestão de risco que concentra a sua análise nos mercados financeiros com vista a minimizar os potenciais efeitos adversos na sua performance financeira. A gestão do risco é conduzida pela Direcção Financeira de acordo com a política aprovada Administração. Existe ainda junto da Semapa uma Comissão de Controlo Interno com funções específicas na área do controlo de riscos da actividade da sociedade.

Risco cambial

A variação da taxa de câmbio do euro face a outras moedas pode afectar significativamente as receitas da Semapa, principalmente através das suas subsidiárias.

Risco de taxa de juro

Sempre que as expectativas de evolução de taxas de juro o justifiquem, a Semapa procura contratar operações de protecção contra movimentos adversos, através de instrumentos derivados, nomeadamente *collars* de taxa de juro. Na selecção de instrumentos são essencialmente valorizados os aspectos económicos dos mesmos. São igualmente tidas em conta as implicações da inclusão de cada instrumento adicional na carteira de derivados existentes, nomeadamente os efeitos em termos de volatilidade nos resultados.

A Semapa, na sua gestão da exposição às taxas de juro, apenas realiza cobertura de fluxos de caixa. Estas operações são registadas no balanço pelo seu justo valor e, na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor são inicialmente registadas por contrapartida de capitais próprios e posteriormente reclassificadas para a rubrica Ganhos/Perdas por aumentos/reduções de justo valor em instrumentos financeiros em resultados financeiros líquidos na data da sua liquidação.

Se as operações de cobertura apresentarem ineficácia, esta é registada directamente em resultados. Desta forma e em termos líquidos, os gastos associados aos financiamentos cobertos são periodificados à taxa inerente à operação de cobertura contratada.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afectar resultados.

O custo da totalidade da dívida financeira contraída pela Semapa está indexada a taxas de referência de curto prazo, revistas com uma periodicidade inferior a um ano (geralmente seis meses na dívida de médio longo prazo). Deste modo, variações nas taxas de juro podem afectar os resultados da Empresa. Nos casos em que a Administração considera adequado, a Semapa recorre à utilização de instrumentos financeiros derivados, nomeadamente *collars* de taxa de juro para a gestão do risco de taxa de juro, tendo estes instrumentos como objectivo fixar a taxa de juro dos empréstimos que obtém, dentro de determinados parâmetros.

A Semapa SGPS, durante o exercício de 2009, procedeu à contratação de três estruturas de *collars* de taxa de juro, com o objectivo de fixar uma banda de pagamento sobre os encargos financeiros relativos a dois empréstimos obrigacionistas expostos ao risco de flutuação das taxas de juro.

A Semapa utiliza a técnica da análise de sensibilidade que mede as alterações estimadas nos resultados e capitais de um aumento ou diminuição imediata das taxas de juros de mercado, com todas as outras variáveis constantes. Esta análise é apenas para fins ilustrativos, já que na prática as taxas de mercado raramente se alteram isoladamente. A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

- 1 Alterações nas taxas de juro do mercado afectam rendimentos ou despesas de juros de instrumentos financeiros variáveis;
- 2 Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afectam os rendimentos ou despesas de juros em relação a instrumentos financeiros com taxas de juro fixas se estes estiverem reconhecidos a justo valor;
- 3 Alterações nas taxas de juro de mercado afectam o justo valor de instrumentos financeiros derivados e outros activos e passivos financeiros;
- 4 Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e outros activos e passivos financeiros são estimados descontando os fluxos de caixa futuros de valores actuais líquidos, utilizando taxas de mercado do final do ano.

Risco de crédito

O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afectem as economias locais pode resultar na incapacidade dos clientes em saldar os seus compromissos decorrentes da venda de produtos.

O seguro de crédito tem sido um dos instrumentos adoptados pelas subsidiárias da Semapa para minorar os impactos negativos deste tipo de risco.

As vendas que não estão abrangidas por um seguro de crédito estão sujeitas a regras que asseguram que estas são efectuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado e que se encontram dentro dos limites da exposição dos saldos máximos predefinidos e aprovados para cada cliente.

Risco de liquidez

A Semapa gere o risco de liquidez por duas vias: (i) garantindo que a sua dívida financeira tem uma componente elevada de médio e longo prazo com maturidades adequadas às características das indústrias onde as suas subsidiárias exercem a sua actividade, e (ii) através da contratação com instituições financeiras de facilidades de crédito disponíveis a todo o momento, por um montante que garanta uma liquidez adequada.

3.22.2 Factores de risco operacional

Os factores de risco operacional encontram-se essencialmente ao nível das empresas subsidiárias e das entidades conjuntamente controladas e são os seguintes:

- Abastecimento de matérias-primas
- Preço de venda
- Procura dos produtos das empresas
- Concorrência
- Legislação ambiental
- Gastos energéticos
- Gastos de contexto

3.23 Estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes

Na preparação das demonstrações financeiras, a Empresa adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e suposições efectuadas pelo órgão de gestão foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente do Goodwill e de contas a receber, e iii) provisões.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração dos resultados de forma prospectiva.

As estimativas e as premissas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos activos e passivos no exercício seguinte são apresentadas abaixo:

3.23.1 Imparidade do Goodwill

A Semapa testa anualmente, para efeitos de análise de imparidade do Goodwill, que regista no seu Balanço, de acordo com a política contabilística indicada na Nota 3.2. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa são determinados com base no cálculo de valores de uso. Esses cálculos exigem o uso de estimativas.

3.23.2 Pressupostos actuariais

As responsabilidades referentes a planos de benefícios a empregados com benefícios definidos são calculadas com base em determinados pressupostos actuariais. Alterações nestes pressupostos podem ter um impacto relevante naquelas responsabilidades.

4. Vendas e serviços prestados

As prestações de serviços nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, nos montantes de Euros 5.493.750 e Euros 2.784.168, respectivamente, referem-se a serviços prestados pela Semapa às suas subsidiárias nas áreas financeira, contabilística, fiscal e informática, entre outras, e foram integralmente realizadas no mercado interno (Nota 28).

5. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 os investimentos em participações financeiras registados pelo método de equivalência patrimonial em balanço, tinham a seguinte composição:

Valores em Euros	31-12-2012				31-12-2011			
	% detida	Participação	Prestações Suplementares	Total	% detida	Participação	Prestações Suplementares	Total
Cimentospar - Participações Sociais, SGPS, Lda.	100,00%	267.713.894	-	267.713.894	100,00%	208.393.211	-	208.393.211
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	96,00%	53.455.286	-	53.455.286	96,00%	50.589.505	-	50.589.505
Great Earth - Projectos, S.A.	100,00%	-	-	-	100,00%	6.949	-	6.949
Interholding Investments, B.V.	100,00%	5.937.808	-	5.937.808	100,00%	5.996.938	-	5.996.938
N.S.O.S.P.E. - Empreendimentos e Participações, S.A.	100,00%	11.100.673	-	11.100.673	100,00%	45.777	-	45.777
Portucel, S.A.	47,29%	647.963.113	-	647.963.113	45,69%	635.715.113	-	635.715.113
Seinpar Investments, B.V.	100,00%	89.606.009	452.233.500	541.839.509	100,00%	27.561.763	505.539.500	533.101.263
Seinpart - Participações, SGPS, S.A.	49,00%	29.175	-	29.175	49,00%	30.025	-	30.025
Semapa Inversiones, S.L.	100,00%	5.748.633	-	5.748.633	100,00%	84.943.316	-	84.943.316
Seminv - Investimentos, SGPS, S.A.	100,00%	2.036.154	-	2.036.154	100,00%	171.313.694	-	171.313.694
Aboutbalance, SGPS, S.A.	100,00%	50.366	-	50.366	0,00%	-	-	-
Inspiredplace, S.A.	100,00%	50.364	-	50.364	0,00%	-	-	-
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	-	-	-	-	10,86%	54.800.050	-	54.800.050
		1.083.691.475	452.233.500	1.535.924.975		1.239.396.341	505.539.500	1.744.935.841

O movimento ocorrido na rubrica Investimentos em participações financeiras registados pelo método de equivalência patrimonial, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, foi como segue:

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011
Saldo inicial	1.744.935.841	1.492.953.934
Constituições e aumentos de capital	203.701.941	40.000
Reduções de capital	(8.940.000)	(88.164.591)
Aquisições	24.413.353	836.779.939
Goodwill (Nota 16)	-	(134.455.461)
Diferença de conversão cambial	(5.530.150)	(3.164)
Alienações	(79.810.247)	-
Resultado líquido apropriado	30.969.411	156.826.138
Dividendos atribuídos	(309.738.277)	(261.776.593)
Reembolso de:		
Prestações suplementares	(53.306.000)	(139.217.510)
Prestamos participativos	-	(117.265.000)
Ajustamento de partes de capital	(10.770.897)	(781.851)
Saldo final	1.535.924.975	1.744.935.841

A rubrica “Aquisições” respeita à aquisição, pela Semapa SGPS, S.A. ocorrida em Janeiro de 2012, de 15% do capital social da Supremo Cimentos, S.A., no âmbito da aquisição de 50% deste Grupo Cimenteiro brasileiro conjuntamente com a sua subsidiária brasileira, NSOSPE, S.A., a qual procedeu à aquisição dos restantes 35%. Esta participação foi posteriormente, em Agosto de 2012, alienada à subsidiária Secil, S.A..

Ainda no exercício de 2012, a Semapa SGPS, S.A. alienou a percentagem de 10,86% que detinha diretamente no capital da Secil à sua subsidiária Cimentospar passando assim esta sociedade a concentrar a totalidade da participação do Grupo na Cimenteira.

Os ganhos / (perdas) imputados de participações financeiras registados pelo método de equivalência patrimonial, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 decompõem-se como segue:

Valores em Euros	2012	2011
Resultados apropriados		
Cimentospar - Participações Sociais, SGPS, Lda.	(83.546.849)	10.238.039
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	2.915.160	2.812.439
Great Earth - Projectos, S.A.	(39.213.538)	(150.367)
Interholding Investments, B.V.	(59.130)	(47.309)
N.S.O.S.P.E. - Empreendimentos e Participações, S.A.	3.500.272	(5.937)
Portucel, S.A.	89.364.053	32.456.814
Seinpar Investments, B.V.	63.359.772	59.779.395
Seinpart - Participações, SGPS, S.A.	(849)	25.305.070
Semapa Inversiones, S.L.	(6.794.684)	24.692.342
Seminv - Investimentos, SGPS, S.A.	1.734.464	(1.186.933)
Aboutbalance, SGPS, S.A.	366	-
Inspiredplace, S.A.	364	-
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	(289.990)	2.932.585
	30.969.411	156.826.138
Mais / (menos) valias na alienação de participações financeiras		
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	25.408.499	-
	25.408.499	-
	56.377.910	156.826.138

No dia 15 de Maio de 2012, a subsidiária Cimentospar SGPS, S.A., adquiriu 49% do capital da Secil até então detida pela CRH, pelo montante de Euros 574.080.000, em cumprimento da decisão arbitral proferida pelo tribunal arbitral de Paris, ficando assim o Grupo Semapa detentor de 99,99% do capital desta subsidiária (89,99% via Cimentospar e 10% directamente detidos pela Semapa).

Decorrente desta aquisição, e tendo em consideração o valor recuperável da subsidiária Secil, estimado em Euros 695.099.287, foi registada uma imparidade global, no montante de Euros 220.892.829, apurada por referência ao período imediatamente anterior ao da aquisição, ocorrida em 15 de Maio, e que corresponde à diferença entre o *book value* de 99,99% da subsidiária (à data de Euros 915.992.117) após aquisição, em base SNC, e o seu valor recuperável supra referido.

Esta imparidade está refletida nas contas individuais da Semapa essencialmente por via da imparidade registada no goodwill da subsidiária Cimentospa SGPS, S.A. (Nota 16) e aplicação do método de equivalência patrimonial às subsidiárias Cimentospa, SGPS, S.A. e Great Earth, S.A..

Adicionalmente, em Agosto de 2012 a Semapa alienou a percentagem de 10% detida diretamente na Secil à Cimentospa concentrando assim a totalidade da participação detida na Secil nesta sociedade.

Em 31 de Dezembro de 2012 a informação financeira das participações financeiras, após se efetuar os necessários ajustamentos de harmonização de políticas contabilísticas, era como segue:

Valores em Euros	31 de Dezembro de 2012				
	Activos Totais	Passivos Totais	Capital Próprio	Resultado Líquido	Rébito
Cimentospa - Participações Sociais, SGPS, Lda.	611.078.260	23.446.260	587.632.000	(183.385.333)	60.290
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	97.652.792	41.970.201	55.682.591	3.102.267	35.630.090
Great Earth - Projectos, S.A.	320.322.407	397.888.929	(77.566.521)	(116.780.059)	400.559
Interholding Investments, B.V.	6.088.756	150.948	5.937.808	(59.130)	-
N.S.O.S.P.E. - Empreendimentos e Participações, S.A.	76.849.430	65.748.757	11.100.673	3.500.272	-
Portucel, S.A.	2.688.368.444	1.318.285.170	1.370.083.274	191.858.537	1.501.615.139
Seinpar Investments, B.V.	541.865.855	26.345	541.839.509	63.359.772	63.390.049
Seinpart - Participações, SGPS, S.A.	61.764	2.222	59.542	(1.732)	-
Semapa Inversiones, S.L.	5.748.631	(2)	5.748.633	(6.794.683)	-
Seminv - Investimentos, SGPS, S.A.	2.038.503	2.350	2.036.153	1.734.464	262
Aboutbalance, SGPS, S.A.	50.364	-	50.366	366	-
Inspiredplace, S.A.	50.364	-	50.364	364	-
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	1.237.567.890	823.858.109	413.709.781	(3.437.592)	450.232.612

Em 31 de Dezembro de 2011 a informação financeira das participações financeiras, após se efetuar os necessários ajustamentos de harmonização de políticas contabilísticas, era como segue:

Valores em Euros	31 de Dezembro de 2011				
	Activos Totais	Passivos Totais	Capital Próprio	Resultado Líquido	Rébito
Cimentospa - Participações Sociais, SGPS, Lda.	208.754.138	360.926	208.393.212	10.238.039	11.067.523
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	92.154.045	39.522.286	52.697.402	2.919.523	33.612.828
Great Earth - Projectos, S.A.	61.052	54.103	6.949	(150.367)	35.777
Interholding Investments, B.V.	6.088.724	91.787	5.996.937	(47.309)	-
N.S.O.S.P.E. - Empreendimentos e Participações, S.A.	45.777	-	45.777	(5.937)	433
Portucel, S.A.	2.799.117.935	1.407.523.543	1.391.373.731	185.488.589	1.515.838.202
Seinpar Investments, B.V.	533.175.464	74.202	533.101.262	59.779.395	59.841.996
Seinpart - Participações, SGPS, S.A.	61.964	690	61.274	51.643.000	51.650.011
Semapa Inversiones, S.L.	86.745.120	1.801.804	84.943.316	24.692.342	26.623.527
Seminv - Investimentos, SGPS, S.A.	171.314.209	515	171.313.694	(1.186.933)	835.851
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	1.057.837.083	485.214.495	504.668.762	27.006.983	572.879.281

6. Fornecimento e serviços externos

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 os gastos com “Fornecimentos e serviços externos” decompõem-se da seguinte forma:

Valores em Euros	2012	2011
Serviços especializados	2.745.025	4.447.409
Materiais	35.494	62.114
Energia e fluídos	51.019	46.590
Deslocações, estadas e transportes	352.650	116.115
Serviços diversos	1.094.153	1.037.633
Redébitos de serviços externos	(3.705.044)	(306.749)
	573.297	5.403.112

A rubrica “Redébitos de serviços externos” inclui um montante de Euros 3.565.578 correspondente ao pagamento efetuado pela CRH à Semapa em cumprimento da decisão arbitral, que condenou a primeira ao reembolso de parte das despesas incorridas pela segunda com o processo arbitral.

7. Gastos com o pessoal

Nos exercícios de 2012 e 2011, a rubrica “Gastos com o pessoal” decompõe-se como segue:

Valores em Euros	2012	2011
Remunerações dos órgãos sociais (Nota 28)	2.459.512	6.500.332
Excesso de estimativa para prémios (Nota 28)	(3.840.056)	(102.578)
Outras remunerações	1.977.131	1.113.428
Benefícios pós-emprego (Nota 25)		
Gastos reconhecidos no exercício	5.782.818	5.748.206
Cortes ocorridos no plano	(19.053.485)	-
Outros gastos com pessoal	1.027.078	478.190
Total de Custos / (ganhos) com pessoal	(11.647.002)	13.737.578

A reversão da estimativa para remunerações variáveis, no exercício de 2012, ocorreu em virtude do seu efetivo pagamento não se ter verificado (Nota 28).

Em Assembleia Geral de Acionistas realizada a 27 de Dezembro de 2012 a Empresa deliberou revogar o sistema de reforma dos administradores que tinha sido aprovado na Assembleia Geral da sociedade do dia 30 de Março de 2005 (Nota 25).

O número de empregados ao serviço da Empresa em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 foi de 19 pessoas.

8. Provisões

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 as provisões ascendiam a Euros 82.266.521 e Euros 3.640.000, respectivamente, e referem-se a provisões para fazer face a capitais próprios negativos e outros riscos e encargos.

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de provisões:

Valores em Euros	Capitais próprios negativos	Outras	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2011	-	2.540.000	2.540.000
Aumentos	-	1.100.000	1.100.000
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	-	3.640.000	3.640.000
Aumentos	77.566.521	1.060.000	78.626.521
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	77.566.521	4.700.000	82.266.521

Durante o exercício de 2012 a Empresa constituiu uma provisão para fazer face a capitais próprios negativos da subsidiária Great Earth - Projectos, S.A., subsidiária integralmente detida pela Semapa, no montante de Euros 77.566.521 (Nota 5).

9. Aumentos/reduções de justo valor

Durante os exercícios de 2012 e 2011 ocorreram as seguintes variações de justo valor:

Valores em Euros	2012	2011
Activos financeiros detidos para negociação		
- Ganhos / (perdas) (Nota 20)	(326.337)	(188.161)
Instrumentos financeiros derivados		
- Ganhos / (perdas) (Nota 27)	2.271.390	(1.194.454)
	1.945.053	(1.382.615)

A variação de justo valor ocorrida na rubrica de “Activos financeiros detidos para negociação” corresponde aos ganhos e perdas resultantes da alteração da cotação dos títulos detidos pela Semapa, conforme descrito na Nota 20.

A rubrica “Ganhos / (perdas) com instrumentos financeiros derivados” acomoda as variações de justo valor registadas no período com os instrumentos descritos na Nota 27.

10. Outros rendimentos e ganhos e outros gastos e perdas

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” decompõe-se como segue:

Valores em Euros	2012	2011
Ganhos na alienação de activos fixos tangíveis	-	10.041
Diferenças de câmbio favoráveis	-	9
Recuperação de IVA de exercícios anteriores	-	158.063
Outros rendimentos	32.373	1.893.198
	32.373	2.061.311

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a rubrica de “Outros gastos e perdas” decompõe-se como segue:

Valores em Euros	2012	2011
Impostos	(820.459)	(849.543)
Outros gastos	(96.302)	(146.043)
	(916.761)	(995.586)

11. Amortizações, depreciações e perdas por imparidade

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 as amortizações, depreciações e perdas por imparidade decompõem-se como se segue:

Valores em Euros	2012	2011
Depreciações de Activos fixos tangíveis		
Edifícios	(174.930)	(174.929)
Equipamentos e outros tangíveis	(123.138)	(155.863)
(Gastos) / reversões de depreciação e amortização	(298.068)	(330.792)
Perdas por Imparidade em Activos Intangíveis		
Goodwill (Nota 5 e 16)	(81.296.931)	-
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas / reversões)	(81.296.931)	-

12. Resultados financeiros

Nos exercícios de 2012 e 2011 os resultados financeiros decompõem-se como segue:

Valores em Euros	2012	2011
Juros e rendimentos similares obtidos:		
Juros obtidos de depósitos bancários	2.948.321	4.871.364
Juros de financiamentos concedidos a subsidiárias (Nota 28)	17.239.670	1.926.018
Ganhos em instrumentos financeiros derivados (Nota 27)	249.980	-
Dividendos obtidos	-	29.503
Outros rendimentos e ganhos financeiros	9.375	-
	20.447.346	6.826.885
Juros e gastos similares suportados:		
Juros de financiamentos obtidos junto de instituições de crédito	(9.606.857)	(8.672.873)
Juros de financiamentos obtidos junto de accionistas (Nota 28)	(307.317)	(705.958)
Juros de financiamentos obtidos junto de subsidiárias (Nota 28)	(4.877.209)	(85.873)
Perdas em instrumentos financeiros derivados (Nota 27)	(3.256.453)	(2.386.131)
Juros de outros financiamentos obtidos	(23.447.286)	(6.560.025)
Outros gastos e perdas de financiamento	(2.918.147)	(2.342.653)
	(44.413.269)	(20.753.513)

As rubricas “Perdas em instrumentos financeiros derivados” e Ganhos em instrumentos financeiros derivados” acomodam as variações de justo valor registadas no exercício com os instrumentos descritos na Nota 27.

13. Imposto sobre o rendimento

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a rubrica de “Imposto sobre o rendimento do exercício” apresenta o seguinte detalhe:

Valores em Euros	2012	2011
Imposto corrente	(526.091)	633.506
	(526.091)	633.506

A reconciliação da taxa efectiva de imposto nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é evidenciada como segue:

Valores em Euros	2012	2011
Resultado antes de impostos	(110.181.413)	124.795.306
Imposto esperado	(29.198.074)	33.070.756
Diferenças permanentes (a)	6.822.178	(38.825.464)
IRC de exercícios anteriores	382.161	-
Ganhos de imposto decorrentes do RETGS	(1.018.257)	-
Prejuízos fiscais não recuperáveis	22.375.896	4.570.271
Outros ajustamentos à colecta	12.688	-
Tributação autónoma	97.317	1.817.943
	(526.091)	633.506
Taxa efectiva de imposto	0,48%	0,51%
Taxa efectiva de imposto sem efeito do MEP	7,23%	30,15%

Valores em Euros	2012	2011
Efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial		
- MEP (Nota 5)	(56.377.910)	(156.826.138)
Perdas por imparidade não aceites fiscalmente (Nota 11)	81.296.931	-
Ajustamentos e provisões tributadas (Nota 8)	78.626.521	1.100.000
Benefícios pós-emprego (Nota 25)	5.782.818	5.748.206
Pensões pagas (Nota 25)	(1.645.511)	(1.645.817)
Reversão de provisões tributadas (Nota 25)	(100.380.578)	-
Mais / (Menos) valias fiscais	-	5.021
(Mais) / Menos valias contabilísticas (Nota 10)	-	(10.041)
Outros	18.441.797	5.117.585
	25.744.068	(146.511.184)
Impacto fiscal (26,50%)	6.822.178	(38.825.464)

Em 31 de Dezembro de 2012, a Semapa possuía prejuízos reportáveis de exercícios anteriores no valor de Euros 130.865.409, sobre os quais não foram calculados impostos diferidos activos por não existirem expectativas de geração de lucro tributável no futuro.

Em Portugal, as declarações anuais de rendimentos estão sujeitas a revisão e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos (cinco anos para a segurança social). Contudo, no caso de serem apresentados prejuízos fiscais estes podem ser sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais por um período superior.

O Conselho de Administração entende que eventuais correcções àquelas declarações em resultado de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais não terão efeito significativo nas demonstrações financeiras individuais em 31 de Dezembro de 2012, sendo certo que já foram revistos os exercícios até 2010, inclusive.

14. Resultados por acção

Não existem instrumentos financeiros convertíveis sobre as acções da Semapa, pelo que não existe diluição dos resultados.

Valores em Euros	2012	2011
Resultado atribuível aos accionistas da Semapa	(109.655.322)	124.161.800
Número médio ponderado de acções em circulação	113.339.133	113.339.133
Resultado básico por acção	(0,97)	1,10
Resultado diluído por acção	(0,97)	1,10

O número médio ponderado de acções encontra-se deduzido de 5.447.975 acções próprias detidas pela Semapa SGPS, S.A..

15. Activos fixos tangíveis

No decurso do exercício de 2012 e 2011, o movimento ocorrido nos “Activos fixos tangíveis” bem como nas respectivas depreciações e perdas de imparidade, foi conforme segue:

Valores em Euros	Edifícios e outras construções	Equipamentos e outros tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 1 de Janeiro de 2011	812.631	574.920	703.615	2.091.166
Aquisições	-	249.850	499.846	749.696
Alienações	-	(26.259)	-	(26.259)
Transferências	908.871	192.298	(1.101.169)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	1.721.502	990.809	102.292	2.814.603
Aquisições	-	33.919	73.873	107.792
Abates e regularizações	-	(14.204)	-	(14.204)
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	1.721.502	1.010.524	176.165	2.908.191
Amort. acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo em 1 de Janeiro de 2011	(454.104)	(466.168)	(102.292)	(1.022.564)
Aumentos	(174.929)	(155.863)	-	(330.792)
Alienações	-	26.259	-	26.259
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	(629.033)	(595.772)	(102.292)	(1.327.097)
Aumentos	(174.930)	(123.138)	-	(298.068)
Abates e regularizações	-	14.204	-	14.204
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	(803.963)	(704.706)	(102.292)	(1.610.961)
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2011	358.527	108.752	601.323	1.068.602
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2011	1.092.469	395.037	-	1.487.506
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2012	917.539	305.818	73.873	1.297.230

16. Goodwill

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a rubrica “Goodwill” detalhava-se da seguinte forma:

Entidade	Ano Aq.	31-12-2012	31-12-2011
Cimentospar, SGPS, SA	2011	-	81.296.931
Portucel - Empresa Produtora de Pasta e Papel, SA	2010	55.935.308	55.935.308
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, SA	2011	-	674.333
		55.935.308	137.906.572

O movimento ocorrido durante os exercícios de 2012 e 2011 na rubrica Goodwill foi como segue:

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011
Valor líquido no início do exercício	137.906.572	3.451.111
Imparidades (Nota 5 e 11)	(81.296.931)	-
Aquisições	-	134.455.461
Alienações	(674.333)	-
Valor líquido no final do exercício	55.935.308	137.906.572

Conforme preconizado pela NCRF 14, o Goodwill encontra-se sujeito a testes de imparidade efectuados numa base anual conforme politica contabilística descrita na Nota 3.2.

Para efeitos de testes de imparidade, o valor recuperável das CGU's é determinado com base no valor em uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados.

Os principais pressupostos utilizados para efeitos de testes de imparidade foram os seguintes:

	WACC* Projec.	WACC* Perpet.	Tx Cresci/ ^o na perp.
Pasta e Papel			
Papel	10,36%	9,27%	2,25%

* Após taxa de imposto

Os cálculos baseiam-se no desempenho histórico e nas expectativas de desenvolvimento do negócio com a actual estrutura produtiva, sendo utilizado o orçamento para o ano seguinte e uma estimativa dos fluxos de caixa para um período subsequente de 4 anos.

17. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, não existiam dívidas em situações de mora com o Estado e outros Entes Públicos.

Os saldos com estas entidades detalham-se como segue:

Activos correntes

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC	868.607	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado	298.110	397.083
	1.166.717	397.083

Passivos correntes

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC	-	850.753
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - IRS	12.239.735	152.149
Contribuições para a Segurança Social	51.454	40.306
	12.291.189	1.043.208

O montante de Euros 12.239.735 evidenciado na rubrica “Imposto sobre rendimento de pessoas singulares – IRS” respeita à retenção na fonte de IRS efetuada sobre os montantes pagos aos membros do Conselho de Administração da Semapa em virtude da revogação e resgate do plano de pensões (Nota 25).

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a rubrica de “Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas – IRC” decompõe-se do seguinte modo:

Valores em euros	31-12-2012	31-12-2011
Imposto sobre o rendimento do exercício da própria empresa	(97.317)	(1.817.943)
Imposto sobre o rendimento do exercício de subsidiárias (RETGS)	(187.421)	(12.000)
Pagamentos especiais por conta	119.767	51.365
Retenções na fonte a recuperar	1.033.578	927.825
	868.607	(850.753)

18. Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a rubrica “Outras contas a receber” detalha-se conforme segue:

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011
Acréscimos de rendimentos		
Juros a receber de depósitos bancários	-	1.085.309
Outros acréscimos de rendimentos	-	1.345
	-	1.086.654
Outros devedores		
Adiantamentos a fornecedores	-	24
Instrumentos financeiros derivados (Nota 27)	-	17.560
Outros devedores - subsidiárias (Nota 28)	25.051.426	3.977.880
Outros devedores - gerais	342.283	12.017
	25.393.709	4.007.481
	25.393.709	5.094.135

19. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a rubrica “Diferimentos” detalha-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011
Gastos a reconhecer		
Fornecimentos e serviços externos	60.704	62.111
Juros antecipados	106.843	166.301
	167.547	228.412
Rendimentos a reconhecer		
Outros rendimentos	(6.172)	(5.956)
	(6.172)	(5.956)
	161.375	222.456

20. Activos financeiros detidos para negociação

O movimento ocorrido nesta rubrica no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, foi como segue:

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011
Justo valor no início do exercício	427.363	549.594
Aquisições	-	275.000
Alienações	(137)	(209.070)
Variações de justo valor	(326.337)	(188.161)
Justo valor no fim do exercício	100.889	427.363

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 os “Activos financeiros detidos para negociação” tinham a seguinte decomposição:

Valores em Euros	Justo Valor	
	31-12-2012	31-12-2011
Banco Comercial Português, S.A.	-	184
Banco Espírito Santo, S.A.	100.889	152.179
Outros	-	275.000
	100.889	427.363

21. Outros activos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2012 as rubricas “Outros activos financeiros” correntes e não correntes eram integralmente constituídas por valores a receber de empresas do grupo, no montante de Euros 8.387.959 (2011: Euros 4.134.928) e Euros 380.865.011 respectivamente. Os valores a receber correntes referem-se a operações de tesouraria de curto prazo que vencem juros a taxas de mercado, debitados trimestralmente. Os valores a

receber não correntes referem-se aos suprimentos concedidos à subsidiária Great Earth – Projectos, S.A. (Nota 28).

22. Capital social e acções próprias

Em 31 de Dezembro de 2012 o capital social da Semapa encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 118.332.445 acções com o valor nominal de 1 Euro.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 as pessoas coletivas que detinham posições relevantes no capital da sociedade detalham-se conforme segue:

Denominação	31-12-2012		31-12-2011	
	Nº de Acções	%	Nº de Acções	%
Longapar, SGPS, S.A.	21.505.400	18,17	21.505.400	18,17
Cimo - Gestão de Participações, SGPS, S.A.	16.199.031	13,69	16.199.031	13,69
Sodim, SGPS, S.A.	15.657.505	13,23	18.842.424	15,92
Banco BPI, SA	12.009.004	10,15	12.009.004	10,15
Bestinver Gestión, SGIIC, S.A.	11.865.210	10,03	11.865.210	10,03
Norges Bank (the Central Bank of Norway)	5.649.215	4,77	5.933.463	5,01
Cimigest, SGPS, SA	3.185.019	2,69	100	0,00
Sociedade Agrícola da Quinta da Vialonga, S.A.	625.199	0,53	625.199	0,53
OEM - Organização de Empresas, SGPS, S.A.	535.000	0,45	535.000	0,45
Banco Espírito Santo, SA	-	-	3.871.957	3,27
Acções próprias	5.447.975	4,60	5.447.975	4,60
Outros accionistas com participações inferiores a 2%	25.653.887	21,68	21.497.682	18,17
	118.332.445	100,00	118.332.445	100,00

23. Reservas e outras rubricas do capital próprio

Prémio de emissão

Este ágio não é distribuível a não ser em caso de liquidação da sociedade poderá, contudo, ser utilizado para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporado no capital.

Reservas legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital, o que se verifica em 31 de Dezembro de 2012.

Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da sociedade poderá, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Outras Reservas

Correspondem a reservas livres para distribuição aos accionistas, constituídas através da transferência de resultados de exercícios anteriores.

Na sequência da aquisição de 2.720.000 acções próprias no exercício de 2007 e de 2.727.975 acções no exercício de 2011, foi tornada indisponível uma reserva no montante equivalente ao custo de aquisição global das referidas acções, em conformidade com a legislação comercial aplicável, reserva esta que deverá ser mantida até à alienação das referidas acções.

Lucros Retidos

Ganhos e perdas actuariais

São registados nesta rubrica os desvios actuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos utilizados para efeito de apuramento de responsabilidades com benefícios pós emprego e o que efectivamente ocorreu, bem como de alterações efectuadas nos mesmos, conforme política descrita na Nota 3.15.1.

A aplicação do resultado do exercício anterior foi como segue:

Valores em Euros	Aplicação do resultado do exercício de:	
	2011	2010
Distribuição de dividendos	28.785.540	29.481.173
Outras reservas	95.376.260	97.239.056
Resultado líquido do exercício (2011: SNC / 2010: SNC)	124.161.800	126.720.229
Dividendos por acção em circulação	0,254	0,255

Ajustamentos em activos financeiros

Esta rubrica evidencia os ajustamentos decorrentes, da utilização do método da equivalência patrimonial nas subsidiárias.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a rubrica de “Ajustamentos em activos financeiros” decompõe-se da seguinte forma:

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011
Cimentospar - Participações Sociais, SGPS, Lda.	142.105.317	(762.215)
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	(732.508)	(683.129)
Great Earth - Projectos, S.A.	(150.793.409)	2
Portucel - Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.A.	(1.252.135)	597.640
Seinpar Investments, B.V.	(2.803.002)	(1.487.476)
Seinpart - Participações, SGPS, S.A.	35.857.480	35.857.480
Semapa Inversiones, S.L.	(36.764.961)	(36.764.961)
Seminv - Investimentos, SGPS, S.A.	9.417.603	9.417.608
N.S.O.S.P.E. - Empreendimentos e Participações, S.A.	(517.165)	-
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	-	(639.776)
	(5.482.780)	5.535.173

A rubrica “Ajustamentos em activos financeiros” registou no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 os seguintes movimentos:

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011
Saldo inicial	5.535.173	6.317.024
Reconhecimento dos subsídios ao investimento no capital		
próprio das subsidiárias	(5.388.106)	(5.077.136)
Ganhos e perdas actuariais	4.352.698	1.730.316
Acções próprias adquiridas a empresas subsidiárias	-	8.348.980
Justo valor de Instrumentos financeiros	(1.427.784)	(5.788.078)
Reserva de conversão cambial	(5.258.632)	7.144
Acções próprias adquiridas por empresas subsidiárias	(2.683.340)	-
Diferenças de aquisição intragrupo de partes de capital	(326.330)	-
Transferência para resultados transitados	(247.056)	-
Outros movimentos	(39.403)	(3.077)
Saldo final	(5.482.780)	5.535.173

Outras variações no capital próprio

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica decompõe-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011
Justo valor de instrumentos financeiros	(17.478.265)	(9.368.022)
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	(5.533.506)	(3.356)
	(23.011.771)	(9.371.378)

Os montantes de Euros 17.478.265 e Euros 9.368.022 negativos apresentados na rubrica "Justo valor de instrumentos financeiros", correspondem à variação do justo valor dos instrumentos financeiros classificados como de cobertura, cujo Mark to Market, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, ascendia a, respetivamente, Euros 18.341.470 e Euros 10.933.729, negativos (Nota 26) e a componente de valor intrínseco ascendia a Euros 15.065.232 e Euros 9.368.022, respetivamente, contabilizados em conformidade com a política descrita na nota 3.7.

Em 31 de Dezembro de 2012 o montante negativo de Euros 5.533.506 (2011: Euros 3.356) respeita à apropriação pela Empresa das diferenças cambiais resultantes da conversão das demonstrações financeiras das sociedades que operam fora da zona Euro, nomeadamente na conversão das demonstrações financeiras da subsidiária N.S.O.S.P.E. - Empreendimentos e Participações, S.A., com sede no Rio de Janeiro, Brasil.

24. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a dívida líquida remunerada detalha-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011
Dívida a terceiros remunerada		
Não Corrente	822.884.321	498.899.947
Corrente	81.596.676	293.429.928
	904.480.997	792.329.875
Caixa e depósitos bancários		
Numerário	4.494	5.263
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	48.967	81.546
Outras aplicações de tesouraria	-	111.782.000
	53.461	111.868.809
Valor de mercado dos títulos em carteira	30.998.978	29.255.626
Dívida líquida remunerada	873.428.558	651.205.440

Dívida remunerada não corrente

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a dívida remunerada não corrente detalha-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011
Não correntes		
Empréstimos por obrigações	525.000.000	225.000.000
Papel Comercial	199.450.000	130.850.000
Empréstimos bancários	108.000.000	145.079.000
Encargos com emissão de empréstimos	(9.565.679)	(2.029.053)
Total de dívida remunerada não corrente	822.884.321	498.899.947

Empréstimos por obrigações

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 os empréstimos por obrigações não correntes detalham-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011
Empréstimos por obrigações		
Semapa 2006 / 2016	175.000.000	175.000.000
Semapa 2006 / 2016	50.000.000	50.000.000
Semapa 2012 / 2015	300.000.000	-
	525.000.000	225.000.000

A Semapa SGPS, SA, tem contratado dois empréstimos obrigacionistas, nos montantes de Euros 50.000.000 e Euros 175.000.000 pelo prazo de 10 anos. Este último encontra-se cotado na Euronext Lisboa sob a designação “Obrigações Semapa 2006/2016” ascendendo o seu valor unitário, em 31 de Dezembro de 2012, a Euros 88,25 (Euros 95,25 em 31 de Dezembro de 2011).

No decurso do primeiro semestre de 2012 a Semapa efetuou uma emissão de um empréstimo obrigacionista num montante total de Euros 300.000.000 com maturidade de 3 anos (2015), cotado na Euronext Lisboa sob a designação “Obrigações Semapa 2012/2015” ascendendo o seu valor unitário, em 31 de Dezembro de 2012, a Euros 103,66.

Papel Comercial

No exercício de 2006, a Semapa contratou um programa de papel comercial até ao montante máximo de Euros 175.000.000, pelo prazo de 10 anos, do qual se encontra utilizado um montante de Euros 174.450.000, em 31 de Dezembro de 2012.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, a Semapa e a ETSA Investimentos (ex-Verdeoculto) contrataram um programa de papel comercial grupado até ao montante máximo de Euros 70.000.000, pelo prazo de 5 anos, do qual se encontra utilizado pela Semapa um montante de Euros 25.000.000, em 31 de Dezembro de 2012.

Prazos de reembolso dos empréstimos

Os prazos de reembolso relativamente ao saldo registado em empréstimos obrigacionistas, empréstimos bancários e outros empréstimos, de médio e longo prazo, detalham-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011
1 a 2 anos	108.000.000	137.079.000
2 a 3 anos	300.000.000	8.000.000
3 a 4 anos	225.000.000	-
4 a 5 anos	-	225.000.000
	633.000.000	370.079.000

Dívida remunerada corrente

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a dívida remunerada corrente detalha-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011
Correntes		
Empréstimos bancários	24.934.172	37.016.634
Dívida bancária remunerada	24.934.172	37.016.634
Empréstimos de curto prazo de accionistas	5.074.358	10.065.241
Empréstimos de curto prazo de subsidiárias	51.588.146	246.348.053
Outras dívidas remuneradas	56.662.504	256.413.294
Total de dívida remunerada corrente	81.596.676	293.429.928

Responsabilidades assumidas com Locações Operacionais

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 os planos de reembolso da dívida da Empresa referente a locações operacionais detalha-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011
A menos de 1 ano	97.913	90.675
1 a 2 anos	53.350	65.636
2 a 3 anos	27.860	40.414
3 a 4 anos	12.948	12.870
4 a 5 anos	5.934	-
Valor total das responsabilidades	198.005	209.595
Custos incorridos no período	106.242	102.791

Créditos bancários concedidos e não sacados

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 os créditos bancários concedidos e não sacados ascendiam a Euros 49.639.830 e Euros 115.883.366 respectivamente.

25. Benefícios pós-emprego

Em Assembleia Geral da Semapa, que teve lugar no dia 27 de Dezembro de 2012, foi aprovado por unanimidade revogar o sistema de reforma dos administradores, que tinha sido aprovado na Assembleia Geral da sociedade do dia 30 de Março de 2005.

Na sequência desta deliberação foi colocada à consideração de cada beneficiário a possibilidade de resgate antecipado mediante um desconto entre 20% e 25% aplicável ao total das responsabilidades individuais afetas a cada pessoa.

Esta proposta teve a aceitação da quase totalidade dos beneficiários, aos quais foram pagos 40% dos montantes das responsabilidades provisionadas deduzidas do desconto referido ficando o pagamento dos restantes 60%, diferido por um prazo não superior a três anos (Nota 28). Deste desconto resultou um ganho de Euros 19.053.485 registado na rubrica gastos com pessoal (Nota 7).

Assim, em 31 de Dezembro de 2012, o montante do passivo reflectido em balanço, na rubrica Responsabilidades por benefícios pós emprego, corresponde à responsabilidade da Semapa afeta a um beneficiário que optou por não aderir à revogação e resgate nos termos previstos e deliberados pela Assembleia Geral, ascendendo esta responsabilidade a Euros 1.374.716

As responsabilidades da Empresa no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 registaram a seguinte evolução:

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011
Responsabilidades no início do exercício	100.101.271	99.931.261
Movimentos no exercício:		
Gastos reconhecidos nos resultados (Nota 7)	5.782.818	5.748.206
Perdas / (ganhos) actuariais	(2.483.284)	(3.932.379)
Pensões pagas no exercício	(1.645.511)	(1.645.817)
Resgate do plano de benefícios definido	(81.327.093)	-
Ganho reconhecido nos resultados - corte de responsabilidade (Nota 7)	(19.053.485)	-
Responsabilidades no fim do exercício	1.374.716	100.101.271

O cálculo actuarial considera os seguintes pressupostos financeiros e demográficos:

	31-12-2012	31-12-2011
Tabelas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tabela de Invalidez	EKV 80	EKV 80
Taxa de crescimento das pensões	2,25%	2,25%
Taxa técnica de juro	5,00%	5,00%
Taxas de rendimento	4,50%	4,50%
Taxas de crescimento salarial	2,00%	2,00%
Taxa de reversibilidade das pensões	50%	50%
Nº de prestações anuais do complemento Semapa	12	12
Formula de Benefícios da Segurança Social	Decreto-Lei nº 187/2007 de 10 de Maio	Decreto-Lei nº 187/2007 de 10 de Maio

26. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a rubrica de “Outras contas a pagar” correntes decompõe-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011
Subsidiárias (Nota 28)	2.548.791	275.135
Fornecedores de investimentos	25.893	28.722
Consultores e assessores	148.505	75.913
Instrumentos financeiros derivados (Nota 27)	18.341.470	10.933.729
Outros credores	55.396.255	6.600.044
Acréscimo de gastos	8.465.213	7.152.173
	84.926.127	25.065.716

A rubrica “Outros credores” inclui um montante de Euros 48.796.256 correspondente a 60% da responsabilidade constituída por via da revogação do plano de pensões dos Administradores da Semapa cujo pagamento ficou diferido conforme referido na nota 25.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a rubrica de “Acréscimos de gastos” decompõe-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2012	31-12-2011
Acréscimo de gastos		
Custos com o pessoal	781.274	4.571.647
Juros a pagar	6.736.048	2.276.111
Outros acréscimos de gastos	947.891	304.415
	8.465.213	7.152.173

27. Instrumentos financeiros derivados

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e por forma a cobrir o risco de taxa de juro dos empréstimos obrigacionistas, a Semapa contratou 3 Collars: (i) Euros 175.000.000 com o Caixa BI; (ii) Euros 25.000.000 com o BPI e (iii) Euros 25.000.000 com o BES. Desta forma, a Semapa estabelece uma taxa máxima e mínima no pagamento dos fluxos de caixa dos referidos empréstimos.

Estes instrumentos, em consonância com o preconizado na NCRF 27, são registados nas demonstrações financeiras de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3.7.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados encontra-se incluído na rubrica de “Outras a pagar correntes” (Nota 26), quando negativos e na rubrica “Outras contas a receber correntes” (Nota 18), quando positivo.

Detalhe e maturidade dos Instrumentos Financeiros Derivados

O detalhe dos montantes apresentados em balanço referentes a instrumentos financeiros, no exercício de 2012 e 2011 decompõe-se conforme segue:

Valores em Euros	Moeda	Valor Nominal	Maturidade	Justo valor	
				31-12-2012	31-12-2011
Instrumentos financeiros derivados detidos para negociação					
Forwards cambiais	BRL	56.414.375	12-Jan-12	-	17.560
Saldo no fim do período				-	17.560

Valores em Euros	Moeda	Valor Nominal	Maturidade	Justo valor	
				31-12-2012	31-12-2011
Instrumentos financeiros designados como de cobertura					
Collar de Taxa de Juro	EUR	175.000.000	20-Abr-16	(12.778.581)	(8.668.033)
Collar de Taxa de Juro	EUR	25.000.000	30-Nov-15	(1.599.750)	(1.137.775)
Collar de Taxa de Juro	EUR	25.000.000	30-Nov-15	(1.602.805)	(1.127.921)
Currency Interest Rate Swap	BRL	32.000.000	27-Mar-17	(2.360.334)	-
Saldo no fim do período				(18.341.470)	(10.933.729)
Total de instrumentos financeiros				(18.341.470)	(10.916.169)

No decurso do exercício de 2012 e 2011 a variação do justo valor dos Instrumentos financeiros derivados decompõe-se como segue:

Valores em Euros	Variação Justo valor (Negociação)	Variação Justo valor (Cobertura)	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2011	-	(5.395.648)	(5.395.648)
Maturidade / liquidações	-	2.600.326	2.600.326
Variação de justo valor em resultados (Nota 9)	17.560	(1.212.014)	(1.194.454)
Reclassificação para resultados (Nota 12)	-	(2.386.131)	(2.386.131)
Variação de justo valor em Capitais	-	(4.540.262)	(4.540.262)
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	17.560	(10.933.729)	(10.916.169)
Maturidade / liquidações	(1.120.877)	2.540.902	1.420.025
Variação de justo valor em resultados (Nota 9)	1.103.317	1.168.073	2.271.390
Reclassificação para resultados (Nota 12)	-	(3.006.473)	(3.006.473)
Variação de justo valor em Capitais	-	(8.110.243)	(8.110.243)
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	-	(18.341.470)	(18.341.470)

28. Saldos e transacções com partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2012 os saldos com partes relacionadas decompõem-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2012			
	Outras contas a receber (Nota 18)	Outros activos financeiros (Nota 21)	Financiamentos obtidos (Nota 24)	Outras contas a pagar (Nota 26)
Accionistas				
Cimo SGPS, SA	-	-	203.445	-
Longapar, SGPS, SA	-	-	4.870.913	-
	-	-	5.074.358	-
Subsidiárias				
Celcimo, S.L.	-	-	548.298	-
Cimentospar - Participações Sociais, Lda	12.561	4.205.317	-	5.206
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	3.250.587	4.037.585	-	3.670
Great Earth - Projectos, S.A.	16.944.105	380.865.011	-	-
Interholding Investments, BV	644	134.324	-	-
Portucel, S.A.	2.830.893	-	-	-
Sebol - Comércio e Indústria de Sebo, S.A.	15	-	-	-
Seinpar Investments, BV	-	10.733	-	-
Seinpart - Participações, SGPS, S.A.	-	-	56.510	-
Seminv - Investimentos, SGPS, S.A.	-	-	-	1.968.222
Soporcel - Soc. Portuguesa de Papel, S.A.	9.992	-	-	-
Aboutbalance, SGPS, S.A.	-	-	-	91
Inspiredplace, S.A.	-	-	-	92
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	2.002.629	-	50.983.338	571.510
	25.051.426	389.252.970	51.588.146	2.548.791
Total	25.051.426	389.252.970	56.662.504	2.548.791

Em 31 de Dezembro de 2011 os saldos com partes relacionadas decompõem-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2011			
	Outras contas a receber (Nota 18)	Outros activos financeiros (Nota 21)	Financiamentos obtidos (Nota 24)	Outras contas a pagar (Nota 26)
Accionistas				
Cimo SGPS, S.A.	-	-	3.815.891	-
Longapar, SGPS, S.A.	-	-	6.249.350	-
	-	-	10.065.241	-
Subsidiárias				
Celcimo, SL	-	-	3.840.922	-
Cimentospar - Participações Sociais, Lda.	366.507	-	-	-
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	2.102.404	3.994.488	-	3.669
Great Earth - Projectos, S.A.	7.939	-	-	24.000
Interholding Investments, BV	644	78.962	-	-
Portucel, S.A.	1.484.341	-	-	-
Sebol - Comércio e Indústria de Sebo, S.A.	15	-	-	-
Seinpar Investments, BV	394	61.478	-	-
Seinpart - Participações, SGPS, S.A.	-	-	56.712	-
Seminv - Investimentos, SGPS, S.A.	283	-	170.757.026	244.901
Soporcel - Soc. Portuguesa de Papel, S.A.	600	-	-	-
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	14.750	-	-	2.565
Ciminpart - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	3	-	-	-
	3.977.880	4.134.928	246.348.053	275.135
Total	3.977.880	4.134.928	256.413.294	275.135

Em 31 de Dezembro de 2012 as transacções ocorridas entre partes relacionadas decompõem-se como segue:

Valores em Euros	Vendas e prestações de serviços (Nota 5)	Rendimentos suplementares	Juros e outros rendimentos (Nota 12)	Gastos de financiamento (Nota 12)	Compras de bens e serviços	Vendas de bens de investimento
Accionistas						
Cimigest, SGPS, S.A.	-	-	-	-	(107.740)	-
Cimo SGPS, S.A.	-	-	-	(64.352)	-	-
Longapar, SGPS, S.A.	-	-	-	(242.965)	-	-
Sonaca SGPS, S.A.	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	(307.317)	(107.740)	-
Subsidiárias						
Celcimo, S.L.	-	-	-	(89.659)	-	-
Cimentospar - Participações, SGPS, Lda	372.960	-	98.109	-	-	75.479.723
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	108.937	269	188.757	-	-	-
N.S.O.S.P.E. - Empreendimentos e Participações, S.A.	-	-	-	-	-	-
Interholding Investments, BV	-	-	4.162	-	-	-
Portucel - Emp. Produtora de Pasta e Papel, S.A.	3.390.433	31.676	-	(3.539)	-	-
Seinpar Investments, BV	-	-	731	-	-	-
Seinpart - Participações, SGPS, S.A.	-	-	-	(2.207)	-	-
Semapa Inversiones, SL	-	-	-	(773.453)	-	-
Seminv - Investimentos, SGPS, S.A.	-	-	-	(1.843.987)	-	-
Soporcel - Soc. Portuguesa de Papel, SA	-	79.895	-	-	-	-
Aboutbalance, SGPS, S.A.	-	-	-	-	-	-
Inspiredplace, S.A.	-	-	-	-	-	-
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	1.621.420	18.620	-	(2.164.364)	-	24.412.353
	5.493.750	130.460	17.239.670	(4.877.209)	-	99.892.076
Total	5.493.750	130.460	17.239.670	(5.184.526)	(107.740)	99.892.076

Em 31 de Dezembro de 2011 as transacções ocorridas entre partes relacionadas decompõem-se como segue:

Valores em Euros	Vendas e prestações de serviços (Nota 5)	Rendimentos suplementares	Juros e outros rendimentos (Nota 12)	Gastos de financiamento (Nota 12)	Compras de bens e serviços	Compras de bens de investimento
Accionistas						
Cimigest, SGPS, S.A.	-	-	-	-	(107.740)	-
Cimo SGPS, SA	-	-	-	(226.524)	-	-
Longapar, SGPS, SA	-	-	-	(456.910)	-	-
Sonaca SGPS, SA	-	-	-	(22.524)	-	-
	-	-	-	(705.958)	(107.740)	-
Subsidiárias						
Celcimo, S.L.	-	-	-	(970)	-	-
Cimentospar - Participações, SGPS, Lda	806.304	-	-	-	-	-
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	261.744	882	57.173	-	-	-
Interholding Investments, BV	-	-	1.826	-	-	-
Portucel - Emp. Produtora de Pasta e Papel, SA	1.716.120	188.748	-	-	-	-
Seinpar Investments, BV	-	-	1.237	-	-	-
Seinpart - Participações, SGPS, SA	-	-	-	(14)	-	-
Semapa Inversiones, SL	-	19.767	1.865.782	(18.568)	-	(19.642.705)
Seminv - Investimentos, SGPS, SA	-	-	-	(66.321)	-	-
Soporcel - Soc. Portuguesa de Papel, SA	-	76.495	-	-	-	-
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, SA	-	19.173	-	-	-	-
	2.784.168	305.065	1.926.018	(85.873)	-	(19.642.705)
Total	2.784.168	305.065	1.926.018	(791.831)	(107.740)	(19.642.705)

As remunerações dos membros dos órgãos sociais, incluindo a estimativa para o prémio de gestão, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, foram as seguintes:

Valores em Euros	2012	2011
Conselho de Administração - Remuneração	2.398.041	2.600.405
Conselho de Administração - Especialização de prémio de gestão	-	3.840.056
Conselho de Administração - Reversão do excesso de estimativa para prémio de gestão relativo ao exercício anterior	(3.840.056)	(102.578)
Conselho Fiscal e outros órgãos sociais	61.471	59.871
Impacto em resultados do exercício (Nota 7)	(1.380.544)	6.397.754

Adicionalmente os administradores da Semapa beneficiaram até 27 de Dezembro de 2012 de um plano de pensões, revogado no corrente exercício conforme descrito na Nota 25.

29. Gastos suportados com auditoria e revisão legal de contas

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 os dispêndios com serviços de revisão legal de contas e auditorias decompõem-se como segue:

Valores em Euros	2012	2011
Serviços de revisão legal de contas e auditoria	167.148	65.648
Outros serviços de garantia de fiabilidade	-	32.000
	174.648	97.648

O Conselho de Administração entende existirem suficientes procedimentos de salvaguarda da independência dos auditores através da definição criteriosa dos trabalhos em sede de contratação.

30. Compromissos

A Semapa SGPS, S.A. celebrou com uma instituição financeira um contrato promessa de concessão de crédito tendo como objectivo financiar a aquisição de acções cotadas na Euronext Lisboa e que integrassem o PSI 20 e/ou aquisição de acções da Portucel.

No âmbito do referido contrato, a Semapa obriga-se a dar em penhor as correspondentes acções adquiridas e/ou acções da Portucel que detenha em carteira, ou alternativamente a constituição de um depósito a prazo, suficiente para manter um rácio de cobertura do montante em dívida nunca inferior a 1,35.

Desta linha de crédito encontrava-se utilizado, em 31 de Dezembro de 2012, o montante de Euros 100.000.000, tendo sido dadas em penhor 60.117.005 acções da Portucel.

Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a Semapa prestou garantias a favor da Autoridade Tributária e Aduaneira (ex-Direcção-Geral dos Impostos) no montante de Euros 500.731 e Euros 222.979, destinada a caucionar a suspensão de processo de execução instaurado pela liquidação adicional de IVA referente ao exercício de 2009 e 2008, respetivamente.

A NSOSPE (subsidiária brasileira detida pela Semapa) procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista (sob a forma de *debêntures*), no montante total de 128.100.000 Reais, tendo sido assumidos pela Semapa como compromissos e garantias relativamente a essa emissão um penhor das acções representativas da totalidade do capital social da NSOSPE, *equity support agreement* e uma livrança.

31. Cotações utilizadas

Os activos e passivos das subsidiárias estrangeiras foram convertidos para contravalores em euros, ao câmbio de 31 de Dezembro de 2012

As rubricas de resultados do exercício foram convertidas ao câmbio da data da transacção.

As cotações utilizadas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, face ao Euro, foram as seguintes:

	2012	2011	Valorização/ (desvalorização)
BRL (real brasileiro)			
Câmbio médio do período	2,5077	2,3265	(7,79%)
Câmbio de fim do período	2,7036	2,4159	(11,91%)

32. Reconciliação entre Capitais próprios e resultado líquido

A reconciliação entre o resultado líquido consolidado do exercício e o resultado líquido individual apresenta-se como segue:

Valores em Euros	2012
Resultado líquido - SNC	(109.655.322)
Diferença de justo valor da Secil no RL Individual	220.892.829
Diferença de justo valor da Secil no RL consolidado	16.759.370
Diferença de tratamento em instrumentos financeiros de coberto	(1.462.074)
Diferença de apuramento de mais-valias contabilísticas	(18.715)
Resultado líquido - IFRS	126.516.088

A reconciliação entre os capitais próprios consolidados e individual em 31 de Dezembro de 2012 apresenta-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2012
Total do capital próprio - SNC	923.837.160
Reconhecimento dos subsídios em capital	(27.889.354)
"Goodwill" apurado em aquisições a InC	(337.688.734)
Diferença de justo valor da Secil no RL Individual (Nota 5)	220.892.829
Diferença de justo valor da Secil no RL consolidado	16.759.370
Total do capital próprio - IFRS	795.911.271

Paulo Jorge Morais Costa
Técnico Oficial de Contas

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:

Pedro Mendonça de Queiroz Pereira

Vogais:

Maria Maude Mendonça de Queiroz Pereira Lagos

José Alfredo de Almeida Honório

Francisco José Melo e Castro Guedes

José Miguel Pereira Gens Paredes

Paulo Miguel Garcês Ventura

Rita Maria Lagos do Amaral Cabral

António da Nóbrega de Sousa da Câmara

Joaquim Martins Ferreira do Amaral

António Pedro de Carvalho Viana Baptista

Vitor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves

PARTE 6

CERTIFICAÇÃO DO REVISOR E RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL RELATIVO ÀS CONTAS INDIVIDUAIS



Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Individual

Introdução

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2012 (que evidencia um total de 2.009.292.806 euros e um total de capital próprio de 923.837.160 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 109.655.322 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (v) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.com/pt

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2012, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o Relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

20 de março de 2013

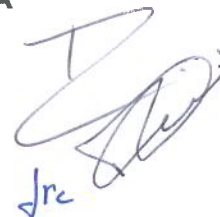
PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
Inscrita na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº 9077
representada por:



António Alberto Henriques Assis, R.O.C.

SEMAPA – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, SA
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Contas Individuais

Exercício de 2012



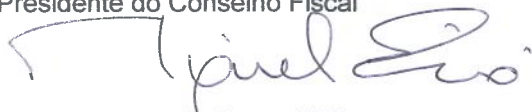
Senhores Accionistas,

1. Nos termos da lei e dos estatutos da empresa, e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o nosso relatório anual sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida em 2012 e dar o nosso parecer sobre o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras Individuais apresentados pelo Conselho de Administração da Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, SA, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012
2. No decurso do exercício, acompanhámos com regularidade a actividade da empresa, com a periodicidade e extensão que considerámos adequada, nomeadamente através de reuniões periódicas com a Administração da Sociedade e Directores. Acompanhámos a verificação dos registos contabilísticos e da respectiva documentação de suporte, bem como a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna. Vigiamos pela observância da lei e dos estatutos. No exercício da nossa actividade não deparamos com quaisquer constrangimentos.
3. Reunimos por diversas vezes com o revisor oficial de contas e auditor externo, PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda, acompanhando os trabalhos de auditoria desenvolvidos e fiscalizando a sua independência. Apreciamos a Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria, que merecem o nosso acordo.
4. No exercício das nossas funções, verificámos que:
 - a) o Balanço, a Demonstrações dos resultados por naturezas, a Demonstração individual das alterações no capital próprio, a Demonstração individual dos fluxos de caixa, e o correspondente Anexo, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;
 - b) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados estão conformes com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e são adequados por forma a assegurar que os mesmos conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados, tendo-se dado seguimento às análises e recomendações emitidas pelo auditor externo;
 - c) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da empresa, evidenciando com clareza os aspectos mais significativos da actividade;
 - d) O Relatório de Governo da Sociedade inclui os elementos referidos no artigo 245-A do Código dos Valores Mobiliários.
5. Somos do parecer que a proposta de aplicação de resultados e de distribuição de reservas livres apresentadas pelo Conselho de Administração são adequadas e devidamente fundamentadas.

6. Na sequência da Assembleia Geral Extraordinária da SEMAPA, realizada no dia 27 de Dezembro de 2012, que deliberou a revogação do sistema de pensões de reforma dos administradores da Sociedade, o Conselho Fiscal esteve presente na reunião do Conselho de Administração em que foram autorizados os contratos a celebrar com os administradores que aceitaram a extinção dos seus direitos através de resgate, por votações aprovadas por unanimidade, em que não intervieram os administradores diretamente visados, tendo dado o seu parecer favorável a essas autorizações.
7. Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços da empresa, bem como as conclusões constantes da Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria, somos do parecer que:
- a) seja aprovado o Relatório de Gestão;
 - b) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras individuais;
 - c) sejam aprovadas as proposta de aplicação de resultados e de distribuição de reservas livres apresentadas pelo Conselho de Administração da empresa.
7. Finalmente, os membros do Conselho Fiscal expressam o seu reconhecimento e agradecimento pela colaboração prestada, ao Conselho de Administração, aos principais responsáveis e aos demais colaboradores da empresa.

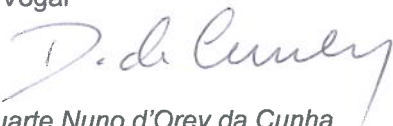
Lisboa, 21 de Março de 2013

O Presidente do Conselho Fiscal



Miguel Camargo de Sousa Eiró

O Vogal



Duarte Nuno d'Orey da Cunha

O Vogal



Gonçalo Nuno Palha Gaio Picão Caldeira